



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1970 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1 9 7 0

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA

Compra Cr\$ 5,00

Imp. Nac

30-10-70 P70/282

ÍNDICE

cos

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
I — ATOS COMPLEMENTARES		imóveis residenciais urbanos — Publicado no D.O. de 22-1-70	9
78 — Ato Complementar de 15 de janeiro de 1970 — Publicado no D.O. de 16-1-70	3	1.076 — Decreto-lei de 29 de ja- neiro de 1970 — Altera para o exercício de 1970, a distribui- ção do produto da arrecadação dos impostos únicos — Publi- cado no D.O. de 26-1-70	10
79 — Ato Complementar de 29 de janeiro de 1970 — Publicado no D.O. de 31-1-70	4	1.077 — Decreto-lei de 26 de ja- neiro de 1970 — Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil — Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1970	10
80 — Ato Complementar de 25 de março de 1970 — Publicado no D.O. de 30-3-70	5		
81 — Ato Complementar de 30 de março de 1970 — Publicado no D.O. de 31-3-70	6		
II — DECRETOS-LEIS			
1.073 — Decreto-lei de 9 de ja- neiro de 1970 — Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências — Publicado no D.O. de 13-1-70	7	1.078 — Decreto-lei de 27 de ja- neiro de 1970 — Revoga a letra a do artigo 85 do De- creto-lei nº 1.029, de 21 de ou- tubro de 1969 (Estatuto dos Militares) — Publicado no D.O. de 28-1-70	11
1.074 — Decreto-lei de 20 de ja- neiro de 1970 — Acrescenta parágrafos ao artigo 4º do De- creto-lei nº 902, de 30 de se- ntembro de 1969, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 20-1-70	8	1.079 — Decreto-lei de 29 de ja- neiro de 1970 — Autoriza a emi- são de Letras do Tesouro Na- cional para o desenvolvimento de operações de "Mercado Aberto", com fins monetários, pelo Banco Central do Brasil, e dá outras providências — Pu- blicado no D.O. de 29-1-70 ..	11
1.075 — Decreto-lei de 22 de ja- neiro de 1970 — Regula a imi- são de posse, <i>in itinere</i> , em			

	Págs.		Págs.
1.080 — Decreto-lei de 30 de janeiro de 1970 — Dispõe sobre a entrega das parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias pertencentes aos Municípios dos Territórios Federais — Publicado no D.O. de 2-2 e retificado no de 5-2-70	12	1.088 — Decreto-lei de 2 de março de 1970 — Acrescenta parágrafos aos artigos 6º e 19 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965 — Publicado no D.O. de 3-3-70	17
1.081 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1970 — Dispõe sobre o cálculo das pensões militares — Publicado no D.O. de 3 de fevereiro de 1970	13	1.089 — Decreto-lei de 2 de março de 1970 — Dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 3 e retificado nos de 9 e 13-3-70	17
1.082 — Decreto-lei de 5 de fevereiro de 1970 — Prorroga o prazo concedido ao Conselho de Política Aduaneira para apreciação dos "valores mínimos" nas importações, estabelecidos pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) — Publicado no D.O. de 6-2-70 ..	13	1.090 — Decreto-lei de 10 de março de 1970 — Prorroga prazo do Decreto-lei nº 858, de 11 de setembro de 1969 e dá outras providências — Publicado no D.O. de 10-3-70	20
1.083 — Decreto-lei de 6 de fevereiro de 1970 — Dispõe sobre a incidência e cobrança do imposto único sobre minerais, concede isenções e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6-2-70	14	1.091 — Decreto-lei de 12 de março de 1970 — Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências — Publicado no D.O. de 13-3-70	20
1.084 — Decreto-lei de 6 de fevereiro de 1970 — Extingue a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6-2-70	14	1.092 — Decreto-lei de 12 de março de 1970 — Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-lei nº 765, de 15 de agosto de 1969 — Publicado no D.O. de 13-3-70	21
1.085 — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1970 — Dá nova redação ao inciso XIV, do artigo 4º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 — Publicado no D.O. de 19-2-70 ..	15	1.093 — Decreto-lei de 17 de março de 1970 — Dá nova redação ao artigo 43 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 18-3-70	21
1.086 — Decreto-lei de 25 de fevereiro de 1970 — Fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino superior federal, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 25 e retificado no de 27-2-70	15	1.094 — Decreto-lei de 17 de março de 1970 — Dispõe sobre a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e dá outras providências — Publicado no D.O. de 18-3-70	22
1.087 — Decreto-lei de 2 de março de 1970 — Dispõe sobre a aprovação de projetos de florestamento e reflorestamento visando ao reconhecimento — Publicado no D.O. de 2 de fevereiro de 1970	16	1.095 — Decreto-lei de 20 de março de 1970 — Eleva os limites fixados pelas Leis números 1.518, de 24 de dezembro de 1951 e 4.457, de 6 de dezembro de 1964, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 23-3-70	22
		1.096 — Decreto-lei de 23 de março de 1970 — Concede incentivos fiscais de empresas de mineração — Publicado no D.O. de 24-3-70	22

	Págs.		Págs.
1.097 — Decreto-lei de 23 de março de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a incluir dotações no Orçamento Pluri-anual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970 — Publicado no D.O. de 24 de março de 1970	23	NCr\$ 50.000.000,00, para fins que especifica — Publicado no D.O. de 30-3-70	25
1.098 — Decreto-lei de 25 de março de 1970 — Altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências — Publicado no D.O. de 30-3-70	25	1.101 — Decreto-lei de 30 de março de 1970 — Estabelece normas especiais aplicáveis às autorizações de pesquisa de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia — Publicado no D.O. de 31-3-70 ..	25
1.099 — Decreto-lei de 25 de março de 1970 — Dispõe sobre a retribuição de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no D.O. de 30-3-70 ..	25	1.102 — Decreto-lei de 30 de março de 1970 — Estabelece regime especial para o comércio de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia — Publicado no D.O. de 31-3-70 ..	26
1.100 — Decreto-lei de 25 de março de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de			

ÍNDICE DO APENSO
DECRETO-LEI

1.002 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Código de Processo Penal Militar (Publicado no D.O. — Seção I — Parte I Suplemento "B" ao nº 202, de 21 de outubro de 1969). — Republicado no D.O. de 21 e retificado nos de 23 e 28-1-70	31
--	----

Figuram neste volume os Atos Complementares e os Decretos-Leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1970, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 78, DE 15 DE JANEIRO DE 1970

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que a suspensão dos direitos políticos com base nos Atos Institucionais inabilita para o exercício de função pública as pessoas que foram por eles assim atingidas;

Considerando que, em virtude do artigo 6º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, estão suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo;

Considerando que o Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, conferiu ao Presidente da República a atribuição de definir a situação funcional das pessoas atingidas pelas sanções revolucionárias;

Considerando a necessidade de uniformizar a interpretação dos preceitos que autorizam a suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos, bem como a aplicação de medidas acessórias, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º O servidor público que sofrer a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado, por tempo indeterminado, dos cargos ou funções que exercer, ou de que fôr titular, na administração direta ou indireta, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, até que o Presidente da República delibere a respeito da aplicação de qualquer das medidas previstas no artigo 1º letras a, b e c, do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969.

Art. 2º O afastamento decorrerá, de pleno direito, do ato de suspensão dos direitos políticos ou cassação de mandato eletivo, e independentemente de ordem do Diretor da Repartição a que estiver subordinado o servidor.

Art. 3º No período de afastamento, o servidor não perceberá qualquer remuneração em razão do cargo ou função.

Art. 4º Os Chefes dos Poderes Executivos dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, a cujos quadros pertencerem os servidores afastados, enviarão ao Ministério da Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do ato de suspensão de direitos políticos ou cassação de mandato eletivo, a representação a que se refere o § 2º do artigo 2º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969.

Parágrafo único. O prazo para a representação prevista no § 2º do artigo 2º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, se o ato de suspensão de direitos políticos ou cassação de mandato eletivo fôr anterior ao presente Ato Complementar, contar-se-á da publicação deste.

Art. 5º Os servidores afastados que vierem a ser aposentados, na forma do artigo 1º, letra b, do Ato Institucional nº 10, poderão pleitear, posteriormente ao ato de aposentadoria, os proventos correspondentes ao período de afastamento.

Art. 6º A inobservância do disposto no artigo 3º deste Ato Complementar constitui enriquecimento ilícito, na forma do artigo 1º do Ato Complementar nº 42, sujeito à decretação do confisco de bens, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Cessarão os efeitos do afastamento previsto no artigo 2º deste Ato:

- I — decorrido o prazo da suspensão dos direitos políticos; ou
- II — se não tiver havido suspensão de direitos políticos, findo o período regular do mandato eletivo cassado.

Art. 8º O disposto neste Ato Complementar aplica-se a todas as pessoas que tenham sofrido ou venham a sofrer a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo com base nos Atos Institucionais.

Art. 9º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Fábio Rioldi Yassuda

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 79, DE 29 DE JANEIRO DE 1970

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182, da Constituição, e

Considerando que as causas determinantes do recesso da Câmara de Vereadores do Município de Pariqueira-Açu, no Estado de São Paulo, já desapareceram;

Considerando que o Ato Institucional nº 15, de 9 de setembro de 1969, determinou a realização de eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, em municípios entre os quais o de Pariqueira-Açu, que foram efetuadas;

Considerando que o mesmo Ato fixou o dia 31 de janeiro de 1970 para a posse dos eleitos, decreta:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 31 de janeiro de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Pariqueira-Açu, no Estado de São Paulo, decretado pelo Ato Complementar nº 67, de 22 de setembro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Fábio Riodi Yassuda

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 80, DE 25 DE MARÇO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182, da Constituição, resolve baixar o seguinte ato complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 31 de março de 1970, o recesso da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, decretado pelo Ato Complementar nº 49, de 27 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 81, DE 30 DE MARÇO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182, da Constituição, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 31 de março de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Itú, no Estado de São Paulo, decretado pelo Ato Complementar nº 58, de 24 de julho de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagêa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

João Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

II — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 1.073 — DE 9 DE
JANEIRO DE 1970

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item III, *in fine*, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam majorados em vinte por cento (20%), a partir de 1º de fevereiro de 1970, os níveis, símbolos e valores de vencimentos-base dos funcionários civis do Poder Executivo e das Autarquias Federais decorrentes da aplicação da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos membros do Ministério Público Federal que percebem vencimentos fixados na forma do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968, mantidos, para os demais, inclusive inativos, os níveis estabelecidos no Anexo III do mesmo Decreto-lei.

Art. 2º Ficam majorados em vinte por cento (20%), a partir de 1º de fevereiro de 1970, os valores de soldo dos militares decorrentes da aplicação dos artigos 161 e 192 do Decreto-lei nº 728, de 6 de agosto de 1969.

Art. 3º Ficam majorados em vinte por cento (20%), a partir de 1º de fevereiro de 1970, os valores de vencimentos-base dos membros da Magistratura Federal e dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, previstos nos Anexos I e II do Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968.

Art. 4º Ficam majorados em vinte por cento (20%), a partir de 1º de fevereiro de 1970:

a) os proventos e pensões dos inativos e pensionistas a que se referem as alíneas do artigo 4º do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, decorrentes da aplicação do artigo 5º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968;

b) os valores das pensões que atualmente percebem os pensionistas de que trata a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.

Art. 5º Obedecendo as normas fixadas neste Decreto-lei, será concedida a partir de 1º de fevereiro de 1970, majoração dos vencimentos na base de 20% (vinte por cento), dos valores decorrentes da aplicação da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968:

a) aos funcionários das entidades de que trata o Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966 e da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima;

b) aos funcionários dos Territórios Federais;

c) aos funcionários transferidos da União para os Estados do Acre e da Guanabara, atendidas as prescrições da alínea b e do § 1º do artigo 4º da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, e as disposições do Decreto-lei nº 1.015, de 21 de outubro de 1969;

d) aos funcionários amparados pelos artigos 40 e 42 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e item 4 do artigo 21 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964;

e) aos funcionários ocupantes de cargos classificados nos Anexos V e VI da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 1º Para efeito deste artigo, serão compensados os aumentos concedidos,

a qualquer título, no decurso do ano de 1969, de forma que, a partir de fevereiro de 1970, a majoração não exceda de vinte por cento (20%) relativamente aos valores decorrentes da aplicação da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

§ 2º Aos funcionários de que trata este artigo, mesmo quando beneficiados legalmente por outro regime empregatício, que admita a complementação salarial, não será concedida majoração alguma além da resultante do percentual estabelecido neste Decreto-lei.

Art. 6º O salário-família será pago na importância de NCr\$ 17,00 (dezesete cruzeiros novos), mensais, por dependente.

Art. 7º Ficam majorados, em vinte por cento (20%), a partir de 1º de fevereiro de 1970, os salários do pessoal a que se reporta o item II, alíneas a e b, do artigo 23 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, não podendo os salários discriminados por categoria exceder o vencimento-base do nível correspondente à classe de encargos e obrigações semelhantes ou equivalentes.

Art. 8º O vencimento-base do Consultor-Geral da República passa a ter o seu valor mensal fixado em NCr\$ 2.680,99 (dois mil, seiscentos e oitenta cruzeiros novos e noventa e nove centavos).

Parágrafo único. A gratificação de Representação do Consultor-Geral da República é fixada em 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento-base.

Art. 9º O reajustamento decorrente desta Lei será concedido sem redução de diferença de vencimentos e de vantagens sujeitas à absorção prevista nos artigos 103 e 105 do Decreto-lei nº 200, de 25-2-1967.

Art. 10. As gratificações concedidas a funcionários civis do Poder Executivo e das Autarquias Federais, inclusive por força de leis especiais, com a finalidade de retribuir o exercício em tempo integral e dedicação exclusiva continuarão a ser calculadas sobre os níveis, símbolos e valores decorrentes da aplicação da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação do disposto no presente

Decreto-lei serão atendidas com recursos orçamentários, inclusive na forma prevista nos incisos I e IV do artigo 6º do Decreto-lei nº 727, de 1º de agosto de 1969, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1970.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor em 1º de fevereiro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Fábio Rioldi Yassuda

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

DECRETO-LEI Nº 1.074 — DE 20 DE JANEIRO DE 1970

Acrescenta parágrafos ao artigo 4.º, do Decreto-lei nº 902, de 30 de setembro de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam acrescidos ao artigo 4.º do Decreto-lei nº 902, de 30 de setembro de 1969, os seguintes parágrafos:

§ 4º Efetuada a redução de que trata este artigo, somente será considerado como rendimento líquido classificado na cédula "G", 50% (cinquenta por cento) do resultado assim apurado.

§ 5º Nos exercícios financeiros de 1970 e 1971 o percentual previsto no parágrafo anterior, fica reduzido para 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente.

§ 6º O rendimento líquido tributável será limitado em 5% (cinco por cento) da receita bruta se, após a aplicação das reduções mencionadas nos parágrafos anteriores, ainda exceder a este limite.

Art. 2º As pessoas físicas que explorem atividades cujos rendimentos sejam classificados na cédula "G" poderão, até a data em que estejam obrigadas a apresentar declaração de rendimentos do exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969, retificar suas declarações de bens, quanto às benfeitorias e semoventes que possuam naquelas atividades.

Art. 3º As pessoas jurídicas que explorem as atividades mencionadas no artigo 1º do Decreto-lei nº 902, de 30 de setembro de 1969, poderão retificar seus balanços para inclusão das benfeitorias e semoventes que possuam naquelas atividades, desde que façam até a data em que estejam obrigadas a apresentar declaração de rendimentos para o exercício financeiro de 1970.

Art. 4º As retificações mencionadas nos artigos 2º e 3º serão feitas na declaração de rendimentos do exercício financeiro de 1970 ano-base de 1969, mediante juntada de demonstrativos, livres da incidência de quaisquer tributos federais, ainda que relativos a exercícios anteriores.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MEDICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.075 — DE 22 DE
JANEIRO DE 1970

Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, I, da Constituição, e

Considerando que, na cidade de São Paulo, o grande número de desapropriações em zona residencial ameaça desalojar milhares de famílias;

Considerando que os proprietários de prédios residenciais encontram dificuldade, no sistema jurídico vigente, de obter, *instituto litis*, uma indenização suficiente para a aquisição de nova casa própria;

Considerando que a oferta do poder expropriante, baseada em valor cadastral do imóvel, é inferior ao valor real apurado em avaliação no processo de desapropriação;

Considerando, finalmente, que o desabrigo dos expropriados causa grave risco à segurança nacional, por ser fermento de agitação social, decreta:

Art. 1º Na desapropriação por utilidade pública de prédio urbano residencial, o expropriante, alegando urgência, poderá imitir-se provisoriamente na posse do bem, mediante o depósito do preço oferecido, se este não for impugnado pelo expropriado em cinco dias da intimação da oferta.

Art. 2º Impugnada a oferta pelo expropriado, o juiz, servindo-se, caso necessário, de perito avaliador, fixará em quarenta e oito horas o valor provisório do imóvel.

Parágrafo único. O perito, quando designado, deverá apresentar o laudo no prazo máximo de cinco dias.

Art. 3º Quando o valor arbitrado for superior à oferta, o juiz só autorizará a imissão provisória na posse do imóvel, se o expropriante complementar o depósito para que este atinja a metade do valor arbitrado.

Art. 4º No caso do artigo anterior, fica, porém, fixado em 2.300 (dois mil e trezentos) salários-mínimos vigentes na região, o máximo do depósito a que será obrigado o expropriante.

Art. 5º O expropriado, observadas as cautelas previstas no artigo 34 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, poderá levantar toda a importância depositada e complementada nos termos do artigo 3º.

Parágrafo único. Quando o valor arbitrado for inferior ou igual ao dobro do preço oferecido, é lícito ao expropriado optar entre o levantamento de 80% (oitenta por cento) do preço oferecido ou da metade do valor arbitrado.

Art. 6º O disposto neste Decreto-lei só se aplica à desapropriação de prédio residencial urbano, habitado pelo proprietário ou compromissário-comprador, cuja promessa de compra esteja devidamente inscrita no Registro de Imóveis.

Art. 7º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às ações já ajuizadas.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI Nº 1.076 — DE 23 DE
JANEIRO DE 1970

Altera para o exercício de 1970, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os percentuais fixados para a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos, constantes nos Decretos-leis nº 334, de 12 de outubro de 1967, nº 555, de 25 de abril de 1969, na Lei nº 4.676, de 1º de junho de 1965 e alterações do Decreto-lei nº 644, de 23 de junho de 1969, relativos, respectivamente, ao Imposto Único sobre Minerais do País, ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e ao Imposto Único sobre Energia Elétrica, no exercício financeiro de 1970, ficam reduzidos em 10% (dez por cento)

Parágrafo único. A redução estabelecida neste artigo não abrange as parcelas relativas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º O produto correspondente à redução determinada no artigo anterior será creditado pelo Banco do Brasil S.A. em conta especial do Tesouro Nacional e será utilizado, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, como recurso para abertura de créditos adicionais, aplicáveis a Despesas Correntes.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.077 — DE 26 DE
JANEIRO DE 1970

Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição; e

Considerando que a Constituição da República, no artigo 153, § 3º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes;

Considerando que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira;

Considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional, decreta:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I — A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação, com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II — A perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juizes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os Juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI Nº 1.078 — DE 27 DE JANEIRO DE 1970

Revoga a letra a do artigo 85 do Decreto-lei nº 1.029, de 21 de outubro de 1969 (Estatuto dos Militares).

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica revogada a letra a do artigo 85 do Decreto-lei nº 1.029, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 1.079 — DE 29 DE JANEIRO DE 1970

Autoriza a emissão de Letras do Tesouro Nacional para o desenvolvimento de operações de "Mercado Aberto" com fins monetários, pelo Banco Central do Brasil, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado, para os fins previstos no ar-

tigo 10, item XI, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a emitir Letras do Tesouro Nacional, cuja colocação no mercado será feita com descontos sobre os respectivos valores de resgate.

Ao Banco Central do Brasil, como Delegado do Tesouro Nacional, caberá a responsabilidade de emissão, colocação e resgate das Letras referidas neste artigo.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional fixará a modalidade dessas Letras, seu prazo, valores unitário e de resgate, bem como suas condições de colocação no mercado.

Art. 2º O limite líquido de emissão das Letras instituídas por este Decreto-lei, será fixado pelo Conselho Monetário Nacional e não poderá exceder de 10% (dez por cento) do volume dos meios de pagamento, existentes em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 3º As Letras instituídas por este Decreto-lei terão poder liberatório, pelo seu valor de resgate, dez dias após o vencimento, para pagamento de qualquer tributo federal e atendimento de compromissos de instituições financeiras junto ao Banco Central do Brasil.

Art. 4º O Orçamento da União consignará, anualmente, as dotações necessárias ao atendimento das despesas com os descontos concedidos com base no artigo 1º.

Art. 5º As diferenças, em moeda corrente entre os valores de compra, de venda ou de resgate, resultantes dos descontos de que trata o artigo 1º, não constituem rendimento tributável das pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 6º A critério do Conselho Monetário Nacional, poderá o Banco Central do Brasil promover a substituição das Letras do Tesouro Nacional por ele subscritas na forma da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e Decreto-lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966, pelas previstas no artigo 1º deste Decreto-lei, as quais passarão a integrar sua Carteira de Títulos.

Art. 7º A critério do Conselho Monetário Nacional, não se aplicará a proibição contida no § 9º do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, à negociação das Letras de que trata este Decreto-lei.

Art. 8º As Letras do Tesouro Nacional emitidas de acordo com este Decreto-lei, aplicam-se as disposições contidas nos artigos 71 *caput* da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965, e 9º do Decreto-lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 9º O Conselho Monetário Nacional baixará as normas necessárias à execução deste Decreto-lei.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1970;
149º da Independência e 22º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.080 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1970

Dispõe sobre a entrega das parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias pertencentes aos Municípios dos Territórios Federais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Do produto do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias arrecadado pelo Governo Federal nos Territórios, os 20% (vinte por cento) que constituem receita dos Municípios onde ocorra o fato gerador serão obrigatoriamente entregues pelos agentes arrecadadores às correspondentes Prefeituras até o terceiro dia útil subsequente ao efetivo recebimento do tributo, independentemente de qualquer autorização e sob pena de responsabilidade pessoal.

Parágrafo único. As parcelas pendentes de entregas, que decorreram da arrecadação processada até a data deste Decreto-lei, serão pagas de imediato e de uma só vez pelo Ministério da Fazenda.

Art. 2º Os montantes da receita de que trata o artigo primeiro deste Decreto-lei serão creditados em contas das Prefeituras dos Municípios dos Territórios, nas agências locais ou jurisdicionais do Banco do Brasil S.A. e considerados disponíveis, na mesma

data do crédito, à conveniência dos responsáveis designados para sua movimentação.

Parágrafo único. A União contabilizará, entre suas receitas correntes, apenas 80% (oitenta por cento) do produto do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias arrecadado nos Municípios dos Territórios Federais.

Art. 3º Aplicam-se aos Municípios dos Territórios os preceitos do Decreto-lei nº 380, de 23 de dezembro de 1968, que não colidam com as disposições dos artigos anteriores.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1970;
149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.081 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1970

Dispõe sobre o cálculo das pensões militares.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, *in fine* da Constituição, decreta:

Art. 1º A fixação do valor de todas as pensões militares será feita na forma da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, combinada com o artigo 9º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei serão atendidas com recursos orçamentários, inclusive na forma prevista nos incisos I e IV do artigo 6º do Decreto-lei nº 727, de 1º de agosto de 1969, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1970.

Art. 3º Este Decreto-lei produzirá efeitos a contar de 1 de fevereiro

de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1970;
149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Antônio Delfim Netto

Márcio de Souza e Mello

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 1.082 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1970

Prorroga o prazo concedido ao Conselho de Política Aduaneira para apreciação dos "valores mínimos" nas importações, estabelecidos pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. (CACEX).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, II da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 5 de março de 1970, o prazo concedido à Comissão Executiva do Conselho de Política Aduaneira, no parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 730, de 5 de agosto de 1969, para aprovar, modificar ou rejeitar os "valores mínimos" estabelecidos no Comunicado nº 279 da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. (CACEX), de 25 de agosto de 1969, publicado no *Diário Oficial* de 5-9-69, a fim de cumprir o disposto no artigo 4º do mesmo Decreto-lei.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1970;
149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

**DECRETO-LEI Nº 1.083 — DE 6 DE
FEVEREIRO DE 1970**

Dispõe sobre a incidência e cobrança do imposto único sobre minerais, concede isenções e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 55 da Constituição, decreta:

Art. 1º Até a entrada em vigor do regulamento do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969, fica o Ministro da Fazenda autorizado a permitir que o lançamento do tributo se faça com base na última pauta de valores de substâncias minerais baixada por aquele Ministério.

Art. 2º A lista de minerais a que se refere o artigo 6º, do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969, fica acrescida do seguinte item:

— Sal Marinho

Art. 3º O artigo 10 do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O imposto único será calculado mediante aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor tributável das substâncias minerais:

I — Metais nobres, pedras preciosas, carbonados e semipreciosas lapidáveis 1% (um por cento);

II — Minérios de ferro e de manganês 7% (sete por cento);

III — Águas minerais, salgema e sal marinho 17% (dezesete por cento);

IV — Demais substâncias minerais 4% (quatro por cento).”

Art. 4º Ficam isentas do imposto único sobre minerais as saídas de minerais que devam ser utilizados como matéria-prima na industrialização de adubos e fertilizantes ou, na agricultura, como corretivo de solos;

a) para estabelecimentos onde se industrializem adubos simples ou compostos e fertilizantes;

b) para outro estabelecimento do mesmo titular daquele onde se deva processar a industrialização;

c) para estabelecimento produtor.

Art. 5º O simples desdobramento de blocos de mármore e granito não constitui a operação de industrialização a que se refere o § 5º, do artigo 2º, do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969, somente caracterizada pela serragem ou polimento posterior.

Art. 6º Aos recursos resultantes da cota do imposto único incidente sobre o sal marinho, pertencentes aos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, não se aplicam as normas estabelecidas nos artigos 16 e 17, do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969.

Art. 7º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a conceder, nos termos do artigo 172 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, remissão de créditos tributários existentes até à data da vigência deste Decreto-lei, relativamente ao imposto único sobre minerais, desde que decorrentes de erro excusável quanto à classificação dos produtos ou ao fato gerador do tributo.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de fevereiro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

**DECRETO-LEI Nº 1.084 — DE 6 DE
FEVEREIRO DE 1970**

Extingue a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica extinta a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, criada pelo Decreto-lei nº 459, de 10 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O acervo e os arquivos do órgão a que se refere o artigo anterior são transferidos para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de fevereiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI Nº 1.085 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1970

Dá nova redação ao inciso XIV, do artigo 4º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta

Art. 1º O inciso XIV, do artigo 4º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, alterado pelo Decreto-lei nº 108, de 17.1.67, passa a vigorar com a seguinte redação

“XIV — Determinar recolhimento de até 35% (trinta e cinco por cento) do total dos depósitos das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar, podendo este

a) adotar percentagens diferentes em função

- das regiões geo-econômicas;
- das prioridades que atribuir às aplicações;
- da natureza das instituições financeiras;

b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.086 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1970

Fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino superior federal, e dá outras providências.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, item III, *in fine*, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os vencimentos básicos, correspondentes a 12 (doze) horas semanais de atividade, do pessoal docente de nível superior, serão:

- I — Auxiliar de Ensino —
NCR\$ 663,55
- II — Professor Assistente —
NCR\$ 775,33
- III — Professor Adjunto —
NCR\$ 887,11
- IV — Professor Titular —
NCR\$ 996,89

Art. 2º O artigo 9º do Decreto-lei 465, de 11 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Os Reitores e Vice-Reitores das Universidades e os Diretores e Vice-Diretores das unidades universitárias ou dos estabelecimentos isolados, mantidos pela União, exercerão os respectivos mandatos obrigatoriamente em regime de tempo integral, mas sem a obrigatoriedade de dedicação exclusiva.

t. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de fevereiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

João Paulo dos Reis Velloso.

DECRETO-LEI N.º 1.087 — DE 2 DE
MARÇO DE 1970

Dispõe sobre a aprovação de projetos de florestamento e reflorestamento visando ao reconhecimento de incentivos fiscais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os projetos de florestamento e de reflorestamento apresentados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF —, de 30 de novembro de 1968 até 10 de dezembro de 1969, e que ainda não tenham sido aprovados por esse órgão, darão direito à dedução ou abatimento condicional nas declarações de imposto de renda de pessoa física ou jurídica, desde que observadas as demais exigências da Lei número 5.106, de 2 de setembro de 1966, e o seu regulamento.

§ 1.º Até a data da declaração do exercício financeiro de 1971 (ano base de 1970) será apresentado o comprovante, fornecido pelo IBDF, referente à aprovação do projeto cujas despesas foram condicionalmente abatidas.

§ 2.º A falta de comprovação, na forma do parágrafo anterior, ou a rejeição do projeto sujeitarão ao tributo as importâncias condicionalmente abatidas, como rendimento da pessoa física ou jurídica, cobrando-se com correção monetária a diferença que fôr apurada.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de março de 1970;
149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto
L. F. Cirne Lima

DECRETO-LEI N.º 1.088 — DE 2 DE
MARÇO DE 1970

Acrescenta parágrafos aos artigos 6º e 19 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

O Presidente da República, usando da atribuição que confere o item I,

do artigo 55, da Constituição do Brasil, decreta:

Art. 1º Os artigos 6º e 19 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A nomeação será feita exclusivamente:

I — em caráter efetivo, quando se tratar de cargo integrante de classe singular ou inicial de série de classes condicionada à anterior aprovação em curso específico da Academia Nacional de Polícia;

II — em comissão, quando se tratar de cargo isolado que em virtude de lei, assim deva ser provido.

§ 1º Será aproveitado, havendo vaga, em classe inicial de carreira de Inspetor de Polícia Federal, o ocupante de cargo de quadros de pessoal do Departamento de Polícia Federal, desde que conte dois anos, no mínimo, de exercício no cargo, satisfaça a condição de ser bacharel em direito e tenha sido aprovado no curso de formação da Academia Nacional de Polícia correspondente à referida carreira.

§ 2º Para matrícula nos cursos de formação profissional da Academia Nacional de Polícia, os ocupantes de cargos dos quadros de pessoal do Departamento de Polícia Federal ficam dispensados do requisito a que se refere o item VIII do artigo 9º desta lei mediante seleção a julgamento da Direção-Geral do Departamento.

Art. 19. As nomeações por acesso abrangerão metade das vagas existentes na respectiva classe, ficando a outra metade reservada aos provimentos na forma prevista no artigo 6º desta lei.

Parágrafo único. Não havendo funcionários que satisfaçam as condições para nomeação por acesso, poderão, no interesse da Administração e a critério da Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, ser preenchidas todas as vagas destinadas a acesso, da classe inicial da carreira de Inspetor de Polícia Federal, observado o disposto nos itens I e § 1º, do art. 6º desta Lei

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, fi-

cando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de março de 1970:
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI Nº 1.029 — DE 2 DE
MARÇO DE 1970

Dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º No exercício financeiro de 1970, poderão ser abatidas da renda bruta das pessoas físicas, mesmo quando realizadas até a data de entrega das declarações de rendimentos, as aplicações efetuadas:

I — Na forma do inciso I, artigo 56, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965;

II — Na forma do artigo 5º da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966; e

III — Na forma do artigo 20, da Lei nº 5.508, de 30 de novembro de 1968.

§ 1º Os benefícios de que trata este artigo só prevalecerão se a entrega das declarações ocorrer dentro dos prazos legais.

§ 2º Os abatimentos realizados na forma deste artigo não poderão ser computados na declaração de rendimentos do exercício financeiro seguinte.

Art. 2º Ficam mantidos todos os limites, termos e condições previstos na legislação em vigor para as aplicações em investimentos de interesse econômico ou social, com as alterações deste Decreto-lei.

Art. 3º O disposto no artigo 56, inciso I, e seu parágrafo 1º da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965, e no artigo 14, letra "d", da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, aplica-se à compra de ações feita a instituições financeiras que, mediante contrato com a sociedade emissora, as tenham subscrito para colocação no mercado.

§ 1º O abatimento previsto neste artigo será calculado sobre valor não superior ao que as instituições financeiras tiverem pago à sociedade emissora.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se apenas às compras realizadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro, no Banco Central do Brasil, da emissão de ações objeto da operação contratada entre as instituições financeiras e a sociedade emissora.

Art. 4º Nos termos do artigo 21, inciso IV da Constituição, não serão incluídas entre os rendimentos tributáveis pelo imposto de renda, quando pagas pelos cofres públicos, as diárias destinadas à indenização das despesas de alimentação e pouso, da por trabalho realizado fora da sede, e as ajudas de custo destinadas à compensação das despesas de viagem e de nova instalação do contribuinte e de sua família em localidade diferente daquela em que residia.

Art. 5º A partir do exercício financeiro de 1971, fica revogado o disposto no inciso IX do artigo 18, da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 6º A dedução das despesas de representação pagas pelos cofres públicos será admitida, para os efeitos do imposto de renda, nos limites e condições fixados por ato do Ministro da Fazenda.

Art. 7º O limite individual a que se refere o artigo 16, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, passa a ser de 7 (sete) vezes o valor fixado como mínimo de isenção para desconto na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.

Art. 8º O direito à aplicação em incentivos fiscais previstos em lei, será sempre assegurado às pessoas jurídicas, qualquer que tenha sido a importância descontada na fonte a título de imposto de renda como antecipação do que fôr devido na declaração de rendimentos.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda, à vista das indicações constantes da declaração de rendimentos da pessoa jurídica, autorizará, sob a forma que estabelecer, os créditos a favor do contribuinte.

Art. 9º A partir da data da publicação deste Decreto-lei, o resultado da correção monetária em bases legais e decorrentes de qualquer de suas modalidades, auferido por pes-

soa jurídica, somente estará isento da tributação do imposto de renda, se capitalizado na pessoa jurídica beneficiária, ou enquanto permanecer em conta especial para este fim.

Parágrafo único. A distribuição do reajustamento de que trata este artigo, em dinheiro ou em bens de qualquer espécie, exceto ações novas, cotas ou quinhões de capital, sujeitará o titular, sócio ou acionista beneficiado, seja pessoa física ou jurídica, ao imposto de renda devido na fonte ou na declaração de rendimentos, ou em ambas, na forma da legislação vigente.

Art. 10. O valor correspondente à manutenção do capital de giro próprio, a que se refere o artigo 19 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, deverá ser incorporado ao capital social da empresa até doze meses após a data de sua constituição.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo acarretará a perda do benefício, importando na tributação da parcela deduzida, às taxas legais, acrescida dos encargos cabíveis.

Art. 11. Fica revogada a letra e do § 2º do artigo 19, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, acrescentada pelo artigo 4º do Decreto-lei nº 433, de 23 de janeiro de 1969.

Art. 12. Na determinação do lucro operacional da distribuição em todo território brasileiro de películas cinematográficas importadas, inclusive a preço fixo, os custos, despesas operacionais e demais encargos, correspondentes à participação dos produtores, distribuidores ou intermediários estrangeiros, não poderão ultrapassar de 60% (sessenta por cento) da receita bruta produzida pelas películas cinematográficas.

§ 1º Considera-se receita bruta, para os fins deste artigo, a obtida na atividade de distribuição, excluída, quando for o caso, a parcela da receita correspondente ao setor de exibição.

§ 2º Não serão dedutíveis do lucro tributável do distribuidor, no País, os gastos incorridos no exterior, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 13. Considera-se rendimento de exploração de películas cinematográficas, sujeito ao imposto de 25%

(vinte e cinco por cento) na fonte, a percentagem de 70% (setenta por cento) sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, observado o limite e as condições estabelecidas no artigo anterior.

Parágrafo único. As importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas, ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior referentes à aquisição, a preço fixo, de película cinematográfica para exploração no País, serão consideradas integralmente para efeito do imposto a que se refere o artigo 77, da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 14. Fica revogado o artigo 70, da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 15. Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, à razão de 10% (dez por cento), os rendimentos das obrigações ao portador da "Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (ELETROBRAS)", emitidas de acordo com o artigo 4º da Lei número 4.156, de 28 de novembro de 1962.

§ 1º O disposto neste artigo alcançará todos os rendimentos que vierem a ser pagos a partir da data deste Decreto-lei, ainda que se refiram a períodos anteriores.

§ 2º Para os efeitos deste artigo ficam os beneficiários desses rendimentos dispensados da identificação sendo o imposto devido exclusivamente na fonte.

Art. 16. O art. 9º do Decreto-lei nº 401 de 30 de dezembro de 1968 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Ficam sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de 3% (três por cento), como antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos, os valores brutos pagos aos empreiteiros de obras, pessoas jurídicas, pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Territórios e respectivas entidades paraestatais, sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviço público".

Parágrafo único. O imposto será descontado no ato do pagamento e recolhido no prazo de 5 (cinco) dias,

sob pena de responsabilidade pessoal de quem efetuou a retenção.

Art. 17. O art. 12 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964, alterado pelo Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12. Ficam sujeitas ao imposto de 8% (oito por cento) mediante desconto na fonte as importâncias superiores a NCr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos), pagas ou creditadas em cada mês, por pessoas jurídicas a pessoas físicas ou a sociedades civis a que se refere a letra "b" do § 1º do artigo 18 da Lei número 4.154, de 28 de novembro de 1962, a título de comissões, corretagens, gratificações, honorárias, direitos autorais ou remuneração por quaisquer serviços prestados.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a rendimentos pagos ou creditados a diretores, sócios ou empregados da fonte pagadora do rendimento.

§ 2º Quando se tratar de rendimentos pagos a vendedores viajantes comerciais, corretores ou representantes comerciais autônomos sem vínculo empregatício com a empresa vendedora, o imposto será de 7% (sete por cento).

§ 3º Os empreiteiros de obras, pessoas físicas, ficam abrangidos pelo disposto neste artigo.

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão em seu poder, para posterior incorporação à sua receita, o produto da retenção na fonte do imposto de renda incidente sobre o rendimento do trabalho de seus servidores e sobre os juro e prêmios das obrigações de sua dívida pública.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, apenas, às pessoas jurídicas de direito público acima mencionadas e, nos casos de rendimentos do trabalho, exclusivamente aos percebidos pelos servidores da administração direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e sujeitos à tabela progressiva de incidência na fonte sobre os rendimentos do trabalho assalariado.

§ 2º A incorporação definitiva à receita da retenção realizada na forma deste artigo, somente poderá se dar após comunicação, à repartição competente da Secretaria da Receita Federal, do total dos rendimentos brutos pagos no mês anterior e o montante do imposto retido. Esta comunicação será feita pela entidade retentora até o último dia útil de cada mês.

§ 3º A restituição do imposto descontado a maior, mediante reconhecimento do direito creditório pela repartição competente do Ministério da Fazenda, caberá à pessoa jurídica de direito público retentora do tributo.

Art. 19. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a prorrogar os prazos estabelecidos no artigo 1º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 1.042, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre regularização de situações fiscais e dá outras providências.

Art. 20. O § 4º do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.042, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Os títulos regularizados na forma deste artigo não poderão ser protestados, nem instruir pedido de falência ou ação executiva pelo prazo de seis meses contados da data de sua regularização".

Art. 21. Será aplicada a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre o valor das remessas, dispensado o reajustamento de que trata o artigo 5º da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, nos contratos de aquisição dos direitos de transmissão, para o Brasil, através do rádio e televisão, dos jogos referentes ao Campeonato Mundial de Futebol, que se realizará no México no ano de 1970.

Art. 22. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de março de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉRICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.090 — DE 10 DE
MARÇO DE 1970

Prorroga prazo do Decreto lei número 858, de 11 de setembro de 1969 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 12 de setembro de 1970 o prazo de suspensão da correção monetária dos débitos fiscais dos falidos, fixado no parágrafo 2º do artigo 1º do Decreto-lei número 858, de 11 de setembro de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

José Flávio Pécora

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.091 — DE 12 DE
MARÇO DE 1970

Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, a que se refere o artigo 1º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar nas alíquotas seguintes, calculadas sobre o custo CIF, expresso em moeda nacional, da unidade de volume de petróleo bruto:

Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	80,3
Gasolina de Aviação..	298,1
Querosene de Aviação..	249,2
Gasolina Automotiva, tipo A	320,4
Gasolina Automotiva, tipo B	369,2
Querosene e "Signal oil"	132,9

Óleo Diesel	250,2
Óleo Combustível	Isento
Óleos Lubrificantes simples, compostos ou emulsivos a granel ..	761,6 a 969,3
Óleos Lubrificantes simples, compostos ou emulsivos embalados ..	859,0 a 1131,0

Art. 2º O artigo 1º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 555, de 25 de abril de 1969 e pelo Decreto-lei nº 615, de 9 de junho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os respectivos parágrafos:

"Art. 1º Da receita proveniente da arrecadação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos a que se refere o Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, a União destinará:

I — 8% (oito por cento) para o Fundo Federal do Desenvolvimento Ferroviário;

II — 8% (oito por cento) para aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobras;

III — 39,5% (trinta e nove e meio por cento) ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

IV — 32% (trinta e dois por cento) aos Estados e ao Distrito Federal;

V — 8% (oito por cento) aos Municípios;

VI — 0,2% (dois décimos por cento) ao Ministério das Minas e Energia, para despesas com o assessoramento técnico do Gabinete do Ministro e da Secretaria Geral; custeio dos serviços de fiscalização administrativa e atividades técnicas e científicas no setor de mineração; e atendimento de situações de emergência a critério do titular daquela Pasta;

VII — 1,3% (hum e três décimos por cento) ao Departamento Nacional de Produção Mineral para incremento das atividades que lhe são próprias;

VIII — 1,0% (hum por cento) à Comissão Nacional de Energia Nuclear para aplicação em programas de pesquisas relacionadas com minerais radioativos;

IX — 2% (dois por cento) ao Ministério da Aeronáutica a serem aplicados na execução do Plano Aeroviário Nacional".

Art. 3º O § 1º do artigo 3º do Decreto-lei nº 343, fica acrescentado dos seguintes itens:

“§ 1º

VI — a percentagem pertencente a Comissão Nacional de Energia Nuclear, à conta e ordem daquela Autarquia;

VII — a percentagem pertencente ao Ministério da Aeronáutica, à conta e ordem do Ministro de Estado, para crédito do Fundo Aeroviário”.

Art. 4º O artigo 13, item II da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, fica acrescido da seguinte alínea:

.....
i) uma parcela sobre o preço de realização dos combustíveis automotivos, do querosene iluminante e do gás liquefeito de petróleo, equivalente a 5% (cinco por cento), destinada a atribuir recursos à Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, a título de contribuição especial a ser levada à conta de reserva, para atender à amortização de investimentos em pesquisas de novas reservas nacionais de petróleo bruto.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1º de maio de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

José Flávio Pécora

Mário David Andreazza

Márcio de Souza e Mello

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.092 — DE 12 DE
MARÇO DE 1970

Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-lei nº 765, de 15 de agosto de 1969

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto-lei nº 765, de 15 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação, respeitadas as disposições do Decreto-lei nº 1.076, de 23 de janeiro de 1970:

“Art. 1º O Fundo Nacional de Mineração, instituído pela Lei número 4.425, de 8 de outubro de 1964, bem como as parcelas de 1,3% (um e três décimos por cento) e 1,0% (um por cento) da arrecadação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, respectivamente destinadas ao Departamento Nacional de Produção Mineral e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (artigo 1º, item VII, do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1937, com a redação dada pelo artigo 2º, do Decreto-lei nº 1.091, de 12 de março de 1970) e de 2,0% (dois por cento) da arrecadação do imposto único sobre energia elétrica, destinada ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (artigo 13, item I, da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 644, de 23 de junho de 1969, serão aplicados, de acordo com as respectivas leis de regência, em execução indireta, mediante contrato, na forma legal, com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais”.

Art. 2º Durante o exercício de 1970 o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e a Comissão Nacional de Energia Nuclear poderão utilizar também em execução direta os recursos referidos no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

José Flávio Pécora

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.093 — DE 17 DE
MARÇO DE 1970

Dá nova redação ao artigo 43 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º O artigo 43 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. O Conselho dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da segurança nacional e poderá contar com a colaboração de órgãos complementares, necessários ao cumprimento de sua finalidade constitucional.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI Nº 1.094 — DE 17 DE MARÇO DE 1970

Dispõe sobre a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º As atribuições cometidas à Comissão Especial da Faixa de Fronteiras (CEFF), na forma da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955, ficam incluídas na competência geral da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. O acervo, documentação e recurso orçamentários da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras são transferidos para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, que terá suas atribuições e funcionamento na forma que dispuser o Regulamento da SG/CSN, será presidida pelo Chefe do Gabinete da SG/CSN e constituída de 5 (cinco) membros designados pelo Presidente da República, mediante proposta do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Disporá a CEFF de um Secretário, designado pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI Nº 1.095 — DE 20 DE MARÇO DE 1970

Eleva os limites fixados pelas Leis nºs 1.513, de 24 de dezembro de 1951 e 4.457, de 6 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica elevado em US\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de dólares), ou seu equivalente em outras moedas, o limite fixado no artigo 1º da Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

Art. 2º Fica igualmente elevado em US\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de dólares), ou seu equivalente em outras moedas, o limite fixado no artigo 2º da Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições das Leis nºs 1.513, de 24 de dezembro de 1951 e 4.457, de 6 de novembro de 1964.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.096 — DE 23 DE MARÇO DE 1970

Concede incentivos fiscais às empresas de mineração

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Na determinação do lucro real para efeito do imposto de renda as empresas de mineração poderão deduzir, como custo ou encargo, cota de exaustão de recursos minerais equivalente a vinte por cento da receita bruta auferida nos dez primeiros anos de exploração de cada jazida.

§ 1º O início do período de exploração será aquele que constar do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida, de que trata o Código de Mineração, e que vier a ser aprovado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral após a data de publicação do presente Decreto-lei

§ 2º A receita bruta que servirá de base ao cálculo da cota de exaustão será a correspondente ao valor dos minerais extraídos, no local da extração, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 7º do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969.

§ 3º É facultado à empresa de mineração deduzir, em cada exercício, cota de exaustão superior ou inferior a vinte por cento da receita bruta do exercício, desde que a soma das deduções realizadas até o exercício em causa, não ultrapasse de vinte por cento da receita bruta auferida desde o início da exploração.

§ 4º A dedução poderá ser realizada em exercícios subsequentes ao período inicial de dez anos, observado o mesmo limite global de vinte por cento da receita bruta auferida nos dez primeiros anos de exploração.

§ 5º A dedução da cota de exaustão, nos termos deste artigo, não prejudica o direito à dedução de cotas de amortização e de depreciação, nos termos dos artigos 57 e 58 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 6º A cota de exaustão, deduzida nos termos deste artigo, constituirá reserva a ser incorporada, até doze meses após a data de sua constituição, ao capital social da empresa de mineração, independentemente do pagamento do imposto de renda, quer pela pessoa jurídica, quer pelos seus titular, sócios ou acionistas.

§ 7º A isenção tributária prevista no parágrafo anterior aplica-se, também, aos aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante a utilização do aumento do valor do ativo decorrente dos aumentos de capital realizados, nos termos do parágrafo anterior, por sociedades das quais sejam

elas acionistas ou sócias, bem como as ações novas ou cotas distribuídas em virtude desses aumentos de capital.

Art. 2º Fica assegurado às empresas de mineração, que na data da publicação deste Decreto-lei, forem detentoras, a qualquer título, de direitos de decreto de lavra, direito equivalente ao definido no artigo 1º e seus parágrafos, pelo prazo de dez anos, a partir do exercício de 1971.

Parágrafo único. O limite global estabelecido no art. 1º abrangerá as cotas de exaustão que já tenham sido deduzidas com base no § 4º do artigo 59 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 59 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.097 — DE 23 DE MARÇO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a incluir dotações no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970, dotações até o montante de NCr\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros novos), em favor do Ministério das Minas e Ener-

gia — Gabinete do Ministro — com as seguintes destinações:

I — NCr\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de cruzeiros novos) para integralização do aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD;

II — NCr\$ 13.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos) para integralização de parte do capital subscrito pela União na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM.

Art. 2º Os recursos de que trata o presente Decreto-lei são provenientes de operações realizadas ao amparo do disposto no artigo 6º do Decreto-lei nº 493, de 10 de março de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.093 — DE 25 DE MARÇO DE 1970

Altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, e considerando:

Que o interesse especial do Estado costeiro na manutenção da produtividade dos recursos vivos das zonas marítimas adjacentes a seu litoral é reconhecido pelo Direito Internacional;

Que tal interesse só pode ser eficazmente protegido pelo exercício da soberania inerente ao conceito do mar territorial;

Que cada Estado tem competência para fixar seu mar territorial dentro de limites razoáveis, atendendo a fatores geográficos e biológicos assim como às necessidades de sua população e sua segurança e defesa, decreta:

Art. 1º O mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 (duzentas) milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha do baixa-mar do li-

toral continental e insular brasileiro adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras.

Parágrafo único. Nos lugares em que a linha costeira apresenta reentrâncias profundas ou saliências, ou onde existe uma série de ilhas ao longo da costa e em sua proximidade imediata, será adotado o método das linhas de base retas, ligando pontos apropriados, para o traçado da linha a partir da qual será medida a extensão do mar territorial.

Art. 2º A soberania do Brasil se estende no espaço aéreo acima do mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar.

Art. 3º É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro.

§ 1º Considera-se passagem inocente o simples trânsito pelo mar territorial, sem o exercício de quaisquer atividades estranhas à navegação e sem outras paradas que não as incidentes à mesma navegação.

§ 2º No mar territorial todos os navios devem cumprir os regulamentos brasileiros destinados a garantir a paz, a boa ordem e a segurança, bem como evitar a poluição das águas e o dano aos recursos do mar.

§ 3º O Governo brasileiro estabelecerá os regulamentos que, por motivos de segurança, lhe pareça necessário fazer observar por navios de guerra e outros navios de Estado estrangeiro.

Art. 4º O Governo brasileiro regulamentará a pesca, tendo em vista o aproveitamento nacional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial, bem como as atividades de pesquisa e exploração.

§ 1º Os regulamentos poderão fixar zonas em que a pesca seja exclusivamente reservada a embarcações brasileiras.

§ 2º Nas zonas do mar territorial que ficarem abertas à pesca por embarcações estrangeiras, só poderão estas exercer suas atividades quando devidamente registradas e autorizadas, e mediante obrigação de respeitarem a regulamentação brasileira.

§ 3º Poderão ser definidos por acordos internacionais, em princípio na base da reciprocidade, regimes especiais de pesca, pesquisa e exploração no mar territorial.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto-lei n.º 553, de 25 de abril de 1969, e outras disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1970;
149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Mário Gibson Barboza

DECRETO-LEI N.º 1.099 — DE 25 DE
MARÇO DE 1970

Dispõe sobre a retribuição de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, *in fine* da Constituição, decreta:

Art. 1.º A gratificação de exercício prevista nas Tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 1.024, de 21 de outubro de 1969, será considerada, em relação aos cargos constantes das mesmas Tabelas, no cálculo de proventos de aposentadorias e disponibilidades, bem como na retribuição paga a funcionários licenciados.

Art. 2.º Na aplicação do disposto no artigo 1.º deste Decreto-lei, aos funcionários aposentados ou em disponibilidade anteriormente à vigência do Decreto-lei n.º 1.024, de 21 de outubro de 1969, será feita a reclassificação dos mesmos de conformidade com procedimento adotado nas Tabelas anexas àquele Decreto-lei.

Art. 3.º Este Decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzirá efeitos a contar de 30 de outubro de 1969.

Brasília, 25 de março de 1970;
149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 1.100 — DE 25 DE
MARÇO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 50.000.000,00, para fins que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o inciso II, do artigo 55, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros novos), destinado a suprir recursos para a realização de financiamentos em setores básicos que, a critério do Conselho Monetário Nacional e ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, sejam considerados de interesse prioritário para desenvolvimento nacional e, eventualmente, careçam de assistência creditícia adicional.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo terá vigência até o término do exercício de 1970.

Art. 2.º A utilização do crédito de que trata o artigo anterior dependerá de inculcação expressa àquela finalidade, por decisão do Conselho Monetário Nacional, e recursos a serem obtidos mediante a colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, junto às Companhias Seguradoras, na forma estabelecida pelo artigo 28, do Decreto-lei n.º 73, de 21.11.66.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1970;
149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI N.º 1.101 — DE 30 DE
MARÇO DE 1970

Estabelece normas especiais aplicáveis às autorizações de pesquisa de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º É facultado aos titulares de autorização de pesquisa de cassiterita, em área inferior a 1.000 ha, na Província Estanífera de Rondônia, ceder, mediante instrumento público e em caráter irrevogável e irretratável, os respectivos direitos, no prazo de noventa (90) dias, contados da publicação deste Decreto-lei, à empresa de mineração que se proponha a realizar pesquisa nas condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º do artigo 29 do Regulamento do Código de Mineração, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 64.590, de 27 de maio de 1969.

Parágrafo único. A Província Estanífera de Rondônia compreende a área territorial definida pelo Ministro das Minas e Energia.

Art. 2º A empresa de mineração, cessionária dos direitos de que trata o artigo anterior, deverá requerer perante o D.N.P.M., no prazo de trinta (30) dias, contados da efetivação da cessão, o agrupamento, até o limite máximo de 10.000 ha., de cada conjunto de áreas correspondentes às autorizações cedidas.

§ 1º Indeferido o requerimento, por despacho do Diretor-Geral do D.N.P.M., ou findo o prazo estabelecido neste artigo sem que a empresa de mineração cessionária haja requerido o agrupamento das áreas correspondentes às autorizações de pesquisa cedidas, caducará seu direito, ficando liberadas e disponíveis as áreas, para serem requeridas por terceiros interessados, na data de publicação no *Diário Oficial da União* do despacho de indeferimento, ou automaticamente após o decurso do referido prazo de trinta (30) dias.

§ 2º Após a liberação e disponibilidade de que trata o parágrafo anterior, é vedado à empresa de mineração cessionária requerer autorização de pesquisa objetivando, no todo ou em parte, as áreas cedidas.

§ 3º Deferido o pedido de agrupamento, será outorgada nova autorização de pesquisa, com prazo de validade de dezoito (18) meses, contado da data de publicação do respectivo Alvará englobando cada conjunto de áreas correspondentes às autorizações cedidas, mediante o pagamento de taxa de publicação e emolumentos nos termos do artigo 22 e seus pará-

grafos do Regulamento do Código de Mineração.

§ 4º É vedada a renovação, de que trata o item II do artigo 22 do Código de Mineração, da nova autorização de pesquisa outorgada, nos termos do parágrafo anterior, quaisquer que sejam os motivos que tenham impedido a realização da pesquisa.

Art. 3º A cessão de direitos efetivada com a inobservância da forma, prazo e condições estabelecidas no art. 1º acarretará a anulação das autorizações de pesquisa cedidas, declarada mediante o processo administrativo de que trata o art. 68 do Código de Mineração.

Art. 4º Os processos administrativos em curso, instaurados pelo D.N.P.M. até a data da publicação deste Decreto-lei, para apuração de infrações ao item I do artigo 31 do Regulamento do Código de Mineração, contra titular de autorização de pesquisa cedida, nos termos do artigo 1º, serão arquivados por despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, ainda que haja despacho de imposição da multa, caso em que será esta relevada.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 1.102 — DE 30 DE MARÇO DE 1970

Estabelece regime especial para o comércio de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º O comércio de cassiterita em área objeto de autorização de pesquisa, na Província Estanífera de Rondônia, somente poderá ser exercido pelo titular da aludida autorização ou pelo Banco do Brasil.

Parágrafo único. A Província Estanífera de Rondônia compreende a

área territorial definida pelo Ministro das Minas e Energia.

Art. 2º A cassiterita extraída em área objeto de autorização de pesquisa na Província Estanífera de Rondônia, só poderá ser comercializada e transportada nas quantidades e sob as condições especificadas em "Guia de Utilização", expedida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

Parágrafo único. A "Guia de Utilização" mencionará, expressamente, o prazo de validade e as quantidades mensal e total a serem comercializadas.

Art. 3º A cassiterita negociada nos termos dos artigos anteriores, somente poderá ser transportada da área titulada em que fôr extraída, até o local mais próximo, onde exista repartição do Ministério da Fazenda ou agência do Banco do Brasil, para recolhimento do imposto único sobre minerais, mediante "Guia de Transporte", a ser expedida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 1º A "Guia de Transporte" indicará:

- a) a origem do minério;
- b) o nome do titular da autorização de pesquisa;
- c) o número do respectivo Alvará;
- d) a quantidade de minério;
- e) o número da "Guia de Utilização".

§ 2º O imposto único será arrecadado, mediante guia própria, acompanhada obrigatoriamente da "Guia de Transporte".

§ 3º É vedado aos transportadores em geral, e aos responsáveis pelos veículos, embarcações ou aeronaves, aceitar despachos ou efetuar o transporte de cassiterita, entre os locais de que trata o caput deste artigo, sem que a carga seja acompanhada de "Guia de Transporte" expedida pelo

Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 4º O transporte realizado sem a observância do disposto no parágrafo anterior, sujeitará o transportador e os responsáveis ali referidos à multa de 3 (três) maiores salários mínimos vigentes no País e à cassação da respectiva habilitação profissional, independentemente da apreensão da cassiterita.

Art. 4º O preço mínimo de cassiterita, para efeito do comércio de que trata o artigo 1º, será fixado, conjuntamente, pelos Ministérios da Fazenda e das Minas e Energia, de seis em seis meses, através de Portaria.

Art. 5º Se o titular da autorização de pesquisa não efetuar a compra de cassiterita extraída até o limite da "Guia de Utilização", pelos preços mínimos fixados pelo D.N.P.M., fica o Banco do Brasil autorizado a adquiri-la.

Art. 6º A fiscalização do regime especial do comércio estabelecido no presente Decreto-lei será exercida, em conjunto, pelos Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, com a colaboração dos Ministérios da Marinha, Exército, Aeronáutica e Interior, nas respectivas áreas de competência.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Antônio Deijim Netto

Márcio de Souza e Mello

Antônio Dias Leite Júnior

José Costa Cavalcanti

área territorial definida pelo Ministro das Minas e Energia.

Art. 2º A cassiterita extraída em área objeto de autorização de pesquisa na Província Estanífera de Rondônia, só poderá ser comercializada e transportada nas quantidades e sob as condições especificadas em "Guia de Utilização", expedida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

Parágrafo único. A "Guia de Utilização" mencionará, expressamente, o prazo de validade e as quantidades mensal e total a serem comercializadas.

Art. 3º A cassiterita negociada nos termos dos artigos anteriores, somente poderá ser transportada da área titulada em que fôr extraída, até o local mais próximo, onde exista repartição do Ministério da Fazenda ou agência do Banco do Brasil, para recolhimento do imposto único sobre minerais, mediante "Guia de Transporte", a ser expedida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 1º A "Guia de Transporte" indicará:

- a) a origem do minério;
- b) o nome do titular da autorização de pesquisa;
- c) o número do respectivo Alvará;
- d) a quantidade de minério;
- e) o número da "Guia de Utilização".

§ 2º O imposto único será arrecadado, mediante guia própria, acompanhada obrigatoriamente da "Guia de Transporte".

§ 3º É vedado aos transportadores em geral, e aos responsáveis pelos veículos, embarcações ou aeronaves, aceitar despachos ou efetuar o transporte de cassiterita, entre os locais de que trata o *caput* deste artigo, sem que a carga seja acompanhada de "Guia de Transporte" expedida pelo

Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 4º O transporte realizado sem a observância do disposto no parágrafo anterior, sujeitará o transportador e os responsáveis ali referidos à multa de 3 (três) maiores salários mínimos vigentes no País e à cassação da respectiva habilitação profissional, independentemente da apreensão da cassiterita.

Art. 4º O preço mínimo de cassiterita, para efeito do comércio de que trata o artigo 1º, será fixado, conjuntamente, pelos Ministérios da Fazenda e das Minas e Energia, de seis em seis meses, através de Portaria.

Art. 5º Se o titular da autorização de pesquisa não efetuar a compra de cassiterita extraída até o limite da "Guia de Utilização", pelos preços mínimos fixados pelo D.N.P.M., fica o Banco do Brasil autorizado a adquiri-la.

Art. 6º A fiscalização do regime especial do comércio estabelecido no presente Decreto-lei será exercida, em conjunto, pelos Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, com a colaboração dos Ministérios da Marinha, Exército, Aeronáutica e Interior, nas respectivas áreas de competência.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Antônio Delfim Netto

Márcio de Souza e Mello

Antônio Dias Leite Júnior

José Costa Cavalcanti

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

(*) DECRETO-LEI Nº 1.002 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código de Processo Penal Militar

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — Suplemento
"B" ao nº 202, de 21 de outubro de 1969)

Republicação

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

INDICE

LIVRO I

	Artigos
<i>Título I</i>	
Capítulo Único — Da lei de processo penal militar e da sua aplicação	1º a 6º
<i>Título II</i>	
Capítulo Único — Da polícia judiciária militar ...	7º e 8º
<i>Título III</i>	
Capítulo Único — Do inquérito policial militar	9º a 28
<i>Título IV</i>	
Capítulo Único — Da ação penal militar e do seu exercício	29 a 33
<i>Título V — Do processo penal militar em geral</i>	
Capítulo Único — Do processo	34 e 35
<i>Título VI — Do juiz, auxiliares e partes do processo</i>	
Capítulo I — Do juiz e seus auxiliares	
Seção I — Do juiz	36 a 41
Seção II — Dos auxiliares do juiz	42 a 46
Seção III — Dos peritos e intérpretes	47 a 53
Capítulo II — Das partes	
Seção I — Do acusador	54 a 59
Seção II — Do assistente	60 a 63
Seção III — Do acusado, seus defensores e curadores	64 a 76
<i>Título VII</i>	
Capítulo Único — Da denúncia	77 a 81

Rep. em 21-1-70, ret. em 23-1 e 23-1.

Título VIII

Capítulo Único — Do fôro militar	82 a 84
--	---------

Título IX

Capítulo I — da competência em geral	86 a 87
Capítulo II — Da competência pelo lugar da infração	88 a 92
Capítulo III — Da competência pelo lugar da residência ou domicílio do acusado	93
Capítulo IV — Da competência por prevenção	94 e 95
Capítulo V — Da competência pela sede do lugar de serviço	96
Capítulo VI — Da competência pela especialização das Auditorias	97
Capítulo VII — Da competência por distribuição	98
Capítulo VIII — Da conexão ou continência	99 a 107
Capítulo IX — Da competência pela prerrogativa do posto ou da função	108
Capítulo X — Do desaforamento	109 e 110

Título X

Capítulo Único — Dos conflitos de competência	111 a 121
--	-----------

Título XI

Capítulo Único — Das questões prejudiciais	122 a 127
--	-----------

Título XII — Das incidentes

Capítulo I — Das exceções em geral	128
Seção I — Da exceção de suspeição ou impedimento	129 a 142
Seção II — Da exceção de incompetência	143 a 147
Seção III — Da exceção de litispendência	148 a 152
Seção IV — Da exceção da coisa julgada	153 a 155
Capítulo II — Do incidente de insanidade mental do acusado	156 a 162
Capítulo III — Do incidente de falsidade de documento	163 a 169

Título XIII — Das medidas preventivas e assecuratórias

Capítulo I — Das providências que recaem sobre coisas ou pessoas	
Seção I — Da busca	170 a 184
Seção II — Da apreensão	185 a 189
Seção III — Da restituição	190 a 198
Capítulo II — Das providências que recaem sobre coisas	
Seção I — Do seqüestro	199 a 205
Seção II — Da hipoteca legal	206 a 214
Seção III — Do arresto	215 a 219
Capítulo III — Das providências que recaem sobre pessoas	
Seção I — Da prisão provisória	
Disposições gerais	220 a 242
Seção II — Da prisão em flagrante	243 a 253
Seção III — Da prisão preventiva	254 a 261

Capítulo IV — Do comparecimento espontâneo	262
Capítulo V — Da mensagem	263 a 269
Capítulo VI — Da liberdade provisória	270 a 271
Capítulo VII — Da aplicação provisória de medidas de segurança	272 a 276
<i>Título XIV</i>	
Capítulo Único — Da citação, da intimação e da notificação	277 a 293
<i>Título XV — Dos atos probatórios</i>	
Capítulo I — Disposições gerais	294 a 301
Capítulo II — Da qualificação e do interrogatório do acusado	302 a 306
Capítulo III — Da confissão	307 a 310
Capítulo IV — Das perguntas ao ofendido	311 a 313
Capítulo V — Das perícias e exames	314 a 346
Capítulo VI — Das testemunhas	347 a 364
Capítulo VII — Da acareação	365 a 367
Capítulo VIII — Do reconhecimento de pessoa e de coisa	368 a 370
Capítulo IX — Dos documentos	371 a 381
Capítulo X — Dos indícios	382 e 383

LIVRO II

Dos processos em Espécie

Título I — Do processo ordinário

Capítulo Único — Da instrução criminal

Seção I — Da prioridade de instrução. Da polícia e ordem das sessões. Disposições gerais ..	384 a 395
Seção II — Do início do processo ordinário	396 a 398
Seção III — Da instalação do Conselho de Justiça	399 a 403
Seção IV — Da qualificação e do interrogatório do acusado. Das exceções que podem ser opostas. Do comparecimento do ofendido	404 a 410
Seção V — Da revelia	411 a 414
Seção VI — Da inquirição de testemunhas, do reconhecimento de pessoa ou coisa e das diligências em geral	415 a 430
Seção VII — Da sessão do julgamento e da sentença	431 a 450

Título II — Dos processos especiais

Capítulo I — Da deserção em geral	451 a 453
Capítulo II — Do processo de deserção do oficial ...	454 e 455
Capítulo III — Do processo de deserção de praça com ou sem graduação, e de praça especial, no Exército	456 a 459
Capítulo IV — Do processo de deserção de praça, com ou sem graduação, e de praça especial, na Marinha e na Aeronáutica	460 a 482

Capítulo V — Do processo do crime de insubmissão	463 a 465
Capítulo VI — Do "habeas corpus"	466 a 480
Capítulo VII — Do processo para restauração de autos	481 a 488
Capítulo VIII — Do processo de competência originária do Superior Tribunal Militar	
Seção I — Da instauração criminal	489 a 395
Seção II — Do julgamento	496 e 497
Capítulo IX — Da correição parcial	498

LIVRO III

*Das Nulidades e Recursos em Geral**Título I*

Capítulo Único — Das nulidades	499 a 500
--------------------------------------	-----------

Título II — Dos recursos

Capítulo I — Regras gerais	510 a 515
Capítulo II — Dos recursos em sentido estrito	516 a 525
Capítulo III — Da apelação	526 a 537
Capítulo IV — Dos embargos	538 a 549
Capítulo V — Da revisão	550 a 562
Capítulo VI — Dos recursos da competência do Supremo Tribunal Federal	563
Capítulo VII — Do recurso nos processos contra civis e governadores de Estado e seus secretários	564 a 567
Capítulo VIII — Do recurso das decisões denegatórias de "habeas corpus"	568 e 569
Capítulo IX — Do recurso extraordinário	570 a 583
Capítulo X — Da reclamação	584 a 587

LIVRO IV

*Da Execução**Título I — Da execução da sentença*

Capítulo I — Disposições gerais	588 a 593
Capítulo II — Da execução das penas em espécie	594 a 603
Capítulo III — Das penas principais não privativas da liberdade e das acessórias	604 e 605

Título II — Dos incidentes da execução

Capítulo I — Da suspensão condicional da pena	606 a 617
Capítulo II — Do livramento condicional	618 a 642

Título III — Do indulto, da comutação da pena, da anistia e da reabilitação

Capítulo I — Do indulto, da comutação da pena e da anistia	643 a 650
Capítulo II — Da reabilitação	651 a 658

Título IV

Capítulo Único — Da execução das medidas de segurança	659 a 674
---	-----------

LIVRO V

Título Único — Da Justiça Militar em Tempo de Guerra

Capítulo I — Do processo	675 a 693
Capítulo II — Dos recursos	694 a 706
Capítulo III — Disposições especiais relativas à Justiça Militar em tempo de guerra	707 a 710
<i>Disposições Finais e Transitórias</i>	711 a 718

Retificação

Na página 90, 2ª coluna,

Onde se lê:

Capítulo V

Do "Habeas Corpus"

Leia-se:

Capítulo VI

Do "Habeas Corpus"

Na página 91, 2ª coluna,

Onde se lê:

Capítulo VI

Do processo para restauração de autos

Leia-se:

Capítulo VII

Do processo para restauração de autos

Na página 92, 2ª coluna,

Onde se lê:

Capítulo VII

Do processo de competência originária do Superior Tribunal Militar

Leia-se:

Capítulo VIII

Do processo de competência originária do Superior Tribunal Militar

Na página 93, 1ª coluna,

Onde se lê:

Capítulo VIII

Da correição parcial

Leia-se:

Capítulo IX

Da correição parcial

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOLUME I — 1970

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

A

AGROPECUARIA — Imposto de Renda — Alteração do Decreto-lei nº 902, de 30-9-69 — Art. 4º. (Decreto-lei nº 1.074, de 20-1-70).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA — Suspensão — Pará. (Ato Complementar nº 80, de 25-3-70).

B

BONS COSTUMES — Regulamentação do art. 153, § 8º. (Decreto-lei nº 1.077, de 26-1-70).

C

CÂMARA DE VEREADORES — Suspensão de recesso — Pariqueira-açu. (Ato Complementar nº 79, de 29 de janeiro de 1970).

— Suspensão de recesso — Itu. (Ato Complementar nº 81, de 30-3-70).

CAPITAL DE GIRO — Imposto de Renda — Incorporação. (Decreto-lei nº 1.089, de 2-3-70).

CASSITERITA — Pesquisa especial — Rondônia. (Decreto-lei nº 1.101, de 30-3-70).

— Comércio especial — Rondônia. (Decreto-lei nº 1.102, de 30-3-70).

CINEMA — Filmes estrangeiros — Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 1.089, de 2-3-70).

COMISSÃO ESPECIAL — Faixa de Fronteiras. (Decreto-lei nº 1.034, de 17-3-70).

COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR — Extinção. (Decreto-lei nº 1.084, de 6-2-70).

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA — Valores mínimos — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei número 1.082, de 5-2-70).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Moral e bons costumes — Regulamentação do art. 153, § 8º. (Decreto-lei nº 1.077, de 26-1-70).

COPA 70 — Imposto de Renda — Isenção. (Decreto-lei nº 1.089, de 2-3-70).

CORREÇÃO MONETÁRIA — Falidos — Débitos Fiscais — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 1.090, de 10 de março de 1970).

D

DÉBITOS FISCAIS — Falidos — Correção monetária — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 1.090, de 10-3-70).

DESAPROPRIAÇÃO — Imóveis residenciais — Imissão de posse. (Decreto-lei nº 1.075, de 22-1-70).

DIREITOS POLÍTICOS — Servidores Públicos — Suspensão. (Ato Complementar nº 78, de 15-1-70).

E

ELETROBRAS — Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 1.089, de 2-3-70).

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS — Elevação de limites. (Decreto-lei número 1.095, de 20-3-70).

ENSINO — Magistério Superior Federal — Vencimentos básicos. (Decreto-lei nº 1.085, de 25-2-70).

ESTATUTO DOS MILITARES — Alteração do art. 85. (Decreto-lei número 1.078, de 27-1-70).

— Alteração do art. 85. (Decreto-lei nº 1.081, de 2-2-70).

EXTERIOR — Empréstimos — Elevação de limite. (Decreto-lei número 1.095, de 20-3-70).

F

FALIDOS — Débitos fiscais — Correção Monetária — Prorrogação de Prazo. (Decreto-lei nº 1.090, de 10 de março de 1970).

FINANCEIRAS — Alteração da Lei nº 4.595, de 31-12-64 — Art. 4º. (Decreto-lei nº 1.085, de

FLORESTAMENTO — Incentivos — Projetos. (Decreto-lei nº 1.087, de 2-3-70).

FUNCIONARIO — Ministério da Fazenda — Redistribuição. (Decreto-lei nº 1.099, de 25-3-70).

FUNDO NACIONAL DE MINERAÇÃO — Recursos — Alteração do Decreto-lei nº 765, de 15-8-69 — Art. 1º. (Decreto-lei nº 1.092, de 12-3-70).

I

IMISSÃO DE POSSE — Imóveis residenciais urbanos. (Decreto-lei número 1.075, de 22-1-70).

IMÓVEIS — Imissão de posse. (Decreto-lei nº 1.075, de 22-1-70).

IMPOSTO DE RENDA — Agropecuária — Alteração do Decreto-lei número 902, de 30-9-69 — Art. 4º. (Decreto-lei nº 1.074, de 20-1-70).

— Abatimentos. (Decreto-lei número 1.039, de 2-3-70).

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — Municípios dos Territórios Federais. (Decreto-lei nº 1.080, de 30-1-70).

IMPOSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES — Aliquotas — Alteração do Decreto-lei nº 61, de 21-11-66 — Art. 1º; Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967 — Arts. 1º e 3º; Lei nº 4.452, de 5-11-64 — Artigo 13). (Decreto-lei nº 1.031, de 12-3-70).

IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS — Incidência e cobrança. (Decreto-lei nº 1.083, de 6-2-70).

IMPOSTOS ÚNICOS — Distribuição — Alteração. (Decreto-lei nº 1.076, de 23-1-70).

INCENTIVOS FISCAIS — Empresas de mineração. (Decreto-lei número 1.096, de 23-3-70).

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR — Extinção da Comissão Geral. (Decreto-lei nº 1.084, de 6-2-70).

L

LETRAS DO TESOUREIRO — Mercado aberto. (Decreto-lei nº 1.079, de 29-1-70).

LIMITES — Mar territorial. (Decreto-lei nº 1.098, de 25-3-70).

M

MAR TERRITORIAL — Alteração dos limites. (Decreto-lei nº 1.098, de 25-3-70).

MERCADO ABERTO — Emissão de Letras do Tesouro. (Decreto-lei número 1.079, de 29-1-70).

MILITARES — Alteração do Estatuto — Art. 85. (Decreto-lei nº 1.078, de 27-1-70).

— Cálculo das pensões. (Decreto-lei nº 1.081, de 2-2-70).

MINERAÇÃO — Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — Alteração do Decreto-lei nº 765, de 15-8-69 — Art. 1º. (Decreto-lei número 1.092, de 12-3-70).

— Incentivos fiscais. (Decreto-lei número 1.098, de 23-3-70).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Retribuição de servidores. (Decreto-lei nº 1.099, de 25-3-70).

— CREDITO especial. (Decreto-lei nº 1.100, de 25-3-70).

MORAL — Regulamentação do artigo 153, § 8º. (Decreto-lei número 1.077, de 26-1-70).

MUNICÍPIOS — Territórios — Parcelas do ICM. (Decreto-lei número 1.080, de 30-1-70).

O

ORÇAMENTO PLURIANUAL — Inclusão de dotação. (Decreto-lei número 1.097, de 23-3-70).

P

PENSÕES MILITARES — Cálculo. (Decreto-lei nº 1.081, de 2-2-70).

POLÍCIA FEDERAL — Nomeação — Alteração da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965 — Arts. 6º e 19. (Decreto-lei nº 1.088, de 2-3-70).

R

RECESSO — Suspensão — Câmara de Vereadores — Pariquera-açu. (Ato Complementar nº 79, de 29 de janeiro de 1970).

— Suspensão — Assembléia Legislativa do Pará. (Ato Complementar nº 80, de 25-3-70).

— Câmara de Vereadores — Suspensão — Itu. (Ato Complementar nº 81, de 30-3-70).

REFLORESTAMENTO — Incentivos — Projetos. (Decreto-lei nº 1.087, de 2-3-70).

REFORMA ADMINISTRATIVA — Alteração do Decreto-lei nº 200, de 25-2-67 — Art. 43. (Decreto-lei número 1.093, de 17-3-70).

S

SERVIÇOS — Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 1.082, de 2-3-70).

SERVIDORES PÚBLICOS — Suspensão de direito políticos. (Ato Complementar nº 78, de 15-1-70).

— Vencimentos — Reajustamento. (Decreto-lei nº 1.073, de 9-1-70).

T

TERRITÓRIOS FEDERAIS — Municípios — Parcelas do ICM. (Decreto-lei nº 1.080, de 30-1-70).

TÍTULOS — Imposto de Renda — Protesto — Prazo. (Decreto-lei número 1.089, de 2-3-70).

V

VALORES MÍNIMOS — Conselho de Política Aduaneira — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 1.082, de 5-2-70).

VENCIMENTOS — Servidores Públicos — Reajustamento. (Decreto-lei nº 1.073, de 9-1-70).

— Magistério Federal Superior. (Decreto-lei nº 1.086, de 25-2-70).

ANOTAÇÕES





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1970 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1970

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO E ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
I -- ATOS COMPLEMENTARES		segurança das Instituições Bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Créditos — Publicado no D.O. de 7 de abril de 1970 13	
32 — Ato Complementar de 23 de abril de 1970 — Publicado no D.O. de 24-4-70	3	1.104 — Decreto-lei de 30 de abril de 1970 — Altera o Decreto-lei nº 1.360, de 21 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 30-4-70	13
33 — Ato Complementar de 27 de abril de 1970 — Publicado D.O. de 29-4-70	3	1.105 — Decreto-lei de 20 de maio de 1970 — Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 e ret. no de 25-5-70 ..	14
34 — Ato Complementar de 20 de maio de 1970 — Publicado no D.O. de 21-5-70	4	1.106 — Decreto-lei de 16 de junho de 1970 — Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências — Publicado no D.O. de 17 e ret. no de 24 de junho de 1970	15
35 — Ato Complementar de 20 de maio de 1970 — Publicado no D.O. de 21-5-70	5	1.107 — Decreto-lei de 18 de junho de 1970 — Regula a destinação do Fundo de Assistência do Desempregado em casos excepcionais — Publicado no D.O. de 19-6-70	16
36 — Ato Complementar de 26 de maio de 1970 — Publicado no D.O. de 27-5-70	5		
II -- LEI COMPLEMENTAR			
5 — Lei Complementar de 29 de abril de 1970 — Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151, e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29-4-70	7		
III -- DECRETOS-LEIS			
1.103 — Decreto-lei de 6 de abril de 1970 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.034, de 1969, que dispõe sobre a			

	Págs.		Págs.
1.108 — Decreto-lei de 24 de junho de 1970 — Dispõe sobre a retribuição dos fiscais de Tributos do Açúcar e Alcool e dá outras providências — Publicado no D.O. de 25 de junho de 1970	18	restamento e reflorestamento visando ao reconhecimento de incentivos fiscais — Publicado no D.O. de 22-5-70	20
1.109 — Decreto-lei de 26 de junho de 1970 — Reformula o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre imposto de renda — Publicado no D.O. de 29-6-70	17	6 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.097, de 23 de março de 1970, que autoriza o Poder Executivo a incluir dotações no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970 — Publicado no D.O. de 25-5-70	21
IV — DECRETOS-LEGISLATIVOS		7 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.080, de 30 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a entrega das parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias pertencentes aos Municípios dos Territórios Federais — Publicado no D.O. de 25-5-70	21
1 — Decreto Legislativo de 1970 — Autoriza o Presidente da República Federativa do Brasil a ausentar-se do País — Publicado no D.O. de 20-4-70	19	8 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.095, de 20 de março de 1970, que eleva os limites fixados pelas Leis nºs 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e 4.457, de 6 de novembro de 1964, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26 de maio de 1970	21
2 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementa a redação do art. 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços a cargo do Governo Federal — Publicado no D.O. de 22-5-70	19	9 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.100, de 25 de março de 1970, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros novos), para fins que especifica — Publicado no D.O. de 25-5 e repub. no de 9 e 11 de junho de 1970	22
3 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.084, de 6 de fevereiro de 1970, que extingue a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 22-5-70	20	10 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.071, de 5 de dezembro de 1969, que prorroga o prazo de isenção estabelecido no art. 4º do Decreto-lei nº 614, de 6 de junho de 1969 — Publicado no D.O. de 25-5-70	22
4 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.082, de 5 de fevereiro de 1970, que prorroga o prazo concedido ao Conselho de Política Aduaneira para apreciação dos "valores mínimos" nas importações, estabelecidos pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) — Publicado no D.O. de 22 e rep. no de 27 de maio de 1970	20	11 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.074, de 20 de janeiro de 1970, que acrescenta para-	
5 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.087, de 2 de março de 1970, que dispõe sobre a aprovação de projetos de flo-			

Págs.	Págs.
grafos ao art. 4º do Decreto-lei nº 302, de 30 de setembro de 1969, e dá outras providências — Publicado no <i>D.O.</i> de 25-5-70	22
12 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.099, de 23 de março de 1970, que dispõe sobre a retribuição de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no <i>D.O.</i> de 25-5-70 ..	23
13 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.102, de 30 de março de 1970, que estabelece regime especial para comércio de cassiterita na Província Estanifera de Rondônia — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70 ..	23
14 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.092, de 12 de março de 1970, que dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei número 765, de 15 de agosto de 1969 — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70	23
15 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.081, de 2 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre o cálculo das pessoas militares — Publicado no <i>D.O.</i> de 27 de maio de 1970	24
16 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.072, de 30 de dezembro de 1969, que dá nova redação ao art. 3º, letra "a", do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e dá outras providências — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5 e repub. no de 9-6-70	24
17 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.103, de 6 de abril de 1970, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a segurança das instituições bancárias, caixas econômicas e cooperativas de crédito — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70	24
18 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.035, de 18 de fevereiro de 1970, que dá nova redação ao inciso XIV do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70	25
19 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.093, de 17 de março de 1970, que dá nova redação ao art. 43 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969 — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70	25
20 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.101, de 30 de março de 1970, que estabelece normas especiais aplicáveis às autorizações de pesquisa de cassiterita na Província Estanifera de Rondônia — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70	25
21 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.078, de 27 de janeiro de 1970, que revoga a letra "a" do art. 35 do Decreto-lei nº 1.029, de 21 de outubro de 1969. (Estatuto dos Militares) — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70	26
22 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.083, de 2 de março de 1970, que acrescenta parágrafos aos arts. 6º e 19 da Lei nº 4.879, de 3 de dezembro de 1965 — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5 e repub. no de 9-6-70	26
23 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, que regula a imissão de posse, "início litis", em imóveis residenciais — Publicado no <i>D.O.</i> de 27-5-70 ..	26
24 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.091, de 12 de março de 1970, que altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e	

	Págs.		Págs.
dá outras providências — Publicado no D.O. de 27-5-70	27	32 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.079, de 23 de janeiro de 1970, que autoriza a emissão de Letras do Tesouro Nacional para o desenvolvimento de operações de "Mercado Aberto", com fins monetários, pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29 de maio de 1970	29
25 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.069, de 23 de março de 1970, que concede incentivos fiscais às empresas de mineração — Publicado no D.O. de 27-5-70	27	33 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.090, de 10 de março de 1970, que prorroga prazo do Decreto-lei nº 858, de 11 de setembro de 1969, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29-5-70	30
26 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências — Publicado no D.O. de 27-5-70	27	34 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.077, de 28 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a execução do art. 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil — Publicado no D.O. de 29-5-70	30
27 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.086, de 25 de fevereiro de 1970, que fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino superior federal e dá outras providências — Publicado no D.O. de 27-5 e repub. no de 9-6-70	28	35 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29-5-70	30
28 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.094, de 17 de março de 1970, que dispõe sobre a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e dá outras providências — Publicado no D.O. de 27-5-70	28	36 — Decreto Legislativo de 1970 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser registrada despesa em favor de M. Damásio Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário — Publicado no D.O. de 18-6-70	31
29 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.089, de 2 de março de 1970, que dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29-5-70	28		
30 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.076, de 23 de janeiro de 1970, que altera, para o exercício de 1970, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos — Publicado no D.O. de 29-5-70	29		
31 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, que altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29-5-70	29		

V — LEIS

5.576 — Lei de 4 de maio de 1970 — Acrescenta parágrafo único ao artigo 15 da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1955, que estabelece princípios, condições e critérios para as promoções dos oficiais da Marinha do Brasil — Publicado no D.O. de 6-5-70	33
--	----

	Págs.		Págs.
5.577 — Lei de 8 de maio de 1970 — Dispõe sobre o emprego, pela indústria, da palavra sêda e seus compostos — Publicado no D.O. de 12 de maio de 1970	33	5.583 — Lei de 25 de junho de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a subscrever ações do aumento de capital de Aços Fines Piratini S.A., altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26-6-70	38
5.578 — Lei de 8 de maio de 1970 — Estende aos ocupantes interinos de cargos de Tesouraria, amparados pelo art. 50 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1967 — Publicado no D.O. de 12 de maio de 1970	34	5.584 — Lei de 26 de junho de 1970 — Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29 de junho de 1970	39
5.579 — Lei de 15 de maio de 1970 — Institui o "Dia da Cultura e da Ciência", e dá outras providências — Publicado no D.O. de 19-5-70 ..	34	5.585 — Lei de 30 de junho de 1970 — Dá nova redação à alínea "p" do artigo 1º da Lei nº 5.378, de 7 de dezembro de 1967, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz — Publicado no D.O. de 30 de junho de 1970	42
5.580 — Lei de 26 de maio de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista ARSA — Aeroportos do Rio de Janeiro S.A., e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26-5 e ret. no de 17-6-70	34		
5.581 — Lei de 26 de maio de 1970 — Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26-5 e ret. no de 26-6-70 ..	36		
5.582 — Lei de 16 de junho de 1970 — Altera o artigo 16 do Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família — Publicado no D.O. de 17 e ret. no de 29-6-70	38		
		ÍNDICE DO APENSO	
		1.098 — Decreto-lei de 25 de março de 1970 — Altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências. (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 30 de março de 1970). — <i>Retificação</i> — Publicado no D.O. de 2-4-70	45

Figuram neste volume os Atos Complementares, Lei Complementar, Decretos-leis, Decretos-Legislativos e as Leis que, expedidos no segundo trimestre de 1970, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 82, DE 23 DE ABRIL DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182, da Constituição, resolve paixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de abril de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Sobral, no Estado do Ceará, decretado pelo Ato Complementar nº 68, de 29 de setembro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Layda

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti.

ATO COMPLEMENTAR Nº 83, DE 27 DE ABRIL DE 1970

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 30 de abril de 1970, o recesso da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, decretado pelo Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969.

Art. 2º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 84, DE 20 DE MAIO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 1º de junho de 1970, o recesso da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, decretado pelo Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

Ruy Vieira da Cunha

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

Marcos Pereira Vianca

Henrique Brandão Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 85, DE 20 DE MAIO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 1º de junho de 1970, o recesso da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, decretado pelo Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

Ruy Vieira da Cunha

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

Marcos Pereira Vianna

Henrique Brandão Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 86, DE 26 DE MAIO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182, da Constituição, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 1º de junho de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Fortaleza, decretado pelo Ato Complementar nº 70, de 6 de outubro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

José Flávio Pécora

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

Ruy Vieira da Cunha

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Benjamim Mário Baptista

Marcos Pereira Vianna

Henrique Brandão Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

II — LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 5 — DE 29 DE ABRIL DE 1970

Estabelece, de acôrdo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151, e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º São inelegíveis:

I — para qualquer cargo eletivo:

a) os inalistáveis;

b) os que hajam sido atingidos por qualquer das sanções previstas no § 1º do art. 7º e no art. 10 do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964; no parágrafo único do art. 14 e no art. 15 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965; no art. 4º e nos §§ 1º e 2º do art. 6º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968; nos arts. 1º, e seus parágrafos, e 3º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969; no art. 1º do Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969; assim como no Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969; ou destituídos dos mandatos que exerciam, por decisão das Assembleias Legislativas; estendendo-se estas inelegibilidades, quando casado o punido, ao respectivo cônjuge;

c) os que participem da organização ou do funcionamento de qualquer agrupamento, associação ou Partido Político, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade de Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;

d) os que, ostensiva ou veladamente, façam parte, ou sejam adeptos de Partido Político cujo registro tenha sido cassado por decisão judicial, transitada em julgado;

e) os que, de qualquer forma, tenham contribuído para tentar reorganizar ou fazer funcionar associação, de direito ou de fato, cujas atividades tenham sido suspensas ou hajam sido dissolvidas, por decisão judicial, nos termos do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946, modificado pelo Decreto-lei nº 8, de 16 de junho de 1966;

f) os que hajam atentado, em detrimento do regime democrático, contra os direitos individuais concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade;

g) os Membros do Poder Legislativo que hajam perdido os mandatos pelos motivos referidos no art. 35 da Constituição;

h) os que, por ato de subversão ou de improbidade na administração pública, direta ou indireta, ou na particular, tenham sido condenados à destituição de cargo, função ou emprego, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que se lhes haja assegurado ampla defesa;

i) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com êle incompatíveis;

j) os que estejam privados, por sentença judicial, transitada em julgado, em processo eleitoral, do direito à elegibilidade, por haver atentado contra o regime democrático, a eleição e a probidade administrativa e a lisura ou a normalidade de eleição;

l) os que tenham comprometido, por si ou por outrem, mediante abuso do poder econômico, de ato de corrup-

ção ou de influência no exercício do cargo ou função da administração, direta ou indireta, ou de entidade sindical, a lisura ou a normalidade de eleição, ou venham a comprometê-la, pela prática dos mesmos abusos, atos ou influências;

m) os que tenham seus bens confiscados por enriquecimento ilícito, ou que tenham seus nomes propostos para o confisco pela Comissão-Geral de Investigações, enquanto o Presidente da República não indeferir o pedido ou não revogar o decreto de confisco;

n) os que tenham sido condenados ou respondam a processo judicial, instaurado por denúncia do Ministério Público recebida pela autoridade judiciária competente, por crime contra a segurança nacional e a ordem política e social, a economia popular, a fé pública e a administração pública, o patrimônio ou pelo delito previsto no art. 22 desta Lei Complementar, enquanto não absolvidos ou penalmente reabilitados;

o) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos doze meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

p) os que tiverem sido afastados ou destituídos de cargos ou funções de direção, administração ou representação de entidade sindical;

II — para Presidente ou Vice-Presidente da República:

a) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Presidente da República ou de quem o haja substituído nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito;

b) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de suas funções:

1 — os Ministros de Estado;

2 — os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República;

3 — o Chefe do Serviço Nacional de Informações;

4 — o Governador do Distrito Federal;

5 — o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

6 — os Chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

7 — os Comandantes do Exército;

8 — os Magistrados;

9 — o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais da República;

10 — os Interventores Federais;

11 — os Secretários de Estado;

12 — os Membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;

13 — o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

14 — os presidentes, diretores ou superintendentes de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista;

c) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta ou indireta, eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

d) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, cargo ou função de direção, administração ou representação, em empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público ou sujeitas a seu controle, assim como em fundações instituídas ou subvencionadas pela União, Estado, Distrito Federal, Território ou Município;

e) os que, dentro de 6 (seis) meses anteriores à eleição, hajam ocupado cargo ou função de direção nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

f) os que, detendo o controle de empresa ou grupo de empresas que opere no Brasil, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da Lei citada na alínea anterior, não apresentarem à Justiça Eleitoral, até 6 (seis) meses antes do pleito a prova de que fizeram cessar o abuso apurado do poder econômico, ou de que transferiram, por forma regular, o controle das referidas empresas ou grupo de empresas;

g) os que tenham, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, ocupado

cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou empresa estrangeira ou em entidade mantida por contribuições impostas pelo Poder Público;

h) até 6 (seis) meses depois de afastados das funções, os presidentes, diretores ou superintendentes das sociedades, empresas ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo Poder Público, ou que tenham exclusivamente por objeto operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas;

i) os que hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, em pessoa jurídica ou empresa cuja atividade consiste na execução de obras, na prestação de serviços ou no fornecimento de bens por conta ou sob controle do Poder Público;

III — para Governador e Vice-Governador:

a) até 4 (quatro) meses depois de afastados definitivamente de suas funções:

1. os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados nas alíneas a e b do item II e, no tocante às demais alíneas, se se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado;

2. os Comandantes de Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea;

3. o Procurador-Geral do Estado ou Chefe do Ministério Público Estadual, os Subprocuradores-Gerais do Estado, bem como os membros do Ministério Público que desempenhem funções junto a Tribunais;

4. os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar do Governador;

5. os diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos Municípios;

6. os Secretários da administração municipal ou membros de órgãos congêneres;

b) em cada Estado:

1. o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção do Governador ou do Interventor Federal ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, os haja substituído;

2. os que não possuam domicílio eleitoral no Estado, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição;

3. Os membros do Ministério Público com exercício na Comarca da Capital, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito;

IV — para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) no que lhes fôr aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, observado o prazo de 3 (três) meses para a desincompatibilização;

b) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Prefeito ou de Interventor, ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, os haja substituído;

c) os membros do Ministério Público em exercício na Comarca, nos 3 (três) meses anteriores ao pleito;

d) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 3 (três) meses anteriores ao pleito;

e) os que não possuam domicílio eleitoral, no Município, 1 (um) ano, pelo menos, imediatamente anterior à eleição;

f) os membros das Câmaras Municipais que, na conformidade da Constituição e das leis, hajam perdido os respectivos mandatos;

V — para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, especificados nas alíneas a e b do item II, e, no tocante às demais alíneas, se se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado, observado o prazo de 4 (quatro) meses para a desincompatibilização;

b) em cada Estado, os inelegíveis para os cargos de Governador e Vice-Governador, nas mesmas condições estabelecidas;

c) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Presidente, Governador ou Interventor no próprio Estado, Governador do Território, ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, os haja substituído,

d) os que não possuam domicílio eleitoral, no Estado ou Território, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição;

VI — para as Assembléias Legislativas:

a) no que lhes fôr aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, nas mesmas condições estabelecidas;

b) os que não possuam domicílio eleitoral, no Estado, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição;

VII — para as Câmaras Municipais:

a) no que lhes fôr aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, observado o prazo de 2 (dois) meses para a desincompatibilização;

b) em cada Município, os inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito;

c) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Prefeito, Interventor no Município, ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, os haja substituído;

d) os que não possuam domicílio eleitoral no Município, pelo menos 1 (um) ano imediatamente anterior à eleição.

Art. 2º Não podem ser reeleitos os que, no período imediatamente anterior à eleição, hajam exercido os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, de Prefeito e Vice-Prefeito, inclusive os nomeados pelos Governadores de Estado ou Território.

§ 1º Não podem ser eleitos os que, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam sucedido ao titular ou o tenham substituído em qualquer dos cargos mencionados neste artigo.

§ 2º São inelegíveis para os demais cargos o Presidente, o Governador e o Prefeito que não se afastarem definitivamente de seus cargos até 6 (seis) meses anteriores à eleição.

§ 3º O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, desde que, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

Art. 3º Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.

Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante:

I — o Tribunal Superior Eleitoral, se se tratar de candidato à Presidência ou Vice-Presidência da República;

II — os Tribunais Regionais Eleitorais, se se tratar de candidatos a Senador, Deputado Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e Deputado Estadual;

III — os Juizes Eleitorais, relativamente aos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

Art. 4º Nos pleitos indiretos, a que se refere o art. 189 da Constituição, o prazo de desincompatibilização é de 3 (três) meses.

Art. 5º Caberá a qualquer candidato, a Partidos Políticos, ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

§ 1º A impugnação, por parte do candidato ou Partido, não impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

§ 2º Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de Partido ou exercido atividades político-partidárias.

§ 3º O impugnante especificará desde logo os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se fôr o caso, no máximo de 6 (seis).

Art. 6º A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, independentemente de qualquer notificação, prazo idêntico para que o Partido, ou candidato, possa contestá-la, juntar documentos e requerer a produção de outras provas, indicando rol de testemunhas, se fôr o caso, no máximo de 6 (seis).

Art. 7º Decorrido o prazo para a contestação, se não se tratar apenas de matéria de direito e a prova protestada fôr relevante, a critério do Juiz, ou do Relator, serão designados os 2 (dois) dias seguintes para inquirição das testemunhas do impugnante e do impugnado, as quais comparecerão por iniciativa das partes que

as tiverem arrolado, independentemente de notificação.

§ 1º As testemunhas do impugnante serão ouvidas em uma só assentada, no primeiro dia do prazo, e as do impugnado, também em uma só assentada, no segundo.

§ 2º Nos 3 (três) dias subsequentes, o Juiz, ou o Relator, procederá a todas as diligências que determinar, *ex officio* ou a requerimento das partes.

§ 3º No prazo do parágrafo anterior, o Juiz, ou o Relator, poderá ouvir terceiros, referidos pelas partes ou testemunhas como conhecedores dos fatos e circunstâncias que possam influir na decisão da causa.

§ 4º Quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, o Juiz, ou o Relator, poderá, ainda, no mesmo prazo, ordenar o respectivo depósito.

§ 5º Se o terceiro, sem justa causa, não exibir o documento, ou não comparecer a juízo, será contra ele expedido mandado de prisão e instaurado o processo por crime de desobediência.

Art. 8º Encerrado o prazo da dilatação probatória, nos termos do artigo anterior, as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de 2 (dois) dias.

Art. 9º Terminado o prazo para alegações, os autos serão conclusos ao Juiz, ou ao Relator, no dia imediato, para sentença ou julgamento do Tribunal.

Parágrafo único. O Juiz, ou Tribunal, formará sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mencionando, na decisão, os que motivaram o seu convencimento.

Art. 10. Nos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais, o Juiz Eleitoral apresentará a sentença em cartório 3 (três) dias após a conclusão dos autos, passando a correr dêsse momento o prazo de 3 (três) dias para a interposição do recurso para o Tribunal Regional Eleitoral.

1º A partir da data em que fôr protocolada a petição de recurso, passará a correr, independentemente de qualquer notificação ao recorrido, o prazo de 3 (três) dias para apresentação de contra-razões.

§ 2º Apresentadas as contra-razões, ou decorrido o prazo sem elas, serão os autos remetidos ao Tribunal Regional Eleitoral imediatamente, inclusive por portador, se houver necessidade, decorrente da exiguidade de prazo, correndo as despesas do transporte por conta do recorrente.

Art. 11. Se o Juiz Eleitoral não apresentar a sentença no prazo previsto no artigo anterior, o prazo para recurso só começará a correr após a publicação da mesma por edital, em cartório.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Corregedor Regional, de ofício, apurará o motivo do retardamento e proporá ao Tribunal Regional, se fôr o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Art. 12. Recebidos os autos na Secretaria do Tribunal Regional, serão autuados e apresentados no mesmo dia ao Presidente, que, também na mesma data, distribuirá a um Relator e mandará abrir vista ao Procurador Regional pelo prazo de 2 (dois) dias.

Parágrafo único. Findo o prazo, com ou sem parecer, os autos serão enviados ao Relator, que os apresentará em mesa para julgamento em 3 (três) dias, independentemente de publicação em pauta.

Art. 13. Na sessão do julgamento, que se realizará de uma só assentada, feito o relatório, facultada a palavra às partes e ouvido o Procurador Regional, preferirá o Relator o seu voto e serão tomados os dos demais juizes.

§ 1º Proclamado o resultado, o Tribunal se reunirá em conselho para lavratura do acórdão, no qual serão indicados o direito, os fatos e as circunstâncias que motivaram o seu convencimento.

§ 2º Reaberta a sessão, far-se-ão a leitura e publicação do acórdão, passando a correr dessa data o prazo de 3 (três) dias para a interposição de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral em petição fundamentada.

Art. 14. Havendo recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, a partir da data em que fôr protocolada a petição passará a correr, independentemente de qualquer notificação ao recorrido, o prazo de 3 (três) dias para apresentação de contra-razões.

Parágrafo único. Apresentadas as contra-razões, ou decorrido o prazo sem elas, serão os autos remetidos, no dia seguinte, ao Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 15. Tratando-se de registro a ser julgado originariamente por Tribunal Regional Eleitoral, observado o disposto no artigo 8º, o pedido de registro, com ou sem impugnação, será julgado, independentemente de publicação de pauta, no prazo de 3 (três) dias.

Parágrafo único. O julgamento será procedido na forma estabelecida no artigo 13, e, havendo recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, observar-se-á o disposto no artigo 14.

Art. 16. No Tribunal Superior Eleitoral, os recursos sobre registro de candidatos serão processados e julgados na forma prevista nos artigos 12 e 13.

Art. 17. Transitada em julgado a decisão que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.

Art. 18. Os prazos a que se referem os arts. 5º e seguintes são peremptórios e continuos e correm em secretaria ou cartório, e, a partir da data do encerramento do prazo para registro de candidatos, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

Art. 19. É facultado ao Partido que requereu o registro do candidato considerado inelegível dar-lhe substituto, mesmo que a decisão passada em julgado tenha sido proferida após o termo final do prazo de registro. Neste

caso, a respectiva Comissão Executiva do Partido fará a escolha do candidato.

Art. 20. A declaração de inelegibilidade de candidato a Presidente da República, Governador de Estado ou Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, assim como a destes não atingirá aqueles.

Art. 21. Ocorrendo, após a eleição para cargo de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, o cancelamento do diploma de candidato eleito, realizar-se-á nova eleição dentro de 60 (sessenta) dias após a publicação ou intimação da decisão transitada em julgado.

Art. 22. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato, feita com motivação falsa, ou graciosamente, por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro:

Pena: detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) vezes o maior-salário-mínimo vigente no País.

Art. 23. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para o processamento do registro de candidatos.

Art. 24. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1970;
149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO M. MÉDICI

Alfredo Buzaid

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 1.103 — DE 6 DE
ABRIL DE 1970

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.034-69, que dispõe sobre a segurança das Instituições Bancárias, Caixa Econômicas e Cooperativas de Créditos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I da Constituição, decreta:

Art. 1º. É fixada a data de 31 de maio de 1970 para o cumprimento obrigatório, pelos estabelecimentos de crédito, onde haja recepção de depósitos, guarda de valores ou movimentação de numerário, dos dispositivos de segurança contra roubo e assaltos, a que se refere o artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.034, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2º. Enquanto não se organizarem os serviços especiais de que trata o artigo 4º do Decreto-Lei nº 1.034, a vigilância ostensiva referida no artigo 2º do mesmo Decreto-Lei poderá ser realizada, através convênio das entidades representativas dos mencionados estabelecimentos com as Secretarias de Segurança das unidades federativas, mediante utilização dos respectivos efetivos policiais.

Art. 3º. O transporte de numerário em montante superior a 250 (duzentos e cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País, para suprimento ou recolhimento do movimento diário das agências dos estabelecimentos de crédito deverá ser obrigatoriamente efetuado através de carros dotados de requisitos de segurança e policiamento adequados, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.034.

Art. 4º. Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de instituições financeiras, apólice de seguros que inclua cobertura garantin-

do riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem prévia comprovação do cumprimento pelo seguro das exigências previstas neste Decreto-Lei e no Decreto-Lei nº 1.034.

Parágrafo único. As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguro do Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 5º. O Banco Central do Brasil interditará o funcionamento das agências dos estabelecimentos de crédito referidos no artigo 1º que, a partir de 31 de maio de 1970, não possuírem, aprovado pela Secretaria de Segurança ou Chefatura de Polícia do respectivo Estado, os dispositivos de segurança de que tratam este Decreto-Lei e o Decreto-Lei nº 1.034.

Art. 6º. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 1970;
149ª da Independência e 32ª da República.

EMÍLIO G. MEDICI

Alfredo Buzaid

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.104 — DE 30 DE
ABRIL DE 1970

Altera o Decreto-Lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969, é acrescido de um parágrafo, na forma abaixo, passando a primeiro o atual parágrafo único:

“Art. 2º

§ 1º

§ 2º Considera-se depositário, para todos os efeitos, aquele que detenha, por força de lei, valor correspondente a tributos descontados ou recebidos de terceiros, com a obrigação de os recolher aos cofres da Fazenda Nacional".

Art. 2º O artigo 3º do mencionado Decreto-lei passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe mais dois parágrafos na forma abaixo:

"Art. 3º O Ministro da Fazenda, em decisão fundamentada, poderá determinar a prisão administrativa, por prazo não superior a noventa dias, do contribuinte que deixar de recolher aos cofres da Fazenda Pública o valor dos tributos de que é simples detentor, nos termos do § 2º do artigo anterior.

§ 1º Se o beneficiário for pessoa jurídica, a prisão recairá em seus diretores, administradores e gerentes.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, havendo provas ou indícios veementes de locupletamento, poderá também ser decretada a prisão de sócios ou prepostos.

§ 3º O Ministro da Fazenda dará imediato conhecimento da prisão ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos.

§ 4º Na decisão que decretar a prisão administrativa, poderá o Ministro da Fazenda determinar o sequestro dos bens dos responsáveis pelo não recolhimento dos tributos, e, se se tratar de pessoa jurídica, também de bens particulares de seus diretores, administradores, gerentes, prepostos ou sócios, suficientes para garantir o ressarcimento da lesão causada aos cofres públicos.

§ 5º Ficará sem efeito o sequestro, se não for iniciada a ação fiscal dentro do prazo de trinta dias contados da data de sua efetivação.

§ 6º O recolhimento do débito, com os acréscimos legais, faz cessar a prisão administrativa.

§ 7º Os bens sequestrados nos termos dos parágrafos anteriores

terão o seguinte destino até solução final do litígio:

a) o dinheiro será recolhido ao Banco do Brasil S. A. em conta especial;

b) os títulos de crédito e de renda e os títulos ou ações de participação em empresa ou valores semelhantes serão depositados no Banco do Brasil S. A.;

c) os demais bens móveis serão depositados em órgãos da Secretaria da Receita Federal;

d) os imóveis serão entregues ao órgão responsável pelo patrimônio da União".

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1970; 143º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto.

DECRETO-LEI Nº 1.105 — DE 20 DE MAIO DE 1970

Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. São considerados de interesse da Segurança Nacional, para os efeitos do artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios de Paulínia e Castilho, no Estado de São Paulo e Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Aos Municípios referidos no artigo anterior, aplica-se o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e seus parágrafos, da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 560, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1970;
149º da Independência e 82º da
República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid
Adalberto de Barros Nunes
Orlando Geisel
Mário Gibson Barboza
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
L. F. Cirne Lima
Jarbas G. Passarinho
Júlio Barata
Márcio de Souza e Mello
Ruy Vieira da Cunha
Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Antônio Dias Leite Júnior
Marcos Vieira Vianna
Henrique Brandão Cavalcanti
Hygino C. Corsetti

DECRETO-LEI Nº 1.106 — DE 16 DE
JUNHO DE 1970

Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição e considerando a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, decreta:

Art. 1º E' criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.

Parágrafo único. Os recursos do Programa de Integração Nacional serão creditados, como receita da União, em conta especial no Banco do Brasil S.A.

Art. 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será

constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

§ 2º Inclui-se também na primeira etapa do Programa de Integração Nacional a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste.

Art. 3º As normas de aplicação dos recursos do Programa de Integração Nacional serão elaboradas, em conjunto, pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e do Interior e aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 4º Constituirão recursos do Programa de Integração Nacional:

- I — recursos orçamentários, previstos nos orçamentos anuais e plurianuais;
- II — recursos provenientes de incentivos fiscais;
- III — contribuições e doações de empresas públicas e privadas;
- IV — empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;
- V — recursos de outras fontes.

Art. 5º A partir do exercício financeiro de 1971 e até o exercício financeiro de 1974, inclusive, do total das importâncias deduzidas do imposto de renda devido, para aplicações em incentivos fiscais, 30% (trinta por cento) serão creditados diretamente em conta do Programa de Integração Nacional, permanecendo os restantes 70% (setenta por cento) para utilização na forma prevista na legislação em vigor.

§ 1º A parcela de 30% (trinta por cento) referida neste artigo será calculada proporcionalmente entre as diversas destinações dos incentivos indicados na declaração de rendimentos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos incentivos fiscais de que tratam:

- a) o artigo 1º, letra "b", do Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969;
- b) o artigo 18, letra "b", da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, altera-

do pelo artigo 18 da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965;

c) o artigo 1º, § 3º, da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966;

d) o artigo 81 do Decreto-lei número 221, de 28 de fevereiro de 1967;

e) o artigo 6º, *caput*, do Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969;

f) as alíneas "d" e "e" anteriores, quando os investimentos se destinarem às regiões situadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM.

Art. 6º Permanecem inalteradas as normas e condições estabelecidas pelo artigo 7º do Decreto-lei nº 770, de 19 de agosto de 1969 e pelo artigo 6º do Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentado no prazo de sessenta dias.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Marcus Vinicius Frattini de Moraes

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.107 — DE 18 DE JUNHO DE 1970

Regula a destinação do Fundo de Assistência ao Desempregado em casos excepcionais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição Federal,

Considerando a situação excepcional provocada pela seca no Nordeste do País;

Considerando que é dever do Governo Federal amparar a população das regiões atingidas pelo flagelo, decreta:

Art. 1º O artigo 5º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, fica acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

"Art. 5º

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º Nos casos de emergência ou de grave situação social, poderá o Fundo de Assistência ao Desempregado, a que se refere o artigo 6º e mediante expressa autorização do Ministro do Trabalho e Previdência Social, prestar ajuda financeira a trabalhadores desempregados, na hipótese da impossibilidade do seu reemprego imediato."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Júlio Barata

DECRETO-LEI 1.108 — DE 24 DE JUNHO DE 1970

Dispõe sobre a retribuição dos fiscais de Tributos do Açúcar e Alcool e as outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os Fiscais de Tributos do Açúcar e Alcool, cuja Série de Classes integra o Grupo Ocupacional Fisco (Código AI-310), têm vencimentos fixados de conformidade com a Tabela anexa.

Parágrafo único. Aos funcionários aposentados ou em disponibilidade anteriormente à vigência deste Decreto-lei aplicar-se-á a reclassificação de conformidade com o procedimento adotado na tabela anexa.

Art. 2º Fica extinto, para os funcionários do Instituto do Açúcar e do Alcool o regime de remuneração previsto no artigo 120 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 3º Aos integrantes da Série de Classes de que trata este Decreto-lei será atribuída gratificação de exercício que poderá atingir 100% (cem por cento) do valor do respectivo vencimento.

Parágrafo único. A gratificação de exercício prevista neste artigo será considerada, em relação aos cargos constantes da tabela anexa, no cálculo de proventos de aposentadorias e disponibilidades, bem como na remuneração paga a funcionários licenciados.

Art. 4º Aos integrantes da Série de Classes de Fiscal de Tributos do Açúcar e Alcool é vedado o exercício de outra atividade pública ou privada.

Art. 5º O Fiscal de Tributos do Açúcar e Alcool que deixar de aumar os contribuintes ou quaisquer outras pessoas incursas em infração a lei fiscal, ou deixar de apreender mercadoria encontrada em trânsito, sem obediência à legislação especial sobre a economia canavieira, incorrerá na prática do ilícito de lesão aos cofres públicos.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Marcus Vinicius Prati de Moraes

A Tabela mencionada no art. 1º foi publicada no D. O. de 25 de junho de 1970.

DECRETO-LEI Nº 1.109 — DE 26 DE JUNHO DE 1970

Reformula o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre imposto de renda.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os recursos arrecadados a partir da data da publicação deste Decreto-lei, sob a forma de depósitos ou certificados de compra de ações de que trata o artigo 2º, do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, serão liquidados em 3 (três) parcelas anuais, vencíveis ao final do segundo, terceiro e quarto anos, a contar da realização do depósito ou da emissão do certificado, observadas as normas estabelecidas no artigo 10 do Decreto-lei nº 403, de 30 de dezembro de 1968.

§ 1º A liquidação de que trata este artigo será sempre calculada sobre o valor das cotas, à época do resgate, atendidos os seguintes percentuais:

- a) na primeira parcela, 30% (trinta por cento);
- b) na segunda parcela, 50% (cinquenta por cento);
- c) na terceira parcela, o saldo existente.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional poderá modificar os percentuais e os prazos fixados no parágrafo anterior, observado o limite de 4 (quatro) anos para o resgate.

Art. 2º A aplicação dos recursos arrecadados, destinados à constituição de Fundos de Investimentos, na forma prevista no Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, poderá ser disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional, de forma a permitir, inclusive, a utilização de percentagens na subscrição de debêntures convertíveis em ações ou na aquisição de ações novas, ambas emitidas por empresas de pequeno e médio porte.

Art. 3º Os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante a incorporação de reservas ou lucros em suspenso não sofrerão tributação do imposto de renda.

§ 1º A não incidência estabelecida neste artigo se estende aos sócios, acionistas ou titulares beneficiários, pessoas físicas ou jurídicas, podendo estas realizar aumentos de capital nas mesmas condições, mediante a incorporação dos valores distribuídos.

§ 2º Para os efeitos deste artigo serão computados os lucros em suspenso ou reservas oriundos de lucros apurados em balanço, mesmo quando ainda não tributados.

§ 3º Ocorrendo a redução do capital ou a extinção da pessoa jurídica nos 5 (cinco) anos subsequentes o valor da incorporação será tributado na pessoa jurídica como lucro distribuído, ficando os sócios, acionistas ou titular, sujeitos ao imposto de renda na declaração de rendimentos, ou na fonte, no ano em que ocorrer a extinção ou redução.

§ 4º As pessoas jurídicas que tiverem reduzido seu capital nos 5 (cinco) anos anteriores à data em que se realizar a incorporação das reservas ou dos lucros em suspenso, excluindo o período anterior a 30 de dezembro de 1968, não se aplica o disposto

neste artigo, devendo o valor incorporado ao capital ser tributado na fonte ou na declaração das pessoas físicas e jurídicas beneficiárias.

§ 5º O disposto neste artigo se aplica aos aumentos de capital realizados no período de 1º de junho de 1970 até a vigência deste Decreto-lei.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o artigo 9º e seus parágrafos

do Decreto-lei nº 403, de 30 de dezembro de 1968, o artigo 83 e seus parágrafos da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

IV. — DECRETOS-LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do Art. 44, Item III, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1970

Autoriza o Presidente da República Federativa do Brasil a ausentar-se do País.

Art. 1º É o Presidente da República Federativa do Brasil, Emilio Garraza Medici, autorizado a ausentar-se do País, no dia 11 (onze) de maio do corrente ano a fim de se encontrar com o Presidente da República do Uruguai, Jorge Pacheco Areco, na inauguração oficial do asfaltamento do trecho Quinta-Chuí da rodovia BR-421.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementa a redação do art. 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementa a redação do artigo 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.

Senado Federal, 21 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.084, de 6 de fevereiro de 1970, que extingue a Comissão-Geral de Inquérito Policial-Militar, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.084, de 6 de fevereiro de 1970, que extingue a Comissão-Geral de Inquérito Policial-Militar, e dá outras providências.

Senado Federal, 21 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.082, de 5 de fevereiro de 1970, que prorroga o prazo concedido ao Conselho de Política Aduaneira para apreciação dos "valores mínimos" nas importações, estabelecidos pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. (CACEX).

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.082, de 5 de fevereiro de 1970, que prorroga o prazo concedido ao Conselho de Política Aduaneira para apreciação dos "valores mínimos" nas importações, estabelecidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. (CACEX)

Senado Federal, 21 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.087, de 2 de março de 1970, que dispõe sobre a aprovação de projetos de florestamento e re-florestamento visando ao reconhecimento de incentivos fiscais.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.087, de 2 de março de 1970, que dispõe sobre a aprovação de projetos de florestamento e re-florestamento visando ao reconhecimento de incentivos fiscais.

Senado Federal, 21 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.097, de 23 de março de 1970, que autoriza o Poder Executivo a incluir dotações no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.097, de 23 de março de 1970, que autoriza o Poder Executivo a incluir dotações no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970.

Senado Federal, em 22 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.080, de 30 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a entrega das parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias pertencentes aos Municípios dos Territórios Federais.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.080, de 30 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a entrega das parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias pertencentes aos Municípios dos Territórios Federais.

Senado Federal, em 22 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.095, de 20 de março de 1970, que eleva os limites fixados pelas Leis ns. 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e 4.457, de 6 de novembro de 1964, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.095, de 20 de março de 1970, que eleva os limites fixados pelas Leis ns. 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e 4.457, de 6 de novembro de 1964, e dá outras providências.

Senado Federal, em 22 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.100, de 25 de março de 1970, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para fins que especifica.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.100, de 25 de março de 1970, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para fins que especifica.

Senado Federal, em 22 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.071, de 5 de dezembro de 1969, que prorroga o prazo de isenção estabelecido no art. 4º do Decreto-lei nº 614, de 6 de junho de 1969.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.071, de 5 de dezembro de 1969, que prorroga o prazo de isenção estabelecido no art. 4º do Decreto-lei nº 614, de 6 de junho de 1969.

Senado Federal, em 22 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.074, de 20 de janeiro de 1970, que acrescenta parágrafos ao art. 4º do Decreto-lei nº 902, de 30 de setembro de 1969, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.074, de 20 de janeiro de 1970, que acrescenta parágrafos ao art. 4º do Decreto-lei nº 902, de 30 de setembro de 1969, e dá outras providências.

Senado Federal, em 22 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.099, de 25 de março de 1970, que dispõe sobre a retribuição de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.099, de 25 de março de 1970, que dispõe sobre a retribuição de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Senado Federal, em 22 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.102, de 30 de março de 1970, que estabelece regime especial para comércio de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.102, de 30 de março de 1970, que estabelece regime especial para o comércio de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.092, de 12 de março de 1970, que dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei nº 765, de 15 de agosto de 1969.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.092, de 12 de março de 1970, que dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei nº 765, de 15 de agosto de 1969.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.081, de 2 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre o cálculo das pensões militares.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.081, de 2 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre o cálculo das pensões militares.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.072, de 30 de dezembro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º, letra a, do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.072, de 30 de dezembro de 1969, que dá nova redação ao art. 3º, letra a, do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e dá outras providências.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.103, de 6 de abril de 1970, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a segurança das instituições bancárias, caixas econômicas e cooperativas de crédito.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.103, de 6 de abril de 1970, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a segurança das instituições bancárias, caixas econômicas e cooperativas de crédito.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.085, de 18 de fevereiro de 1970, que dá nova redação ao inciso XIV do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.085, de 18 de fevereiro de 1970, que dá nova redação ao inciso XIV do art. 4º da lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.093, de 17 de março de 1970, que dá nova redação ao art. 43 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.093, de 17 de março de 1970, que dá nova redação ao art. 43 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.101, de 30 de março de 1970, que estabelece normas especiais aplicáveis às autorizações de pesquisa de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.101, de 30 de março de 1970, que estabelece normas especiais aplicáveis às autorizações de pesquisa de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 52 § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.078, de 27 de janeiro de 1970, que revoga a letra "a" do art. 85 do Decreto-lei nº 1.029, de 21 de outubro de 1969, (Estatuto dos Militares).

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.078, de 27 de janeiro de 1970, que revoga a letra "a" do art. 85 do Decreto-lei nº 1.029 de 21 de outubro de 1969 (Estatuto dos Militares).

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.088, de 2 de março de 1970, que acrescenta parágrafos aos arts. 6º e 19 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.088, de 2 de março de 1970, que acrescenta parágrafos aos arts. 6º e 19 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, que regula a imissão de posse, "initio litis", em imóveis residenciais urbanos.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, que regula a imissão de posse, "initio litis", em imóveis residenciais urbanos.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.091, de 12 de março de 1970, que altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.091, de 12 de março de 1970, que altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e dá outras providências.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.096, de 23 de março de 1970, que concede incentivos fiscais às empresas de mineração.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.096, de 23 de março de 1970, que concede incentivos fiscais às empresas de mineração.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.086, de 25 de fevereiro de 1970, que fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino superior e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.086, de 25 de fevereiro de 1970, que fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino superior federal e dá outras providências.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.094, de 17 de março de 1970, que dispõe sobre a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.094, de 17 de março de 1970, que dispõe sobre a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e dá outras providências.

Senado Federal, em 26 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.089, de 2 de março de 1970, que dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.089, de 2 de março de 1970 que dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.076, de 23 de janeiro de 1970 que altera, para o exercício de 1970, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.076, de 23 de janeiro de 1970, que altera, para o exercício de 1970 a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos.

Senado Federal, 27 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, que altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, que altera os limites do mar territorial do Brasil, e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.079, de 29 de janeiro de 1970, que autoriza a emissão de Letras do Tesouro Nacional para o desenvolvimento de operações de "Mercado Aberto", com fins monetários, pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.079, de 29 de janeiro de 1970, que autoriza a emissão de Letras do Tesouro Nacional para o desenvolvimento de operações de "Mercado Aberto", com fins monetários, pelo Banco Central do Brasil, e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.090, de 10 de março de 1970, que prorroga prazo do Decreto-lei nº 858, de 11 de setembro de 1969, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.090, de 10 de março de 1970, que prorroga prazo do Decreto-lei nº 858, de 11 de setembro de 1969, e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a execução do art. 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a execução do art. 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Senado Federal, 27 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções, e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de maio de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 72, § 7º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1970

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser registrada despesa em favor de M. Damásio Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto pelo Ofício nº 1.603-66, tornando-se definitivo o ato praticado na sessão daquela Egrégia Corte, realizada em 15 de dezembro de 1966, para efeito de registro de despesa de Cr\$ 3.451,25 (três mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros e vinte e cinco centavos), em favor de M. Damásio — Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de junho de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal.

V — LEIS

LEI Nº 5.576 — DE 4 DE MAIO DE 1970

Acréscimo parágrafo único ao artigo 15 da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, que estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos oficiais da Marinha do Brasil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado parágrafo único ao artigo 15 da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O oficial ao qual couber promoção e figurar apenas no Quadro de Acesso por Antiguidade, e havendo somente vaga a ser preenchida na quota de Merecimento, será promovido, obrigatoriamente por Antiguidade na quota de Merecimento, desde que não haja oficiais em condições de figurar no Quadro de Acesso por Merecimento.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de maio de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Adalberto de Barros Nunes

LEI Nº 5.577 — DE 8 DE MAIO
DE 1970

Dispõe sobre o emprego, pela indústria, da palavra sêda e seus compostos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A palavra sêda e seus compostos não poderão ser empregados senão para designar os fios, tecidos e artigos fabricados, exclusivamente, de produtos e subprodutos provenientes de casulos de insetos sericígenos.

Art. 2º Os fios, tecidos e artigos a que se refere o artigo anterior, bem como os que se prestem à confusão com estes, antes de sua introdução no comércio, serão identificados por

meio de marca, de acordo com o que for estabelecido em regulamento.

Art. 3º Aos infratores desta Lei serão impostas multas de 1 (um) até o máximo de 5 (cinco) salários-mínimos vigentes nas capitais dos Estados da Federação onde se verificarem as infrações.

Art. 4º Dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente Lei, será expedido o regulamento a que alude o artigo 2º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI Nº 5.578 — DE 8 DE MAIO
DE 1970

Estende aos ocupantes interinos de cargos de Tesouraria, amparados pelo art. 50 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aplica-se o art. 1º do Decreto-lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1967, a partir de sua vigência, aos titulares dos cargos nêles previstos, admitidos em regime de interinidade e amparados pelo art. 50 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para atender às despesas resultantes da aplicação da presente Lei.

Parágrafo único. O decreto de abertura do crédito indicará a receita correspondente (Art. 61, § 1º, letra c, da Constituição da República Federativa do Brasil, Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1970,
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

Ruy Vieira da Cunha

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

João Paulo dos Reis Velloso

Henrique Brandão Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

LEI Nº 5.579 — DE 15 DE MAIO
DE 1970

Institui o "Dia da Cultura e da Ciência", e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia da Cultura e da Ciência", que será comemorado a cinco de novembro de cada ano, como homenagem a data natalícia de figuras exponenciais das letras e das ciências, no Brasil e no mundo.

Parágrafo único. As comemorações a que se refere o presente artigo terão como escopo o Conselheiro Rui Barbosa, nascido a 5 de novembro de 1849.

Art. 2º O Ministério da Educação e Cultura estabelecerá as normas para a divulgação da vida e da obra de Rui Barbosa, principalmente nos estabelecimentos de ensino do País.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1970:
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.580 — DE 25 DE
MAIO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista ARSA — Aeroportos do Rio de Janeiro S.A., e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a constituir, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, uma sociedade de economia mista que se denominará ARSA — Aeroportos do Rio de Janeiro S.A.

Parágrafo único. A ARSA terá sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º A ARSA terá por objeto implantar, administrar, operar e explorar, industrialmente, o novo Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins podendo estender as suas atividades a outros aeroportos existentes ou que venham a ser criados na região geo-econômica do Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º A exploração, administração, manutenção e expansão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, pela Sociedade, obedecerão a planos por ela organizados, aprovados pelo Ministério da Aeronáutica, em nome da União.

§ 2º Não se incluem nos serviços aeroportuários previstos neste artigo os pertinentes à Proteção ao Voo, às Telecomunicações e à Meteorologia Aeronáuticas.

Art. 3º Não se aplica à ARSA o disposto nos itens 1º e 3º do art. 38 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 4º O Presidente da República atribuirá à Comissão Coordenadora do Projeto Aeroporto Internacional (CCPAI) o encargo de elaborar o projeto dos atos constitutivos da Sociedade, com observância das seguintes prescrições:

I — Estudo e aprovação do projeto da organização administrativa da Sociedade;

II — Arrolamento dos bens, direitos e serviços da União, que forem julgados necessários à operação da Sociedade, bem como planejamento da sua transferência e das verbas necessárias;

III — Estatutos da Sociedade, observando, no que for aplicável, a Lei da Sociedade por Ações;

IV — Exame e proposta de todas as medidas necessárias e úteis à concretização do projeto para a sociedade funcionar efetivamente.

§ 1º A constituição da Sociedade, bem como quaisquer modificações posteriores, será aprovada por decreto do Poder Executivo, e seus estatutos, assim como posteriores alterações, serão arquivados, em cópia autêntica, no Registro do Comércio.

§ 2º Os recursos decorrentes de créditos orçamentários e adicionais

destinados à ARSA, até a sua instalação, serão administrados pela Comissão Coordenadora do Projeto Aeroporto Internacional.

Art. 5º O capital social da ARSA será de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), correspondendo a 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, em ações ordinárias nominativas a serem subscritas pela União, e o restante em ações ordinárias ou preferenciais, nominativas ou ao portador, a serem subscritas por pessoas jurídicas, de direito público e privado, e por pessoas físicas.

§ 1º No capital inicial a que se refere este artigo, serão computados, como subscrição da União, os recursos referentes ao projeto "Construção do Aeroporto Internacional", vinculado ao Ministério da Aeronáutica, constante das Leis nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, e nº 5.556, de 6 de dezembro de 1968, e do Decreto-lei nº 727, de 1º de agosto de 1969.

§ 2º Até que o capital inicial da ARSA seja integralizado, não se aplicam à Sociedade as disposições do art. 14 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 6º A União, nas emissões posteriores de ações ordinárias decorrentes de aumentos de capital, subcreverá o suficiente para lhe garantir o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

Art. 7º Para a integralização das ações subscritas pela União, nos aumentos de capital da ARSA é o Poder Executivo autorizado a incorporar bens, instalações, máquinas e direitos que possuir, relacionados com os objetivos da Sociedade ou com a realização de quaisquer atividades correlatas ou afins.

Art. 8º O pessoal dos Quadros da Sociedade será admitido por concurso ou prova de habilitação, em regime empregatício subordinado à legislação trabalhista e às normas consignadas no Regulamento do Pessoal da Sociedade.

Art. 9º É o Poder Executivo autorizado a expedir decreto delimitando as áreas de jurisdição da Sociedade, determinando a fusão, incorporação e absorção de outros aeroportos, ouvidos os Ministérios da Aeronáutica e da Fazenda.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfino Netto

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.581 — DE 26 DE
MAIO DE 1970

Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As eleições para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Legislativas dos Estados, referentes às legislaturas que se iniciarão em 1º de fevereiro de 1971, realizar-se-ão, simultaneamente, em todo o país, no dia 15 de novembro de 1970.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral, com base no número de eleitores alistados até o dia 30 de junho de 1970, declarará, no prazo de trinta dias contados a partir da data, o número de Deputados à Câmara Federal e às Assembleias Legislativas, observados os artigos 39, § 2º, e 40, § 6º, da Constituição.

Parágrafo único. Para o cômputo do número de eleitores, só serão considerados os alistamentos e transferências de títulos já deferidos pelos Juízes Eleitorais, ou, em grau de recurso, pelos Tribunais Eleitorais, até 30 de junho de 1970.

Art. 3º Os Diretórios Regionais dos Partidos Políticos reunir-se-ão, até 3 de agosto de 1970, para escolherem seus candidatos a Governador e Vice-Governador de Estado, que concorrerão à eleição de que trata o art. 189 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º Realizada a escolha, uma cópia da Ata da reunião, devidamente autenticada, será apresentada, por delegado do Partido, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 2º Protocolado o recebimento da Ata, o Presidente do Tribunal fará publicá-la, em edital, dentro de vinte e quatro horas, no Diário Oficial do Estado, para conhecimento dos interessados.

§ 3º A impugnação da escolha de candidato mediante a arguição de inelegibilidade proceder-se-á perante a Justiça Eleitoral, na forma prevista na Lei de Inelegibilidade para a impugnação de registro de candidato.

Art. 4º Se a Justiça Eleitoral considerar inelegível qualquer dos candidatos a Governador ou Vice-Governador de Estado, bem como e ocorrer morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, a Comissão Executiva Regional do Partido dar-lhe-á substituto, no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único. Escolhido o novo candidato, proceder-se-á em seguida na conformidade do que prescrevem os §§ 1º, 2º e 3º do artigo anterior, ressalvado o disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 5º O registro de candidatos a Governador e Vice-Governador de Estado, para a eleição de 3 de outubro de 1970, será feito até às 18 horas do dia 18 de setembro de 1970, perante as Mesas das respectivas Assembleias Legislativas, mediante requerimento do Partido Político instruído com:

I — cópia autêntica da Ata da reunião do Diretório Regional que houver feito a escolha dos candidatos a qual deverá ser conferida com o original na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral;

II — autorização do candidato, em documento com assinatura reconhecida por tabelião;

III — Certidão do Tribunal Regional Eleitoral de que o registrando está no gozo dos direitos políticos e de que tem domicílio eleitoral no Estado nos dois anos imediatamente anteriores à eleição;

IV — Prova de filiação partidária na forma do artigo 4º do Atto Complementar nº 61, de 14 de agosto de 1969;

V — Declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais;

VI — Certidão fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, onde conste que a escolha do candidato pelo Diretório Regional (artigo 4º), não foi

impugnada ou que foi julgada improcedente a impugnação.

Art. 6º Em caso de morte ou impedimento insuperável as exigências constantes dos números I a V do artigo anterior serão satisfeitas nos dez dias seguintes à data da eleição dispensada a do número VI.

Parágrafo único. Nos casos referidos neste artigo, qualquer arguição de nulidade, ou de inelegibilidade poderá ser apresentada até quinze dias após a eleição, na forma da legislação em vigor, devendo o julgamento obedecer ao disposto na Lei de Inelegibilidade para a impugnação do registro de candidatos.

Art. 7º Ocorrendo, após a eleição para o cargo de Governador e Vice-Governador, a declaração de inelegibilidade de candidato eleito, realizar-se-á nova eleição até dez dias após a publicação ou intimação da decisão transitada em julgado.

Art. 8º A escolha dos candidatos dos Partidos Políticos ao Senado Federal, a Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas dos Estados para as eleições de 15 de novembro de 1970, será feita pelas Convenções Regionais, convocadas pelas respectivas Comissões Executivas.

§ 1º Os delegados municipais a que se refere o artigo 39 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, serão os que foram escolhidos pelas Convenções Municipais para a eleição dos Diretores Regionais, realizada em 14 de setembro de 1969.

§ 2º Os Diretores Municipais constituídos posteriormente à data referida no parágrafo anterior indicarão delegados à Convenção Regional, respeitado o disposto no § 1º do artigo 3º do Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969.

§ 3º No caso de desligamento, renúncia ou morte de delegado escolhido naquelas Convenções Municipais, o Diretor Municipal dar-lhe-á substituto, na hipótese de não haver suplente.

§ 4º Quando, na eleição para o Senado, existirem, na circunscrição duas ou três vagas a preencher, as Convenções Partidárias decidirão pelo voto secreto, em um único escrutínio, tendo cada convencional direito a votar em tantos candidatos quantas forem as vagas a preencher.

§ 5º Negado o registro de candidato a Senador ou Suplente ou se ocorrer morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, a Comissão Executiva Regional dar-lhe-á substituto, no prazo de cinco dias.

§ 6º Os requerimentos de registro dos candidatos serão protocolados no Tribunal Regional Eleitoral até às dezoito horas do dia 25 de agosto de 1970.

§ 7º Todos os requerimentos de registro de candidatos, inclusive os que tiverem sido impugnados, deverão estar julgados, e os acórdãos, publicados:

I — Pelo Tribunal Regional Eleitoral, a 11 de setembro;

II — Pelo Tribunal Superior Eleitoral, a 10 de outubro.

Art. 9º Nas eleições que obedecerem ao sistema proporcional, observar-se-á, quanto ao número de candidatos que cada Partido poderá registrar, até o triplo dos lugares a preencher.

Art. 10. A escolha dos candidatos dos Partidos Políticos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos Municípios em que se realizarão eleições a 15 de novembro de 1970, far-se-á pelas Convenções Municipais convocadas pelas respectivas Comissões Executivas Municipais.

§ 1º Nos Municípios em que os Partidos Políticos não tenham constituído Comissões Executivas, caberá à Comissão Executiva Regional a convocação das Convenções Municipais e a designação de delegado para representá-la.

§ 2º Os requerimentos de registro de candidatos serão protocolados nos cartórios competentes até às dezoito horas do dia 25 de setembro de 1970.

§ 3º Todos os requerimentos de registro de candidatos, inclusive os que tiverem sido impugnados, deverão estar julgados, e as sentenças ou acórdãos, publicados:

I — Pelo Juiz Eleitoral, a 8 de outubro;

II — Pelo Tribunal Regional Eleitoral, a 22 de outubro;

III — Pelo Tribunal Superior Eleitoral, a 6 de novembro.

Art. 11. Nos Estados em que a Constituição prevê que, vagando-se os cargos de Governador e Vice-Governador, o seu provimento far-se-á por eleição direta, fica estabelecido que, no ano de 1970 a eleição se realizará em sessão pública e mediante votação nominal, pelo sufrágio de um colégio eleitoral constituído pela respectiva Assembléia Legislativa.

§ 1º Proclamados os eleitos serão empossados nas quarenta e oito horas seguintes, para completarem os períodos dos seus antecessores.

§ 2º Os Partidos Políticos, através dos Diretórios Regionais, escolherão seus candidatos à eleição prevista neste artigo, registrando-os perante a Mesa da Assembléia Legislativa até às dezoito horas do décimo dia contado da abertura da última vaga.

§ 3º Nos dez dias seguintes à data da eleição, serão satisfeitas pelos eleitos as exigências constantes dos números I a V do artigo 5º desta Lei.

§ 4º No caso de arguição de nulidade ou inelegibilidade, obedecer-se-á ao disposto no artigo 6º parágrafo único, desta Lei.

Art. 12. Até 30 de junho de 1970, fica isento do pagamento da multa prevista no artigo 48 do Decreto-lei nº 1.000, de 21 de outubro de 1969, o registro de nascimento de brasileiro.

Art. 13. A multa a que se refere o artigo 8º do Código Eleitoral (Lei número 4.737, de 15-7-65) não se aplicará a quem se alistar até o dia 5 de agosto de 1970.

Art. 14. Nas eleições designadas para 15 de novembro de 1970, não vigorará o prazo a que se refere o artigo 5º da Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968.

Art. 15. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação desta Lei, baixará as necessárias instruções para sua fiel execução.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.582 — DE 16 DE JUNHO DE 1970

Altera o artigo 16 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 16 do Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 16. O filho natural enquanto menor ficará sob o poder do genitor que o reconheceu e, se ambos o reconheceram, sob o poder da mãe, salvo se de tal solução advier prejuízo ao menor.

§ 1º Verificado que não deve o filho permanecer em poder da mãe ou do pai, deferirá o Juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea, de preferência da família de qualquer dos genitores.

§ 2º Havendo motivos graves, devidamente comprovados, poderá o Juiz, a qualquer tempo e caso, decidir de outro modo, no interesse do menor.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.583 — DE 25 DE JUNHO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a subcrever ações do aumento de capital de Aços Finos Piratini S. A., altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever ações do aumento de capital de Ações Financ. Piratini S. A., com sede no Estado do Rio Grande do Sul, até o limite de Cr\$ 221.000.000,00 (cento e vinte e um milhões de cruzeiros).

Art. 2º Constituirão parcelas do pagamento das ações a serem subscritas pelo Tesouro Nacional as dotações orçamentárias já entregues à empresa referida no art. 1º, pela Comissão do Plano do Carvão Nacional, no valor de Cr\$ 17.314.000,00 (dezesete milhões, trezentos e quatorze mil cruzeiros), bem como o financiamento no valor de Cr\$ 6.147.990,00 (seis milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentos e noventa cruzeiros), concedido pelo mesmo órgão, conforme contrato de 16 de julho de 1969, compreendidos o principal e os juros.

Art. 3º Será também parcela do aumento de capital a ser subscrito pelo Tesouro Nacional parte da dotação consignada no orçamento da União para o exercício corrente, relativo ao Fundo de Areas Estratégicas, no valor de Cr\$ 27.176.000,00 (vinte e sete milhões, cento e setenta e seis mil cruzeiros).

Art. 4º Os arts. 8º e 10 da Lei número 3.972, de 13 de outubro de 1961, passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A Diretoria da sociedade será composta de cinco membros, sendo dois escolhidos pela União, dois pelo Estado do Rio Grande do Sul e um pelos demais acionistas.

Parágrafo único — Enquanto a participação dos demais acionistas não atingir 5% (cinco por cento) do capital, o quinto Diretor será indicado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 10. O representante da União nas assembleias dos acionistas será designado pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI Nº 5.584 — DE 26 DE JUNHO DE 1970

Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

O Presidente da República — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, observar-se-ão os princípios estabelecidos nesta lei:

Art. 2º Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se este for indeterminado no pedido.

§ 1º Em audiência, ao aduzir razões finais, poderá qualquer das partes, impugnar o valor fixado e, se o Juiz o mantiver, pedir revisão da decisão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Tribunal Regional.

§ 2º O pedido de revisão, que não terá efeito suspensivo deverá ser instruído com a petição inicial e a Ata da Audiência, em cópia autenticada pela Secretaria da Junta, e será julgado em 48 (quarenta e oito) horas, a partir do seu recebimento pelo Presidente do Tribunal Regional.

§ 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.

§ 4º Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso (CLT, art. 893), caberá das sentenças

proferidas nos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3º Os exames periciais serão realizados por perito único designado pelo Juiz, que fixará o prazo para entrega do laudo.

Parágrafo único. Permitir-se-á a cada parte a indicação de um assistente, cujo laudo terá que ser apresentado no mesmo prazo assinado para o perito, sob pena de ser desentranhado dos autos.

Art. 4º Nos dissídios de alçada exclusiva das Juntas e naqueles em que os empregados ou empregadores reclamarem pessoalmente, o processo poderá ser impulsionado de ofício pelo Juiz.

Art. 5º Para exarar parecer, terá o órgão do Ministério Público da União, junto à Justiça do Trabalho, o prazo de 8 (oito) dias, contados da data em que lhe fôr distribuído o processo.

Art. 6º Será de 8 (oito) dias o prazo para interpor e contra-arrazoar qualquer recurso (CLT, art. 893).

Art. 7º A comprovação do depósito da condenação (CLT, art. 899, §§ 1º a 5º) terá que ser feita dentro do prazo para a interposição do recurso, sob pena de ser este considerado deserto.

Art. 8º Das decisões proferidas nos dissídios coletivos poderá a União interpor recurso, o qual será sempre recebido no efeito suspensivo quanto à parte que exceder o índice fixado pela política salarial do Governo.

Art. 9º No Tribunal Superior do Trabalho, quando o pedido do recorrente contrariar prejudgado estabelecido ou súmula de jurisprudência uniforme deste Tribunal já compendiada, poderá o Relator negar prosseguimento ao recurso, indicando o correspondente prejudgado ou súmula.

Parágrafo único. A parte prejudicada poderá interpor agravo desde que à espécie não se aplique o prejudgado ou a súmula citada pelo Relator.

Art. 10. O artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterado pela Lei nº 5.562, de 12-12-68, e pelo Decreto-lei nº 766, de 15-8-69, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo

estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

§ 3º Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Representante do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.

§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado fôr analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

§ 5º Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado”.

Art. 11 O artigo 500 da Consolidação das Leis do Trabalho, revogado pela Lei nº 5.562, de 12-12-1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 500. O pedido de demissão do empregado estável só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho e Previdência

Social ou da Justiça do Trabalho".

Art. 12 O artigo 888 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 888 Concluída a avaliação, dentro de dez dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de vinte (20) dias.

§ 1º A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.

§ 2º O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.

§ 3º Não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo Juiz ou Presidente.

§ 4º Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal de que trata o § 2º deste artigo, voltando à praça os bens executados".

Art. 13. Em qualquer hipótese, a remição só será deferível ao executado se este oferecer preço igual ao valor da condenação.

Da Assistência Judiciária

Art. 14. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

§ 1º A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 2º A situação econômica do trabalhador será comprovada em atestado fornecido pela autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante diligência sumária, que não poderá exceder de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não havendo no local a autoridade referida no parágrafo anterior, o atestado deverá ser expedido pelo Delegado de Polícia da circunscrição onde resida o empregado.

Art. 15. Para auxiliar no patrocínio das causas, observados os arts. 50 e 72 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, poderão ser designados pelas Diretorias dos Sindicatos Acadêmicos de Direito, a partir da 4ª Série, comprovadamente matriculados em estabelecimento de ensino oficial ou sob fiscalização do Governo Federal.

Art. 16. Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente.

Art. 17. Quando, nas respectivas comarcas, não houver juntas de Conciliação e Julgamento ou não existir Sindicato da categoria profissional do trabalhador, é atribuído aos Promotores Públicos ou Defensores Públicos o encargo de prestar a assistência judiciária prevista nesta lei.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, a importância proveniente da condenação nas despesas processuais será recolhida ao Tesouro do respectivo Estado.

Art. 18. A assistência judiciária, nos termos da presente lei, será prestada ao trabalhador ainda que não seja associado do respectivo Sindicato.

Art. 19. Os diretores de Sindicatos que, sem comprovado motivo de ordem financeira, deixarem de dar cumprimento às disposições desta lei ficarão sujeitos à penalidade prevista no art. 553, alínea a, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1970:
149º Ga Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Júlio Barata

LEI Nº 5.585 — DE 30 DE JUNHO DE 1970

Dá nova redação à alínea "p" do artigo 1º da Lei nº 5.376, de 7 de dezembro de 1967, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea "p" do artigo 1º da Lei nº 5.376, de 7 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"p) Quadro de Oficiais de Administração:

Capitães	25
Primeiros-Tenentes	50
Segundos-Tenentes	(variável)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Márcio de Souza e Mello

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO-LEI Nº 1.098 — DE 25 DE
MARÇO DE 1970

*Altera os limites do mar territorial do
Brasil e dá outras providências*

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção

I — Parte I — de 30 de março
de 1970)

Retificação

Na primeira página, 3ª coluna, no
artigo 4º, onde se lê:

... aproveitamento nacional e a
conservação...

Leia-se:

... aproveitamento racional e a con-
servação...

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOLUME III — 1970

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

A

ACADEMIA DE POLÍCIA — Aprovação do Decreto-lei nº 1.088, de 2 de março de 1970. (Decreto-legislativo nº 22, de 1970).

AÇÚCAR — Tributos — Retribuição dos Fiscais. (Decreto-lei nº 1.108, de 24-6-70).

AEROPORTO DO RIO DE JANEIRO — Constituição. (Lei número 5.580, de 25-5-70).

AGRICULTURA — Tributação dos rendimentos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.074, de 20-1-70. (Decreto-legislativo nº 11, de 22 de maio de 1970).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA — Recesso — Suspensão — Sergipe. (Ato Complementar nº 83, de 27 de abril de 1970).

— Recesso — Suspensão — Pernambuco. (Ato Complementar nº 84, de 20-5-70).

— Recesso — Suspensão — S. Paulo. (Ato Complementar nº 85, de 20-5-70).

B

BANCOS — Segurança — Alteração. (Decreto-lei nº 1.103, de 6-4-70).

— Aprovação (Decreto-legislativo nº 17, de 26-5-70).

C

CAIXAS ECONÔMICAS — Segurança — Alteração. (Decreto-lei número 1.103, de 6-4-70).

— Aprovação do Decreto-lei nº 1.103, de 6-4-70. (Decreto-legislativo número 17, de 26-5-70).

CÂMARA DE VEREADORES — Recesso — Sobral. (Ato Complementar nº 82, de 23-4-70).

— Recesso — Suspensão — Fortaleza. (Ato Complementar nº 86, de 26-5-70).

CASSITERITA — Regime especial de comércio — Rondônia — Aprovação do Decreto-lei nº 1.102, de 30-4-70. (Decreto-legislativo número 13, de 26-5-70).

— Pesquisa — Rondônia — Aprovação do Decreto-lei nº 1.101, de 30 de março de 1970. (Decreto-legislativo nº 20, de 26-5-70).

CENSURA — Moral e bons costumes — Aprovação do Decreto-lei nº 1.077, de 26-1-70. (Decreto-legislativo nº 34, de 27-5-70).

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA — Valores mínimos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.082, de 5-2-70. (Decreto-legislativo número 4, de 25-5-70).

COOPERATIVA DE CRÉDITO — Segurança — Alteração. (Decreto-lei nº 1.103, de 6-4-70). — Aprovação (Decreto-legislativo nº 17, de 26-5-70).

CORPO DE BOMBEIROS — Reorganização — Aprovação do Decreto-lei nº 1.072, de 30-12-68. (Decreto-legislativo nº 16, de 26-5-70).

D

DEBÊNTURES — Aprovação do Decreto-lei nº 1.071, de 5-12-69. (Decreto-legislativo nº 10, de 22-5-70).

DEBITOS FISCAIS — Falidos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.090, de 10-3-70. (Decreto-legislativo nº 33, de 1970).

DECLARAÇÃO DE BENS — Infrações Fiscais — Existência no estrangeiro — Alteração do Decreto-lei nº 1.080, de 21-10-69. (Decreto-lei nº 1.104, de 30-4-70).

DESEMPREGADO — Destinação do Fundo de Assistência. (Decreto-lei nº 1.107, de 18-6-70).

DIA DA CULTURA E DA CIÊNCIA — Homenagem. (Lei nº 5.579, de 15-5-70).

E

ELEIÇÕES — Inelegibilidades. (Lei Complementar nº 5, de 29-4-70).

— Normas. (Lei nº 5.581, de 26 de maio de 1970).

EMPRÉSTIMO EXTERNO — Aval do Tesouro Nacional — Aprovação do Decreto-lei nº 1.095, de 20-3-70. (Decreto-legislativo nº 8, de 22 de maio de 1970).

ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO — Recurso do Tribunal de Contas — Denegação. (Decreto-legislativo nº 36, de 17-6-70).

ENSINO SUPERIOR — Vencimentos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.086, de 25-2-70. (Decreto-legislativo nº 27, de 26-5-70).

ESTATUTOS DOS MILITARES — Aprovação do Decreto-lei nº 1.078, de 27-1-70. (Decreto-legislativo nº 21, de 26-5-70).

ESTRANGEIRO — Bens, valores, dinheiro — Declaração — Infrações Fiscais — Atrelação do Decreto-lei nº 1.080, de 21-10-69. (Decreto-lei nº 1.104, de 30-4-70).

F

FAIXA DE FRONTEIRA — Comissão Especial — Aprovação do Decreto-lei nº 1.094, de 17-3-70. (Decreto-legislativo nº 28, de 26 de maio de 1970).

FALÊNCIA — Débitos Fiscais — Aprovação do Decreto-lei nº 1.090, de 10-3-70. (Decreto-legislativo nº 33, de 27-5-70).

FAMÍLIA — Alteração do Decreto-lei nº 3.200, de 19-4-41 — Art. 16. (Lei nº 5.582, de 16-6-70).

FLORESTAMENTO — Incentivos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.087, de 2-3-70. (Decreto-legislativo número 5, de 21-5-70).

FUNCIONÁRIOS — Aumento de vencimentos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.703, de 9-1-70. (Decreto-legislativo nº 26, de 26 de maio de 1970).

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO DESEMPREGADO — Destinação. (Decreto-lei nº 1.107, de 18 de junho de 1970).

FUNDO NACIONAL DE MINERAÇÃO — Aprovação do Decreto-lei nº 1.092, de 12-3-70. (Decreto-legislativo nº 14, de 26-5-70).

I

IMISSÃO DE POSSE — Imóveis urbanos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.075, de 22-1-70. (Decreto-legislativo nº 23, de 26-5-70).

IMÓVEIS — Imissão de posse — Aprovação do Decreto-lei nº 1.075, de 22-1-70. (Decreto-legislativo nº 23, de 26-5-70).

IMPORTAÇÃO — Valores Mínimos. — Aprovação do Decreto-lei número 1.082, de 5-2-70. (Decreto-legislativo nº 4, de 21-5-70).

IMPÓSTO DE RENDA — Programa de Integração Nacional. (Decreto-lei nº 1.108, de 16-6-70).

— Aprovação do Decreto-lei nº 1.971, de 5-12-69. (Decreto-legislativo nº 10, de 22-5-70).

— Aprovação do Decreto-lei nº 1.089, de 2-3-70. (Decreto-legislativo número 29, de 27-5-70).

IMPÓSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA — Parcelas dos Municípios dos territórios — Aprovação do Decreto-lei nº 1.080, de 30-1-70. (Decreto-legislativo nº 7, de 22-5-70).

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES — Aprovação do Decreto-lei nº 1.091, de 12-3-70. (Decreto-legislativo nº 24, de 26 de maio de 1970).

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS — Aprovação do Decreto-lei nº 1.083, de 6-2-70. (Decreto-legislativo nº 35, de 27-5-70).

IMPOSTOS ÚNICOS — Distribuição — Aprovação do Decreto-lei número 1.076, de 23-1-70. (Decreto-legislativo nº 30, de 27-5-70).

INCENTIVOS FISCAIS — Programa de Integração Nacional. (Decreto-lei nº 1.106, de 16-6-70).

— Florestamento e reflorestamento — Aprovação do Decreto-lei nº 1.087, de 2.3.70. (Decreto Legislativo nº 5, de 21.5.70).

— Mineração — Aprovação do Decreto-lei nº 1.096, de 23.3.70. (Decreto Legislativo nº 25, de 26.5.70).

INELIGIBILIDADES — Estatuto. (Lei Complementar nº 5, de 29-4 de 1970).

INFRAÇÕES FISCAIS — Declaração de bens no estrangeiro — Alteração do Decreto-lei nº 1.060, de 21.1.69. (Decreto-lei nº 1.104, de 30.4.70).

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR — Extinção — Aprovação do Decreto-lei nº 1.084, de 8.2.70. (Decreto Legislativo nº 3, de 21.5.70).

INTEGRAÇÃO NACIONAL — Programa. (Decreto-lei nº 1.106, de 16.6.70).

INVESTIMENTOS — Aprovação do Decreto-lei nº 1.085, de 18.2.70. (Decreto Legislativo nº 18, de 26-5 de 1970).

M

MARINHA — Promoções. (Lei nº 5.576, de 4.5.70).

MAR TERRITORIAL — Limites — Aprovação do Decreto-lei nº 1.093, de 25.3.70. (Decreto Legislativo nº 31, de 27.5.70).

MERCADO ABERTO — Letras do Tesouro — Aprovação do Decreto-lei nº 1.079, de 22.1.70. (Decreto Legislativo nº 32, de 27.5.70).

MILITARES — Cálculos das pensões — Aprovação do Decreto-lei número 1.081, de 2.2.70. (Decreto Legislativo nº 15, de 26.5.70).

— Aumento de vencimentos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.073, de 9.1.70. (Decreto Legislativo número 26, de 26.5.70).

MINERAÇÃO — Aprovação do Decreto-lei nº 1.092, de 12.3.70. (Decreto Legislativo nº 14, de 26.5.70).

— Incentivos fiscais — Aprovação do Decreto-lei nº 1.096, de 23.3.70. (Decreto Legislativo nº 25, de 26-5 de 1970).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Crédito Especial — Aprovação do Decreto-lei nº 1.100, de 25.3.70. (Decreto Legislativo nº 9, de 22.5.70).

— Retribuição de servidores — Aprovação do Decreto-lei nº 1.099, de 5.3.70. (Decreto Legislativo nº 12, de 22.5.70).

MUNICÍPIOS — Territórios — Entrega de parcela do ICM — Aprovação do Decreto-lei nº 1.080, de 30.1.70. (Decreto Legislativo nº 7, de 22.5.70).

O

OBRAS — Contratação — Aprovação do Decreto-lei nº 1.070, de 3-12 de 1969. (Decreto Legislativo nº 2, de 21.5.70).

ORÇAMENTO PRURIANUAL — Inclusão de dotações — Aprovação do Decreto-lei nº 1.097, de 23.3.70. (Decreto Legislativo nº 6, de 22-5 de 1970).

P

POLÍCIA FEDERAL — Aprovação do Decreto-lei nº 1.088, de 2.3.70. (Decreto Legislativo nº 22, de 2-5 de 1970).

POLÍCIA MILITAR — Reorganização — Aprovação do Decreto-lei nº 1.072, de 30.12.68. (Decreto Legislativo nº 16, de 26.5.70).

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Ausência — Autotização. (Decreto Legislativo nº 1, de 17.4.70).

PUBLICAÇÕES — Moral e bons costumes — Aprovação do Decreto-lei nº 1.077, de 26.1.70. (Decreto Legislativo nº 34, de 27.5.70).

R

RECESSO — Câmara de Vereadores — Sobral. (Ato Complementar nº 82, de 23.4.70).

— Suspensão — Assembléia Legislativa — Sergipe. (Ato Complementar nº 83, de 27.4.70).

— Suspensão — Assembléia Legislativa — Pernambuco. (Ato Complementar nº 84, de 20.5.70).

— Suspensão — Assembléia Legislativa — São Paulo. (Ato Complementar nº 85, de 20.5.70).

— Suspensão — Câmara de Vereadores — Fortaleza. (Ato Complementar nº 86, de 26.5.70).

REFORMA ADMINISTRATIVA — Aprovação do Decreto-lei nº 1.093, de 17.3.70. (Decreto Legislativo nº 19, de 26.5.70).

S

SÊDA — Emprego da palavra. (Lei nº 5.577, de 8.5.70).

SEGURANÇA — Instituições bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito — Alteração. (Decreto-lei nº 1.103, de 6.4.70).

— Aprovação (Decreto Legislativo nº 17, de 26.5.70).

SEGURANÇA NACIONAL — Municípios de Paulínia, Castilho e Três Lagoas. (Decreto-lei nº 1.105, de 20.5.70).

SERVIÇOS — Contratação — Aprovação do Decreto-lei nº 1.070, de 3.12.69. (Decreto Legislativo nº 2, de 21.5.70).

SIDERURGIA — Aços Piratini — Aumento de capital. (Lei nº 5.583, de 25.6.70).

T

TESOURARIAS — Interinos — Extensão de benefícios. (Lei nº 5.576, de 8.5.70).

TESOURO NACIONAL — Empréstimo externo — Aprovação do Decreto-lei nº 1.095, de 20.3.70. (Decreto Legislativo nº 8, de 22.5.70).

TÍTULOS DE RENDA FIXA — Aprovação do Decreto-lei nº 1.071, de 5.12.69. (Decreto Legislativo nº 10, de 22.5.70).

TRIBUTAÇÃO — Rendimentos agrícolas e pecuários — Aprovação do Decreto-lei nº 1.074, de 2.1.70. (Decreto Legislativo nº 11, de 22.5.70).

TRIBUTOS — Açúcar e Alcool — Fiscais — Retribuição. (Decreto-lei nº 1.108, de 24.6.70).

V

VENCIMENTOS — Ensino Superior — Aprovação do Decreto-lei número 1.083, de 25.2.70. (Decreto Legislativo nº 27, de 26.5.70).

— Cíveis e Militares — Aumento — Aprovação do Decreto-lei nº 1.073, de 9.1.70. (Decreto Legislativo nº 26, de 26.5.70).

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1970 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1970

ÍNDICE

DOIS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
I — Atos Complementares:		— Publicado no D.O. de 8 e	
87 — Ato complementar de 8		ret. no de 10-9-70	9
de julho de 1970 — Publicado			
no D. O. de 8-7-70	3	III — DECRETOS-LEIS:	
88 — Ato Complementar de 8		1.110 — Decreto-lei de 9 de ju-	
de julho de 1970 — Publica-		lho de 1970 — Cria o Instituto	
do no D. O. de 8-7-70	3	Nacional de Colonização e Re-	
89 — Ato Complementar de 8 de		forma Agrária (INCRA), ex-	
julho de 1970 — Publicado no		tingue o Instituto Brasileiro de	
D. O. de 8-7-70 —	4	Reforma Agrária, o Instituto	
90 — Ato Complementar de 8 de		Nacional de Desenvolvimento	
julho de 1970 — Publicado no		Agrário e o Grupo Executivo da	
D. O. de 8-7-70	5	Reforma Agrária e dá outras	
91 — Ato Complementar de 8		providências — Publicado no	
de julho de 1970 — Publicado		D.O. de 10-7-70	13
no D. O. de 8-7-70	5		
92 — Ato Complementar de 8		1.111 — Decreto-Lei de 10 de ju-	
de julho de 1970 — Publicado		lho de 1970 — Estabelece preço	
no D.O. de 8-7-70	6	de referência para produtos im-	
93 — Ato Complementar de 8		portados nos casos que especi-	
de julho de 1970 — Publicado		fica, e dá outras providências.	
no D.O. de 8-7-70	7	— Publicado no D.O. de 10	
94 — Ato Complementar de 22		de julho de 1970	14
de julho de 1970 — Publicado		1.112 — Decreto-lei de 16 de	
no D.O. de 23-7-70	7	julho de 1970 - Autoriza a mo-	
		bilização de créditos para inte-	
		gralização, por parte da União,	
		das ações que subscrever no	
		aumento de Capital do Banco	
		do Brasil S. A. e dá outras pro-	
		vidências — Publicado no D.O.	
		de 17-7-70	15
II — LEI COMPLEMENTAR:		1.113 — Recreto-lei de 16 de ju-	
7 — Lei Complementar de 7 de		lho de 1970 — Autoriza a rein-	
setembro de 1970 — Institui o		versão da Companhia Nacional	
Programa de Integração So-			
cial, e dá outras providências			

	Págs.		Págs.
de Alcalis, sob a forma de aumento de capital, dos dividendos que couberem ao Tesouro Nacional, em cada exercício social. — Publicado no D.O. de 17-7-70	15	mentos Isolados de Ensino Superior, mantidos pela União. — Publicado no D.O. de 1 e ret. no de 3-9-70	20
1.114 — Decreto-lei de 21 de julho de 1970 — Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-lei nº 1.097, de 23 de março de 1970 — Publicado no D.O. de 22-7-70	16	1.122 — Decreto-lei de 1 de setembro de 1970 — Concede isenção dos impostos incidentes sobre bens importados pela Companhia Vale do Rio Doce. — Publicado no D.O. de 2 de setembro de 1970	21
1.115 — Decreto-lei de 24 de julho de 1970 — Concede estímulos às fusões e às incorporações das Sociedades Seguradoras e dá outras providências — Publicado no D.O. de 24-7-70	16	1.123 — Decreto-lei de 3 de setembro de 1970 — Altera dispositivos do Decreto-lei número 37, de 18 de novembro de 1966, relativamente à bagagem de passageiros procedentes do exterior, e revoga o art. 1º do Decreto-lei nº 416, de 10 de janeiro de 1969 e 850, de 10 de setembro de 1969. — Publicado no D.O. de 8 e retificado no de 11 e 25-9-70	21
1.116 — Decreto-lei de 27 de julho de 1970 — Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 697, de 23 de julho de 1969 — Publicado no D.O. de 28-7-70	17	1.124 — Decreto-lei de 8 de setembro de 1970 — Permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive. — Publicado no D.O. de 9-9-70 .	22
1.117 — Decreto-lei de 10 de agosto de 1970 — Concede isenção de imposto às máquinas e implementos agrícolas e dá outras providências — Publicado no D.O. de 10-8-70	17	1.125 — Decreto-lei de 17 de setembro de 1970 — Fixa recursos para a implantação do Programa de Integração Social. — Publicado no D.O. de 18 de setembro de 1970	23
1.118 — Decreto-lei de 10 de agosto de 1970 — Dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 10-8-70	18		
1.119 — Decreto-lei de 11 de agosto de 1970 — Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados os aparelhos tipo "Pacemaker". Publicado no D.O. de 12-8-70	19	IV — DECRETOS LEGISLATIVOS:	
1.120 — Decreto-lei de 14 de agosto de 1970 — Autoriza o Ministro dos Transportes e tomar as providências necessárias a regularização de débitos da União para com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1970	19	38 — Decreto Legislativo de 1970 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento da despesa de NCr\$ 5.698,19 (cinco mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros novos e dezenove centavos), em favor da Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria. — Publicado no D.O. de 2-7-70	25
1.121 — Decreto-lei de 31 de agosto de 1970 — Dispõe sobre os vencimentos básicos dos cargos de direção das Universidades Federais, das Unidades Universitárias e de Estabeleci-		39 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Protocolo de Genebra de 17 de junho de 1925 sobre a Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra. — Publicado no D.O. de 2-7-70	25

Págs.	Págs.
40 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Acôrdo de Previdência Social firmado com o Governo de Portugal, em Lisboa, a 17 de outubro de 1969. — Publicado no <i>D.O.</i> de 2 de julho de 1970	29
41 — Decreto Legislativo de 1970 — Fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República para o período que vai de 15 de março de 1970, a 15 de março de 1974. — Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-70	29
42 — Decreto Legislativo de 1970 — Dispõe sobre a fixação do subsídio e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para a legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1971. — Publicado no <i>D.O.</i> de 17-7-70	30
43 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 17-7-70	30
44 — Decreto Legislativo de 1970 — Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, a fim de comparecer aos funerais do Professor Antônio de Oliveira Salazar. — Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-70 ..	30
145 — Decreto Legislativo de 1970 — Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, a fim de comparecer à posse do Presidente da República da Colômbia. — Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-70	31
46 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-70 —	31
47 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.108, de 24 de junho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 15-8-70	31
48 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.107, de 18 de junho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 12-8-70	31
49 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.117, de 10 de agosto de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 25-8-70	31
50 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.109, de 26 de junho de 1970 — Publicado no <i>D.O.</i> de 28-8-70	31
51 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.112, de 16 de julho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 28-8-70	31
52 — Decreto-legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970 — Publicado no <i>D.O.</i> de 28-8-70	31
53 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.111, de 10 de julho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 3-9-70	31
54 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.114, de 21 de julho de 1970 — Publicado no <i>D.O.</i> de 3-9-70	31
55 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.113, de 16 de julho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 3-9-70	31
56 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.118, de 10 de agosto de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 8 de setembro de 1970	31
57. — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969. — Publicado no <i>D.O.</i> de 10-9-70	31
58 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Acôrdo Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agrônomicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto firmado em Brasília a 2 de março de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 10 de setembro de 1970	31

	Págs.		Págs.
59 — Decreto-legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto lei nº 1.115, de 24 de julho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 16-9-70	32	5.591 — Lei de 16 de julho de 1970 — Dispõe sobre a institui- ção de regime especial de tra- balho para servidores da Fun- dação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que participaram diretamente da execução do VIII Recenseamen- to Geral do Brasil e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 20-7-70 —	36
60 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto- lei nº 1.116, de 27 de julho de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 16-9-70	32		
V — LEIS:			
5.587 — Lei de 2 de julho de 1970 — Altera a redação do art. 2º do Decreto-lei núme- ro 499, de 17 de março de 1969, que institui nova carteira de identidade para estrangeiros e dá outras providências. — Pu- blicado no <i>D.O.</i> de 3-7-70	33	5.592 — Lei de 16 de julho de 1970. — Faculta às empresas permissionárias de refino de petróleo a adoção da forma “ao portador” para as ações prefe- renciais do respectivo capital social — Publicado no <i>D.O.</i> de 20 e ret. no de 30-7-70	37
5.588 — Lei de 2 de julho de 1970 — Estende aos servidores das autarquias da União, de suas empresas públicas e de suas sociedades de economia mista, que tiverem sido ou vie- rem a ser apresentados com fundamento no Ato Institucio- nal nº 5, de 13 de dezembro de 1968, disposições do Decreto-lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967. — Publicado no <i>D.O.</i> de 3-7-70	33	5.593 — Lei de 16 de junho de 1970 — Transfere a jurisdição da Junta de Conciliação e Jul- gamento de Maragogipe, Esta- do da Bahia, pertencente à 5ª Região, para o Município de Salvador, no mesmo Estado. — Publicado no <i>D.O.</i> de 20 de julho de 1970	37
5.589 — Lei de 3 de julho de 1970 — Autoriza a utilização de chancela mecânica para auten- ticação de títulos ou certifica- dos e cautelas de ações e de- bêntures das sociedades anôni- mas de capital aberto; dá nova redação ao § 10 do art. 34 e ao art. 74 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965; altera o art. 13 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968; dá nova redação ao inciso II do § 3º do art. 52 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; alte- ra os arts. 88 e 129 do Decreto- lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e dá outras providên- cias. — Publicado no <i>D.O.</i> de 6-7-70	34	5.594 — Lei de 21 de julho de 1970 — Dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 4.513, de 7º de dezembro de 1964, que auto- riza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor, a ela incorpo- rando o patrimônio e as atribui- ções do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 22-7-70	37
5.590 — Lei de 14 de julho de 1970. — Dispõe sobre as hon- ras, direitos e prerrogativas do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. — Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-70 —	35	5.595 — Lei de 28 de julho de 1970 — Denomina “Presidente Costa e Silva” a Ponte Rio-Ni- terói. — Publicado no <i>D.O.</i> de 30-7-70	38
		5.596 — Lei de 28 de julho de 1970 — Autoriza a Associação Rural de Arroio do Meio, Es- tado do Rio Grande do Sul, a transferir, gratuitamente, à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, o imóvel que menciona. — Publicado no <i>D.O.</i> de 30-7-70	38
		5.597 — Lei de 31 de julho de 1970 — Altera o início da vi- gência do Código Penal — Pu- blicado no <i>D.O.</i> de 31-7-70	38

Págs.		Págs.
5.598	— Lei de 11 de agosto de 1970 — Concede pensão especial à Senhora Ramona Santos de Vargas, viúva de Alvício de Vargas, morto no cumprimento do dever, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12-8-70	39
5.599	— Lei de 13 de agosto de 1970. — Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a celebrar contrato de serviços técnicos com o Consórcio Nacional de Planejamento Integrado — CNPI, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 17-8-70	39
5.600	— Lei de 24 de agosto de 1970 — Inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado. — Publicado no D.O. de 25-8-70	40
5.601	— Lei de 26 de agosto de 1970 — Regula a interveniência de corretores nas operações de câmbio — Publicado no D.O. de 31-8-70	40
5.602	— Lei de 28 de agosto de 1970 — Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros) para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 1-9-70 ..	41
5.603	— Lei de 30 de agosto de 1970 — Dá a denominação de "Via Dom Bosco" à BR-930 do Plano Nacional de Viação. — Publicado no D.O. de 1-8-70 ..	41
5.604	— Lei de 2 de setembro de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública "Hospital de Clínicas de Porto Alegre" e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 8-9-70	42
5.605	— Lei de 9 de setembro de 1970 — Declara de utilidade pública o "Real Gabinete Português de Leitura", com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Publicado no D.O. de 10-9-70 ...	43
5.606	— Lei de 9 de setembro de 1970 — Outorga a regalia de prisão especial aos oficiais da Marinha Mercante. — Publicado no D.O. de 10-9-70 —	44
5.607	— Lei de 9 de setembro de 1970 — Altera a Lei número 3.581, de 26 de maio de 1970, que estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 10-9-70 ..	44
5.608	— Lei de 14 de setembro de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a retificar e ratificar cessão de terreno da União, situado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, ao Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios de Porto Alegre — Publicado no D.O. de 15-9-70 ...	45
5.609	— Lei de 17 de setembro de 1970 — Declara extinta a participação de servidores públicos do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal na cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 17-9-70	45
5.610	— Lei de 22 de setembro de 1970 — Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1970	46
ÍNDICE DO APENSO		
I — LEI COMPLEMENTAR		
6	— Lei Complementar de 39 de 30 de junho de 1970 — Concede isenção de impostos federais, estaduais e municipais à Caixa Econômica Federal — CEF. — Publicado no D.O. de 17-70 ..	49
II — DECRETOS LEGISLATIVOS:		
37	— Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.104, de 30 de abril de 1970, que altera o Decreto-lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969. — Publicado no D.O. de 1-7-70	49
III — LEI.		
5.586	— Lei de 30 de julho de 1970 — Estende a Jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina às cidades de Iporã e Cambé, no Estado do Paraná. — Publicado no D.O. de 1-7-70	50

Figuram neste volume os Atos Complementares, Lei Complementar, Decretos-leis, Decretos-Legislativos e as Leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1970, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 87, DE 8 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de julho de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Santos, no Estado de São Paulo, decretado pelo Ato Complementar nº 53, de 8 de maio de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Oriando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Julio Barata

Marcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 88, DE 8 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de julho de 1970, o recesso da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, decretado pelo Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

João Paulo dos Reis Velloso

Jose Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 89, DE 8 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de julho de 1970, o recesso da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, decretado pelo Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATO COMPLEMENTAR Nº 90, DE 8 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de julho de 1970, o recesso da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decretado pelo Ato Complementar nº 49, de 27 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 91, DE 8 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de julho de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Santarém, no Estado do Pará, decretado pelo Ato Complementar nº 53, de 8 de maio de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Julio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 92, DE 8 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de julho de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, decretado pelo Ato Complementar nº 53, de 8 de maio de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Julio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 93, DE 8 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 15 de julho de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, decretado pelo Ato Complementar nº 55, de 4 de junho de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Julio Barata

Marcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagoa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ATO COMPLEMENTAR Nº 94, DE 22 DE JULHO DE 1970

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o que consta do artigo 182 da Constituição, resolve baixar o seguinte ATO COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 10 de agosto de 1970, o recesso da Câmara de Vereadores de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, decretado pelo Ato Complementar nº 69, de 6 de outubro de 1969.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Julio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagoa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

II — LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 7 — DE 7
DE SETEMBRO DE 1970

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e em sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por empresa a pessoa jurídica, nos termos da legislação do Imposto de Renda, e por empregado todo aquele assim definido pela legislação trabalhista.

§ 2º A participação dos trabalhadores avulsos, assim definidos os que prestam serviços a diversas empresas, sem relação empregatícia, no Programa de Integração Social, far-se-á nos termos do Regulamento a ser baixado, de acordo com o artigo 11 desta Lei.

Art. 2º O Programa de que trata o artigo anterior será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo.

Art. 3º O Fundo de Participação será constituído por duas parcelas:

a) a primeira, mediante dedução do Imposto de Renda devido, na forma estabelecida no § 1º, deste artigo, processando-se o seu recolhimento ao

Fundo juntamente com o pagamento do Imposto de Renda;

b) a segunda, com recursos próprios da empresa, calculados com base no faturamento, como segue:

- 1) no exercício de 1971, 0,15%;
- 2) no exercício de 1972, 0,25%;
- 3) no exercício de 1973, 0,40%;
- 4) no exercício de 1974 e subsequentes, 0,50%.

§ 1º A dedução a que se refere a alínea a deste artigo será feita sem prejuízo do direito de utilização dos incentivos fiscais previstos na legislação em vigor e calculada com base no valor do Imposto de Renda devido, nas seguintes proporções:

- | | |
|--|----|
| a) no exercício de 1971 | 2% |
| b) no exercício de 1972 | 3% |
| c) no exercício de 1973 e subsequentes | 5% |

§ 2º As instituições financeiras, sociedades seguradoras e outras empresas que não realizam operações de vendas de mercadorias participarão do Programa de Integração Social com uma contribuição ao Fundo de Participação de recursos próprios de valor idêntico do que fôr apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º As empresas que a título de incentivos fiscais estejam isentas, ou venham a ser isentadas, do pagamento do Imposto de Renda, contribuirão para o Fundo de Participação, na base de cálculo como se aquele tributo fôsse devido, obedecidas as percentagens previstas neste artigo.

§ 4º As entidades de fins não lucrativos, que tenham empregados assim definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o Fundo na forma da lei.

§ 5º A Caixa Econômica Federal resolverá os casos omissos, de acordo

com os critérios fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional poderá alterar, até cinquenta por cento (50%), para mais ou para menos, os percentuais de contribuição de que trata o § 2º do artigo 3º, tendo em vista a proporcionalidade das contribuições.

Art. 5º A Caixa Econômica Federal emitirá, em nome de cada empregado, uma Caderneta de Participação — Programa de Integração Social — movimentável na forma dos artigos 8º e 9º desta Lei.

Art. 6º A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea b do artigo 3º será processada mensalmente a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo único. A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente.

Art. 7º A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor destinado ao Fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período;

b) os 50% (cinquenta por cento) restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

§ 1º Para os fins deste artigo, a Caixa Econômica Federal, com base nas informações fornecidas pelas empresas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, organizará um Cadastro-Geral dos participantes do Fundo, na forma que for estabelecida em regulamento.

§ 2º A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo sujeitará a empresa a multa, em benefício do Fundo, no valor de dez (10) meses de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido.

§ 3º Igual penalidade será aplicada em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa.

Art. 8º As contas de que trata o artigo anterior serão também creditadas:

a) pela correção monetária anual do saldo credor, na mesma proporção da variação fixada para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

b) pelos juros de 3% (três por cento) ao ano, calculados, anualmente, sobre o saldo corrigido dos depósitos;

c) pelo resultado líquido das operações realizadas com recursos do Fundo, deduzidas as despesas administrativas e as provisões e reservas cuja Constituição seja indispensável, quando o rendimento for superior à soma dos itens a e b.

Parágrafo único. A cada período de um ano, contado da data de abertura da Conta, será facultado ao empregado o levantamento do valor dos juros, da correção monetária contabilizada no período e da quota-parte produzida pelo item c anterior, se existir.

Art. 9º As importâncias creditadas aos empregados nas cadernetas de participação são inalienáveis e impenhoráveis, destinando-se, primordialmente, à formação de patrimônio do trabalhador.

§ 1º Por ocasião de casamento, aposentadoria ou invalidez do empregado titular da conta poderá o mesmo receber os valores depositados, mediante comprovação da ocorrência, nos termos do regulamento; ocorrendo a morte, os valores do depósito serão atribuídos aos dependentes, e, em sua falta, aos sucessores, na forma da lei.

§ 2º A pedido do interessado, o saldo dos depósitos poderá ser também utilizado como parte do pagamento destinado à aquisição da casa própria, obedecidas as disposições regulamentares previstas no art. 11.

Art. 10. As obrigações das empresas, decorrentes desta Lei, são de caráter exclusivamente fiscal, não gerando direitos de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdenciária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, ao empregado.

Parágrafo único. As importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da Legislação Trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 11. Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência desta Lei, a Caixa Econômica Federal submeterá à aprovação do Conselho Monetário Nacional o regulamento do Fundo, fixando as normas para o recolhimento e a distribuição dos recursos, assim como as diretrizes e os critérios para a sua aplicação.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional pronunciar-se-á, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento, sobre o Projeto de regulamento do Fundo.

Art. 12. As disposições desta Lei não se aplicam a quaisquer entidades integrantes da administração pública federal, estadual ou municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, direta ou indireta adotando-se, em todos os níveis, para efeito de conceituação, como entidades da Administração Indireta, os critérios constan-

tes dos Decretos-leis nºs 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 930, de 29 de setembro de 1969.

Art. 13. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de setembro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barbosa

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 1.110 — DE 9 DE
JULHO DE 1970

Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º E' criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura, com sede na Capital da República.

Art. 2º Passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), que ficam extintos a partir da posse do Presidente do novo Instituto.

Art. 3º O INCRA gozará, em toda plenitude dos privilégios e imunidades conferidos pela União, no que se refere aos respectivos bens, serviços e ações.

Art. 4º O INCRA será dirigido por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro da Agricultura.

Art. 5º A administração do Instituto compete ao seu Presidente e Diretores, na forma pela qual se dispuser em regulamento.

§ 1º Ao Presidente cabe representar o Instituto.

§ 2º Enquanto não se dispuser em regulamento sobre as atribuições dos Diretores, compete ao Presidente do Instituto exercer todos os atos administrativos que anteriormente se atri-

buiam aos dirigentes dos órgãos extintos.

Art. 6º O orçamento do INCRA será elaborado de acordo com as normas e princípios da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e legislação posterior, e submetido à aprovação do Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os orçamentos dos órgãos extintos passam à administração do INCRA, ficando o Presidente do Instituto autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a proceder o remanejamento das dotações ou dos créditos adicionais.

Art. 7º Até que seja efetivada a unificação determinada neste Decreto-lei, os serviços que compunham a estrutura dos órgãos do IBRA e do INDA continuarão a funcionar com as atribuições que possuíam, inclusive no que se refere à movimentação de valores e à execução orçamentária, ficando, desde logo, extintos os órgãos colegiados que integravam aqueles Institutos.

Art. 8º A estrutura do INCRA será estabelecida em regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, dentro de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 9º Os atuais servidores do IBRA, do INDA e do GERA, sem alteração do respectivo regime jurídico, passarão para os futuros quadros e tabelas do INCRA.

Art. 10. Ficam transferidos para o INCRA os cargos em comissão e as funções gratificadas do IBRA e do INDA.

Parágrafo único. Por proposta do Presidente do INCRA, os cargos e as funções gratificadas dos Institutos extintos serão ajustados à nova estrutura na forma do disposto no artigo 181 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da
República.

EMÍLIO G. MÊDICI

L. F. Cirne Lima

DECRETO-LEI Nº 1.111 — DE 10 DE
JULHO DE 1970

*Estabelece preço de referência para
produtos importados nos casos que
especifica, e dá outras providên-
cias.*

O Presidente da República, no uso
das atribuições que lhe confere o ar-
tigo 55, item II da Constituição, de-
creta:

Art. 1º Quando ocorrer acentuada
disparidade de preços de importação
de mercadoria oriunda de várias pro-
cedências, de tal maneira que preju-
dique ou venha a prejudicar a produ-
ção interna similar, a juízo do Con-
selho de Política Aduaneira, fica ês-
te autorizado a aplicar medida cor-
retiva que equilibre os preços de im-
portação do produto afetado.

Art. 2º Nos casos previstos no ar-
tigo 1º poderá ser estabelecido preço
de referência, para efeito de cálculo
e cobrança do imposto de importa-
ção, a ser determinado com base no
preço pelo qual a mercadoria ou si-
milar é normalmente oferecida à
venda no mercado atacadista do país
exportador, somado às despesas para
sua colocação no porto de embarque
para o Brasil, ao seguro e ao frete
(CIF), deduzidos, quando fôr o caso,
os impostos exigíveis para consumo
interno e recuperáveis pela exporta-
ção.

Parágrafo único. Para fins de de-
terminação do preço de referência,
podem também servir de base os pre-
ços verificados na exportação do pro-
duto similar dos países de origem
para terceiros países ou, alternativa-
mente, os custos de produção do pro-
duto nos países de origem acrescidos
de uma parcela razoável atribuída a
despesas de comercialização e lucro.

Art. 3º Na ausência dos elementos
necessários à apuração do preço, co-
mo previsto no artigo 2º, o preço de
referência será determinado estatisti-
camente com base nos preços CIF
de importação do semestre mais
próximo para o qual existam esta-
tísticas disponíveis.

§ 1º O preço de referência assim
determinado não poderá exceder o
maior preço CIF de importação cal-
culado por país de origem, no perí-
do referido neste artigo.

§ 2º Não serão computadas no cá-
culo do preço de referência as im-
portações originárias de países mem-
bros da Associação Latino-americana
de Livre Comércio (ALALC).

Art. 4º Na ocorrência de uma que-
da conjuntural generalizada dos pre-
ços de importação, de tal maneira
que prejudique ou venha a prejudi-
car a produção interna similar, o
Conselho de Política Aduaneira po-
derá igualmente estabelecer o preço
de referência para o produto afeta-
do.

§ 1º Na ausência de elementos ne-
cessários à apuração do preço como
previsto no artigo 2º, o preço de re-
ferência será determinado estatisti-
camente, com base nos preços CIF
de importação do produto no semes-
tre mais próximo que, a juízo do
Conselho de Política Aduaneira, te-
nha apresentado características de
normalidades quanto aos preços do
produto afetado.

§ 2º O preço de referência, quando
utilizado de conformidade com o pre-
visto neste artigo, não poderá ser
aplicado por prazo superior a três
(3) anos.

§ 3º O preço de referência assim
determinado não poderá exceder o
maior preço CIF de importação cal-
culado por país de origem, no pe-
ríodo a que se refere o parágrafo 1º.

Art. 5º Quando o preço CIF de
uma dada importação fôr inferior ao
preço de referência do produto em
causa, o imposto aduaneiro será mis-
to, combinando-se uma alíquota es-
pecífica, representada pela diferença
entre o preço de referência e o pre-
ço CIF de importação, com a alíquo-
ta "ad-valorem" em vigor aplicada
sobre o preço de referência.

Parágrafo único. Nos demais casos,
o imposto de importação será aplica-
do na forma da legislação vigente.

Art. 6º O cálculo do preço de re-
ferência será reexaminado semestral-
mente.

Parágrafo único. Quando se veri-
ficarem, na revisão do cálculo, alte-
rações no comportamento dos pre-
ços de importação do produto para o
qual tenha sido fixado preço de refe-
rência, de forma que não mais apre-

sente as características de anormalidade definidas nos artigos 1º e 4º, o Conselho de Política Aduaneira suspenderá a aplicação do referido instrumento.

Art. 7º O Conselho de Política Aduaneira estabelecerá, em Resolução, as demais normas necessárias à execução deste Decreto-lei.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o artigo 5º do Decreto-lei número 730, de 3 de agosto de 1969.

Brasília, 10 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 1.112 — DE 16 DE JULHO DE 1970

Autoriza a mobilização de créditos para integralização, por parte da União, das ações que subscrever no aumento de Capital do Banco do Brasil S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica autorizada a mobilização de créditos de que seja titular o Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A. para o fim específico da integralização, por parte da União, das ações que subscrever, até o limite de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros), no aumento de capital que vier a ser aprovado pela Assembléia-Geral de Acionistas daquela Instituição Financeira.

Parágrafo único. Não se incluem na autorização de que trata este artigo os créditos vinculados à execução orçamentária.

Art. 2º O Ministro da Fazenda ajustará com o Banco do Brasil S.A. as condições para a formalização da referida mobilização de recursos, podendo, para esse fim, inclusive, vincular o produto dos dividendos gera-

dos pela participação acionária do Tesouro Nacional no capital do referido Banco.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.113 — DE 16 DE JULHO DE 1970

Autoriza a reinversão na Companhia Nacional de Alcalis, sob a forma de aumento de capital, dos dividendos que couberem ao Tesouro Nacional, em cada exercício social.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Serão reinvestidos na Companhia Nacional de Alcalis, sob a forma de ações de capital, os dividendos que couberem à União, em cada exercício social.

Art. 2º Os valores correspondentes aos mencionados dividendos, aprovados nos balanços anuais, a partir de 1970 e até 1981, serão escriturados à parte, constituindo fundo de reserva especial, destinado a aumentos de capital aprovados em Assembléias-Gerais Extraordinárias, expressamente convocadas para tal fim.

Art. 3º Aos dividendos das ações do Tesouro Nacional referentes ao exercício de 1969, aplicar-se-á o disposto neste Decreto-lei, convocando-se, se necessário, Assembléia-Geral Extraordinária de Acionistas, que decidirá sobre a matéria.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 1.114 — DE 21 DE
JULHO DE 1970

Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-lei nº 1.097, de 23 de março de 1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica acrescido, ao artigo 2º do Decreto-lei nº 1.097, de 23 de março de 1970, o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. A restrição contida no "caput" do mencionado artigo, "in fine", não se aplica à parcela de que trata o inciso II do artigo 1º do presente Decreto-lei".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.115 — DE 24 DE
JULHO DE 1970

Concede estímulos às fusões e às incorporações das Sociedades Seguradoras e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º As incorporações ou fusões das Sociedades Seguradoras aprovadas pelo Ministério da Indústria e do Comércio gozarão dos benefícios financeiros estabelecidos neste Decreto-lei.

Parágrafo único. O regime especial de que trata este artigo prevalecerá pelo prazo de 3 (três) anos, a partir da vigência deste Decreto-lei.

Art. 2º A incorporação ou fusão de Sociedades Seguradoras e, bem assim, os respectivos acionistas, em decorrência da troca ou substituição de ações, ficarão isentos do imposto de

renda, nos termos que forem fixados pelo Ministério da Fazenda nos processos referentes à operação.

Parágrafo único. Para efeito de determinar a isenção de que trata este artigo, os processos serão instruídos pela SUSEP com as condições de avaliação das ações, bens, ou patrimônios líquidos.

Art. 3º Serão revistos o Limite de Operações (L. O.) e o Limite Técnico (L.T.) das Sociedades Seguradoras que tiverem realizado operações de incorporação ou fusão, de modo a proporcionar a ampliação desses limites, em bases compatíveis com a nova capacidade operativa.

Art. 4º O Conselho Nacional de Seguros Privados, por proposta da Superintendência de Seguros Privados e Instituto de Resseguros do Brasil poderá estabelecer critérios relativos à participação das Sociedades Seguradoras no movimento global do mercado.

Art. 5º Aplicam-se à Superintendência de Seguros Privados as regalias, privilégios e imunidades da União, inclusive quanto à cobrança da dívida ativa.

Art. 6º O Ministro da Indústria e do Comércio poderá suspender a concessão de autorização para funcionamento de Sociedades Seguradoras, fixando o prazo de vigência da medida.

Art. 7º É acrescentado ao artigo 89, do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, um parágrafo com a seguinte redação, passando o parágrafo único a § 1º:

"§ 2º Comprovada a viabilidade de recuperação econômico-financeira da sociedade, o IRE poderá conceder-lhe tratamento técnico e financeiro excepcional, de modo a propiciar aquela recuperação".

Art. 8º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 1.116 — DE 27 DE
JULHO DE 1970

*Acrescenta artigo ao Decreto-Lei ..
nº 697, de 23 de julho de 1969.*

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º E' renumerado como artigo 6º o atual artigo 5º do Decreto-lei nº 697, de 23 de julho de 1969.

Art. 2º Passam a constituir o artigo 5º do mencionado Decreto-lei nº 697 as seguintes disposições:

"Art. 5º As importâncias recebidas em liquidação de títulos registrados na forma do Decreto-lei nº 286, de 28 de fevereiro de 1967, cujo mecanismo de resgate tenha sido aprovado pelo Banco Central do Brasil, estão isentas do imposto de renda e de penalidades fiscais.

§ 1º Incluem-se entre os títulos mencionados neste artigo as debêntures que tenham sido emitidas até 1967 para operação de liquidação por transação aprovada pelo Banco Central do Brasil, a que se refere o artigo 2º.

§ 2º A liquidação realizada na forma deste artigo constituirá despesa operacional para a pessoa jurídica emitente, até o montante das quantias efetivamente pagas aos tomadores.

§ 3º A extinção de punibilidade estabelecida no artigo 3º para a omissão contábil dos atos de preparação, emissão e aplicação do produto dos títulos estende os seus efeitos a tais atos que ficam também isentos do imposto de renda e penalidades fiscais.

§ 4º Eximem-se de ação fiscal as operações a que se reporta este artigo, cabendo às autoridades competentes tornar insubsistentes os procedimentos fiscais sobre a matéria".

Art 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.117 — DE 10 DE
AGOSTO DE 1970

Concede isenção de imposto às máquinas e implementos agrícolas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º A partir de 1º de setembro de 1970 as alíquotas referentes aos produtos classificados nas posições 84.24 e 87.01, da Tab-lla anexa ao Decreto nº 61.514 de 12 de outubro de 1967, passarão a ser as seguintes:

Posições:

84.24 — Máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas e hortícolas para preparação e trabalho do solo e para o cultivo, inclusive rolos para preparar terrenos ou campos de esporte:

1 — Máquinas, aparelhos e instrumentos, inclusive rolos, desta posição — 5%

2 — Partes e peças separadas, segundo Nota XIX — 2 — 5%

87.01 — Tratores, inclusive tratores-guinchos — 5%

Art. 2º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados o arame farpado, as máquinas e implementos agrícolas e os tratores, aqueles e estes quando produzidos no País.

Art. 3º Consideram-se máquinas e implementos agrícolas, para o gozo dos benefícios concedidos pela legislação fiscal, os produtos relacionados pelo Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério da Agricultura.

Art. 4º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos de origem nacional destinados à instalação, ampliação ou reequipamento de empreendimentos industriais julgados de interesse nacional, quando o fornecimento seja resultante de coleta de preços entre produtores nacionais e estrangeiros, e feito contra pagamento com recursos oriundos de divisas convertíveis proveniente de financiamento a longo prazo de instituições financeiras ou entidades governamentais estrangeiras.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo dependerá de prévia declaração, em cada caso, do Mi-

nistro da Fazenda e somente será reconhecida depois da aprovação pelos órgãos federais competentes, do projeto em cuja implantação serão empregados os produtos.

Art. 5.º Fica assegurado aos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados o direito à utilização dos créditos relativos às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, efetivamente utilizados na industrialização dos produtos a que se referem os artigos 2.º 3.º e 4.º deste Decreto-lei, nos termos fixados pelo Ministério da Fazenda.

Art. 6.º As isenções outorgadas por este Decreto-lei vigorarão até o dia 31 de dezembro de 1974.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 1.118 — DE 10 DE AGOSTO DE 1970

Dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o item II do artigo 55 da Constituição resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1.º E' acrescentado um § 2.º ao artigo 44 da Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964, passando o parágrafo único a § 1.º, com a seguinte redação:

“§ 1.º Esta disposição não se aplica aos produtos especificamente destinados a exportação, cuja rotulagem ou marcação poderá ser adaptada às exigências do mercado estrangeiro importador.

§ 2.º Para os produtos destinados à Zona Franca de Manaus, prevalece o disposto no “caput” deste artigo”.

Art. 2.º As embarcações de pesca nacionais e as afretadas por empresas brasileiras, cujo produto for destinado, no todo ou em parte, ao mercado externo, poderão ser abastecidas de combustível com isenção do im-

pósto único sobre combustíveis, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 3.º Poderá ser concedida redução ou restituição do imposto de renda incidente sobre as transferências para o exterior, a título de pagamento de despesas com promoção e propaganda de produtos brasileiros, inclusive aluguéis e arrendamentos de “stands” ou locais para exposição e feiras, de escritórios comerciais, de armazéns, ou de depósitos, quando o beneficiário comprovar haver exportado produtos manufaturados, diretamente ou através das entidades relacionadas no artigo 4.º do Decreto-lei número 491, de 5 de março de 1969.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda disciplinará a aplicação do disposto neste artigo.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a estender o disposto no artigo 161 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, a outros manufaturados nacionais, obedecida sempre a condição de substituição de importar o produto estrangeiro.

Art. 5.º O parágrafo 1.º do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 491, de 5 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1.º O cálculo previsto neste artigo poderá também ser efetuado sobre o valor CIF, C & F e C & I das vendas para o exterior, conforme definido em regulamento.”

Art. 6.º O artigo 3.º do Decreto-lei n.º 491, de 5 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I — Fixar alíquotas, para efeito de crédito a que se refere o artigo anterior, para os produtos manufaturados que, no mercado interno, sejam não tributados ou isentos do imposto sobre produtos industrializados por qualificação de essencialidade.

II — Elevar ou reduzir, genericamente ou para determinados produtos, o nível máximo a que se refere o § 2.º do artigo 2.º

III — Fixar, em caráter excepcional, alíquotas, exclusivamente para efeito do estímulo fiscal à exportação, superiores ou inferiores às indicadas na tabela anexa ao Regulamento aprovado pelo Decreto 61.514, de 12 de outubro de 1967.”

IV — Alterar as bases de cálculo indicadas no artigo 2.º e seu parágrafo 1º.

Art. 7.º O parágrafo 2.º do artigo 13 do Decreto-lei n.º 491, de 5 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2.º O não cumprimento do compromisso de exportação, que vier a ser assumido, obrigará a empresa beneficiária ao pagamento dos tributos devidos na proporção e condições estabelecidas em regulamento, à taxa de conversão do dólar vigente na data do recolhimento, acrescido de multa, a critério do Ministro da Fazenda, até o limite de 50% do valor dos tributos a serem recolhidos.”

Art. 8.º O Poder Executivo estabelecerá a relação dos produtos manufaturados cuja exportação deva ser incentivada com os benefícios previstos neste Decreto-lei e no Decreto-lei número 491, de 5 de março de 1969, podendo fixar condições e prazos para sua aplicação.

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Antônio Dias Leite Junior

DECRETO-LEI Nº 1.119 — DE 11 DE AGOSTO DE 1970

Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados os aparelhos tipo “Pacemaker.”

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição e considerando a urgência e o relevante interesse público em salvar vidas humanas mediante a utilização de aparelhos altamente especializados, decreta:

Art. 1º São isentos do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, os aparelhos eletrônicos, tipo “Pacemaker”, implantáveis no corpo humano, mediante

prótese, para comando da frequência cardíaca.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não se aplica aos aparelhos com similar nacional, na forma da legislação em vigor.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.120 — DE 14 DE AGOSTO DE 1970

Autoriza o Ministro dos Transportes a tomar as providências necessárias a regularização de débitos da União para com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 55 da Constituição e, Considerando que a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, no interesse do Governo Federal, cumpriu significativa programação de linhas de navegação deficitárias;

Considerando que esse fato resultou na imobilização de capital e consequente prejuízo para a Empresa;

Considerando que, até a presente data, não foi entregue à referida Companhia, a importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), de que trata o artigo 45, do Decreto-lei n.º 67, de 21 de novembro de 1966;

Considerando a exposição feita pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e o que mais consta do processo n.º 10.051-70 do Ministério dos Transportes, decreta:

Art. 1º Fica o Ministro dos Transportes autorizado a aprovar, por portaria, o montante dos encargos, até 31 de dezembro de 1969, decorrentes de cumprimento pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, no interesse do Governo Federal, de linhas deficitárias, até o valor de Cr\$ 49.730.328,26 (quarenta e nove milhões setecentos e trinta mil trezentos e vinte e oito cruzeiros e vinte e seis centavos).

Art. 2.º Do Capital Social da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro serão deduzidas as parcelas que forem apuradas na forma do artigo 1.º deste Decreto, para acerto nos balanços da Companhia.

Parágrafo único. A dedução de que trata este artigo corresponderá a igual redução da participação da União no Capital Social da mencionada empresa.

Art. 3.º Anualmente, por portaria, o Ministro dos Transportes aprovará o montante dos encargos decorrentes do cumprimento, no interesse do Governo Federal, de linhas deficitárias, posteriormente a 1.º de janeiro de 1970, bem como daqueles correspondentes às obrigações de responsabilidade da extinta autarquia Lloyd Brasileiro — P. N.

Parágrafo único. O Orçamento da União consignará, anualmente, dotação ao Ministério dos Transportes, no montante dos encargos de que trata este artigo.

Art. 4.º Dos dividendos das ações da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, de propriedade da União Federal, e do produto da venda das mesmas ações, serão retidas, por aquela, em pagamento, as parcelas necessárias ao atendimento dos encargos necessários ao cumprimento do artigo 45 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, no montante de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Art. 5.º É revogado o Decreto-lei nº 621, de 11 de junho de 1969, ficando o imóvel de que trata o mesmo diploma legal sujeito ao Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, com o que aquele imóvel não mais será destinado à construção e à execução do projeto de que trata o artigo 3.º do ora revogado Decreto-lei número 621, de 11 de junho de 1969.

Art. 6.º O artigo 39 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. Enquanto não se verificar a sua incorporação, no todo ou em parte, a qualquer entidade supervisionada pelo Ministro dos Transportes, o imóvel constituído pelo calçadão e terreno sito entre a rua do Rosário, Avenida Perimetral, Rua Visconde de Itaboraí e o Serviço de Reembolsável

do Ministério da Marinha, com as respectivas benfeitorias, inclusive armazéns, ficará sob uso e administração da C.N.L.B., cabendo ao Ministro dos Transportes decidir sobre a sua incorporação, total ou parcial, ao patrimônio daquelas entidades.

Parágrafo único. No caso de, por decisão do Ministro dos Transportes, parte do imóvel mencionado não se destinar às entidades referidas neste artigo, tal área remanescente ficará sujeita ao disposto no § 1.º do artigo 47 deste Decreto-lei”.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 1.121 — DE 31 DE AGOSTO DE 1970

Dispõe sobre os vencimentos básicos dos cargos de direção das Universidades Federais, das Unidades Universitárias e de Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, mantidos pela União.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, *in fine*, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos básicos dos cargos em comissão de Reitor e Vice-Reitor das Universidades Federais e de Diretor das Unidades Universitárias ou de Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior mantidos pela União, são fixados, respectivamente, em Cr\$ 1.900,00 (um mil e novecentos cruzeiros), Cr\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros) e Cr\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º O mandato de Vice-Diretor das unidades ou estabelecimentos referidos no artigo 1.º não será remunerado, salvo quando seu titular substituir o Diretor, cabendo-lhe, então, perceber a retribuição a este cargo correspondente, compreendendo,

nos casos de dedicação exclusiva, o acréscimo respectivo.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos de Vice-Reitor exercerão suas atribuições estatutárias e regimentais e, suplementarmente, as que lhes forem delegadas pelos respectivos Reitores.

Art. 4º As despesas decorrentes do disposto no presente decreto serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1970: 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI N.º 1.122 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1970

Concede isenção dos impostos incidentes sobre bens importados pela Companhia Vale do Rio Doce.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de Importação e Sobre Produtos Industrializados incidentes sobre os equipamentos, componentes, maquinismos, seus sobressalentes, acessórios, partes, peças, ferramentas, instrumentos e materiais importados pela Companhia Vale do Rio Doce, destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas atividades.

Art. 2º A isenção de que trata o artigo 1º vigorará até o dia 31 de dezembro de 1975 e é também aplicada às importações já realizadas, cujo despacho aduaneiro tenha sido autorizado mediante termo de responsabilidade.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1 de setembro de 1970: 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI N.º 1.123 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1970

Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, relativamente à bagagem de passageiros procedentes do exterior, revoga o art. 1º do Decreto-lei n.º 416, de 10 de janeiro de 1969 e 850, de 10 de setembro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O artigo 13 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, alterado pelos Decretos-leis ns. 416, de 10 de janeiro de 1969 e 850, de 10 de setembro de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13. E' concedida isenção do imposto de importação, nos termos e condições estabelecidos no regulamento, à bagagem constituída de:

I — roupas e objetos de uso ou consumo pessoal do passageiro, necessários a sua estada no exterior;

II — objetos de qualquer natureza, nos limites de quantidade e/ou valor estabelecidos por ato do Ministro da Fazenda;

III — outros bens de propriedade de:

a) funcionários da carreira diplomática, quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e os que a eles se assemelharem, pelas funções permanentes de caráter diplomático, ao serem dispensados de função exercida no exterior e cujo término importe em seu regresso ao país;

b) servidores públicos civis e militares, servidores de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que regressarem ao país, quando dispensados de qualquer função oficial, de caráter permanente, exercida no exterior por mais de 2 (dois) anos ininterruptamente;

c) brasileiros que regressarem ao País, depois de servirem por mais de 2 (dois) anos ininterruptos em organismo internacional, de que o Brasil faça parte;

d) estrangeiros radicados no Brasil há mais de 5 (cinco) anos, nas mesmas condições da alínea anterior;

e) pessoas a que se referem as alíneas anteriores, falecidas no período do desempenho de suas funções no exterior;

f) brasileiros radicados no exterior por mais de 5 (cinco) anos ininterruptamente, que transferiram seu domicílio para o País;

g) estrangeiros que transferiram seu domicílio para o País;

h) cientistas, engenheiros e técnicos brasileiros e estrangeiros, radicados no exterior.

§ 1º O regulamento disporá sobre o tratamento fiscal a ser dispensado à bagagem do tripulante, aplicando-lhe, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2º A isenção a que aludem as alíneas "f" e "g" só se aplicará aos casos de primeira transferência de domicílio ou, em hipótese de outras transferências, se decorridos 5 (cinco) anos de retorno da pessoa ao exterior.

§ 3º Para os efeitos fiscais deste artigo, considera-se função oficial permanente no exterior, a estabelecida regularmente, exercida em terra e que não se extinga com a dispensa do respectivo servidor.

§ 4º A isenção de que trata a alínea h só será reconhecida quando ocorrerem cumulativamente as seguintes condições:

I — Que a especialização técnica do interessado esteja enquadrada em Resolução baixada pelo Conselho Nacional de Pesquisas, antes da sua chegada ao País;

II — Que o regresso tenha decorrido de convite do Conselho Nacional de Pesquisas;

III — Que o interessado se comprometa, perante o Conselho Nacional de Pesquisas a exercer sua profissão no Brasil durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a partir da data do desembarque dos bens;

§ 5º Os prazos referidos nas alíneas b e c do inciso III deste artigo, poderão ser relevados, em caráter excepcional pelo Ministro da Fazenda, por proposta do Ministro a que o servidor estiver subordinado, atendidas as seguintes condições cumulativas;

I — Designação para função permanente no exterior por prazo superior a 2 (dois) anos;

II — Regresso ao país antes de decorrido o prazo previsto na alínea anterior, por motivo de interesse nacional;

III — Que a interrupção da função tenha se dado, no mínimo, após 1 (um) ano de permanência no exterior.

Art. 2º O Ministro da Fazenda poderá estender o tratamento previsto no artigo à Zona Franca de Manaus.

Art. 3º As mercadorias trazidas como bagagem não poderão ser objeto de comércio sob a pena de multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor.

Art. 4º Fica assegurado o tratamento vigente na data da publicação deste Decreto-lei, às bagagens de propriedade das pessoas referidas nas alíneas "a" e "b", do artigo 13, do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1936, cuja função no exterior termine até a data da entrada em vigor deste Decreto-lei.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogados o artigo 1º do Decreto-lei n.º 416, de 10 de janeiro de 1969 e o Decreto-lei n.º 850, de 10 de setembro de 1969.

Brasília, 3 de setembro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.124 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

Permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Nos exercícios financeiros de 1971 a 1973, inclusive, as pessoas jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido, as quantias destinadas a aplicação nos programas de alfabetização aprovados pela Fundação MOEBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização — de acordo com os critérios que forem fixados, conjun-

tamente, pelos Ministros da Educação e Cultura e Fazenda.

Art. 2º As deduções do imposto de renda devido poderão ser realizadas, sem prejuízo dos incentivos fiscais em vigor, através de uma das seguintes modalidades:

I — Dedução das quantias que tiverem sido doadas à Fundação MOBRAF, no ano-base, no valor mínimo de 1% (um por cento) e máximo de 2% (dois por cento) do imposto de renda recolhido no próprio ano-base;

II — Indicação na declaração dos rendimentos das importâncias que serão recolhidas à ordem da Fundação MOBRAF para aplicação em projetos específicos de alfabetização, até o limite de 1% (um por cento) do imposto de renda devido.

Art. 3º As quantias deduzidas na forma do artigo 2º, inciso II, deste Decreto-lei deverão ser recolhidas, antecipadamente, ou no mesmo prazo das cotas do imposto de renda, ao Banco do Brasil S. A., ou a estabelecimentos por ele autorizados, à ordem da Fundação MOBRAF;

Parágrafo único. O atraso no recolhimento das deduções de que trata este artigo ficará sujeito às mesmas penalidades e correção monetária devidas em situação idêntica, relativamente ao imposto de renda, as quais constituirão receita da Fazenda Nacional.

Art. 4º Os estabelecimentos particulares de ensino, devidamente registrados no Ministério da Educação e Cultura e credenciados pela Fundação MOBRAF, que mantiverem cursos gratuitos de alfabetização em convênio ou não, com essa entidade, poderão receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. As quantias recebidas em doação ou originadas de convênios mantidos com a Fundação MOBRAF, poderão ser excluídas da receita bruta operacional dos estabelecimentos para efeito de apuração do lucro tributável.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1970: 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Antônio Delfim Netto
Jairbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 1.125 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1970

Fixa recursos para a implantação do Programa de Integração Social.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 85, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º É fixado o percentual de 2,5 % (dois e meio por cento) sobre o preço de plano de bilhetes de loteria vendidos pela Caixa Econômica Federal, destinado a constituir o "Fundo de Implantação do Programa de Integração Social" para aplicação na aquisição de equipamentos, material, pessoal e serviços especializados necessários à gestão inicial do Programa de Integração Social, instituído nos termos da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A percentagem de que trata este artigo, incidirá sobre os bilhetes vendidos pela Caixa Econômica Federal relativos às extrações que se realizarem no período de 1 de janeiro de 1971, e até, no máximo, 31 de dezembro de 1974.

§ 2º O produto resultante da aplicação do percentual de que trata este artigo, será, após cada extração, contabilizado pela Caixa Econômica Federal a crédito da conta do "Fundo de Implantação do Programa de Integração Social."

Art. 2º A renda líquida definida no parágrafo único do artigo 2º do Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, será obtida deduzindo-se da renda bruta o valor dos prêmios sorteados, as despesas de custeio e manutenção dos serviços da Loteria Federal, as comissões de venda e o percentual fixado para o Fundo de Implantação do Programa de Integração Social.

Art. 3º O Ministro da Fazenda baixará instruções para administração e aplicação, pela Caixa Econômica Federal, dos recursos levados a crédito da conta "Fundo de Implantação do Programa de Integração Social".

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1970: 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
José Flávio Pécora

IV — DECRETOS-LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1970

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento da despesa de NCr\$ 5.698,19 (cinco mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros novos e dezenove centavos), em favor da Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União no processo nº TC-26.247-66, e mantido o ato de 14 de março de 1967, praticado em virtude de autorização do Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 343, de 21 de novembro de 1966, do Ministério da Agricultura referente ao pagamento da despesa de NCr\$ 5.698,19 (cinco mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros novos e dezenove centavos), em favor da Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de julho de 1970.

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1970

Aprova o texto do Protocolo de Genebra de 17 de junho de 1925 sobre a Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra.

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Genebra de 17 de junho de 1925, sobre a Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de julho de 1970.

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1970

Aprova o texto do Acôrdo de Previdência Social firmado com o Governo de Portugal, em Lisboa, a 17 de outubro de 1969.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo de Previdência Social firmado com o Governo de Portugal, em Lisboa, a 17 de outubro de 1969.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de julho de 1970.

JOÃO CLEOFAS
Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II) de 8.7.70.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso VII, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1970

Fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República para o período que vai de 15 de março de 1970, a 15 de março de 1974.

Art. 1º É fixado o subsídio do Presidente da República, no período que vai de 15 de março de 1970 a 15 de março de 1974, em Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. O Presidente da República perceberá ainda, mensalmente, a importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), a título de representação.

Art. 2º É fixado para o Vice-Presidente da República, no mesmo período a que se refere o art. 1º dêste decreto legislativo, o subsídio de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República perceberá ainda, mensalmente a importância de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), a título de representação.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1970

JOÃO CLEOFAS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso VII, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1970

Dispõe sobre a fixação do subsídio e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para a legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1971.

Art. 1º Os membros do Congresso Nacional perceberão na legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1971 o seguinte subsídio:

a) parte fixa de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) durante toda a legislatura;

b) a parte variável, durante as duas primeiras sessões legislativas, de 30 (trinta) diárias no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), e nas duas últimas, de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

§ 1º O subsídio, tanto na sua parte fixa como na sua parte variável, será pago mensalmente.

§ 2º O membro do Congresso Nacional que não comparecer à sessão ou, comparecendo, não participar da votação, terá a diária descontada.

§ 3º Por sessão extraordinária em cada Casa, até o máximo de oito, e por sessão do Congresso, a que comparecer, o deputado ou senador perceberá a diária prevista na alínea "b" deste artigo.

Art. 2º Os membros do Congresso Nacional perceberão a ajuda de custo anual de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), paga em duas parcelas iguais, uma no início e outra no encerramento da sessão legislativa.

§ 1º A ajuda de custo é uma compensação de despesa, inclusive com transporte, para que o congressista compareça à sessão legislativa.

§ 2º Será paga também idêntica ajuda de custo na sessão legislativa extraordinária, convocada na forma do § 1º do art. 29 da Constituição.

§ 3º O pagamento da segunda metade da ajuda de custo só será feito se o congressista houver comparecido a dois terços da sessão legislativa ordinária, ou da sessão legislativa extraordinária.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de julho de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 53, § 1º da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970, que declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios que especifica, e da outras providências.

Senado Federal, 16 de julho de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 44, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 44, de 1970

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, a fim de comparecer aos funerais do Professor Antônio de Oliveira Salazar.

Art. 1º É o Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, a fim de representar o Presidente da República Federativa do Brasil item III, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, nos funerais do Professor Antônio de Oliveira Salazar, ex-Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, a se realizarem em Lisboa no dia 30 de julho do corrente ano.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de julho de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do inciso III, do artigo 44 da Constituição Federal, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 45, de 1970

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, a fim de comparecer à posse do Presidente da República da Colômbia.

Art. 1º É o Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, a fim de, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, representar Sua Excelência o Senhor Presidente da República na posse de Sua Excelência o Senhor Doutor Misael Pastrana Borrero no cargo de Presidente da República da Colômbia, a realizar-se em Bogotá, no dia 7 de agosto de 1970.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 5 de agosto de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais, e dá outras providências.

Senado Federal, 6 de agosto de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º da Constituição, e eu João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.108, de 24 de junho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.108, de 24 de junho de 1970, que dispõe sobre a retribuição dos fiscais de Tributos do Açúcar e Alcool, e dá outras providências.

Senado Federal, 11 de agosto de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.107, de 18 de junho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.107, de 18 de junho de 1970, que regula a destinação do Fundo de Assistência ao Desempregado em casos excepcionais.

Senado Federal, 11 de agosto de 1970

JOÃO CLEOFAS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.117, de 10 de agosto de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.117, de 10 de agosto de 1970, que "concede isenção de imposto às máquinas e implementos agrícolas, e dá outras providências".

Senado Federal, 24 de agosto de 1970.

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.109, de 26 de junho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.109, de 26 de junho de 1970, que reformula o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre o Imposto de Renda.

Senado Federal, 25 de agosto de 1970

JOÃO CLEOFAS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.112, de 16 de julho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.112, de 16 de julho de 1970, que autoriza a mobilização de créditos para integralização,

por parte da União, das ações que subscrever no aumento de Capital do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de agosto de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de agosto de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.111, de 10 de julho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.111, de 10 de julho de 1970, que estabelece preço de referência para produtos importados nos casos que especifica, e dá outras providências.

Senado Federal, 2 de setembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.114, de 21 de julho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.114, de 21 de julho de 1970, que acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-lei nº 1.097, de 23 de março de 1970.

Senado Federal, 2 de setembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.113, de 16 de julho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.113, de 16 de julho de 1970, que autoriza a reinversão na Companhia Nacional de Alcalis, sob a forma de aumento de capital, dos dividendos que couberem ao Tesouro Nacional, em cada exercício social.

Senado Federal, 2 de setembro de 1970

JOÃO CLEOFAS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.118, de 10 de agosto de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.118, de 10 de agosto de 1970, que "dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação e dá outras providências".

Senado Federal, 4 de setembro de 1970

JOÃO CLEOFAS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 44, inciso I, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1970

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969, adotada em Londres a 23 de junho de 1969.

Art. 2º Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 9 de setembro de 1970.

JOÃO CLEOFAS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 44, inciso I, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1970

Aprova o texto do Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

Art. 1º É aprovado o texto do Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

Art. 2º Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 9 de setembro de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

O Acôrdo mencionado no presente decreto-legislativo foi publicado no D. C.N. — Seção II, de 10-9-70.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.115, de 24 de julho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.115, de 24 de julho de 1970, que concede estímulos às fusões e às incorporações das Sociedades Seguradoras e dá outras providências.

Senado Federal, 15 de setembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.116, de 27 de julho de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.116, de 27 de julho de 1970, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 697, de 23 de julho de 1969.

Senado Federal, 15 de setembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

V — LEIS

LEI Nº 5.587 — DE 2 DE JULHO
DE 1970

Altera a redação do artigo 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, que institui nova carteira de identidade para estrangeiros e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As atuais carteiras de identidade “modelo 19”, de que trata o artigo 135 do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, perderão sua validade decorrido o prazo de três anos da vigência do Decreto-lei nº 670, de 3 de julho de 1969, após o que deverão ser apreendidas onde forem apresentadas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1970;
149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÊDICI
Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.588 — DE 2 DE JULHO
DE 1970

Estende aos servidores das autarquias da União, de suas empresas públicas e de suas sociedades de economia mista, que tiverem sido ou merecerem a ser aposentados com fundamento no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, disposições do Decreto-lei nº 290, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O disposto no Decreto-lei nº 290, de 28 de fevereiro de 1967, aplica-se aos servidores das autarquias da União, de suas empresas públicas e de suas sociedades de economia mista, que tiverem sido ou vierem a ser aposentados com fundamento no artigo 6º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2º O cálculo dos proventos da aposentadoria dos servidores referidos no artigo anterior efetuar-se-á na base de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de serviços ou fração superior a meio.

§ 1º Na aposentadoria das mulheres o cálculo dos proventos efetuar-se-á na base de 1/30 (um trinta avos) por ano de serviço ou fração superior a meio.

§ 2º No caso de servidores que, na forma do artigo 103 da Constituição, teriam direito à aposentadoria facultativa com menos tempo de serviço o cálculo dos proventos atenderá a proporcionalidade entre o número de anos de serviço prestado e o número de anos em que se adquiriria o direito à aposentadoria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Mauro Costa Rodrigues

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

LEI Nº 5.589 — DE 3 DE JULHO
DE 1970

Autoriza a utilização de chancela mecânica para autenticação de títulos ou certificados e cautelas de ações e debêntures das sociedades anônimas de capital aberto; dá nova redação ao § 10 do art. 34 e ao art. 74 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965; altera o art. 13 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968; dá nova redação ao inciso II do § 3º do art. 52 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; altera os arts. 88 e 129 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e dá outras providências.

O Presidente da República — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os títulos ou certificados de ações, debêntures ou obrigações, bem como suas respectivas cautelas, de emissão das sociedades anônimas de capital aberto, poderão ser autenticados mediante utilização de chancela mecânica, obedecidas as normas a serem baixadas pelo Conselho Mo-

netário Nacional, dentro de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente Lei.

Art. 2º O § 10 do art. 34 e o artigo 74 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34.

§ 10. As sociedades cujas ações sejam admitidas à cotação das Bolsas de Valores deverão colocar à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da publicação da Ata da Assembléia-Geral, os dividendos e as bonificações em dinheiro distribuídos, assim como as ações correspondentes ao aumento de capital mediante incorporação de reservas e correção monetária.”

“Art. 74. Quem colocar no mercado ações de sociedade anônima ou cautelas que a representem, falsas ou falsificadas, responderá por delito de ação pública, e será punido com pena de (um) a 4 (quatro) anos de reclusão.

Parágrafo único. Incurrerá nas penas previstas neste artigo quem falsificar ou concorrer para a falsificação ou uso indevido de assinatura autenticada mediante chancela mecânica”.

Art. 3º O § 2º do art. 13 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, que altera dispositivos da legislação do Imposto de Renda, alterado pelo Decreto-lei nº 484, de 3 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 2º Será depositado no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada o saldo dos dividendos e bonificações em dinheiro não reclamados pelos acionistas dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação da Ata da Assembléia-Geral que autorizou a distribuição, respeitado o disposto no art. 103 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940”.

Art. 4º Ao artigo 13 do Decreto-lei nº 401, a que se refere o artigo anterior, é acrescido o seguinte parágrafo:

"Art. 13.

§ 5º No caso de a Assembléa-Geral de acionistas fixar parcelamento para o pagamento de dividendos ou bonificações em dinheiro, o prazo a que se refere o § 2º d'este artigo será contado a partir da data estabelecida para o início de cada pagamento parcial, considerando-se o dividendo ou bonificação não reclamados, também proporcionalmente".

Art. 5º O inciso II do § 3º do artigo 52 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II — sobre a alienação fiduciária em garantia, bem como na operação posterior ao vencimento do contrato de financiamento respectivo, efetuado pelo credor em razão do inadimplemento do devedor".

Art. 6º As sociedades, cujas ações sejam admitidas à cotação, enviarão à Bolsa de Valores sob cuja zona de ação encontrar-se sua sede, no prazo de 15 (quinze) dias, após a realização de suas Assembléas-Gerais, cópias autênticas das respectivas Atas.

Art. 7º Os artigos 88 e 129 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, que dispõe sobre as sociedades por ações, passam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos, passando o parágrafo único do artigo 129 a § 1º:

I — "Art. 88.

§ 3º Tratando-se de aumento de capital, o anúncio ou edital de convocação deverá indicar o montante e sumárias características do aumento proposto.

§ 4º As sociedades registradas em Bolsas de Valores deverão, com a antecedência prevista para a convocação da Assembléa, remeter às entidades junto às quais se encontrem registradas, cópia do edital e da proposta da Diretoria a ser apresentada à Assembléa-Geral".

II — "Art. 129.

§ 2º As sociedades registradas em Bolsas de Valores ficam obrigadas a remeter às entidades junto às quais mantenham registro, até 30 (trinta) dias após o encerramento do primeiro e segundo semestres do seu exercício anual, um balanço econômico-financeiro provisório, demonstrativo dos resultados, com esclarecimentos necessários, que serão afixados pelas Bolsas".

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados o § 2º do art. 39 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.590 — DE 14 DE JULHO DE 1970

Dispõe sobre as honras, direitos e prerrogativas do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas cabem as honras, direitos e prerrogativas de Ministro de Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

LEI Nº 5.591 — DE 16 DE JULHO
DE 1970

Dispõe sobre a instituição de regime especial de trabalho para servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que participarem diretamente da execução do VIII Recenseamento Geral do Brasil e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atendendo às necessidades do serviço, poderá instituir, no período de 1º de julho de 1970 a 30 de setembro de 1971, regime especial de trabalho para os servidores que participarem diretamente das atividades do VIII Recenseamento Geral do Brasil.

§ 1º O servidor dos quadros de pessoal em extinção da antiga autarquia IBGE (artigos 16 e 17 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967), durante o período em que estiver sujeito ao regime de trabalho autorizado neste artigo fará jus a uma gratificação especial censitária mensal, prevista em tabela baixada com Resolução do Conselho Diretor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na forma do artigo 16, e de sua alínea F, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 61.126, de 2 de agosto de 1967, obedecido o disposto no § 1º do artigo 50 do mesmo Estatuto.

§ 2º O Conselho Diretor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao fixar os valores da gratificação especial referida no § 1º, levará em consideração, entre outros fatores, o número de horas extraordinárias prestadas pelo servidor, as peculiaridades das tarefas censitárias que lhe forem confiadas e os níveis salariais.

Art. 2º O servidor que perceber a gratificação prevista nesta Lei não poderá receber qualquer outra gratificação, excetuadas a de função e a adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único. As importâncias pagas a título de gratificação espe-

cial censitária não serão computadas para efeito de aposentadoria ou de benefício concedido pelo IPASE nem, para efeito de desconto, se incorporam ao salário de contribuição previdenciária do servidor.

Art. 3º O pagamento da gratificação especial censitária cessará automaticamente com a conclusão das tarefas censitárias atribuídas ao servidor, e não ultrapassará, em hipótese alguma, a data de 30 de setembro de 1971, sob pena de responsabilidade.

Art. 4º O servidor que integrar as tabelas de tempo integral e de dedicação exclusiva, ou de serviço extraordinário a ele vinculado, será retirado das respectivas folhas de pagamento durante todo o período em que perceber a gratificação especial censitária, sem prejuízo do disposto no § 2º do artigo 11 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Parágrafo único. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística comunicará para os devidos fins, ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil, as datas da exclusão e da reinclusão do servidor nas folhas de pagamento referidas neste artigo.

Art. 5º As horas suplementares de trabalho do pessoal sujeito à legislação trabalhista que vier a prestar serviços sob o regime especial autorizado nesta Lei serão pagas de acordo com o disposto na legislação trabalhista em vigor.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das disponibilidades financeiras do projeto 01.02.1.002 — VIII Recenseamento Geral do Brasil, constante do Orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.592 — DE 16 DE JULHO
DE 1970

Faculta às empresas permissionárias de refino de petróleo a adoção da forma "ao portador" para as ações preferenciais do respectivo capital social.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É facultado às empresas de refino de petróleo, de que tratam o item I do artigo 3º do Decreto-lei número 395, de 29 de abril de 1938, e os artigos 43 e 44 da Lei nº 2.004 de 3 de outubro de 1953 a adoção da forma "ao portador" para as ações preferenciais em que se subdivide o respectivo capital social.

§ 1º As ações preferenciais ao portador, a que se refere este artigo, serão obrigatoriamente inconvertíveis e sempre sem direito a voto, não se lhes aplicando o disposto no item I do artigo 3º do Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, e no parágrafo único do artigo 81 e artigo 125 do Decreto-lei nº 2.627, de 28 de setembro de 1940.

§ 2º Dos títulos ou cautelares representativas das ações preferenciais ao portador, emitidos nos termos deste artigo deverá constar expressamente a restrição de que trata o parágrafo anterior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

LEI Nº 5.593 — DE 16 DE JULHO
DE 1970

Transfere a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Maragogipe, Estado da Bahia, pertencente à 5ª Região, para o Município de Salvador, no mesmo Estado.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transferida a sede da atual Junta de Conciliação e Julgamento de Maragogipe, Estado da Bahia, para Salvador, no mesmo Estado, que constituirá a Sétima Junta de Conciliação e Julgamento daquela Capital.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.594 — DE 21 DE JULHO
DE 1970

Dá nova redação ao art. 12 e ao caput do art. 23 da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 12 e o caput do artigo 23 da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 A Diretoria, designada pelo Conselho Nacional, compor-se-á de cinco Diretores, escolhidos entre profissionais de nível universitário, com notória experiência e conhecimento do problema do menor, que trabalharão em regime de tempo integral e terão funções especificadas nos estatutos.

Parágrafo único. Os membros dos Conselhos não poderão fazer parte da Diretoria.

Art. 23. Os membros dos Conselhos exercerão o cargo por três anos, podendo ser reconduzidos."

Art. 2º O Presidente da República aprovará através de decreto, dentro de trinta dias, a reforma dos estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, para adaptá-los ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.595 — DE 28 DE JULHO
DE 1970

*Denomina "Presidente Costa e Silva"
a Ponte Rio-Niterói.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' denominada "Presidente Costa e Silva" a ponte Rio-Niterói parte integrante da Rodovia BR-101 — Natal-Niterói-Rio-Osório, do Plano Rodoviário Nacional — Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.596 — DE 28 DE JULHO
DE 1970

Autoriza a Associação Rural de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, a transferir, gratuitamente, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, o imóvel que menciona.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' a Associação Rural de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a transferir, gratuitamente, à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (ex-Campanha Nacional de Educandários Gratuitos), o imóvel situado à Rua Dr. João Carlos Machado, naquela cidade, adquirido em virtude de doação, feita pela União, autorizada pela Lei nº 2.771, de 8 de maio de 1956.

Art. 2º O imóvel referido no artigo anterior será destinado ao ensino, pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que não poderá aliená-lo.

Parágrafo único. Reverterá o imóvel à União, sem direito a quaisquer indenizações, inclusive por benfeitorias, caso não lhe seja dado o fim previsto neste artigo no prazo de 3 (três) anos, contado da data da assinatura da escritura de transferência, ou se for dissolvida a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade sem ser substituída por outra da mesma natureza e com os mesmos objetivos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.597 — DE 31 DE JULHO DE 1970

Altera o início da vigência do Código Penal

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 407 do Decreto-lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969, alterado pela Lei n.º 5.573, de 1.º de dezembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 407. Este Código entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1972”.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.598 — DE 11 DE AGOSTO DE 1970

Concede pensão especial à Senhora Ramona Santos de Vargas, viúva de Alvício de Vargas, morto no cumprimento do dever, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida pensão especial equivalente a dois salários-minimos, do maior nível vigente no País, a Ramona Santos de Vargas.

Art. 2.º No caso de falecimento da beneficiária, a pensão de que trata o artigo anterior será paga aos filhos havidos do casamento com Alvício de Vargas, enquanto menores.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.599 — DE 13 DE AGOSTO DE 1970

Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a celebrar contrato de serviços técnicos com o Consórcio Nacional de Planejamento Integrado — CNPI, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Ministério da Educação e Cultura autorizado a contratar, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os serviços técnicos necessários à elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati, Estado

do Rio de Janeiro, com o Consórcio Nacional de Planejamento Integrado — CNPI, no valor de Cr\$ 1.214.467,24 (um milhão, duzentos e quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete cruzeros e vinte e quatro centavos).

Art. 2.º A importância correspondente ao valor do contrato referido no artigo anterior será paga da seguinte maneira: 10% (dez por cento) com recursos orçamentários da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e 90% (noventa por cento) financiados pela Financiadora de Estudos e Projetos S.A. — FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a incluir, nas propostas do Orçamento da União para os exercícios de 1971 a 1977, as importâncias abaixo

discriminadas, a fim de atender à amortização do principal e encargos financeiros previstos no contrato de que trata o art. 1º desta lei:

	Cr\$
1971	342.467,87
1972	370.716,11
1973	337.925,49
1974	305.134,88
1975	272.344,27
1976	239.553,63
1977	206.763,06

Parágrafo único. A importância referente ao exercício de 1971 inclui o valor de Cr\$ 121.446,73 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzeiros e setenta e três centavos), relativo à parcela de 10% (dez por cento), não financiada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de agosto de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.600 — DE 24 DE AGOSTO
DE 1970

Inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É incluído no Programa Agropecuário, Subprograma Promoção e Extensão, do Orçamento Plurianual de Investimentos aprovado pela Lei nº

5.450, de 5 de junho de 1968, o Projeto de Crédito Rural Orientado, destinado a contribuir para o fortalecimento econômico-social de pequenos e médios produtores rurais e ao aparelhamento de suas cooperativas, no valor global de Cr\$ 322.000.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), equivalente a US\$ 70.000.030,00 (setenta milhões de dólares) a preços de 1970.

§ 1º Para o exercício financeiro de 1970 o valor previsto para execução do projeto é de Cr\$ 156.400.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), sendo . . Cr\$ 82.800.000,00 (oitenta e dois milhões e oitocentos mil cruzeiros) de recursos externos e Cr\$ 73.600.000,00 (setenta e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) de recursos internos.

§ 2º As aplicações previstas para os exercícios subsequentes serão incluídas nos próximos Orçamentos Plurianuais de Investimentos.

Art. 2º Os recursos necessários ao financiamento do projeto referido no artigo 1º serão proporcionados por operação de empréstimo externo contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a intervenção do Banco Central do Brasil, e contra-partida de recursos internos no montante equivalente ao valor financiado, sendo parcela a conta do Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI) e parcela sob responsabilidade dos Agentes Financeiros participantes do Projeto.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

L. F. Cirne Lima

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.601 — DE 26 DE AGOSTO DE 1970

Regula a intervenção de corretores nas operações de câmbio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Observados os limites e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, as operações de compra ou venda de câmbio somente

poderão ser contratadas com a intervenção de firmas individuais ou sociedades corretoras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2º Excluem-se expressamente da obrigatoriedade de intervenção a que se refere o artigo anterior, as transações de compra ou venda de câmbio, por parte da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, das sociedades de economia mista, das autarquias e das entidades paraestatais excetuadas as operações de câmbio dos bancos oficiais com pessoas físicas ou jurídicas que não se enquadrem nas hipóteses referidas neste artigo.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.602 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1970

Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros) para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo do Distrito Federal, autorizado a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial no valor de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

30.0.00.00 — Despesas Correntes

32.0.00.00 — Transferências Correntes

32.5.00.00 — Contribuições de Previdência Social.

Art. 2º Os recursos necessários a abertura do crédito a que se refere o artigo anterior serão obtidos na forma do item III, § 1º, do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial de igual valor na dotação orçamentária abaixo especificada do Orçamento do Distrito Federal (Decreto-lei nº 752, de 3 de agosto de 1969).

SECRETARIA DE SERVIÇOS
PÚBLICOS

30.0.00.00 — Despesas Correntes

31.0.00.00 — Despesas de Custeio

31.5.00.00 — Despesas de Exercícios Anteriores.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.603 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1970

Dá a denominação de "Via Dom Bosco" à BR-030, do Plano Nacional de Viação.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denominar-se-á "Via Dom Bosco" a Rodovia BR-030, Brasília-Brumado-Ubatuba-Campinho, do Plano Nacional de Viação, Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Mário David Andreazza

LEI N.º 5.604 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública "Hospital de Clínicas de Porto Alegre" e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

I — Da Constituição

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a empresa pública "Hospital de Clínicas de Porto Alegre", de sigla HCPA, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada à supervisão do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O HCPA terá sede e fóro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º O HCPA terá por objetivo:

- a) administrar e executar serviços de assistência médico-hospitalar;
- b) prestar serviços à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a outras instituições e à comunidade, mediante as condições que forem fixadas pelo Estatuto.
- c) servir como área hospitalar para as atividades da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- d) cooperar na execução dos planos de ensino das demais unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cuja vinculação com problemas de saúde ou com outros aspectos da atividade do Hospital torne desejável essa colaboração.
- e) promover a realização de pesquisas científicas e tecnológicas.

Parágrafo único. No seu objetivo de prestar assistência médica a Empresa dará preferência à celebração de convênios com entidades públicas e privadas da comunidade.

Art. 3.º O capital inicial do HCPA, pertencente integralmente à União, será constituído pela incorporação dos seguintes bens:

- a) um terreno, na cidade de Porto Alegre, situado na quadra compreendida entre as Avenidas Protásio Alves e Ipiranga e Ruas Ramiro Barcelos e São Manoel;

b) outros terrenos e edificações, localizados dentro da mesma quadra, bem como equipamentos destinados especificamente as finalidades do Hospital de Clínicas havidos pela União por doação que lhe fez a Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

c) prédio do Hospital de Clínicas.

§ 1.º O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul designará Comissão, presidida pelo representante da União, para inventariar e avaliar os bens móveis e imóveis de que trata este artigo.

§ 2.º O representante da União para os efeitos previstos no parágrafo anterior, será designado pelo Presidente da República.

Art. 4.º Mantida a maioria da União, o capital do HCPA poderá ser aumentado com a participação de pessoas jurídicas de direito público interno e de suas entidades de Administração Indireta ou mediante incorporação de reservas decorrentes de lucros líquidos da empresa, reavaliação de seu ativo e transferências de capital feitas pela União.

Art. 5.º Os recursos de que a Empresa disporá para realizar as suas finalidades, são os advindos:

- a) de rendas auferidas por serviços prestados;
- b) de dotações consignadas no orçamento geral da União;
- c) de créditos abertos em seu favor;
- d) do produto de operações de crédito, juros bancários e renda de bens patrimoniais;
- e) de outros recursos.

Art. 6.º A Empresa poderá contrair empréstimos no país e no exterior, que objetivem atender ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus serviços, observada a legislação em vigor.

Art. 7.º A constituição do HCPA se efetivará por Decreto do Presidente da República que aprovar os estatutos da Empresa.

§ 1.º O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul submeterá o laudo do art. 3.º, § 1.º e o projeto de estatutos ao Ministro da Educação e Cultura, dentro de sessenta dias da designação prevista no § 2.º do art. 3.º

§ 2.º Até a constituição da Empresa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul continuará responsável por todos os assuntos que digam respeito

ao Hospital, gerindo os créditos e recursos destinados ao mesmo.

§ 3º Constituída a Empresa, os saldos dos créditos e recursos referidos no parágrafo anterior, serão transferidos ao HCPA.

II — Da organização

Art. 8º São órgãos da Administração da Empresa:

I — O Conselho Diretor;

II — A Administração Central.

Art. 9º O Conselho Diretor é o órgão supremo de função normativa, consultiva e deliberativa da Empresa e será constituído pelos seguintes membros:

a) o Presidente da Empresa, que será também o Presidente do Conselho Diretor;

b) o Vice-Reitor da Universidade;

c) o Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e dois outros representantes da mesma;

d) um representante da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

e) um representante do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento da mesma Universidade;

f) o Superintendente Administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

g) um representante do Ministério da Educação e Cultura;

h) um representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

i) um representante do Ministério da Fazenda;

j) um representante do Ministério da Saúde;

l) um representante do Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O Estatuto da Empresa fixará a forma de escolha desses representantes.

§ 2º É prerrogativa do Conselho Diretor a elaboração do seu próprio regimento.

§ 3º Das decisões e atos de todos os órgãos da Empresa caberá recurso ao Conselho Diretor.

§ 4º Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos casos fixados no Estatuto.

Art. 10. O Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre será de

livre escolha e nomeação do Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, homologada pelo Conselho Universitário.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente representar a Empresa em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, podendo constituir mandatários ou delegar competência, permitindo, se fôr o caso, a subdelegação às autoridades subordinadas.

Art. 11. A Administração Central, órgão incumbido das funções de administração das atividades específicas e auxiliares da Empresa, observadas as diretrizes gerais elaboradas pelo Conselho Diretor, será constituída:

I — Pelo Presidente;

II — Pelo Vice-Presidente para assuntos médicos;

III — Pelo Vice-Presidente para assuntos administrativos.

§ 1º Os Vice-Presidentes serão nomeados pelo Presidente da Empresa, homologada a escolha pelo Conselho Diretor.

§ 2º Os Vice-Presidentes participarão das reuniões do Conselho Diretor, sem direito a voto.

§ 3º A área de competência e as atribuições do Presidente e dos Vice-Presidentes serão fixadas no Estatuto da Empresa.

III — Disposições Gerais

Art. 12. O regime jurídico do pessoal será o da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecidas no estatuto do HCPA as condições para admissão.

Parágrafo único. Os servidores públicos federais da Administração Direta ou Indireta poderão ser requisitados para o HCPA, exclusivamente em funções técnicas.

Art. 13. As contas do HCPA, relativas a cada exercício, serão submetidas à supervisão ministerial e enviadas ao Tribunal de Contas da União.

Art. 14. Extinguindo-se a Empresa, seu patrimônio se incorporará à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Art. 15. O HCPA gozará de isenção de tributos federais e de todos os favores legais atribuídos à natureza de seus objetivos.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

F. Rocha Lagôa

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.605 — DE 9 DE SETEMBRO
DE 1970

Declara de utilidade pública o "Real Gabinete Português de Leitura", com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É declarado de utilidade pública o Real Gabinete Português de Leitura, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.606 — DE 9 DE SETEMBRO
DE 1970

Outorga a regalia de prisão especial aos oficiais da Marinha Mercante.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É extensiva aos Oficiais da Marinha Mercante a regalia concedida pelo artigo 295, do Código de Processo Penal.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.607 — DE 9 DE SETEMBRO
DE 1970

Altera a Lei nº 5.581, de 26 de maio de 1970, que estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970 e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 2º da Lei nº 5.581, de 26 de maio de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O Tribunal Superior Eleitoral, com base no número de eleitores alistados até o dia 6 de agosto de 1970, declarará, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Lei, o número de Deputados à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas, observados os artigos 39, § 2º, e 13, § 6º, da Constituição.

Parágrafo único. Para o cômputo do número de eleitores serão considerados os alistamentos e transferências proclamados na audiência a que se refere o art. 68 do Código Eleitoral".

Art. 2º. No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da sessão do Tribunal Superior Eleitoral que fixar o número de Deputados, os Partidos Políticos que não houverem registrado candidatos em número igual ao de vagas a preencher poderão completar esse número, requerendo o registro de novos candidatos.

Parágrafo único. Os candidatos a que se refere este artigo serão escolhidos pela Comissão Executiva Regional.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1970;
149º da Independência e 82º da
República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.608 — DE 14 DE SETEMBRO
DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a retificar e ratificar cessão de terreno da União, situado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, ao Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios de Porto Alegre.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a retificar e ratificar cessão de um terreno da União, situado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, feita ao Sindicato dos Operários Estivadores de Porto Alegre, o qual, por Carta de 5 de novembro de 1953, expedida pelo Ministro de Estado do Trabalho Indústria e Comércio, passou a denominar-se Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios de Porto Alegre.

§ 1º. A cessão referida neste artigo será lavrada de acordo com a nova nomenclatura sindical, figurando no respectivo termo, como cessionário, o Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios de Porto Alegre.

§ 2º. O terreno, objeto da cessão, situado à Avenida Sepúlveda, esquina da Avenida Mauá, com área de 977m2 (novecentos e setenta e sete metros quadrados), confronta-se, ao norte, com a Avenida Mauá, medindo 44,40m (quarenta e quatro metros e quarenta centímetros); a leste com a Avenida Sepúlveda medindo 25m (vinte e cinco metros); a oeste, com a Rua Capitão Montanha, medindo 19,40m (dezenove metros e quarenta centímetros); e ao sul, com o edifício da Alfândega local, medindo 43,82m (quarenta e três metros e oitenta e dois centímetros).

Art. 2º. Do termo de cessão retificado e ratificado, de acordo com esta Lei, constará cláusula expressa de que

o terreno só poderá ser utilizado para a construção da sede social do sindicato favorecido, podendo incluir-se no mesmo prédio, Hospital, Ambulatório e outras dependências de utilidade para os associados.

Parágrafo único. O termo a que se refere este artigo será lavrado dentro de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei, mediante providências do Ministério da Fazenda, através do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 3º. O Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios de Porto Alegre deverá iniciar a construção de sua sede dentro de 90 (noventa) dias após a lavratura do termo de cessão referido nesta Lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1970;
149º da Independência e 82º da
República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.609 — DE 17 DE SETEMBRO
DE 1970

Declara extinta a participação de servidores públicos do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal na cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' declarada extinta a participação dos servidores do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal na cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal, a que se referem os arts. 21 da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, e 173 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, passando a taxa de 10 % (dez por cento) paga pelo contribuinte a ser recolhida aos cofres públicos como renda do Distrito Federal.

Art. 2º E' fixada em valor correspondente até a um mês do vencimento estabelecido em lei, e será paga mensalmente com este, a parte da remuneração, pela cobrança da dívida

ativa e defesa judicial e extrajudicial da Fazenda Pública do Distrito Federal, dos cargos de Procurador do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, observado o limite de retribuição fixado para servidores civis e militares.

§ 1º A parte da remuneração prevista neste artigo para cobrança da dívida ativa e defesa judicial e extrajudicial da Fazenda Pública do Distrito Federal é fixada:

a) em 50 % (cinquenta por cento) do valor correspondente a um mês do vencimento do cargo de Procurador de 1ª categoria para o período de 30 de outubro de 1969 a 31 de dezembro de 1970;

b) em 75 % (setenta e cinco por cento) do valor correspondente ao referido vencimento para o exercício de 1971; e

c) em valor correspondente até a um mês do vencimento do cargo de Procurador de 1ª categoria, a partir do exercício de 1972.

§ 2º Só farão jus à remuneração variável prevista neste artigo os Procuradores efetivamente lotados na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, salvo os que estiverem no exercício do cargo de Secretário do Distrito Federal, bem como no de cargos ou funções considerados de natureza relevante no Distrito Federal.

§ 3º É fixada no valor correspondente a um mês do vencimento do cargo de Procurador de 1ª Categoria a parte variável da remuneração do cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal e Procuradores-Chefes das Subprocuradorias do Distrito Federal.

§ 4º Os Procuradores do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal que estiverem no exercício dos cargos de Procurador-Geral e de Procuradores-Chefes das Subprocuradorias-Gerais do Distrito Federal somente perceberão a parte da remuneração variável prevista no § 3º deste artigo.

§ 5º Para efeito do cálculo de proventos da aposentadoria ou disponibilidade, será computada a parte variável de que trata este artigo.

Art. 3º As parcelas da porcentagem pela cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal, incorporadas aos proventos da inatividade dos Procuradores do Distrito Federal, nos termos da legislação vigente, somente serão reajustadas quando houver aumento do funcionalismo, na mesma base per-

centual atribuída pela incorporação na parte fixa e será calculada, em relação aos que forem aposentados ou tenham requerido aposentadoria até o dia 30 de outubro de 1969, tomando-se por base a média percebida dos últimos 12 (doze) meses, devendo ser observado, no tocante ao total dos proventos, os tetos previstos em lei.

Art. 4º Da execução desta lei não poderá decorrer aumento de despesa.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo os efeitos financeiros que retroagirão a 30 de outubro de 1969.

Brasília, 17 de setembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

LEI Nº 5.610 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1970

Acrescenta parágrafo ao artigo 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescente-se ao artigo 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) um parágrafo, que será o 3º, com a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 3º Para os efeitos de aposentadoria com base no tempo de serviço, serão computados, como se fossem de serviço efetivo, os meses que corresponderem às contribuições pagas na forma deste artigo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Júlio Barata

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 6 — DE 30 DE JUNHO DE 1970

Concede isenção de impostos federais, estaduais e municipais à Caixa Econômica Federal — CEF

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É a Caixa Econômica Federal — CEF — constituída nos termos do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, isenta de impostos federais, estaduais e municipais, no que se refere às atividades monopolizadas ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Parágrafo único. Não caberá a isenção de impostos prevista neste artigo se a Caixa Econômica Federal prometer vender imóvel de seu patrimônio, caso em que a obrigação recairá sobre o promitente comprador.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.104, de 30 de abril de 1970, que altera o Decreto-lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.104, de 30 de abril de 1970, que altera o Decreto-lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969.

Senado Federal, 30 de junho de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

III — LEI

LEI Nº 5.586 — DE 30 DE JUNHO DE 1970

Estendendo a Jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina às cidades de Ibitiporã e Cambé, no Estado do Paraná

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É estendida às cidades de Ibitiporã e Cambé a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

VOLUME V — 1970

A

- AÇÕES** — Refino de petróleo. (Lei nº 5.592, de 16-7-70).
- ACORDO** — Portugal — Previdência Social. (Decreto-legislativo nº 40, de 8-7-70).
- Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas. (Decreto-legislativo nº 58, de 9-9-70).
- AÇÚCAR E ALCOOL** — Retribuição de fiscais — Aprovação do Decreto-lei nº 1.108, de 24-6-70. (Decreto-legislativo nº 47, de 11-8-70).
- AGRICULTURA** — Máquinas e complementos — Isenção de imposto. (Decreto-lei nº 1.117, de 10-8-70).
- Aprovação. (Decreto-legislativo nº 49, de 24-8-70).
- ALFABETIZAÇÃO** — Dedução do imposto de renda. (Decreto-lei número 1.124, de 8-9-70).
- APOSENTADORIA** — Ato Institucional nº 5 — Extensão a autarquias. (Lei nº 5.588, de 2-7-70).
- ASSOCIAÇÃO RURAL** — Transferência de imóvel — Arroio do Meio. (Lei nº 5.596, de 28-7-70).

B

- BAGAGEM** — Exterior — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 18-9-66 — Art. 13. (Decreto-lei nº 1.123, de 3-9-70).
- BANCO DO BRASIL** — Aumento de Capital — Ações da União — Integralização. (Decreto-lei nº 1.112, de 16-7-70).
- Aprovação. (Decreto-legislativo nº 51, de 27-8-70).

C

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** — Isenção de impostos. (Lei Complementar nº 6, de 30-6-70).
- CÂMBIO** — Corretores. (Lei número 5.601, de 26-8-70).
- CARTEIRA DE IDENTIDADE** — Estrangeiros — Alteração do Decreto-lei nº 499, de 17-3-69 — Art. 2º. (Lei nº 5.587, de 2-7-70).
- CAUTELAS** — Chancela mecânica. (Lei nº 5.589, de 3-7-70).
- CERTIFICADOS** — Chancela mecânica. (Lei nº 5.589, de 3-7-70).
- CHANCELA MECÂNICA** — Títulos. (Lei nº 5.589, de 3-7-70).
- CÓDIGO PENAL** — Vigência — Alteração. (Lei nº 5.597, de 31-7-70).
- CONSÓRCIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO** — Contrato de Serviços Técnicos. (Lei nº 5.599, de 13-8-70).
- CORRETORES** — Operações de câmbio. (Lei nº 5.601, de 26-8-70).
- CRÉDITO RURAL ORIENTADO** — Orçamento Plurianual. (Lei número 5.600, de 24-8-70).
- COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS** — Aumento de Capital — Reversão. (Decreto-lei nº 1.113, de 16-7-70).
- Aprovação. (Decreto-legislativo nº 55, de 2-9-70).
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE** — Isenção de impostos. (Decreto-lei nº 1.122, de 1-9-70).

CONGRESSO NACIONAL — Subsídio e ajuda de custo. (Decreto-legislativo nº 42, de 16-7-70).

CONVENÇÃO — Medida de tonelage de navios — Aprovação. (Decreto-legislativo nº 57, de 9-9-70).

D

DÍVIDA ATIVA — Participação dos servidores — Extinção. (Lei número 5.609, de 17-9-70).

E

ELEIÇÕES — Alteração da Lei número 5.581, de 26-5-70 — Art. 2º. (Lei nº 5.607, de 9-9-70).

ENSINO SUPERIOR — Cargos de direção — Vencimentos. (Decreto-lei nº 1.121, de 31-8-70).

ESTADO DA GUANABARA — Recurso da Assembléia Legislativa — Suspensão. (Ato Complementar número 88, de 8-7-70).

ESTADO DE GOIÁS — Recurso da Assembléia Legislativa — Suspensão. (Ato Complementar nº 90).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Recurso da Assembléia Legislativa — Suspensão. (Ato Complementar nº 88, de 8-7-70).

ESTÍMULOS FISCAIS — Exportação — Alteração do Decreto-lei nº 491, de 5-3-69 — Arts. 2º, 3º e 13. (Decreto-lei nº 1.118, de 10-8-70).

— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 56, de 4-9-70).

ESTRANGEIROS — Bagagem — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 18 de setembro de 1966 — Art. 13. (Decreto-lei nº 1.123, de 3-9-70).

— Carteira de identidade — Alteração do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969 — Art. 2º. (Lei número 5.587, de 2-7-70).

EXPORTAÇÃO — Estímulos fiscais — Alteração do Decreto-lei nº 491, de 5-3-69 — Arts. 2º, 3º e 13. (Decreto-lei nº 1.118, de 10-8-70).

— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 56, de 4-9-70).

F

FISCAIS — Açúcar e do Alcool — Retribuição — Aprovação do Decreto-lei nº 1.108, de 24-6-70. (Decreto-legislativo nº 47, de 11-8-70).

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR — Alteração da Lei nº 4.513, de 1-12-64 — Artigos 12 e 23. (Lei nº 5.594, de 21 de julho de 1970).

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO DESEMPREGADO — Aprovação do Decreto-lei nº 1.107, de 18-6-70 (Decreto-legislativo nº 48, de 11 de agosto de 1970).

G

GRUPO EXECUTIVO DE REFORMA AGRÁRIA — Extinção. (Decreto-lei nº 52, de 27-8-70).

— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 52, de 27-8-70).

H

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE — Criação. (Lei número 5.604, de 2-9-70).

I

IMPORTAÇÃO — Preços de referência. (Decreto-lei nº 1.111, de 10 de julho de 1970).

— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 53, de 2-9-70).

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO — Aparelhos eletrônicos. — Isenção. (Decreto-lei nº 1.119, de 11-8-70).

IMPOSTO DE RENDA — Reformulação do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967 — Aprovação do Decreto-lei nº 1.109, de 26 de junho de 1970. (Decreto-legislativo nº 50, de 25-8-70).

— Dedução para alfabetização. (Decreto-lei nº 1.124, de 8-9-70).

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Aparelhos eletrônicos — Isenção. (Decreto-lei nº 1.119, de 11-8-70).

INTEGRAÇÃO SOCIAL — Instituição do programa — Lei Complementar nº 7, de 7-9-70).

— Recursos. (Decreto-legislativo número 1.125, de 17-9-70).

— Aprovação do Decreto-lei nº 1.106, de 16-6-70. (Decreto-legislativo número 46, de 6-8-70).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Reforma especial de trabalho. (Lei nº 5.591, de 16-7-70).

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA — Extinção. (Decreto-lei nº 1.110, de 9-7-70).
— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 52, de 27-8-70).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO — Criação. (Decreto-lei nº 1.110, de 9-7-70).
— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 52, de 27-8-70).

J

JUSTIÇA DO TRABALHO — Junta de consolidação — Extensão de jurisdição — Londrina. (Lei número 5.586, de 30-6-70).
— Transferência de Junta de Conciliação — Salvador. (Lei nº 5.593, de 16-7-70).

K

LEI ORGÂNICA DA PREVIDENCIA SOCIAL — Alteração do art. 9º. (Lei nº 5.610, de 22-9-70).

LLOYD BRASILEIRO — Débitos da União — Regularização. (Decreto-lei nº 1.120, de 14-8-70).

M

MÁQUINAS AGRÍCOLAS — Isenção de imposto. (Decreto-lei nº 1.117, de 10-8-70).
— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 49, de 24-8-70).

MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU — Recesso da Câmara de Vereadores — Suspensão. (Ato Complementar nº 92, de 8-7-70).

MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO — Recesso da Câmara de Vereadores — Suspensão. (Ato Complementar nº 93, de 8-7-70).

MUNICÍPIO DE SANTARÊM — Recesso da Câmara de Vereadores — Suspensão. (Ato Complementar número 91, de 8-7-70).

MUNICÍPIO DE SANTOS — Recesso da Câmara de Vereadores — Suspensão. (Ato Complementar nº 87, de 8-7-70).

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI — Recesso da Câmara de Vereadores — Suspensão. (Ato Complementar nº 94, de 8-7-70).

MUNICÍPIOS — Segurança Nacional — Aprovação do Decreto-lei nº 1.105, de 20-5-70. (Decreto-legislativo nº 43, de 16-7-70).

O

OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE — Prisão especial. (Lei número 5.606, de 9-9-70).

P

PENSÃO ESPECIAL — Ramona Santos de Vargas. (Lei nº 5.598, de 11 de agosto de 1970).

PETRÓLEO — Ações ao portador. (Lei nº 5.592, de 16-7-70).

PLANO NACIONAL DE VIACÃO — Via Dom Bosco. (Lei nº 5.603, de 30-8-70).

PONTE RIO-NITERÓI — Presidente Costa e Silva. (Lei nº 5.595, de 28 de julho de 1970).

PREÇOS DE REFERÊNCIA — Importação de produtos. (Decreto-lei nº 1.111, de 10-7-70).

— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 53, de 2-9-70).

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Subsídios. (Decreto-legislativo número 41, de 14-7-70).

PREVIDENCIA SOCIAL — Lei Orgânica — Alteração do art. 9º. (Lei nº 5.610, de 22-9-70).

PRISÃO ESPECIAL — Oficiais da Marinha Mercante. (Lei nº 5.606, de 9-9-70).

PROGRAMAÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL — Instituição — Lei Complementar nº 7, de 7-9-70 — Aprovação do Decreto-lei nº 1.106, de 16-6-70. (Decreto-legislativo nº 46, de 6-8-70).

PROTOCOLO — Genebra — Guerra de Gases asfixiantes. (Decreto-legislativo nº 39, de 1-7-70).

R

REFORMA AGRÁRIA — Criação do INCRA — Extinção do IBRA, INDA e GERA. (Decreto-lei nº 1.110, de 9-7-70).

— Aprovação. (Decreto-legislativo nº 52, de 27-8-70).

RECESSO — Suspensão — Câmara de Vereadores de Santos. (Ato Complementar nº 87, de 8-7-70).

— Suspensão — Assembléia Legislativa da Guanabara. (Ato Complementar nº 88, de 8-7-70).

— Suspensão — Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (Ato Complementar nº 89, de 8 de julho de 1970).

RECESSO — Suspensão — Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. (Ato Complementar nº 90, de 8-7-70).

— Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu — Suspensão. (Ato Complementar nº 92, de 8-7-70).

— Câmara de Vereadores de Santana do Livramento — Suspensão. (Ato Complementar nº 93, de 8-7-70).

RECESSO — Suspensão — Câmara de Vereadores de São João de Meriti. (Ato Complementar nº 94, de 8-7-70).

S

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS — D.F. Crédito Especial. (Lei nº 5.602, de 30-8-70).

SEGURANÇA NACIONAL — Aprovação do Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970. (Decreto-lei número 1.105, de 20-5-70).

SINDICATO DOS ESTIVADORES — Cessão de terreno — Porto Alegre. (Lei nº 5.608, de 14-9-70).

SOCIEDADES SEGURADORAS — Fusão e incorporação. (Decreto-lei nº 1.115, de 24-7-70).
— Aprovação. (Decreto-legislativo número 59, de 15-9-70).

T

TÍTULOS — Chancela mecânica. (Lei nº 5.589, de 3-7-70).

TONELAGEM DE NAVIOS — Convenção — Aprovação. (Decreto-legislativo nº 57, de 9-9-70).

TRIBUNAL DE CONTAS — Pagamento de despesa — Denegação de recurso. (Decreto-legislativo nº 38, de 1-7-70).

U

UNIVERSIDADES — Cargos de direção — Vencimentos básicos. (Decreto-lei nº 1.121, de 31-8-70).

UTILIDADE PÚBLICA — Real Gabinete Português de Leitura — Guanabara. (Lei nº 5.605, de 9 de setembro de 1970).

V

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Subsídios. (Decreto-legislativo nº 41, de 14-7-70).

— Autorização para ausentar-se do País. (Decreto-legislativo nº 44, de 28-7-70). — (Decreto-legislativo nº 45, de 5-8-70).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1970 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1971

20,00

PRL

17/8/71 - 71/9217

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
I — Leis Complementares:			
3 — Lei Complementar de 3 de dezembro de 1970 — Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 4 de dezembro de 1970	3	do Programa de Integração Nacional. — Publicado no D.O. de 13-10-70	7
9 — Lei Complementar de 11 de dezembro de 1970 — Dá nova redação ao artigo 10 do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 14-12-70	4	1.128 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1970 — Autoriza o parcelamento de débitos decorrentes dos lançamentos do Imposto Territorial Rural e das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 14-10-70	9
II — Decretos-leis:			
1.126 — Decreto-lei de 2 de outubro de 1970 — Fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino médio federal, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 2-10-70	7	1.129 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1970 — Altera o § 1º do artigo 74 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960. — Publicado no D.O. de 14-10-70	9
1.127 — Decreto-lei de 12 de outubro de 1970 — Autoriza a instituição de regime especial de trabalho e de retribuição para servidores civis do Poder Executivo destacados para o desempenho de atividades compreendidas na primeira etapa		1.130 — Decreto-lei de 19 de outubro de 1970 — Altera a estrutura do Grupo Ocupacional CT-100 — Aeroviário, do Serviço Público Federal, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 20-10-70	9
		1.131 — Decreto-lei de 30 de outubro de 1970 — Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do Art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica, e	

	Págs.		Págs.
dá outras providências. — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1970	11	1.140 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1970 — Altera a redação de dispositivo do Decreto-lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970. — Publicado no D.O. de 30-12-70	18
1.132 — Decreto-lei de 13 de novembro de 1970 — Prorroga o prazo de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 46, de 18 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1970	12	1.141 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1970 — Estende até 1975 os efeitos do artigo 1º do Decreto-lei nº 498, de 13 de março de 1969, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 30-12-70	19
1.133 — Decreto-lei de 16 de novembro de 1970 — Altera a legislação do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 17-11 e re- tificado no de 19-11-70	12	1.142 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1970 — Altera e consolida a legislação referente ao Fundo de Marinha Mercante, dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 30-12-70	19
1.134 — Decreto-lei de 16 de novembro de 1970 — Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. — Publicado no D. O. de 17-11-70	13	1.143 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre a marinha mercante e a construção naval — Publicado no D.O. de 30-12-70 ...	23
1.135 — Decreto-lei de 3 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1970	14	1.144 — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre a convocação de Substitutos de Auditor na Justiça Militar. — Publicado no D. O. de 31-12-70	24
1.136 — Decreto-lei de 7 de dezembro de 1970 — Altera a legislação pertinente ao Imposto sobre Produtos Industrializados. — Publicado no D.O. de 7-12-70	16	1.145 — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1970 — Prorroga o disposto no "caput" do artigo 28 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 31-12-70 .	24
1.137 — Decreto-lei de 7 de dezembro de 1970 — Institui incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1970	17	1.146 — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1970 — Consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1970	25
1.138 — Decreto-lei de 11 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre o oferecimento à subvinação pública de ações do Banco da Amazônia S. A. e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 11-12-70	17	III — Decretos Legislativos	
1.139 — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1970 — Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-lei nº 815, de 4 de setembro de 1969. — Publicado no D.O. de 22-12-70	18	60 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.121, de 31 de agosto de 1970. — Publicado no D.O. de 2-10-70	27
		60-A — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.121, de 31 de agosto de 1970. — Publicado no D.O. de 6-10-70	27

Págs.	Págs.
61 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.122, de 1 de setembro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 2-10-70	27
62 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.120, de 14 de agosto de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 2-10-70	28
63 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.119, de 11 de agosto de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 2-10-70	28
64 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.123, de 3 de setembro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5-10-70	28
65 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5-10-70	28
66 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.125, de 17 de setembro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5-10-70	29
67 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o Texto do Protocolo Modificado do Tratado de Montevideu, assinado em Caracas, a 12 de dezembro de 1969. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de outubro de 1970	29
68 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Acôrdo de Previdência Social entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Espanha, assinado em Brasília, a 25 de abril de 1969. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de outubro de 1970	29
69 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Acôrdo Cultural firmado em Bonn, a 9 de junho de 1969, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha. — Publicado no <i>D. O.</i> de 23-10-70	29
70 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Acôrdo sobre Cooperação no Campo	
dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador, firmado em Quito, a 11 de junho de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 23-10-70	30
71 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.126, de 2 de outubro de 1970, que fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino médio federal e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de novembro de 1970	30
72 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.127, de 12 de outubro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 30-11-70	30
73 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.128, de 13 de outubro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 30-11-70	31
74 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.129, de 13 de outubro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 30-11-70	31
75 — Decreto Legislativo de 1970 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.130, de 19 de outubro de 1970. — Publicado no <i>D. O.</i> de 30-11-70	31
76 — Decreto Legislativo de 1970 — Dá nova redação ao "caput" do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 41, de 14 de julho de 1970, que fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República para o período que vai de 15 de março de 1970 a 15 de março de 1974. — Publicado no <i>D. O.</i> de 30-11-70	31
IV — Leis:	
5.611 — Lei de 5 de outubro de 1970 — Autoriza a doação de imóvel que menciona, situado na cidade de Quixeramobim, no Estado do Ceará, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 7-10-70 .	33
5.612 — Lei de 5 de outubro de 1970 — Dispõe sobre a opção dos servidores federais em exercício na Junta Comercial	

	Págs.		Págs.
do Estado da Guanabara. — Publicado no <i>D. O.</i> de 7 de outubro de 1970	33	5.621 — Lei de 4 de novembro de 1970 — Regulamenta o ar- tigo 144, § 5º, da Constitui- ção e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de novembro de 1970	55
5.613 — Lei de 5 de outubro de 1970 — Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a doar o Hospital Henrique Lage ao Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina. — Publicado no <i>D.O.</i> de 7 de ou- tubro de 1970	33	5.622 — Lei de 1 de dezembro de 1970 — Fixa os efeitos da de 1970 — Fixa os efetivos da Polícia Militar do Distrito Fe- deral e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 2 e ret. no de 11-12-70	56
5.614 — Lei de 5 de outubro de 1970 — Dispõe sobre o Ca- dastro Geral de Contribuintes (C.G.C.) — Publicado no <i>D.O.</i> de 7 de outubro de 1970	34	5.623 — Lei de 1 de dezembro de 1970 — Reajusta os venci- mentos dos funcionários dos serviços Auxiliares do Tribu- nal de Contas do Distrito Fe- deral e dá outras providên- cias. — Publicado no <i>D. O.</i> de 2 e ret. no de 8-12-70 ...	57
5.615 — Lei de 13 de outubro de 1970 — Dispõe sobre o Servi- ço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências. — Publi- cado no <i>D.O.</i> de 14-10-70 ...	35	5.624 — Lei de 1 de dezembro de 1970 — Concede aumento de vencimentos aos funcioná- rios da Secretaria da Câma- ra dos Deputados e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 2 e ret. no de 4-12-70	58
5.616 — Lei de 14 de outubro de 1970 — Dá a denominação de "Rodovia Manoel da Costa Li- ma" a trechos de rodovias que indica. — Publicado no <i>D.O.</i> de 15-10-70	36	5.625 — Lei de 1 de dezembro de 1970 — Concede aumento de vencimentos aos servidores da Secretaria do Senado Fe- deral e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 2 de dezembro de 1970	58
5.617 — Lei de 15 de outubro de 1970 — Reorganiza o Conse- lho Nacional de Política Sala- rial — CNPS, e dá outras pro- vidências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 16-10-70	37	5.626 — Lei de 1 de dezembro de 1970 — Concede aumento de vencimentos aos funcioná- rios dos órgãos do Poder Ju- diciário da União e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 2-12-70	59
5.618 — Lei de 3 de novembro de 1970 — Concede isenção de impostos aos aviões agrí- colas importados e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 4-11-70	38	5.627 — Lei de 1 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre ca- pitais mínimos para as So- ciedades Seguradoras e dá ou- tras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 2 e ret. no de 4 de dezembro de 1970	59
5.619 — Lei de 3 de novembro de 1970 — Dispõe sobre venci- mentos, indenizações, proven- tos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. — Pu- blicado no <i>D. O.</i> de 4 e ret. no de 12-11-70	38	5.628 — Lei de 1 de dezembro de 1970 — Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1971. — Publicado no <i>D. O.</i> de 2 de dezembro de 1970 (Suple- mento)	61
5.620 — Lei de 4 de novembro de 1970 — Fixa novo valor para a tarifa adicional criada pela Lei nº 903, de 8 de novembro de 1949, em favor da Fe- deração das Sociedades de De- fesa contra a Lepra. — Pu- blicado no <i>D.O.</i> de 5 e ret. no de 12-11-70	55	5.629 — Lei de 2 de dezembro de 1970 — Prorroga, até 31 de	

Págs.		Págs.
	dezembro de 1972, o prazo previsto no artigo 6º, da Lei número 4.813, de 25 de outubro de 1965, alterado pelo Decreto-lei nº 447, de 3 de fevereiro de 1969, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 3 de dezembro de 1970	65
5.630	— Lei de 2 de dezembro de 1970 — Estabelece normas para a criação e órgãos de primeira instância na Justiça do Trabalho e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 3 e ret. no de 7 de dezembro de 1970	65
5.631	— Lei de 2 de dezembro de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar utilizando como recurso o excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 3 e ret. no de 7-12-70	65
5.632	— Lei de 2 de dezembro de 1970 — Estabelece gratificação para os Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos. — Publicado no <i>D.O.</i> de 3-12-70	67
5.633	— Lei de 2 de dezembro de 1970 — Cria na Justiça do Trabalho das 1ª e 3ª Regiões 19 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 3-12-70	67
5.634	— Lei de 2 de dezembro de 1970 — Altera os artigos 27 e 35 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária". — Publicado no <i>D. O.</i> de 3 e ret. no de 11 de dezembro de 1970	68
5.635	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970. — Publicado no <i>D.O.</i> de 4-12-70 ...	69
5.636	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Altera disposições do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, que "Dispõe sobre a reorganização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo", autoriza a subscrição de ações do referido estabelecimento e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de dezembro de 1970	69
5.637	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região, o crédito especial de Cr\$ 64.000,00, para o fim que especifica. — Publicado no <i>D.O.</i> de 4-12-70	70
5.638	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre o processo e julgamento das ações trabalhistas de competência da Justiça Federal, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 4-12-70	71
5.639	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre a ampliação da carreira de Procurador da República do Quadro de Pessoal do Ministério Público Federal e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 4 de dezembro de 1970	72
5.640	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Altera a redação do artigo 23 e seus parágrafos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que "Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal". — Publicado no <i>D.O.</i> de 4-12-70	72
5.641	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Estima a Receita e Fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1971. — Publicado no <i>D.O.</i> de 7-12-70 (Suplemento)	73
5.642	— Lei de 3 de dezembro de 1970 — Complementa o Decreto-lei nº 232, de 28 de fevereiro de 1967, que "Faz doação à Academia Brasileira de Letras do imóvel situado na Avenida Presidente Wilson nº 231, no Estado da	

	Págs.		Págs.
Guanabara. — Publicado no D.O. de 8-12-70	75	Mato Grosso, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 14-12-70	83
5.643 — Lei de 10 de dezembro de 1970 — Cria na Justiça do Trabalho das 2ª e 5ª Regiões 16 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 11-12-70	76	5.648 — Lei de 11 de dezembro de 1970 — Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 14 de dezembro de 1970	84
5.644 — Lei de 10 de dezembro de 1970 — Cria na Justiça do Trabalho das 4ª e 8ª Regiões, 19 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 11-12-70	77	5.649 — Lei de 11 de dezembro de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Comunicações em favor do Gabinete do Ministro o crédito especial de Cr\$. . . 150.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 14-12-70	84
5.645 — Lei de 10 de dezembro de 1970 — Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 11 de dezembro de 1970	78	5.650 — Lei de 11 de dezembro de 1970 — Cria na Justiça do Trabalho das 6ª e 7ª Regiões 20 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 14-12-70	85
5.646 — Lei de 10 de dezembro de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Militar — em favor da 3ª Auditoria de Guerra da 3ª Região Militar e Auditoria de Guerra da 10ª Região Militar, o crédito especial de Cr\$ 21.180,00, para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 11-12-70 .	81	5.651 — Lei de 11 de dezembro de 1970 — Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1970	86
5.647 — Lei de 10 de dezembro de 1970 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de		5.652 — Lei de 11 de dezembro de 1970 — Dá nova redação aos artigos 817 e 830 do Código Civil. — Publicado no D.O. de 14-12-70	86

Figuram neste volume as Leis Complementares, Decretos-Leis, Decretos-Legislativos e as Leis que, expedidos no quarto trimestre de 1970, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 8 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1970

Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É instituído, na forma prevista nesta Lei Complementar, o programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Art. 2º A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios contribuirão para o Programa, mediante recolhimento mensal ao Banco do Brasil das seguintes parcelas:

I — União

1% (um por cento) das receitas correntes efetivamente arrecadadas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública, a partir de 1º de julho de 1971; 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

II — Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios:

a) 1% (um por cento) das receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública, a partir de 1º de julho de 1971; 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes;

b) 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Governo da

União e dos Estados através do Fundo de Participações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo Único. Não recairá, em nenhuma hipótese, sobre as transferências de que trata este artigo, mais de uma contribuição.

Art. 3º As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios contribuirão para o Programa com 0,4% (quatro décimos por cento) da receita orçamentária, inclusive transferências e receita operacional, a partir de 1º de julho de 1971; 0,6% (seis décimos por cento) em 1972 e 0,8% (oito décimos por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

Art. 4º As contribuições recebidas pelo Banco do Brasil serão distribuídas entre todos os servidores em atividades, civis e militares, da União, dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, bem como das suas entidades da administração indireta e fundações, observados os seguintes critérios:

a) 50% proporcionais ao montante da remuneração percebida pelo servidor, no período;

b) 50% em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo servidor.

Parágrafo Único. A distribuição de que trata este artigo somente beneficiará os titulares, nas entidades mencionadas nesta Lei Complementar, de cargo ou função de provimento efetivo ou que possam adquirir es-

tabilidade, ou de emprêgo de natureza não eventual, regido pela legislação trabalhista.

Art. 5º O Banco do Brasil S. A., ao qual competirá a administração do Programa, manterá contas individualizadas para cada servidor e cobrará uma comissão de serviço, tudo na forma que for estipulada pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º Os depósitos a que se refere este artigo não estão sujeitos a imposto de renda ou contribuição previdenciária, nem se incorporam, para qualquer fim, à remuneração do cargo, função ou emprêgo.

§ 2º As contas abertas no Banco do Brasil S. A., na forma desta Lei Complementar, serão creditadas:

a) pela correção monetária anual do saldo credor, obedecidos os índices aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

b) pelos juros de 3% (três por cento) calculados, anualmente, sobre o saldo corrigido dos depósitos;

c) pelo resultado líquido das operações realizadas com recursos do Programa, deduzidas as despesas administrativas e as provisões e reservas cuja constituição seja indispensável, quando o rendimento for superior à soma das alíneas a e b.

§ 3º Ao final de cada ano, contado da data da abertura da conta, será facultado ao servidor o levantamento dos juros e da correção monetária, bem como dos rendimentos da quota-parte produzida pela alínea c anterior, se existir.

§ 4º Por ocasião de casamento, aposentadoria, transferência para a reserva, reforma ou invalidez do servidor titular da conta, poderá o mesmo receber os valores depositados em seu nome; ocorrendo a morte, esses valores serão atribuídos aos dependentes e, em sua falta, aos sucessores.

§ 5º Na forma das normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, o servidor poderá requerer a liberação do saldo de seus depósitos, para utilização total ou parcial na compra de casa própria.

§ 6º O Banco do Brasil S. A. organizará o cadastro geral dos beneficiários desta Lei Complementar.

Art. 6º Na administração do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, a Caixa Econô-

mica Federal e o Banco do Brasil S. A., não efetuarão repasses além de 20% (vinte por cento) do valor total das aplicações diretas.

Art. 7º As importâncias creditadas nas contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e do Programa de Integração Social são inalienáveis e impenhoráveis, e serão obrigatoriamente transferidas de um para outro, no caso de passar o servidor, pela alteração da relação de emprêgo, do setor público para o privado, e vice-versa.

Art. 8º A aplicação do disposto nesta Lei Complementar aos Estados e Municípios, às suas entidades da administração indireta e fundações, bem como aos seus servidores, dependerá de norma legislativa estadual ou municipal.

Art. 9º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MEDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cárne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

LEI COMPLEMENTAR Nº 9 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970

Dá nova redação ao artigo 10 do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República

Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 10 do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de

1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento e o próximo Orçamento Plurianual de Investimentos serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 15 de setembro de 1971 e terão vigência nos exercícios de 1972, 1973 e 1974."

Art. 2.º Para os fins previstos nas normas constitucionais e legais vigentes, a parte de capital do orçamento da União para 1971 valerá como com-

plementação do Orçamento Plurianual de Investimentos ora em vigor.

Art. 3.º A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o artigo 2.º do Ato Complementar n.º 76, de 21 de outubro de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1970;
149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

João Paulo dos Reis Velloso

II — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 1.126 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1970

Fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino médio federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, *in fine*, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os vencimentos e salários básicos do pessoal docente do ensino médio federal, para um regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, serão de Cr\$ 883,87 (oitocentos e oitenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos) mensais, a que corresponderá o valor horário de Cr\$ 9,82 (nove cruzeiros e oitenta e dois centavos).

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange os cargos integrantes do sistema de ensino médio federal, atualmente classificados no nível 19 do sistema de classificação de cargos, bem como os empregos correspondentes.

Art. 2º No interesse da Administração, e concordando o servidor, o pessoal de que trata este Decreto-lei poderá ser submetido a regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho efetivo em dois turnos completos, observado o valor horário fixado no artigo anterior e consideradas quatro semanas e meia por mês, com o compromisso de não exercer outro cargo, função ou atividade remunerada em órgão público ou privado.

Art. 3º Ao órgão central do sistema de pessoal caberá o controle da aplicação do disposto neste Decreto-lei, observadas as normas estabelecidas em regulamento.

Art. 4º As despesas decorrentes do disposto no presente Decreto-lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, realizando-se, quando necessário, a compensação em outras dotações para evitar aumento de despesa.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de outubro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Jarbas G. Passarinho

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.127 — DE 12 DE
OUTUBRO DE 1970

Autoriza a instituição de regime especial de trabalho e de retribuição para servidores civis do Poder Executivo destacados para o desempenho de atividades compreendidas na primeira etapa do Programa de Integração Nacional.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, e considerando o caráter prioritário e o relevante interesse público do Programa de Integração Nacional criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, decreta:

Art. 1º O Poder Executivo poderá instituir regime especial de trabalho para os servidores civis da Administração direta e de Autarquias designados para prestação de serviços de campo inerentes à implantação das rodovias Transamazônica e Cuiabá-

Santarém e de outros projetos incluídos na primeira etapa do Programa de Integração Nacional.

Art. 2º O servidor submetido ao regime de trabalho a que se refere o artigo 1º fará jus a gratificação especial, segundo critérios fixados em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na concessão da gratificação a que se refere este artigo serão considerados, entre outros fatores o vencimento ou salário do servidor e a natureza da atividade a ser desempenhada no regime especial.

Art. 3º O servidor que perceber a gratificação prevista neste decreto-lei não poderá receber diárias, ou quaisquer gratificações, excetuada a adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único. As importâncias pagas a título de gratificação especial não serão computadas para efeito de aposentadoria ou benefício concedido por instituição de previdência, nem incorporadas ao salário de contribuição do servidor, para fim de desconto.

Art. 4º O pagamento da gratificação de que trata este decreto-lei cessará automaticamente com a conclusão do trabalho para o qual o servidor tenha sido designado em regime especial, não ensejando quaisquer ônus de natureza trabalhista.

Art. 5º O servidor que estiver sujeito a regime de tempo integral e dedicação exclusiva ou a regime de serviço extraordinário a ele vinculado será retirado das respectivas folhas de pagamento, durante todo o período em que perceber a gratificação especial prevista neste decreto-lei, sem prejuízo do disposto no § 2º do artigo II da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º A gratificação especial prevista neste decreto-lei não será computada para efeito do limite legal de retribuição do servidor público.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução deste decreto-lei correrão à conta dos recursos próprios consignados no Orçamento Geral da União ou das entidades da Administração Indireta.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid
Adalberto de Barros Nunes
Oriando Gessel
Mário Gibson Barbosa
Antônio Deljim Netto
Mário David Andreazza
L. F. Cirne Lima
Jarbas G. Passarinho
Júlio Barata
Márcio de Souza e Mello
F. Rocha Lagoa
Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Antônio Dias Leite Júnior
João Paulo dos Reis Velloso
José Costa Cavalcanti
Hygino C. Corsetti

DECRETO-LEI Nº 1.128 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1970

Autoriza o parcelamento de débitos decorrentes dos lançamentos do Imposto Territorial Rural e das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta

Art. 1º Os débitos decorrentes dos lançamentos do imposto territorial rural e das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vencidos até a data de início da vigência deste Decreto-lei, poderão ser parcelados nas bases e condições adiante fixadas.

Art. 2º O contribuinte deverá requerer ao INCRA o parcelamento de seu débito dentro do prazo de 180 dias, contados da data do início da vigência deste Decreto-lei.

Parágrafo único. A partir da data do recebimento do pedido de parcelamento poderá o INCRA fornecer ao contribuinte o "certificado de cadastro" de que trata o artigo 22 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

Art. 3º O parcelamento será concedido em até 10 prestações semestrais e sucessivas, de valor não inferior ao maior salário mínimo vigente no País

à data do deferimento, vencíveis em 30 de junho e 30 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. O atraso no pagamento de duas prestações implicará na perda do parcelamento ficando o débito sujeito à cobrança executiva.

Art. 4º Se o contribuinte, de que trata o art. 2º deste Decreto-lei, aplicar em projeto agropecuário ou agro-industrial aprovado pela SUDAM ou pela SUDENE ou em plano de colonização aprovado pelo INCRA para execução nas áreas de atuação dessas entidades, importância igual ou superior ao valor correspondente aos juros, à multa e à correção monetária, ficará dispensado do pagamento destes.

§ 1º A importância de que trata este artigo deverá ser depositada nos mesmos prazos previstos para recolhimento do imposto e das contribuições, nos Bancos integrantes da rede de arrecadação, à ordem do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A., em conta bloqueada, sem juros, a qual somente poderá ser movimentada após a aprovação dos planos ou projetos específicos, na forma deste Decreto-lei e das normas complementares a serem baixadas para sua execução.

§ 2º Se, após 90 (noventa) dias do vencimento da última prestação, o contribuinte não houver aplicado os recursos na forma prevista neste artigo, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. transferirá o saldo existente para a conta do INCRA, que fará a distribuição daquele saldo, observada a legislação em vigor.

§ 3º Para os efeitos da legislação da SUDAM e da SUDENE, as aplicações realizadas na forma deste artigo serão consideradas como recursos próprios.

Art. 5º O Ministério da Agricultura baixará as normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto no presente Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI
Antônio Delfim Netto
L. F. Cirne Lima
João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.129 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1970

Altera o § 1º do artigo 74 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O § 1º do artigo 74 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação do Decreto-lei nº 717, de 30 de julho de 1969, passa a vigorar com estes termos:

“Art. 74.

§ 1º Considera-se renda líquida auferida pela entidade turfística a importância por ela retirada do movimento geral de apostas, feitas as seguintes deduções: a) O valor dos prêmios pagos aos proprietários, criadores e profissionais; b) As despesas de manutenção dos serviços e obras de estrito interesse hípico da entidade; c) Os tributos a serem recolhidos. Entende-se por movimento geral de apostas a importância correspondente ao valor do total de bilhetes de apostas apreçado ao público para efeito de cálculo de rateio, acrescido das importâncias constantes das demais modalidades de apostas recebidas diretamente do público apostador nos prados de corrida, subseções e outras dependências”.

Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de 30 dias, regulamentará o presente Decreto-lei.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI
Antônio Delfim Netto
L. F. Cirne Lima
Júlio Barata

DECRETO-LEI Nº 1.130 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1970

Altera a estrutura do Grupo Ocupacional CT-100 — Aeroviário, do Serviço Público Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferi-

das pelo artigo 55 item III, da Constituição, e

Considerando as atividades da aeronáutica civil que envolvem matéria diretamente ligada a interesse público relevante;

Considerando que exige urgência a adequada reestruturação do quadro do pessoal incumbido da fiscalização da aviação civil nacional e internacional em tráfego no território brasileiro, sob a jurisdição do Ministério da Aeronáutica;

Considerando que as diversas medidas adotadas para corrigir as distorções que ora entravam o sistema de fiscalização não têm proporcionado os

resultados eficazes que exige a atual conjuntura nacional;

Considerando, finalmente os estudos realizados pelos órgãos competentes do Departamento Administrativo do Pessoal Civil do Ministério da Aeronáutica e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que concluíram favoravelmente a adoção das medidas consubstanciadas no presente diploma legal, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte referente ao Grupo Ocupacional CT-100 — Aeroviário, códigos CT-102.16.B a CT-105.5 e CT-108.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

Código	Série de Classe ou Classes	Características da Classe	Acesso A:
CT-102.18.B	Assessor de Tráfego Aéreo B	Supervisão e Assessoramento	—
CT-102.17.A	Assessor de Tráfego Aéreo A	Assessoramento	—
CT-103.16.C	Fiscal de Aeroporto C	Fiscalização, coordenação e orientação	Assessor de Tráfego Aéreo A
CT-103.14.B	Fiscal de Aeroporto B	Fiscalização, revisão e execução	—
CT-103.12.A	Fiscal de Aeroporto A	Fiscalização, e execução	—
CT-104.8	Auxiliar de Aeroporto	Execução	Fiscal de Aeroporto A
CT-108.8	Auxiliar de Segurança Aérea	Execução	Técnico de Segurança Aérea A, Fiscal de Aeroporto A e Telegrafista A

Art. 2º A atual série de classes de Superintendente de Aeroporto, códigos CT-102.16.B e CT-102.15.A, fica transformada na série de classes de Assessor de Tráfego Aéreo, códigos CT-102.18.B e CT-102.17.A, aplicados, no que couber, os procedimentos previstos no artigo 20 da Lei nº 3.780, de

12 de julho de 1960, quanto aos atuais ocupantes dos cargos ora transformados.

Art. 3º As atuais séries de classes de Administrador de Aeroporto, códigos CT-103.13.B e CT-103.12.A, e as de Fiscal de Aeroporto, códigos

CT-104.10.B e CT-104.9.A, ficam transformadas na série de classes de Fiscal de Aeroporto, códigos CT-103.16C, CT-103.14.B e CT-103.12.A.

Parágrafo único. Os cargos integrantes das séries de classes ora transformadas passam a compor a nova série de classes com os seus ocupantes, aplicados no que couber, os procedimentos previstos no artigo 20 da Lei nº 3.789, de 12 de julho de 1960.

Art. 4º Os atuais cargos integrantes das classes singulares de Auxiliar de Aeroporto e de Auxiliar de Segurança Aérea ficam transformados de CT-105.5 e CT-108.5 para CT-104.8 e CT-108.8, respectivamente.

Art. 5º Os enquadramentos de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º serão aprovados, em caráter prioritário, por ato do Presidente da República, mediante proposta do Ministério da Aeronáutica, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Art. 6º O disposto neste Decreto-lei não dá direito a indenização ou percepção de atrasados, em nenhuma hipótese.

Art. 7º A aplicação deste Decreto-lei não poderá acarretar ainda aumento de despesa, devendo, para esse fim, o Ministério da Aeronáutica adotar providências indispensáveis à manutenção do equilíbrio dos recursos orçamentários próprios, inclusive, se necessário, à supressão de cargos vagos no seu Quadro de Pessoal.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Márcio de Souza e Mello

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.131 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1970

Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do Art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º São considerados de interesse da Segurança Nacional, para os efeitos do artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios de Marabá, Altamira e Itaituba, no Estado do Pará.

Art. 2º Aos Municípios referidos no artigo anterior, aplica-se o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e seus parágrafos, da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 560, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Antônio Borges da Silveira Lobo

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Julio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Junior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

**DECRETO-LEI Nº 1.132 — DE 13 DE
NOVEMBRO DE 1970**

*Prorroga o prazo de que trata o ..
art. 1º do Decreto-lei nº 46, de 18
de novembro de 1966.*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1970 o prazo de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 46, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

João Paulo dos Reis Velloso

**DECRETO-LEI Nº 1.133 — DE 16 DE
NOVEMBRO DE 1970**

Altera a legislação do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O inciso I do artigo 5º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Para os efeitos do artigo 2º:

I — considera-se saído do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial o produto:

a) que fôr vendido por intermédio de ambulantes, armazéns gerais ou outros depositários;

b) que, antes de entrar em estabelecimento do importador ou do arrematante de produtos de procedência estrangeira, seja, por estes, remetido a terceiros;

c) que fôr remetido a estabelecimento diferente daquele que o tenha mandado industrializar por encomenda sem que o mesmo produto haja entrado no estabelecimento encomendante;

d) que permanecer no estabelecimento decorridos 3 (três) dias

da data da emissão da respectiva “nota fiscal”.

Art. 2º A observação 1ª à Alínea V da Tabela, anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação.

“1ª Para efeito de cálculo do imposto dos produtos referidos nas posições 22.01, 22.02 e 22.03 não serão computadas os valores dos recipientes e embalagens cobrados dos adquirentes, quando atendidas as seguintes condições:

a) que sejam debitados na nota fiscal, em parcela destacada, no máximo pelo seu valor de reposição, acrescido de até 5% (cinco por cento) para cobertura das despesas de cobrança e outras;

b) que o valor de reposição não exceda o preço pelo qual os recipientes e embalagens são normalmente adquiridos dos respectivos fabricantes, ao tempo em que são debitados aos adquirentes das bebidas;

c) que não seja utilizado, pelo sistema de crédito, o imposto sobre produtos industrializados referentes aos recipientes e embalagens debitados aos adquirentes das bebidas”.

Art. 3º Para efeito de cálculo e pagamento do imposto sobre produtos industrializados devido pelos produtos do Capítulo 22 da Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o valor tributável, na saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial será o “resultante da aplicação de um percentual a ser determinado pelo Poder Executivo, sobre o preço estabelecido conforme as normas deste artigo.

§ 1º Para a determinação do montante do imposto, deverá o Ministro da Fazenda:

a) relacionar, a seu critério os produtos do referido Capítulo 22 sujeitos à forma de cálculo estabelecida neste artigo;

b) distribuir os produtos assim relacionados por classe de preço de venda no mercado atacadista ou no comércio varejista, conforme o critério que entender mais conveniente;

c) estabelecer o conceito de preço no “mercado atacadista” ou no “comércio varejista”.

§ 2º O percentual referido no “caput” deste artigo será aplicado sobre

o limite máximo do preço da respectiva classe, mencionada na alínea "b" do parágrafo 1º, para obtenção do valor tributável.

Art. 4º Observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o valor tributável dos produtos de procedência estrangeira, referidos no Capítulo 22 da Tabela anexa à mencionada Lei, na saída dos estabelecimentos equiparados a industrial, não poderá ainda, ser inferior ao valor que servir de base para o cálculo do imposto de importação, acrescido dos tributos e demais ônus pagos pelo importador ou arrematante ou deles exigíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo inclusive aos produtos que, antes de entrarem em estabelecimento do importador ou arrematante, sejam, por estes, remetidos a terceiros.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de novembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.234 — DE 16 DE
NOVEMBRO DE 1970

Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º A partir do exercício financeiro de 1971, as pessoas jurídicas poderão descontar até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto de renda devido na declaração os rendimentos, para aplicação em empreendimentos florestais, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

§ 1º As importâncias descontadas poderão ser aplicadas em projetos de desenvolvimento florestal, opcionalmente, sob a forma de:

I — Participação societária acionária;

II — Participação societária não acionária em projetos de pluri-participação.

§ 2º O desconto autorizado neste artigo não se aplica aos adicionais restituíveis, aos impostos devidos por lançamentos *ex officio* ou suplementar e aos contribuintes que estiverem em débito para com o imposto de renda e adicionais, ressalvados os débitos pendentes de decisão administrativa ou judicial.

Art. 2º Os títulos de qualquer natureza, representativos das aplicações de que trata este Decreto-Lei terão sempre a forma nominativa e não poderão ser transferidos durante o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data em que, a juízo do IBDF, o empreendimento florestal previsto houver sido executado.

Art. 3º A pessoa jurídica que optar pelo desconto previsto no artigo 1º deverá depositar, no mesmo prazo das cotas do imposto, no Banco do Brasil Sociedade Anônima, as importâncias descontadas, em conta ologueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada após aprovação de projeto específico na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. O atraso no recolhimento de duas cotas consecutivas do imposto ou da importância descontada implicará na perda automática do benefício fiscal relativo ao ano base da declaração de rendimentos, acarretando a conversão em renda dos depósitos já efetuados e a cobrança do imposto de renda ainda devido.

Art. 4º No processo de subscrição do capital de empresas beneficiárias dos recursos financeiros de que trata o inciso I do § 1º do artigo 1º aplicar-se-á o disposto no § 9º, incisos I e II, do artigo 2º e no artigo 19 do Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969.

Art. 5º Somente será concedido o benefício previsto neste Decreto-Lei, na forma do inciso I do § 1º do art. 1º, se a pessoa jurídica depositante ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizesse as demais exigências do Regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, concorrer, efetivamente, para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios, nunca inferiores a uma terça

parte do montante dos recursos descontados do imposto de renda, aplicados ou reinvestidos no projeto.

Art. 6º O benefício previsto neste Decreto-Lei é cumulativo com os demais incentivos fiscais existentes até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do imposto devido, sem prejuízo do disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 770, de 19 de agosto de 1969.

Art. 7º Para aplicar os recursos descontados do imposto de renda, a pessoa jurídica depositante deverá indicar projeto já aprovado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal até o dia 31 de dezembro do ano seguinte ao exercício da declaração de rendimentos.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto neste artigo, sem a indicação, pela pessoa jurídica depositante, de projeto para aplicação dos recursos descontados, serão estes convertidos em renda.

Art. 8º O desconto autorizado pelo artigo 1º estará sujeito, a partir do exercício financeiro de 1971 e até o exercício de 1974, inclusive, ao disposto no artigo 5º do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de julho de 1970.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os investimentos realizados até o dia 15 de outubro de 1970 e decorrentes de projetos que, submetidos ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, venham a ser aprovados até 31 de dezembro de 1970.

Art. 9º O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF estabelecerá normas para a aprovação de projetos relativos à aplicação de recursos descontados ou abatidos do imposto de renda dispondo sobre a localização e o tamanho mínimo das áreas florestáveis, o valor mínimo dos projetos e dos tipos de essências florestais apropriadas.

Art. 10. Continuam em vigor as normas da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 11. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de novembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Antônio Delfim Netto
L. F. Cirne Lima

DECRETO-LEI Nº 1.135 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, e tendo em vista o disposto nos artigos 87, 88 e 89, tudo da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º O Conselho de Segurança Nacional é o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 2º O Conselho de Segurança Nacional (CSN) é presidido pelo Presidente da República e dele participam, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a matéria a ser apreciada.

Art. 3º O CSN dispõe de uma Secretaria-Geral como órgão de estudo, planejamento e coordenação dos assuntos de sua competência e poderá contar com a colaboração de órgãos complementares, necessários ao cumprimento de sua finalidade constitucional.

Art. 4º O Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional é o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e tem honras, direitos e prerrogativas de Ministro de Estado.

Art. 5º A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), órgão da Presidência da República, diretamente subordinada ao Presidente da República e dirigida pelo Secretário-Geral, tem estrutura

de Gabinete de Ministro Extraordinário e suas atribuições, organização e funcionamento serão estabelecidos em regulamento próprio.

Parágrafo único. Para o trato de problemas específicos, poderão ser instituídas, junto à SG/CSN, Comissões Especiais integradas, inclusive, por elementos não pertencentes a órgãos da Administração Federal.

CAPÍTULO III

Da Competência

Art. 6º Ao CSN compete:

I — Estabelecer os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases para a política nacional;

II — Estabelecer o Conceito Estratégico Nacional, bem como as diretrizes dele decorrentes;

III — Estudar os assuntos relacionados com a política de segurança nacional, no âmbito interno e externo, em especial os referentes a:

- Segurança interna,
- Segurança externa;
- Tratados, acordos e convênios com entidades e países estrangeiros,
- Programas de cooperação internacional; e
- Política de desenvolvimento nacional;

IV — Indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional e os municípios considerados de seu interesse;

V — Dar, em relação às áreas indispensáveis à segurança nacional, assentimento prévio para:

- a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;
- b) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; e
- c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional.

VI — Modificar ou cassar as concessões ou autorizações mencionadas no item anterior;

VII — Conceder licença para o funcionamento de órgãos ou representações de entidades sindicais estrangeiras bem como autorizar a filiação das nacionais a essas entidades;

VIII — Pronunciar-se sobre os assuntos em que a Constituição determina sua audiência.

§ 1º A Lei indicará os municípios de interesse da segurança nacional e

as áreas a esta indispensáveis, cuja utilização regulará, sendo assegurada, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

§ 2º A Secretaria-Geral é o órgão incumbido de praticar os atos referentes aos assuntos previstos nos itens V, VI e VII deste artigo.

§ 3º Caberá recurso para o Conselho de Segurança Nacional dos atos de que trata o parágrafo anterior, quando forem denegatórios ou impliquem na modificação ou cassação de atos já praticados.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento

Art. 7º O CSN reunir-se-á por convocação do Presidente da República.

Parágrafo único. Cabe ao Secretário-Geral secretariar as reuniões do CSN.

Art. 8º O Presidente da República pode ouvir o CSN mediante consulta a cada um dos seus membros, em expediente remetido por intermédio da Secretaria-Geral.

Art. 9º As decisões do Presidente da República serão consubstanciadas em diretrizes, ou em qualquer outro ato, dirigidas aos Ministérios ou a outros órgãos da Administração Federal.

Art. 10. O Presidente da República, se julgar conveniente, baixará instruções para o estudo das proposições apresentadas ao CSN, bem como poderá convocar autoridades, civis ou militares, ou convidar personalidades de relevo e especialistas para colaborar com a SG/CSN.

Art. 11. Os órgãos da Administração Federal realizarão estudos, emitirão pareceres e prestarão todos os esclarecimentos de que o CSN necessitar.

Parágrafo único. A SG/CSN é o órgão incumbido de solicitar diretamente os elementos de que trata este artigo.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 12. Os oficiais das Forças Armadas, os assessores civis da SG/CSN e os integrantes das Comissões Especiais, de que trata o parágrafo único do artigo 5º, serão designados pelo Presidente da República, medi-

ante proposta do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Os demais servidores, civis e militares, colocados a disposição da SG/CSN, serão designados pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 13. Enquanto não forem especificadas as áreas indispensáveis à segurança nacional, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 89 da Constituição, é considerada indispensável à segurança nacional a faixa estabelecida no artigo 2º da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDIA

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagoa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

DECRETO-LEI Nº 1.136 — DE 7 DE
DEZEMBRO DE 1970

Altera a legislação pertinente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O artigo 25 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterado pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 34,

de 18 de novembro de 1966, e pelo artigo 18 do Decreto-lei nº 400, de 30 de dezembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. A importância a recolher será o montante do imposto relativo aos produtos saídos do estabelecimento, em cada mês, diminuído do montante do imposto relativo aos produtos não entrados, no mesmo período, obedecidas as especificações e normas que o regulamento estabelecer.

§ 1º O direito de dedução só é aplicável aos casos em que os produtos entrados se destinem à comercialização, industrialização ou acondicionamento e desde que os mesmos produtos ou os que resultarem do processo industrial sejam tributados na saída do estabelecimento.

§ 2º O Ministro da Fazenda poderá atribuir aos estabelecimentos industriais o direito de crédito do imposto sobre produtos industrializados relativo a máquinas, aparelhos e equipamentos, de produção nacional, inclusive quando adquiridos de comerciantes não contribuintes do referido imposto, destinados à sua instalação, ampliação ou modernização e que integrem o seu ativo fixo, de acordo com as diretrizes gerais de política de desenvolvimento econômico do país.

§ 3º O regulamento disporá sobre a anulação do crédito ou o restabelecimento do débito, correspondente ao imposto deduzido, nos casos em que os produtos adquiridos saiam do estabelecimento com isenção de tributo, ou os resultantes da industrialização gozem de isenção ou não estejam tributados.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDIA

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 1.137 — DE 7 DE
DEZEMBRO DE 1970

Institui incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam instituídos, em favor de projetos de desenvolvimento industrial, aprovados na forma deste Decreto-lei, os seguintes incentivos fiscais e financeiros:

a) isenção do imposto de importação de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, acessórios e ferramentas, sem similar nacional, bem como de partes complementares à produção nacional;

b) isenção do imposto de produtos industrializados sobre os bens mencionados na alínea anterior;

c) crédito ao comprador de equipamento nacional do valor do imposto sobre produtos industrializados, nos termos do Decreto-lei nº 1.136 de 7 de dezembro de 1970;

d) depreciação acelerada sobre os bens de fabricação nacional, para efeito de apuração do imposto de renda;

e) apoio financeiro preferencial, por entidades oficiais de crédito, obedecida a política financeira e creditícia do Governo e atendidos os dispositivos estatutários das entidades financiadoras;

f) registro de financiamento ou de investimento estrangeiro, obedecidas as normas baixadas pelas autoridades monetárias e cambiais;

g) concessão de prioridade para exame, pelo Conselho de Política Aduaneira, de alteração de aliquotas aduaneiras, com o objetivo de estimular e amparar a indústria nacional.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Indústria e do Comércio a concessão dos incentivos previstos no artigo 1º e a fixação das condições a serem cumpridas pelos beneficiários.

Art. 3º Os projetos aprovados gozarão dos incentivos previstos no artigo 1º, isolada ou cumulativamente.

Art. 4º Não se aplica à importação dos equipamentos destinados aos projetos industriais, aprovados nos

termos deste Decreto-lei, o disposto no § 4º do artigo 14 do Decreto-lei número 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1971, revogados o Decreto-lei nº 767, de 13 de agosto de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.138 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre o oferecimento à subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o item II do artigo 55 da Constituição, decreta:

Art. 1º Para possibilitar a subscrição pública de ações e o aumento do capital do Banco da Amazônia S. A., a participação acionária da União naquele capital poderá ser reduzida, no ano de 1971, a até 70% (setenta por cento), mediante renúncia parcial ao direito de preferência para a subscrição de novas ações e, posteriormente, a até 51% (cinquenta e um por cento), mediante alienação de ações, na forma da legislação vigente.

Art. 2º As pessoas físicas que adquirirem ações do Banco da Amazônia S. A. e do Banco do Nordeste do Brasil S. A. poderão deduzir do imposto de renda até 50% (cinquenta por cento) do valor pago na compra destas ações, desde que a dedução não ultrapasse a 25% (vinte e cinco por cento) do total do imposto devido.

§ 1º O benefício de que trata este artigo aplica-se exclusivamente à primeira aquisição de novas ações, oferecidas em subscrição pública.

§ 2º A dedução autorizada por este artigo abrangerá no exercício de 1971, os valores efetivamente pagos, pela pessoa física, até a data da apresentação tempestiva da declaração de rendimentos relativa ao ano de 1970.

Art. 3º Fica aberto, no Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), para atender aos compromissos decorrentes da integralização, por parte da União, das ações que vier a subscrever nos aumentos de capital do Banco da Amazônia S. A.

§ 1º A despesa resultante da execução deste artigo será coberta com recursos originários da mobilização de créditos de que seja titular o Tesouro Nacional na própria instituição financeira interessada para o fim específico da integralização, por parte da União, das ações que vier a subscrever, até o limite do crédito aberto, nos aumentos de capital que forem aprovados pela respectiva assembléia-geral de acionistas.

§ 2º Não se incluem na autorização de que trata o presente artigo os créditos vinculados à execução orçamentária.

§ 3º O Ministro da Fazenda ajustará com o Banco da Amazônia S.A. as condições para a formalização da necessária mobilização de recursos, podendo, para esse fim, inclusive, vincular o produto dos dividendos gerados pela participação acionária do Tesouro Nacional no capital do referido Banco.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.139 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1970

Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-lei nº 815, de 4 de setembro de 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 55 da Constituição, decreta:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto-lei nº 815, de 4 de setembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Não sofrerão desconto do imposto de renda na fonte, quando decorrentes de exportação de quaisquer produtos nacionais:

a) as comissões pagas por exportadores a seus agentes no exterior;

b) os juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais;

c) os juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao pré-financiamento, financiamento e refinanciamento de exportação devidamente autorizados pelo Banco Central do Brasil e cuja liquidação se processe com o produto da exportação.”

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.140 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1970

Altera a redação de dispositivo do Decreto-lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 8º do Decreto-lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

Parágrafo único — Excetuam-se do disposto neste artigo os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1970 e decorrentes de projetos aprovados, submetidos ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — até 15 de outubro de 1970”.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Antônio Delfim Netto
L. F. Cirne Lima

DECRETO-LEI Nº 1.141 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1970

Estende até 1975 os efeitos do artigo 1º do Decreto-lei nº 498, de 13 de março de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam estendidos até 1975 os efeitos do Decreto-lei nº 498, de 13 de março de 1969, para atender ao "Programa da Construção Naval 1971-1975."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.142 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1970

Altera e consolida a legislação referente ao Fundo de Marinha Mercante, dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, itens I e II, da Constituição, decreta:

Finalidade

Art. 1º O Fundo de Marinha Mercante — FMM é um fundo de natureza contábil destinado a prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante na-

cional, e para assegurar a continuidade e regularidade de produção à indústria de construção naval no País.

Constituição

Art. 2º O FMM é constituído dos recursos oriundos:

I) do produto do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, segundo disposto neste decreto-lei;

II) das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral da União;

III) dos ingressos de capital, juros, comissões e outras receitas resultantes da aplicação em empréstimos e operações financeiras;

IV) dos saldos anuais apurados pela Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) no desempenho de suas atribuições;

V) de importâncias resultantes da aplicação prevista no § 1º do artigo 66 da Lei nº 244, de 14 de agosto de 1957, combinado com o artigo 163 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;

VI) dos recursos provenientes de empréstimos contraídos no País e no exterior, para os fins previstos neste Decreto-lei;

VII) de outros recursos destinados ao FMM.

Parágrafo único. Todos os recursos disponíveis do FMM serão recolhidos ao Banco do Brasil S. A. em conta especial, sob a denominação de Fundo da Marinha Mercante.

Art. 3º O AFRMM é um adicional ao frete cobrado pelo armador, de qualquer embarcação que opere em porto nacional, de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto de carga, pelo transporte de qualquer carga:

I) na saída de porto nacional, na navegação de cabotagem e interior;

II) na entrada em porto nacional, na navegação de longo curso.

§ 1º O adicional será cobrado à razão de 20% (vinte por cento) sobre o frete, considerado para este efeito que frete é a remuneração do transporte marítimo porto a porto, incluídas as despesas portuárias com a manipulação da carga constantes do conhecimento de embarque, anteriores e posteriores a esse transporte, bem como outras despesas de qualquer natureza que constituam parcelas adicionais acessórias.

§ 2º Quando não houver cobrança de frete ou quando a mercadoria se destinar a outro departamento da mesma empresa ou proprietário, o AFRMM será calculado de acordo com os tetos tarifários fixados pela SUNAMAM, nos casos do inciso I, ou pelas tarifas vigentes nas linhas de longo curso, nos casos do inciso II.

§ 3º Nos casos do inciso I deste artigo, quando liberado o frete, o AFRMM será calculado pelos tetos tarifários fixados pela SUNAMAM.

§ 4º Nos casos do inciso II deste artigo, quando o frete estiver expresso em moeda estrangeira, a conversão será feita à taxa de compra da moeda correspondente, fixada pelas autoridades monetárias brasileiras, na data de entrada da embarcação no porto de descarga.

§ 5º Estão isentas do pagamento da AFRMM as cargas que:

a) sejam definidas como bagagem, na legislação específica;

b) sejam transportadas em embarcações com menos de 400 toneladas de registro, que não integrem comboio cuja capacidade total exceda este limite;

c) sejam enquadráveis nos dispositivos do Decreto-lei nº 1.016, de 21 de outubro de 1969, pelo Ministro dos Transportes;

d) estejam expressamente definidas em lei como isentas do AFRMM.

Art. 4º O produto da arrecadação do AFRMM será destinado:

I) ao FMM;

a) o AFRMM arrecadado pelas empresas estrangeiras de navegação;

b) o AFRMM arrecadado pelos armadores ou empresas nacionais de navegação, operando embarcação afretada de outra bandeira;

c) 50% (cinquenta por cento) do AFRMM arrecadado por armadores e empresas nacionais de navegação, operando embarcação própria ou afretada de bandeira nacional.

II) ao armador ou empresa de navegação nacional que opere embarcação própria ou afretada de bandeira nacional, os 50% restantes do AFRMM.

Art. 5º A SUNAMAM fará reverter ao armador nacional 50% (cinquenta por cento) do AFRMM por ele arrecadado, relativo ao frete da carga transportada em embarcação afretada de outra bandeira, enquanto esta es-

tiver substituindo tonelage equivalente em construção.

Art. 6º A SUNAMAM deverá propor, trienalmente, a revisão do percentual da arrecadação do AFRMM destinado ao armador nacional, de forma a ajustar a sua participação, de acordo com as variações da rentabilidade da frota nacional, tomando-se como origem a verificada a partir de 1963, e considerando as peculiaridades inerentes aos setores:

I) da navegação interior;

II) da navegação de cabotagem;

III) da navegação de longo curso

Art. 7º Quando o patrimônio do FMM alcançar o nível que assegure recursos para o financiamento da formação e renovação da frota mercante necessária ao intercâmbio de mercadorias, no país e com o exterior, a SUNAMAM deverá propor a revisão deste Decreto-lei no que se refere ao adicional cobrado sobre o frete, ressalvadas as condições de participação do armador nacional em contratos em curso.

Administração

Art. 8º O FMM é administrado pela SUNAMAM.

Parágrafo único. A SUNAMAM manterá sempre atualizada a contabilidade patrimonial do FMM, de acordo com as exigências do artigo 101 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a fim de permitir, a qualquer momento, a demonstração da porção líquida do FMM, a sua composição e os dispêndios realizados a título de ressarcimento de custos.

Art. 9º A SUNAMAM poderá operar com os recursos do FMM, obedecendo ao disposto na Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966, de forma a compatibilizar as variações de sua receita com os programas de aplicações futuras. Para esse fim, está autorizada a caucionar receitas futuras, contrair empréstimos, dar garantias e adquirir Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. As operações no mercado exterior de capitais serão promovidas pela SUNAMAM com a participação do Banco Central, obedecendo o disposto na Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966.

Art. 10. Os empréstimos concedidos com recursos do FMM serão garantidos pela constituição de primeira hipoteca ou outra garantia de direito real em favor da SUNAMAM, e sub-

sidiariamente, garantia bancária ou cessão do direito ao produto do AFRMM, até o valor da importância mutuada.

§ 1º Os bens constitutivos da garantia devem ser segurados em favor da SUNAMAM até o final da liquidação do empréstimo.

§ 2º Dependência de prévia autorização da SUNAMAM, sob pena de nulidade, as seguintes operações sobre embarcações cujo produto do AFRMM tenha sido gravado:

I) a constituição de hipoteca a favor de terceiros; e

II) a alienação de embarcações.

Art. 11. Os empréstimos concedidos à conta do FMM estão sujeitos à cobrança de juros e correção monetária, de acordo com o mercado nacional de capitais, obedecidas as normas do Conselho Monetário Nacional e as que venham a ser estabelecidas pela SUNAMAM.

§ 1º Ainda que não escrita, a cláusula da correção monetária reputar-se-á implícita no instrumento do contrato.

§ 2º A SUNAMAM fixará e divulgará as condições de correção monetária a que se refere este artigo, que permanecerão imutáveis para um mesmo contrato.

§ 3º Os débitos com o FMM, anteriores a 31 de janeiro de 1967, serão atualizados a partir dos seus valores monetários nessa data.

Aplicação

Art. 12. Os recursos do FMM poderão ser aplicados:

I) na concessão de empréstimos:

a) a armadores e empresas de navegação nacionais para construção de embarcações em estaleiros nacionais, até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor aprovado pela SUNAMAM;

b) a armadores e empresas de navegação nacionais, para aquisição e instalação de equipamentos destinados ao reaparelhamento ou modernização das embarcações de sua propriedade e até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor aprovado pela SUNAMAM;

c) a empresas de pesca nacionais, para a construção de embarcações em estaleiros nacionais até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de compra aprovado pela SUNAMAM, quando forem alocados ao FMM recursos específicos para este fim;

d) para construção de embarcações em estaleiros nacionais destinadas à exportação, até o limite de 80% do seu valor internacional, mediante as condições aprovadas pela SUNAMAM;

e) a armadores e empresas de navegação nacionais, para atender às necessidades financeiras com reparo de suas embarcações em estaleiros nacionais;

f) a armadores, empresas de navegação e estaleiros nacionais, no interesse da política de marinha mercante.

II) a fundo perdido:

a) no ressarcimento do excedente do custo nacional da construção de embarcações e seus componentes sobre os preços internacionais;

b) em subvenções mediante recursos transferidos ao FMM com destinação específica;

b) em subvenções mediante recursos orçamentários para o custeio da SUNAMAM;

d) em instituições dedicadas a pesquisas e serviços tecnológicos e complementação de pessoal especializado de interesse da marinha mercante.

III) em operações financeiras:

a) na aquisição de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ... ORTN, para atender às finalidades do disposto no artigo 9º deste Decreto-lei;

b) na liquidação de compromissos com a antecipação das aplicações previstas neste Decreto-lei.

§ 1º As aplicações previstas na alínea "a" do inciso II deste artigo serão cobertas com recursos do Tesouro Nacional, constante no Orçamento da União, no próprio exercício ou nos exercícios seguintes.

§ 2º As aplicações previstas na alínea "d" do inciso II deste artigo não devem exceder, anualmente, a receita correspondente aos juros dos empréstimos concedidos, bem como o resultado de aplicações em outras transações financeiras.

§ 3º Os empréstimos a que se refere o inciso I, do artigo 12, desde que elevem a responsabilidade de um só mutuário ao correspondente a mais de 100.000 unidades padrão de capital (UPC) dependerão de prévia aprovação do Ministério dos Transportes.

§ 4º A Superintendência Nacional da Marinha Mercante estabelecerá as condições em que os mutuários dos empréstimos previstos no inciso I, com recursos do FMM, efetivarão as parcelas não financiadas dos contratos.

Art. 13. O produto do AFRMM destinado ao armador nacional ficará em depósito no Banco do Brasil S. A., em seu nome, e somente poderá ser movimentado com a autorização da SUNAMAM, nos seguintes casos:

I) na construção de embarcação para uso próprio, em estaleiro nacional, ou no exterior quando autorizado pela SUNAMAM;

II) na aquisição de equipamento para o reaparelhamento de embarcação própria;

III) na aquisição de embarcações de empresas nacionais, com prazo de pagamento mínimo de 3 (três) e máximo de 5 (cinco) anos até 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído pela SUNAMAM para a embarcação;

IV) para o reparo de embarcação própria em estaleiro nacional.

Parágrafo único. A SUNAMAM baixará normas relativas à extinção do direito do armador ao produto do AFRMM e sua transferência para o Fundo de Marinha Mercante no caso de sua não utilização no prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 14. Os recursos a que se referem os artigos 4º inciso II e 5º, deste Decreto-lei, poderão ser movimentados pela SUNAMAM, em suas operações, sem prejuízo do direito dos titulares à sua utilização, para as aplicações previstas no artigo anterior.

Disposições Gerais:

Art. 15. O produto do AFRMM será recolhido pelos armadores, ou seus agentes, ao Banco do Brasil S. A. ou seus representantes, até 15 (quinze) dias após a saída da embarcação, nos casos do inciso I do artigo terceiro, ou de entrada, nos casos do inciso II do mesmo artigo.

§ 1º Dentro desse prazo, os armadores ou seus agentes, deverão apresentar à Delegacia ou Agência da .. SUNAMAM, na área de sua jurisdição, o comprovante do recolhimento do AFRMM.

§ 2º Aquêle que receber o produto do AFRMM será seu fiel depositário até o efetivo recolhimento ao Banco do Brasil S. A. ou a seu representante autorizado, com a responsabilidade civil e criminal decorrente dessa qualidade.

§ 3º O atraso no recolhimento do AFRMM autorizará a sua cobrança judicial pela SUNAMAM, em ação executiva, nos moldes do Livro IV, Título I, do Código de Processo Civil, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e da multa de 20% (vinte por cento) sobre a importância devida.

§ 4º Para os efeitos da cobrança judicial de que trata o parágrafo anterior, consideram-se a líquida e certa a dívida comprovada pelo manifesto de carga ou pelo conhecimento de embarque.

§ 5º No caso de ser o transportador repartição pública, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista federal, a SUNAMAM poderá, a seu critério, alterar o local para o recolhimento do produto do AFRMM referido neste artigo.

§ 6º O armador ou seu agente que liberar conhecimento de embarque sem efetuar a cobrança do AFRMM responderá pelo seu pagamento.

§ 7º Os órgãos regionais da Secretaria da Receita Federal não receberão pedidos de despacho de mercadorias de qualquer natureza, sem que dos conhecimentos de embarque conste o recibo do pagamento do AFRMM ou a competente declaração de isenção, de acordo com o § 3º do artigo 3º.

Art. 16. Serão respeitadas as condições de aplicação do AFRMM, nos contratos assinados pelos armadores nacionais, com intervenção da .. SUNAMAM, até 24 de janeiro de 1969, inclusive quanto ao total do produto da arrecadação futura do .. AFRMM produzido pelas embarcações a que se referem aqueles contratos.

Art. 17. O afretamento de espaço, ou subafretamento, fica enquadrado nos artigos 4º e 5º deste Decreto-lei, para efeito da distribuição do .. AFRMM.

Art. 18. Os programas anuais de aplicação dos recursos do FMM estão sujeitos à aprovação do Ministro dos Transportes.

Art. 19. Este Decreto-lei, que revoga as disposições em contrário, es-

pecialmente a Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, o Decreto-lei nº 432, de 23 de janeiro de 1969 e o Decreto-lei nº 123, de 31 de janeiro de 1967, entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

João Paulo dos Reis Velloso

— — —

DECRETO-LEI Nº 1.143 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre a marinha mercante e a construção naval

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º Compete à Administração Federal:

I — Conceder e cancelar autorizações para o funcionamento das empresas nacionais de navegação interior, de cabotagem e longo curso, organizar o seu cadastro físico e financeiro e fixar normas para a padronização dos seus registros contábeis;

II — Executar a política nacional relacionada com a concessão e cancelamento das linhas de navegação interior, de cabotagem e longo curso, e autorizar a realização de viagens extraordinárias para portos nacionais e estrangeiros;

III — Estabelecer as condições para a posse e o exercício de quaisquer cargos da administração de empresas de navegação públicas ou privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos fiscais e semelhantes;

IV — Deliberar sobre a transferência de recursos, pelas empresas de navegação, para investimentos no exterior;

V — Fixar os tetos tarifários para a navegação mercante, interior e de cabotagem, e coordenar a participação das empresas nacionais nas conferências internacionais de frete;

VI — Fixar os percentuais de aumento ou reajustamento salarial para os trabalhadores das categorias de operadores de carga e descarga, vigias portuários e demais trabalhadores da orla marítima, ouvido, previamente, o Conselho Nacional de Política Salarial, de acordo com a Lei nº 5.617, de 15 de outubro de 1970;

VII — Fixar os ternos de trabalhadores das categorias de operadores de carga e descarga e vigias portuários;

VIII — Executar e controlar os atos decorrentes dos acordos firmados pelo Brasil por força de convenções internacionais de transporte e direito marítimo;

IX — Autorizar a venda de embarcações nacionais empregadas na navegação interior, de cabotagem e de longo curso;

X — Autorizar o fretamento de embarcações por empresas nacionais de navegação;

XI — Promover a fusão ou a incorporação de empresas de navegação, quando necessário à obtenção de economia de escala.

Art. 2º São passíveis de multa:

I — de 100 (cem) a 1.000 (mil) unidades-padrão de capital (artigo 52 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964), a empresa de navegação ou estaleiro que, por si, seus agentes ou prepostos, infringir qualquer dispositivo deste Decreto-lei ou de resolução do órgão ou entidade da Administração Federal competente;

II de 10 (dez) a 200 (duzentas) unidades-padrão de capital, aqueles que de qualquer forma contribuírem para praticar, encobrir ou dissimular a infração.

Art. 3º As multas que não forem pagas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, serão cobradas mediante executivo fiscal.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Mário David Andreazza

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.144 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre a convocação de Substitutos de Auditor na Justiça Militar.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º O Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, no interesse do bom funcionamento da Justiça Militar de primeira instância, poderá convocar para o exercício das atribuições dos titulares dos cargos de Auditor e Auditor Substituto, nos casos de vaga, férias ou licença, os atuais Substitutos de Auditor.

Art. 2º Enquanto durar a convocação, o Substituto de Auditor perceberá os vencimentos correspondentes ao cargo cujas funções exercer.

Art. 3º O Substituto de Auditor, nos processos cuja instrução em audiência iniciar, funcionará até final julgamento.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI Nº 1.145 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1970

Prorroga o disposto no "caput" do artigo 28 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogada até o exercício financeiro de 1971, inclusive, a não incidência do Imposto de Renda de que trata o "caput" do artigo 28 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, alterado pelo artigo 7º da Lei nº 5.455, de 19 de junho de 1968.

Parágrafo único. Aplicar-se-á às Cédulas Hipotecárias o disposto neste artigo.

Art. 2º A partir de primeiro de janeiro de 1972 e até o exercício financeiro de 1977, os juros das Letras Imobiliárias a que se refere o artigo 44 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, quando adquiridas voluntariamente, serão incluídos na declaração da pessoa física beneficiada e adicionados ao lucro real da pessoa jurídica, quando excederem os seguintes percentuais calculados sobre o valor do título corrigido monetariamente:

I — Ano-base de 1972 — 6% (seis por cento).

II — Ano-base de 1973 — 5% (cinco por cento).

III — Ano-base de 1974 — 4% (quatro por cento)

IV — Ano-base de 1975 — 3% (três por cento)

V — Ano-base de 1976 — 2% (dois por cento)

Art. 3º O abatimento da renda bruta previsto no inciso II do § 1º do artigo 28 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, será admitido até o exercício financeiro de 1977, respeitados os seguintes limites:

I — Até 25% (vinte e cinco por cento), no Ano-base de 1972;

II — Até 20% (vinte por cento), no Ano-base de 1973;

III — Até 15% (quinze por cento), no Ano-base de 1974;

IV — Até 10% (dez por cento), no Ano-base de 1975;

V — Até 5% (cinco por cento), no Ano-base de 1976.

Parágrafo único. O montante dos juros anuais, que excederem os percentuais fixados no artigo 2º, poderá ser abatido da renda bruta até o limite de Cr\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois cruzeiros).

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o inciso I do § 1º do artigo 28 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.146 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º As contribuições criadas pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, mantidas nos termos deste Decreto-Lei, são devidas de acordo com o artigo 6º do Decreto-Lei nº 582, de 15 de maio de 1969, e com o artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970:

I — Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA:

1 — as contribuições de que tratam os artigos 2º e 5º deste Decreto-Lei;

2 — 50% (cinquenta por cento) da receita resultante da contribuição de que trata o art. 3º deste Decreto-lei.

II — Ao Fundo de Assistência do Trabalhador Rural — FUNRURAL, 50% (cinquenta por cento) da receita resultante da contribuição de que trata o artigo 3º deste Decreto-lei.

Art. 2º A contribuição instituída no "caput" do artigo 6º da Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, é reduzida para 2,5% (dois e meio por cento), a partir de 1º de janeiro de 1971, sendo devida sobre a soma da folha mensal dos salários de contribuição previdenciária dos seus empregados pelas pessoas naturais e jurídicas, inclusive cooperativa, que exerçam as atividades abaixo enumeradas:

I — Indústria de cana-de-açúcar;

II — Indústria de laticínios;

III — Indústria de beneficiamento de chá e de mate;

IV — Indústria da uva;

V — Indústria de extração e beneficiamento de fibras vegetais e de descaroçamento de algodão;

VI — Indústria de beneficiamento de cereais;

VII — Indústria de beneficiamento de café;

VIII — Indústria de extração de madeira para serraria, de resina, lenha e carvão vegetal;

IX — Matadouros ou abatedouros de animais de quaisquer espécies e charqueadas.

§ 1º Os contribuintes de que trata este artigo estão dispensados das contribuições para os Serviços Sociais da Indústria (SESI) ou do Comércio (SESC) e Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou do Comércio (SENAC), estabelecidas na respectiva legislação.

§ 2º As pessoas naturais ou jurídicas cujas atividades, previstas no artigo 6º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, não foram incluídas neste artigo, estão sujeitas a partir de 1º de janeiro de 1971, às contribuições para as entidades referidas no parágrafo anterior, na forma da respectiva legislação.

§ 3º Ficam isentos das obrigações referidas neste artigo as indústrias caseiras, o artesanato, bem como as pequenas instalações rurais de transformação ou beneficiamento de produtos do próprio dono e cujo valor não exceder de oitenta salários-mínimos regionais mensais.

Art. 3º É mantido o adicional de 0,4% (quatro décimos por cento) à contribuição previdenciária das empresas, instituído no § 4º do artigo 6º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, com a modificação do artigo 35, § 2º, item VIII, da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 4º Cabe ao Instituto Nacional de Previdência Social — I.N.P.S. — arrecadar as contribuições de que tratam os artigos 2º e 3º deste Decreto-Lei, nos termos do artigo 35 da Lei 4.863, de 29 de novembro de 1965, com as modificações da legislação posterior.

§ 1º Pela prestação dos serviços de que trata este artigo, o Instituto Nacional de Previdência Social será retribuído com percentagem calculada sobre o custo real do serviço.

§ 2º A arrecadação da contribuição prevista no artigo 2º deste Decreto-Lei, relativa aos meses anteriores a dezembro de 1970, inclusive, remanesce com o INCRA.

Art. 5º É mantida a contribuição de 1% (um por cento), instituída no artigo 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, com a alteração do artigo 3º do Decreto-Lei número 58, de 21 de novembro de 1966, sendo devida apenas pelos exercen-

tes de atividades rurais em imóvel sujeito ao Imposto Territorial Rural.

§ 1º A contribuição é calculada na base de 1% (um por cento) do salário-mínimo regional anual para cada módulo, atribuído ao respectivo imóvel rural de conformidade com o inciso III do artigo 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º A contribuição é lançada e arrecadada conjuntamente com o Imposto Territorial Rural, pelo INCRA que baixará as normas necessárias de execução.

§ 3º São isentos da contribuição os proprietários de imóveis rurais:

a) de área igual ou inferior a um (1) módulo;

b) e os classificados pelo INCRA como empresa rural, nos termos do artigo 4º, item VI, da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 4º A contribuição paga pelo proprietário de imóvel rural, que tiver contrato de arrendamento ou de parceria, poderá ser por ele considerada como seu crédito no respectivo contrato.

§ 5º Os contribuintes nas condições do artigo 1º da Lei nº 5.360, de 23 de novembro de 1967, continuam gozando das deduções aí previstas dentro dos prazos estabelecidos de conformidade com a mesma Lei.

Art. 6º O INCRA fica autorizado a cancelar os levantamentos e as inscrições de débitos resultantes da contribuição instituída no artigo 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, quando em desacordo com as normas do artigo 5º deste Decreto-Lei.

Art. 7º O INCRA promoverá durante o exercício de 1971, a restituição dos créditos originários de contribuições extintas pela Lei número 5.097, de 2 de setembro de 1966 mediante a apresentação aos seus órgãos regionais das respectivas notas

de crédito, expedidas pelo extinto INDA.

Art. 8º Das decisões administrativas relativas à contribuição de que trata o art. 5º deste Decreto-Lei, caberá recurso ao Terceiro Conselho de Contribuintes em requerimento protocolado, no prazo de trinta dias, nas repartições regionais, estaduais ou locais do INCRA, onde foi proferida a decisão.

Art. 9º Dentro do critério de enquadramento de contribuintes previsto no artigo 2º deste Decreto-Lei, o INCRA fica autorizado a transigir com as entidades referidas no seu § 1º, pondo termo aos processos administrativos e judiciais decorrentes da interpretação do "caput" do artigo 6º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, desde que apurado o recolhimento da contribuição a alguma das entidades em causa.

Art. 10. Nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, são extensivas às contribuições de que trata este Decreto-Lei, no que couber, as disposições do artigo 7º e parágrafo da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e dos artigos 15 e parágrafos, 16 e 17 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, na forma vigente.

Art. 11. São revogados os artigos 6º e 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, e o artigo 3º do Decreto-Lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, ressalvados seus efeitos mantidos nos termos deste Decreto-Lei.

Art. 12. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de dezembro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

L. F. Cirne Lima

Júlio Barata

III — DECRETOS-LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.121, de 31 de agosto de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.121, de 1970, que “dispõe sobre os vencimentos básicos dos cargos de direção das Universidades Federais, das Unidades Universitárias e de Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior mantidos pela União”.

Senado Federal, 1 de outubro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60-A, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.121, de 31 de agosto de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.121, de 1970, que “dispõe sobre os vencimentos básicos dos cargos de direção das Universidades Federais, das Unidades Universitárias e de Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior mantido pela União”.

Senado Federal, em 1º de outubro de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.122, de 1 de setembro de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.122, de 1º de setembro de 1970, que “concede isenção de impostos incidentes sobre bens importados pela Companhia Vale do Rio Doce”.

Senado Federal, 1 de outubro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.120, de 14 de agosto de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.120, de 14 de agosto de 1970, que autoriza o Ministro dos Transportes a tomar providências necessárias à regularização de débitos da União para com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Senado Federal, 1 de outubro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.119, de 11 de agosto de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.119, de 11 de agosto de 1970, que isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, os aparelhos tipo Pacemaker.

Senado Federal, 1 de outubro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.123, de 3 de setembro de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.123, de 3 de setembro de 1970, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, relativamente à bagagem de passageiros procedentes do Exterior, revoga o artigo 1º do Decreto-lei nº 416, de 10 de fevereiro de 1969, e o Decreto-lei nº 850, de 10 de setembro de 1969.

Senado Federal, 2 de outubro de 1970

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970, que permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive.

Senado Federal, 2 de outubro de 1970

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.125, de 17 de setembro de 1970

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.125, de 17 de setembro de 1970, que "fixa recursos para a implantação do Programa de Integração Social".

Senado Federal, 2 de outubro de 1970

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 44, inciso I, da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 1970

Aprova o texto do Protocolo Modificativo do Tratado de Montevideu, assinado em Caracas, a 12 de dezembro de 1969

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo Modificativo do Tratado de Montevideu, assinado em Caracas, a 12 de dezembro de 1969.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de outubro de 1970

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 44, inciso I, da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 1970

Aprova o texto do Acôrdo de Previdência Social entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Espanha, assinado em Brasília, a 25 de abril de 1969.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo de Previdência Social entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Espanha, assinado em Brasília, a 25 de abril de 1969.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de outubro de 1970

WILSON GONÇALVES

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O texto do Acôrdo acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II) de 6-10-70.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 44, item I, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1970

Aprova o texto do Acôrdo Cultural firmado em Bonn, a 9 de junho de 1969, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo Cultural firmado em Bonn, a 9 de junho de 1969, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1970.

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição e eu João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1970

Aprova o texto do Acôrdo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador, firmado em Quito, a 11 de junho de 1970.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador, firmado em Quito, a 11 de junho de 1970.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.126, de 2 de outubro de 1970, que fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino médio federal e dá outras providências.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.126, de 2 de outubro de 1970, que fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino médio federal e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.127, de 12 de outubro de 1970

Artigo Único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.127, de 12 de outubro de 1970, que autoriza a instituição de regime especial de trabalho e de retribuição para servidores civis do Poder Executivo destacados para o desempenho de atividades compreendidas na primeira etapa do Programa de Integração Nacional."

Senado Federal, 27 de novembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.128, de 18 de outubro de 1970

Artigo Único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.128, de 13 de outubro de 1970, que autoriza o parcelamento de débitos decorrentes dos lançamentos do Imposto Territorial Rural e das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INGRA) e dá outras providências

Senado Federal, 28 de novembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.129, de 13 de outubro de 1970

Artigo Único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.129, de 13 de outubro de 1970, que "altera o § 1º do art. 74 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960."

Senado Federal, 28 de novembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.130, de 19 de outubro de 1970

Artigo Único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.130, de 19 de outubro de 1970, que "altera a estrutura do Grupo Ocupacional CT-100 — Aeroviário, do Serviço Público Federal, e dá outras providências."

Senado Federal, 28 de novembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso VII, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1970

Dá nova redação ao "caput" do art. 1º do Decreto Legislativo nº 41, de 14 de julho de 1970, que fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República para o período que vai de 15 de março de 1970 a 15 de março de 1974.

Art. 1º O "caput" do art. 1º do Decreto Legislativo nº 41, de 14 de julho de 1970, que fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da

República para o período que vai de 15 de março de 1970 a 15 de março de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É fixado o subsídio do Presidente da República, na legislatura a se iniciar em 1 de fevereiro de 1971, em Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) mensais."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de novembro de 1970

JOÃO CLEOFAS

Presidente do Senado Federal

IV — LEIS

LEI Nº 5.611 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1970

Autoriza a doação de imóvel que menciona, situado na cidade de Quixeramobim, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.) autorizado a doar ao Estado do Ceará, mediante escritura, o prédio, de sua propriedade, onde funciona o Hospital Regional de Quixeramobim, situado na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, com todos os seus pertences, inclusive o terreno onde se acha construído, numa área de 31.425,48 m2 (trinta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco metros e quarenta e oito centímetros quadrados).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
José Costa Cavalcanti

LEI Nº 5.612 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1970

Dispõe sobre a opção dos servidores federais em exercício na Junta Comercial do Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os servidores do Ministério da Indústria e do Comércio postos à

disposição do Governo do Estado da Guanabara, para terem exercício na respectiva Junta Comercial, nos termos do Convênio assinado entre o Governo Federal e o Governo daquele Estado, poderão optar pela integração no serviço público estadual no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei, em requerimento dirigido ao Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. Findo o prazo previsto neste artigo, o Ministério da Indústria e do Comércio encaminhará ao Governo do Estado da Guanabara relação aos optantes, para os fins estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º A opção é irreversível, e o servidor, a partir da data em que a exercer, passará a integrar definitivamente os quadros de pessoal do Estado da Guanabara.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI Nº 5.613 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1970

Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a doar o Hospital Henrique Lage ao Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É a Comissão do Plano do Carvão Nacional autorizada a doar o

Hospital Henrique Lage, de propriedade da União Federal, à Prefeitura Municipal de Lauric Müller, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A doação a que se refere este artigo será feita através de convênio a ser celebrado entre a Comissão do Plano do Carvão Nacional e a Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º O convênio disporá sobre a transferência para o domínio da Prefeitura de todos os bens móveis e imóveis e, ainda, dos direitos adquiridos e obrigações assumidas.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

LEI Nº 5.614 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1970

Dispõe sobre o Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.) passará a ser regido por ato do Ministro da Fazenda, dispondo sobre:

I — quem está sujeito à inscrição;
II — prazos, condições, forma e exigência para o processamento das inscrições e atualização dos elementos cadastrais;

III — quem está obrigado a comunicar à repartição fazendária fato que interesse à atualização do Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

IV — processo e julgamento das infrações, inclusive determinação de pena aplicável, observado o disposto no art. 3º;

V — qualquer outro assunto vinculado ao funcionamento do Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.).

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda poderá, permanentemente, regular os assuntos referidos neste artigo.

Art. 2º O Registro de Comércio e baixas nas Juntas Comerciais somente poderão ser feitos mediante comprovação de inscrição ou baixa no Cadastro Geral de Contribuintes ... (C.G.C.).

Art. 3º A ação ou omissão contrária às normas reguladoras do Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) sujeitará o infrator a:

I — multa de duas a dez vezes o salário-mínimo regional vigente na época da prática da falta, mais em dobro nos casos de reincidência específica;

II — perda de vantagens fiscais ou orçamentárias;

III — impedimento de participação em concorrência pública;

IV — impedimento de transacionar com estabelecimentos bancários.

Art. 4º Sem prejuízo das sanções previstas no artigo anterior, o Ministro da Fazenda poderá ordenar a interdição de estabelecimento não inscrito no prazo regular.

Parágrafo único. A inscrição de estabelecimento no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.) levantará a interdição.

Art. 5º O Ministro da Fazenda poderá delegar ao Secretário da Receita Federal as atribuições que lhe são conferidas nesta lei.

Art. 6º As disposições da Lei ... nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, relativas ao Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.), e o regulamento aprovado pelo Decreto nº 57.307 de 23 de novembro de 1965, ficarão revogados por esta lei, a partir da data da publicação do ato ministerial referido no art. 1º.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

**LEI Nº 5.615 — DE 13 DE OUTUBRO
DE 1970**

Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), criado pela Lei nº 4.516, de 1 de dezembro de 1964, empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, tem por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, através de computação eletrônica ou eletromecânica, e a prestação de assistência no campo de sua especialidade.

Art. 2º O SERPRO executará prioritariamente, com exclusividade, todos os serviços necessários aos órgãos do Ministério da Fazenda, relacionados com as atividades de sua especialização, podendo aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser convencionados com outros órgãos da administração federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Quando justificado pelo volume e continuidade dos serviços, poderão ser criadas unidades autônomas, subsidiárias do SERPRO e vinculadas aos órgãos da administração pública usuários daqueles serviços.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Art. 4º O capital do SERPRO é de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), subscrito integralmente pela União.

Parágrafo único. Para constituição do capital do SERPRO a União disporá dos valores e recursos seguintes:

I — recursos do crédito especial aberto pelo Decreto nº 55.903, de 8 de abril de 1965, após a dedução do valor dos bens e direitos transferidos ao SERPRO na forma do artigo 4º da Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964;

II — valor dos bens e direitos referidos no item anterior;

III — recursos constantes do Orçamento da União aprovado pelo Decre-

to-lei nº 727, de 1 de agosto de 1969;

IV — valores a serem transferidos na forma dos itens I e II do artigo 5º da Lei nº 4.516, de 1 de dezembro de 1964.

Art. 5º O capital do SERPRO poderá ser aumentado:

I — pela incorporação dos valores constantes do fundo de reserva a que se refere o artigo 12;

II — mediante reavaliação anual do ativo;

III — com o valor dos créditos orçamentários ou extraorçamentários destinados pela União a este fim.

§ 1º O valor de bens doados ao SERPRO será levado ao fundo de reserva a que se refere o artigo 12.

§ 2º O Poder Executivo fica autorizado a efetivar o aumento do capital da empresa, na conformidade deste artigo.

Art. 6º Constituem a Administração básica do SERPRO:

I — Conselho Diretor;

II — Diretor-Presidente;

III — Diretor-Superintendente.

Parágrafo único. O estruturação, as atribuições e o funcionamento da Administração básica do SERPRO serão estabelecidos por decreto do Presidente da República.

Art. 7º O pessoal do SERPRO será regido pela legislação trabalhista e terá salário fixado nas condições do mercado de trabalho.

§ 1º O recrutamento do pessoal para a Empresa se fará mediante provas de seleção ou títulos.

§ 2º O SERPRO poderá requisitar servidor da Administração Direta ou Indireta para função técnica relacionada com atividade que desenvolver.

§ 3º Ao servidor requisitado será dado tratamento idêntico ao dispensado pelo SERPRO a seus empregados, inclusive quanto a remuneração e prêmios de produtividade.

Art. 8º Os administradores e empregados do SERPRO, bem como os servidores públicos com exercício na Empresa, são obrigados a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados.

Parágrafo único. Sem prejuízo ao que determina a lei civil ou criminal, a violação do sigilo constituirá:

a) falta grave para os efeitos da legislação do trabalho;

b) fato que sujeitará o servidor público às penas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União;

c) motivo para destituição de ocupantes de cargos de direção, chefia ou de membro do Conselho-Diretor.

Art. 9º Os créditos orçamentários ou adicionais destinados ao custeio dos serviços a serem executados pela Empresa serão automaticamente registrados e os respectivos valores creditados no Banco do Brasil S. A., em conta especial, movimentável exclusivamente pelo SERPRO.

§ 1º Os saques serão feitos mediante emissão de cheques assinados em conjunto pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor-Superintendente.

§ 2º O Diretor-Presidente, quando autorizado pelo Conselho-Diretor, poderá delegar poderes a titulares de cargos de direção ou chefia para movimentação de fundos, podendo constituir mandatários por prazo certo, para o mesmo fim.

Art. 10. Os órgãos, que convencionarem e ajustarem serviços com o SERPRO, deverão indicar na sua programação financeira os recursos destinados ao respectivo custeio.

Parágrafo único. O não recebimento, pelo SERPRO, dos recursos destinados ao custeio dos serviços que realizar, desobrigará a Empresa de prosseguir na execução das tarefas convencionadas ou ajustadas.

Art. 11. O exercício financeiro do SERPRO será contado de 1 de julho a 30 de junho do ano seguinte.

Art. 12. O SERPRO realizará seu balanço-geral no dia 30 de junho de cada exercício e o lucro líquido apurado, após a dedução dos valores correspondentes aos diversos fundos e provisões, bem como do prêmio de produtividade a ser distribuído entre

o pessoal da Empresa, excluída a Administração Superior, constituirá fundo de reserva destinado a atender a aumento de capital da Empresa.

§ 1º O prêmio de produtividade será fixado pelo Conselho-Diretor no final de cada exercício.

§ 2º Até 30 (trinta) de setembro de cada ano, o SERPRO enviará, ao Tribunal de Contas, suas contas relativas ao exercício anterior, acompanhadas do relatório de atividades.

Art. 13. Através de ajuste com os órgãos do Ministério da Fazenda, o SERPRO oferecerá assistência necessária à adaptação dos métodos e sistemas adotados pela administração fazendária ao processamento de informações.

Art. 14. No que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, o SERPRO goza de isenção de impostos federais.

Art. 15. O SERPRO, através do Conselho-Diretor, submeterá à aprovação do Ministro da Fazenda as operações de financiamento, crédito ou empréstimo que pretenda realizar no País ou no Exterior.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 4.518, de 1 de dezembro de 1964 e demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.618 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1970

Dá a denominação de "Rodovia Manoel da Costa Lima" a trechos de rodovias que indica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os trechos de Pôrto XV a Rio Brilhante e de Rio Brilhante a Campo Grande, respectivamente da BR-267 e da BR-165, passam a denominar-se "Rodovia Manoel da Costa Lima".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.617 — DE 15 DE OUTUBRO
DE 1970

Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial — CNPS, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Nacional de Política Salarial, órgão de assessoria do Poder Executivo na formulação e execução de sua política salarial, é composto: dos Ministros de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, da Fazenda, da Indústria e do Comércio e do Planejamento e Coordenação Geral e de dois representantes dos empregados e dois dos empregadores.

§ 1º A Presidência do Conselho será exercida pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social e, na sua ausência, pelo Ministro-Conselheiro mais antigo.

§ 2º Os Ministros-Conselheiros poderão designar representantes para, em seus impedimentos eventuais, substituí-los nas reuniões do Conselho. Os representantes classistas terão suplentes, com eles nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º Os representantes classistas, efetivos e suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão nomeados pelo Presidente da República dentre os componentes de listas triplices organizadas pelas respectivas confederações.

Art. 2º Quando a matéria em exame assim o justificar, serão chamados a participar das reuniões do CNPS, com direito a voto os Ministros de Estado sob cuja jurisdição se encontram os órgãos ou empresas a que a mesma possa diretamente interessar.

Art. 3º Compete ao Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS):

a) assessorar o Poder Executivo na formulação de sua política salarial;

b) pronunciar-se sobre quaisquer reajustamentos, revisões ou acordos de caráter coletivo, nas empresas privadas, subvencionadas pela União ou concessionárias de serviço público federal, nas entidades governamentais cujo regime de remuneração de pessoal não obedeça integralmente ao disposto na Lei número 3.780, de 12

de julho de 1960, bem como nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista de que a União Federal ou qualquer de suas autarquias detenha a maioria do capital social;

c) pronunciar-se sobre a fixação ou revisão dos níveis mínimos ou básicos de salário.

Art. 4º O Conselho Nacional de Política Salarial terá uma Secretaria Executiva, com a finalidade de estudar as matérias a serem submetidas ao Conselho, emitindo sobre as mesmas parecer conclusivo.

§ 1º O Diretor do Departamento Nacional de Salário exercerá as funções de Secretário Executivo do órgão.

§ 2º A Secretaria Executiva contará com uma Assessoria Técnica de nível adequado à execução de seus encargos.

§ 3º A Secretaria Executiva promoverá, periodicamente, a publicação de estudos e pesquisas sobre o problema salarial, com a finalidade, inclusive, de fornecer subsídios à solução das questões dessa natureza entre empregados e empregadores.

§ 4º O Ministério do Trabalho e Previdência Social providenciará o pessoal, instalações e meios necessários ao funcionamento do Conselho e sua Secretaria Executiva.

§ 5º O Presidente do Conselho poderá requisitar, diretamente, aos Ministérios, Autarquias federais e Sociedades de economia mista sob a jurisdição do Governo Federal, o pessoal técnico e administrativo estritamente necessário para servir na Secretaria Executiva, sem prejuízo dos direitos e vantagens nas repartições de origem.

Art. 5º As despesas de funcionamento do Conselho Nacional de Política Salarial e de sua Secretaria Executiva serão atendidas pelo Fundo de Custeio criado pelo art. 11 e parágrafo único do Decreto nº 54.018, de 14 de julho de 1964, e constituído de quotas de contribuição das sociedades de economia mista sob jurisdição do Governo Federal, a serem fixadas anualmente pelo Conselho.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão depositados no Banco do Brasil S.A., em conta própria, à disposição do Conselho Nacional de Política Salarial, sujeitos à prestação de contas na forma da legislação vigente.

Art. 6º As reuniões do Conselho Nacional de Política Salarial serão convocadas por iniciativa de seu Presidente ou mediante solicitação de qualquer de seus membros.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Júlio Barata

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.618 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1970

Concede isenção de impostos aos aviões agrícolas importados e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados aos aviões agrícolas suas partes, peças e demais materiais de manutenção e reparo, sem similar nacional, importados por empresas e particulares, mediante prévia aprovação do Ministério da Agricultura, para serem utilizados nas tarefas de pulverização, fumigação, semeadura e fertilização do solo.

Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se às importações realizadas anteriormente à vigência desta lei e desembaraçadas mediante termo de responsabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

L. F. Cirne Lima

LEI Nº 5.619 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1970

Dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Senado Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, adotam-se as seguintes conceituações:

1) Comandante — é o título genérico correspondente ao de diretor, chefe ou outra denominação que tenha ou venha a ter aquele que, investido de autoridade decorrente de leis e regulamentos, fôr responsável pela administração, instrução e disciplina de uma organização policial militar;

2) Missão, Tarefa ou Atividade — é o dever emergente de uma ordem específica de comando, direção ou chefia;

3) Organização Policial Militar — é a denominação genérica dada a corpo de tropa, repartição, estabelecimento ou a qualquer outra unidade administrativa da Polícia Militar do Distrito Federal;

4) Corporação — é a denominação dada, nesta Lei, à Polícia Militar do Distrito Federal;

5) Sede — no País — é todo o território do Distrito Federal;

6) Sede — no Exterior — é todo território situado em país estrangeiro, no qual o policial militar desempenha as atribuições, missões, tarefas ou atividades inerentes ao cargo, comissão, função ou encargo que lhe foi cometido;

7) Serviço Ativo — é a situação do policial militar da Polícia Militar do Distrito Federal capacitado legalmente para o exercício de cargo, comissão, função ou encargo;

8) Cargo, Função ou Comissão — é o conjunto de atribuições definidas por lei, regulamento ou ato do Governo do Distrito Federal e cometidas, em caráter permanente ou não, ao policial militar;

9) Encargo — é a missão ou atribuição de serviço cometida a um policial militar.

TÍTULO II

Do Policial Militar em Atividade

CAPÍTULO I

Dos Vencimentos

Art. 3º Vencimentos são o quantitativo mensal em dinheiro devido ao policial militar em serviço ativo e compreendem o sôldo e as gratificações.

CAPÍTULO II

Do Sôldo

Art. 4º Sôldo é a parte básica dos vencimentos inerentes ao oficial ou praça policial militar da ativa.

Parágrafo único. O sôldo do policial militar é irredutível, não está sujeito a penhora, seqüestro ou arresto, senão nos casos especificamente previstos em lei.

Art. 5º O direito do policial militar ao sôldo tem início na data:

- 1) do ato de promoção, para os oficiais PM;
- 2) do ato de declaração, para o aspirante-a-oficial PM;
- 3) do ato de promoção, para o subtenente PM;
- 4) do ato de promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças PM;
- 5) do ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal, para os voluntários;
- 6) da apresentação, quando da nomeação inicial para qualquer posto ou graduação na Polícia Militar do Distrito Federal;
- 7) do ato da matrícula, para os alunos das Escolas de Formação de Oficiais PM.

Parágrafo único. Excetuam-se das condições deste artigo os casos com caráter retroativo, quando o sôldo será devido a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

Art. 6º Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar ao sôldo quando:

- 1) agregado para tratar de interesse particular;
- 2) em licença para exercer atividades ou função estranha à polícia Militar do Distrito Federal;
- 3) estiver em efetivo exercício de cargo público civil, temporário e não eletivo, ou em autarquia, empresa

pública ou sociedade de economia mista, respeitado o direito de opção;

4) em licença para o exercício de atividade técnica de sua especialidade em organização civil;

5) em estado de deserção.

Art. 7º O direito ao sôldo cessa na data em que o policial militar fôr desligado do serviço ativo da Polícia Militar do Distrito Federal por:

- 1) baixa do serviço ativo ou demissão voluntária;
- 2) exclusão, expulsão ou perda do posto ou graduação;
- 3) transferência para a reserva ou reforma;
- 4) óbito.

Art. 8º O policial militar, considerado desaparecido ou extraviado em caso de calamidade pública ou no desempenho de qualquer serviço ou manobra, terá o sôldo pago aos herdeiros que teriam direito a sua pensão militar.

§ 1º No caso previsto neste artigo, decorridos 6 (seis) meses, far-se-á habilitação dos herdeiros na forma da lei, cessando o pagamento do sôldo.

§ 2º Verificando-se o reaparecimento do policial militar, e apuradas as causas do seu afastamento, caber-lhe-á, se fôr o caso, o pagamento da diferença entre o sôldo, a que faria jus se tivesse permanecido em serviço, e a pensão recebida pelos herdeiros.

Art. 9º O policial militar no exercício de cargo, comissão ou função, cujo desempenho seja privativo de posto ou graduação superior ao seu, percebe o sôldo desse posto ou graduação.

§ 1º Quando, na substituição prevista neste artigo, o cargo, comissão ou função fôr atribuição de mais de um posto ou graduação, ao substituto cabe o sôldo correspondente ao menor deles.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, prevalecem os postos e graduações, correspondentes aos cargos, comissões ou funções, estabelecidos em lei, regulamento, regimento interno, quadro de organização e distribuição de efetivo ou lotação, nesta ordem.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às substituições, por motivos de férias, gala, nojo e outras dispensas até 30 (trinta) dias.

Art. 10. O policial militar perceberá o sôldo de seu posto ou graduação quando exercer o cargo, comissão ou função atribuídos, indistintamente,

a 2 (dois) ou mais postos ou graduações e possuir qualquer destes.

Art. 11. O policial militar continuará com direito ao seu sôldo em todos os casos não previstos nos artigos 6º e 7º desta Lei.

CAPÍTULO III

Das Gratificações

Art. 12. Gratificações são as partes dos vencimentos atribuídos ao policial militar como estímulo por atividades profissionais e condições de desempenho peculiares, bem como pelo tempo de permanência em serviço.

Art. 13. O policial militar, pelo efetivo exercício de suas funções, fará jus às gratificações seguintes:

- 1) Gratificação de tempo de serviço;
- 2) Gratificação de função policial militar.

Art. 14. Suspende-se o pagamento das gratificações, ao policial militar:

- 1) nos casos previstos no art. 6º desta Lei;

- 2) no cumprimento de pena igual ou menor de 2 (dois) anos, decorrente de sentença transitada em julgado;

- 3) em licença, por período superior a 6 (seis) meses, para tratamento de saúde de dependente;

- 4) em licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, ou realizar estudos, por conta própria;

- 5) que tiver excedido os prazos legais ou regulamentares de afastamento do serviço;

- 6) afastado das funções por incompatibilidade profissional ou moral, nos termos das leis e regulamentos vigentes;

- 7) no período de ausência não justificada.

Art. 15. O direito às gratificações cessa nos casos do art. 7º desta Lei.

Art. 16. O policial militar que, por sentença passada em julgado, fôr declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, terá direito às gratificações que deixou de receber no período em que esteve afastado do serviço, à disposição da Justiça.

Parágrafo único. Do indulto, perdão ou livramento condicional, não decorre direito do policial militar a qualquer remuneração a que tenha deixado de fazer jus por força de dispositivo desta Lei ou de legislação específica.

Art. 17. Aplica-se ao policial militar desaparecido ou extraviado, quanto às gratificações, o previsto no art. 8º e seus parágrafos.

Art. 18. Para os fins de concessão das gratificações, tomar-se-á por base o valor do sôldo de oficial ou praça, que efetivamente perceba o policial militar, ressalvado o caso previsto no art. 9º, quando será considerado o valor do sôldo do posto ou graduação correspondente ao cargo, comissão ou função eventualmente desempenhados.

SEÇÃO I

Da Gratificação de Tempo de Serviço

Art. 19. A gratificação de tempo de serviço é devida ao policial militar por quinquênio de efetivo serviço prestado.

Art. 20. Ao completar cada quinquênio de efetivo serviço, o policial militar percebe a Gratificação de Tempo de Serviço, cujo valor é de tantas cotas de 5% (cinco por cento) do respectivo sôldo quantos forem os quinquênios de efetivo serviço.

Parágrafo único. O direito à gratificação começa no dia seguinte em que o policial militar completar cada quinquênio, computado na forma da legislação vigente e reconhecido mediante publicação em boletim do órgão de pessoal ou da organização policial militar.

SEÇÃO II

Da Gratificação de Função Policial Militar

Art. 21. A Gratificação de Função é atribuída ao policial militar pelo efetivo desempenho de atividades específicas de sua organização, na forma do estabelecido nesta Seção.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo é classificada em duas categorias: I e II.

Art. 22. A Gratificação de Função — Categoria I — é devida ao policial militar pelos cursos realizados com aproveitamento em qualquer posto ou graduação, com os percentuais a seguir fixados:

- 1) 25% (vinte e cinco por cento): Cursos — Superior de Polícia;
- 2) 20% (vinte por cento): Cursos — De Aperfeiçoamento;
- 3) 15% (quinze por cento): Cursos — De Especialização de Oficiais e Sargentos ou equivalentes;

4) 10% (dez por cento): Cursos — De Formação de Oficiais e Sargentos ou de Especialização de Praças de graduação inferior a 3º Sargento.

§ 1º A equivalência dos Cursos referidos neste artigo será estabelecida pelas Normas de Equivalência de Cursos baixadas às Polícias Militares pelo Estado-Maior do Exército através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares.

§ 2º Ao policial militar que possuir mais de um curso somente será atribuída a gratificação de maior valor.

§ 3º A gratificação estabelecida neste artigo é devida a partir da data de conclusão do respectivo curso.

Art. 23. A Gratificação de Função — Categoria II — é devida ao policial militar, no exercício de funções, em uma das situações definidas nos artigos 24, 25 e 26 desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo compreende três tipos: 1, 2 e 3.

§ 2º Ao policial militar que se enquadra simultaneamente, em mais de uma das situações referidas nos artigos 24, 25 e 26, somente é atribuído o tipo de gratificação de maior valor percentual.

Art. 24. A Gratificação de Função — Categoria II, tipo 1 — é devida ao oficial PM possuidor do Curso Superior de Polícia e em efetivo desempenho de sua função específica.

Parágrafo único. O Governo do Distrito Federal estabelecerá quais as funções a que se refere este artigo.

Art. 25. A Gratificação de Função — Categoria II, tipo 2 — é devida ao policial militar em função em unidade de tropa.

Parágrafo único. Percebe também esta gratificação o policial militar em função de ensino ou instrução em estabelecimento de ensino ou de instrução policiais militares.

Art. 26. A Gratificação de Função — Categoria II, tipo 3 — é devida ao militar em efetivo desempenho de funções policiais militares não enquadradas nos arts. 24 e 25 desta Lei.

Art. 27. Os valores percentuais das gratificações referidas nos arts. 24, 25 e 26 serão fixados ou reajustados, por Decreto do Governo do Distrito Federal, observado o disposto no artigo 24 do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

TÍTULO III

Das Indenizações

Art. 28. Indenização é o quantitativo em dinheiro devido ao policial

militar para ressarcimento de despesas decorrentes de obrigações impostas para o exercício de cargo, comissão, função, encargo ou missão.

Parágrafo único. As indenizações compreendem:

- a) diárias;
- b) ajuda de custo;
- c) transporte;
- d) moradia.

Art. 29. Para fins de cálculos das indenizações, tomar-se-á por base o valor do soldo que o policial militar percebe na forma do art. 18.

CAPÍTULO I

Das Diárias

Art. 30. Diárias são indenizações destinadas a atender às despesas extraordinárias de alimentação e de pousada e são devidas ao policial militar durante seu afastamento da organização militar a que pertence, por motivo de serviço.

§ 1º As diárias compreendem a Diária de Alimentação e a Diária de Pousada.

§ 2º A Diária de Alimentação é devida, inclusive, nos dias de partida e de chegada.

Art. 31. O valor da Diária de Alimentação é igual a um dia de soldo:

- 1) de Coronel PM, para os Oficiais Superiores;
- 2) de Capitão PM, para os Capitães, Oficiais Subalternos e Aspirantes-a-Oficial;
- 3) de Subtenente PM, para Subtenentes, Sargentos e alunos das Escolas de Formação de Oficiais;
- 4) de Cabo PM, para Cabos e Soldados.

Art. 32. O valor da Diária de Pousada é igual ao valor atribuído à Diária de Alimentação.

Art. 33. Compete ao Comandante da Organização Policial Militar providenciar o pagamento das Diárias a que fizer jus o policial militar e, sempre que for julgado necessário, poderá concedê-las adiantadamente para ajuste de contas quando do pagamento dos vencimentos que se verificar após o regresso à organização policial militar, condicionando-se o adiantamento à existência de meios e à reserva dos recursos orçamentários próprios nos órgãos competentes.

Art. 34. Não serão atribuídas diárias ao policial militar:

1) nos dias de viagem, quando no custo da passagem estiverem compreendidos a alimentação e o alojamento ou o pagamento das despesas correr por conta da Corporação;

2) durante o afastamento da organização policial militar por menos de 8 (oito) horas consecutivas;

3) cumulativamente com a ajuda de custo, exceto nos dias de viagens por qualquer meio de transporte, quando a alimentação ou a pousada ou ambas, não estejam compreendidas no custo das passagens;

4) quando as despesas com alimentação e alojamento forem asseguradas pela Corporação.

Art. 35. Ao policial militar em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas, estende-se a diária prevista no art. 31 desta Lei, desde que sua organização, ou outra nas proximidades do local do serviço não lhe possa fornecer alimentação.

Parágrafo único. O policial militar, nos dias em que permanecer em serviço nas condições deste artigo, por prazo igual ou superior a 8 (oito) horas consecutivas, mas inferior a 24 (vinte e quatro) horas, faz jus à metade da diária de alimentação.

Art. 36. No caso de falecimento do policial militar, seus herdeiros não restituirão as diárias que ele haja recebido adiantadamente, segundo o art. 33 desta Lei.

Art. 37. O policial militar que receber diárias, quando em deslocamento ou em serviço, fora do Distrito Federal, indenizará a organização em que se alojar ou se alimentar, de acordo com as normas em vigor nessa organização.

CAPÍTULO II

Da Ajuda de Custo

Art. 38. Ajuda de Custo é a indenização para custeio de despesas de viagem, mudança e instalação, exceto as de transporte paga ao policial militar, quando, por interesse do serviço, for nomeado, designado, matriculado em Escola, Centro de Instrução ou Curso, fora do Distrito Federal.

Parágrafo único. A indenização de que trata este artigo será paga adiantadamente.

Art. 39. O policial militar terá direito à Ajuda de Custo sempre que for designado para comissão cujo desempenho importe na obrigação da mudança de domicílio, concomitantemente com seu afastamento da sede da Corporação, onde exercia suas atribuições, missões, tarefas ou atividades policiais militares, obedecidas as prescrições do art. 40.

Art. 40. A Ajuda de Custo devida ao policial militar será igual:

1) ao valor correspondente ao respectivo soldo quando não possuir dependentes;

2) a 2 (duas) vezes o valor do respectivo soldo quando possuir dependentes.

Art. 41. Não terá direito à Ajuda de Custo o policial militar:

1) movimentado por interesse próprio, operações de guerra ou de manutenção da ordem pública;

2) desligado de curso ou escola por falta de aproveitamento ou trancamento voluntário de matrícula, ainda que preencha os requisitos do art. 39 desta Lei.

Art. 42. Restituirá ajuda de custo o policial militar que a houver recebido, nas formas e circunstâncias abaixo:

1) integralmente e de uma só vez, quando deixar de seguir destino a seu pedido;

2) pela metade do valor recebido e de uma só vez, quando até 6 (seis) meses após ter seguido para a nova comissão, desta for, a pedido, dispensado, licenciado ou exonerado;

3) pela metade do valor, mediante desconto pela décima parte do soldo, quando não seguir para a nova comissão por motivo independente de sua vontade.

§ 1º Não se enquadra nas disposições do item 2 deste artigo a licença para tratamento da própria saúde.

§ 2º O policial militar que estiver sujeito a desconto para restituição de ajuda de custo, ao adquirir direito a nova, liquidará integralmente, no ato do recebimento desta, o débito anterior.

Art. 43. Na concessão da Ajuda de Custo, para efeito de cálculo de seu valor, determinação do exercício financeiro, estado civil e tabela em vigor, tomar-se-á como base a data do ajuste de contas.

Parágrafo único. Se o policial militar for promovido, contando anti-

guidade da data anterior à do pagamento da Ajuda de Custo, fará jus à diferença entre o valor dêste e daquele a que teria direito no pôsto ou graduação atingido pela promoção.

Art. 44. A Ajuda de Custo não será restituída pelo policial militar ou seus herdeiros quando:

1) após ter seguido destino, fôr mandado regressar;

2) ocorrer o falecimento do policial militar, mesmo antes de seguir destino.

CAPÍTULO III

Do Transporte

Art. 45. O policial militar, nas movimentações por interesse do serviço, tem direito a transporte, de domicílio a domicílio, por conta da Corporação, nêle compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem.

§ 1º Se as movimentações importarem na mudança da sede do policial militar com dependentes, a êstes se estendem os mesmos direitos dêste artigo.

§ 2º O policial militar com dependentes amparados por êste artigo terá ainda direito ao transporte de um empregado doméstico.

§ 3º Quando o transporte não fôr realizado por responsabilidade da Corporação, o policial militar será indenizado da quantia correspondente às despesas decorrentes dos direitos a que se refere êste artigo e seus §§ 1º e 2º.

§ 4º O policial militar da ativa terá direito ainda a transporte por conta da Corporação quando tiver de efetuar deslocamentos fora da sede da Corporação, nos seguintes casos:

a) deslocamento no interesse da Justiça ou da Disciplina;

b) concurso para ingresso em Escolas, Cursos ou Centros de Formação, Especialização, Aperfeiçoamento ou Atualização, de interesse da Corporação;

c) outros deslocamentos, em objeto de serviço, decorrentes do desempenho da função policial militar;

d) baixa em organização hospitalar ou alta desta, em virtude de prescrição médica competente.

Art. 46. Para efeito de concessão de transporte, consideram-se pessoas da família do policial militar, os seus dependentes na forma do disposto nos arts. 125 e 126, desta Lei.

§ 1º Os dependentes do policial militar, com direito ao transporte, por

conta do estado, que não puderem acompanhá-lo na mesma viagem, por qualquer motivo, poderão usar o direito a partir de 30 (trinta) dias até 9 (nove) meses após a movimentação do policial militar, desde que tenha sido feita por êste, sob sua responsabilidade, a necessária declaração à autoridade competente, para requisitar o transporte.

§ 2º A família do policial militar que falecer em serviço ativo, terá direito dentro de 6 (seis) meses após o óbito, ao transporte para a localidade, no território nacional, em que fixar residência.

Art. 47. O policial militar da ativa oriundo da Polícia Militar do antigo Distrito Federal quando transferido para a reserva remunerada ou reformado terá direito ao transporte para o Estado da Guanabara, desde que ali vá fixar residência, prescrevendo o direito após decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de publicação do ato oficial de transferência para a inatividade.

CAPÍTULO IV

Da Moradia

Art. 48. O policial militar em atividade faz jus a:

1) alojamento, em sua organização policial militar, quando aquartelado;

2) moradia, em imóvel sob responsabilidade da Corporação, de acôrdo com a disponibilidade existente;

3) indenização mensal, para moradia, quando não se encontrar na situação prevista no item 2, acima.

Art. 49. O valor da indenização para moradia é anualmente fixado por Decreto do Govêrno do Distrito Federal, levando em consideração os encargos de família.

§ 1º "Encargos de Família", para os fins previstos neste artigo, são os dependentes do policial militar na forma do disposto nos arts. 125 e 126 desta Lei.

§ 2º Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à indenização para moradia, enquanto se encontrar em uma das situações previstas no art. 6º.

Art. 50. Quando o policial militar ocupar imóvel sob responsabilidade da respectiva Corporação, o quantitativo correspondente à indenização para moradia será sacado pela organização policial militar competente e recolhido à Corporação para atender à conservação e construção de novas resi-

dências para o pessoal ou dependências para assistência social.

Art. 51. Quando o policial militar ocupar imóvel sob a responsabilidade de outro órgão, o quantitativo sacado na forma do artigo anterior terá o seguinte destino:

1) o correspondente ao aluguel, recolhido ao órgão responsável pelo imóvel;

2) o saldo, se houver, empregado na forma estabelecida no artigo anterior.

TÍTULO IV

Outros Direitos

CAPÍTULO I

Do Salário-Família

Art. 52. Salário-Família é o auxílio em dinheiro pago ao policial militar para custear, em parte, a educação e assistência a seus filhos e outros dependentes.

Parágrafo único. O Salário-Família é devido ao policial militar no valor e nas condições previstas na legislação específica.

Art. 53. O Salário-Família é isento de tributação e não sofre desconto de qualquer natureza.

CAPÍTULO II

Da Assistência Médico-Hospitalar

Art. 54. Será proporcionada ao policial militar e aos seus dependentes assistência médico-hospitalar através das organizações do Serviço de Saúde e de Assistência Social da Corporação.

Art. 55. Em princípio, a organização de saúde da Corporação destina-se a atender o pessoal da Polícia Militar e seus dependentes.

Parágrafo único. Em certos casos o policial militar poderá baixar à organização hospitalar de outra Corporação, desde que seja por esta facultada a internação.

Art. 56. A internação do policial militar em hospital ou clínica especializados, nacionais ou estrangeiros, estranhos aos serviços hospitalares da Corporação, será autorizada nos seguintes casos:

1) quando não houver organização hospitalar militar da Corporação;

2) em casos de urgência, quando a organização hospitalar da Corporação não possa atender;

3) quando a organização hospitalar da Corporação não dispuser de clínica especializada necessária.

Art. 57. O policial militar em serviço ativo terá hospitalização e tratamento custeados pelo Distrito Federal, quando acidentado em serviço ou acometido de doença adquirida em serviço ou dele decorrente.

§ 1º O policial militar da ativa não enquadrado neste artigo terá tratamento por conta do Distrito Federal, ressalvadas as indenizações mencionadas na respectiva regulamentação.

§ 2º A hospitalização para o policial militar da ativa será gratuita até 60 (sessenta) dias.

§ 3º O policial militar na inatividade remunerada terá tratamento por conta do Distrito Federal, ressalvadas as indenizações mencionadas na respectiva regulamentação.

Art. 58. A assistência médico-hospitalar ao policial militar da ativa ou da inatividade remunerada será prestada pelas organizações de saúde da Corporação, dentro das limitações dos recursos próprios colocados à disposição das mesmas.

Art. 59. A Corporação prestará assistência médico-hospitalar, através dos serviços especializados, aos dependentes dos policiais militares.

§ 1º Os recursos para assistência de que trata este artigo, provirão de verbas consignadas para a Corporação no orçamento do Distrito Federal e de contribuições estabelecidas na forma do disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º Fica estabelecida a contribuição de 3% (três por cento) do soldo do policial militar, para constituição do Fundo de Saúde.

§ 3º Para efeito de aplicação deste artigo, são considerados dependentes os definidos nos artigos 125 e 126 desta Lei.

§ 4º Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo a viúva do policial militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados no parágrafo anterior, desde que vivam sob a responsabilidade legal da viúva.

Art. 60. As Normas, Condições de atendimento e Indenizações serão reguladas por ato do Governo do Distrito Federal.

Parágrafo único. As praças especiais e as demais praças da ativa ficam isentas do pagamento das diárias de hospitalização.

CAPÍTULO III

Do Funeral

Art. 61. O Distrito Federal assegurará sepultamento condigno ao policial militar.

Art. 62. Auxílio-Funeral é o quantitativo concedido para as despesas com o sepultamento do policial militar.

Art. 63. O Auxílio-Funeral equivale a duas vezes o valor do sôlido do policial militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do sôlido de Cabo PM.

Art. 64. Ocorrendo o falecimento do policial militar, as seguintes providências devem ser observadas para a concessão do Auxílio-Funeral:

1) antes de realizado o entêrro, o pagamento do Auxílio-Funeral será feito a quem de direito pela organização policial militar, independentemente de qualquer formalidade, exceto a da apresentação do Atestado de Óbito;

2) após o sepultamento do policial militar, não se tendo verificado o caso do item anterior, dêste artigo, deverá a pessoa que o custeou, mediante apresentação do Atestado de Óbito, solicitar o reembolso das despesas, comprovando-as com os recibos em seu nome, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo-lhe em seguida reconhecido o crédito e paga a importância correspondente aos recibos, até o valor-limite estabelecido no artigo 63 desta Lei;

3) caso a despesa com o sepultamento, paga de acordo com o item anterior, seja inferior ao valor do Auxílio-Funeral estabelecido, a diferença será paga aos herdeiros habilitados à pensão militar, mediante petição à autoridade competente;

4) decorrido o prazo do item 2, sem reclamação do Auxílio-Funeral por quem haja custeado o sepultamento do policial militar, será o mesmo pago aos herdeiros habilitados à pensão militar, mediante petição à autoridade competente.

Art. 65. Em casos especiais, e a critério da autoridade competente, poderá a Corporação custear diretamente o sepultamento do policial militar.

Parágrafo único. Verificando-se a hipótese de que trata este artigo, não será pago, aos herdeiros, o Auxílio-Funeral.

Art. 66. Cabe à Corporação a transladação do corpo do policial mi-

litar para sua localidade de origem, quando por motivos devidamente justificáveis fôr solicitado pela família.

CAPÍTULO IV

Da Alimentação

Art. 67. Tem direito à alimentação por conta do Distrito Federal:

1) o policial militar servindo ou quando a serviço em organização policial militar com rancho próprio ou ainda, em campanha, manobra ou exercício;

2) o aluno da Escola de Formação de Oficiais PM, de Sargentos PM, de Cabos PM e de Soldados PM, ou de cursos de especialização de praças policiais militares;

3) o preso civil quando recolhido à organização policial militar.

Parágrafo único. Poderá o Distrito Federal estender o direito de que trata este artigo aos civis que prestem serviços nas organizações policiais militares.

Art. 68. Em princípio toda organização policial militar deverá ter rancho próprio organizado, em condições de proporcionar rações preparadas aos seus integrantes.

Parágrafo único. Se a organização policial militar não possuir rancho, o policial militar quando em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas, fará jus à diária de alimentação prevista no artigo 31 desta Lei, desde que outra organização nas proximidades do local de serviço não possa fornecer alimentação por conta do Distrito Federal.

Art. 69. A etapa é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração, sendo o seu valor estabelecido, semestralmente, pelo Governo do Distrito Federal.

Art. 70. Os gêneros de paiol ou de subsistência serão fornecidos, em espécie, à organização policial militar, pelos estabelecimentos ou organizações de subsistência.

Art. 71. O Cabo PM e o Soldado PM quando servirem em organização policial militar que não tenha rancho organizado e não possam ser arranjados por outras vizinhas, terão direito à indenização do valor igual à importância correspondente à ração comum.

Parágrafo único. As praças referidas neste artigo que são alojadas e

arranchadas em organizações policiais militares, quando em férias regulamentares, e não forem alimentadas por conta do Distrito Federal, receberão a indenização estipulada neste artigo.

Art. 72. É vedado o desarranhamento para o pagamento de etapas em dinheiro.

Art. 73. A aplicação deste Capítulo será regulada pelo Governo do Distrito Federal por proposta do Comandante-Geral.

CAPÍTULO V

Do Fardamento

Art. 74. O aluno da Escola de Formação de Oficiais PM, o Cabo PM e o Soldado PM têm direito, por conta do Distrito Federal, a uniforme, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pela Corporação.

Art. 75. O policial militar ao ser declarado Aspirante-a-Oficial PM ou promovido a Terceiro Sargento PM, faz jus a um auxílio para aquisição de uniforme no valor de 3 (três) vezes o soldo de sua graduação.

Parágrafo único. Idêntico direito assiste aos nomeados Oficiais PM ou Sargentos PM mediante habilitação em concurso e aos nomeados Capelães policiais militares.

Art. 76. Ao Oficial PM, Subtenente ou Sargento PM, que o requerer quando promovido, será concedido um adiantamento correspondente ao valor de 1 (um) soldo do novo posto ou graduação, para aquisição de uniforme.

§ 1º A concessão prevista neste artigo far-se-á mediante despacho em requerimento do policial militar ao Comandante-Geral.

§ 2º A reposição do adiantamento será feita mediante desconto mensal no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º O adiantamento referido neste artigo poderá ser requerido novamente se o policial militar permanecer mais de 4 (quatro) anos no mesmo posto ou graduação, podendo ser repetido em caso de promoção, desde que liquide o saldo devedor do que tenha recebido.

Art. 77. O policial militar que perder seus uniformes em qualquer sinistro havido em organização policial militar ou viagem a serviço, receberá um auxílio correspondente ao valor de até

3 (três) vezes o valor do soldo de seu posto ou graduação.

Parágrafo único. Ao Comandante do policial militar prejudicado, por comunicação deste, cabe providenciar sindicância e, em solução, propor ao Comandante-Geral, se for o caso, o valor desse auxílio em função do prejuízo sofrido.

CAPÍTULO VI

Dos Serviços Reembolsáveis

Art. 78. A Corporação assegurará serviços reembolsáveis para o atendimento das necessidades em gêneros de alimentação, vestuário, utensílios, serviços de lavanderia, confecção e outros que se relacionem com as necessidades domésticas do policial militar, quando for julgado de conveniência para seus integrantes.

TÍTULO V

Do Policial Militar na Ativa em Serviço no Estrangeiro

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 79. Considera-se em serviço no estrangeiro o policial militar em atividade fora do País, designado para desempenhar funções enquadradas em uma das missões seguintes:

1 — Missão Especial:

- a) instrutor, monitor, estagiário ou aluno de estágios ou cursos no estrangeiro;
- b) participantes de viagens de instrução;
- c) encarregado de missões especiais.

2 — Missão Transitória:

- a) estagiário ou aluno de estágios ou cursos no estrangeiro;
- b) membro de delegação, comitiva ou representação de natureza policial militar, técnico-profissional ou desportiva;
- c) encarregado de missões ocasionais.

§ 1º A missão especial poderá importar ou não na mudança de sede do policial militar para o exterior e a missão transitória não desvincula o policial militar de sua sede no território nacional.

§ 2º O ato oficial de designação do policial militar para serviço no estrangeiro enquadrará a missão que lhe for atribuída em uma das situações deste artigo e, no caso de missão especial,

dirá se importa ou não em mudança de sede.

Art. 80. O policial militar em missão especial no exterior percebe os vencimentos, indenizações e demais direitos previstos nesta Lei, pagos em moeda estrangeira, observadas as prescrições d'este Título.

Art. 81. O policial militar em missão transitória no exterior continua percebendo os vencimentos, indenizações e demais direitos em moeda nacional, pela organização policial militar a que pertença.

Parágrafo único. Da regra d'este artigo exclui-se o pagamento das diárias de alimentação e pousada, que será feito em moeda estrangeira na forma prevista neste Título, quando couber.

Art. 82. Em casos especiais, o policial militar poderá ser designado pelo Governador do Distrito Federal, para cumprir missões especiais no exterior, sem ônus em moeda estrangeira, abonando-se-lhe, em moeda nacional, os vencimentos, indenizações e outros direitos normais.

§ 1º O policial militar designado para missão especial no exterior, de duração até 60 (sessenta) dias, sem mudança de sede no território nacional, terá direito a uma indenização diária, paga em moeda nacional, equivalente ao valor de um dia do soldo de seu posto ou graduação, quando as despesas com alojamento e alimentação forem asseguradas pelo Distrito Federal.

§ 2º Para o policial militar em missão decorrente de viagem de representação, compreendido no disposto no parágrafo anterior, poderá também ser abonada uma ajuda de custo correspondente a um mês de soldo de seu posto ou graduação, paga em moeda nacional.

Art. 83. O policial militar no exterior, em licença para aperfeiçoar conhecimentos técnicos ou realizar estudos por conta própria, perceberá mensalmente apenas o valor de um soldo do seu posto ou graduação, pago em moeda nacional no Brasil, a procurador capaz.

Art. 84. O policial militar em missão oficial no exterior, vindo ao País em objeto de serviço ou de férias, continuará percebendo a sua remuneração em moeda estrangeira.

Art. 85. O pagamento em moeda estrangeira é devido a partir do dia

em que o policial militar deixar a última localidade nacional e termina no dia em que deixar a última localidade estrangeira no regresso.

CAPÍTULO II

Das Vencimentos

Art. 86. O policial militar no exterior, em missão que assegure o pagamento em moeda estrangeira, percebe os vencimentos a que faz jus pelo Título II desta Lei, podendo ser os mesmos acrescidos de uma indenização especial de representação exterior, a ser fixada, se fôr o caso, pelo Governador do Distrito Federal.

§ 1º A indenização de representação exterior tem por fim assegurar em moeda estrangeira níveis de vencimentos compatíveis com as missões e garantir a sua estabilidade em face das variações cambiais.

§ 2º O Governador do Distrito Federal fixará, através de Decreto, a tabela de vencimentos dos policiais militares, em moeda estrangeira, constituída na forma d'este artigo, observado o que prescreve o § 4º do artigo 13 da Constituição.

CAPÍTULO III

Das Indenizações

SEÇÃO I

Das Diárias

Art. 87. O policial militar, em missão oficial especial, com sede no exterior, quando se afastar de sua sede em objeto de serviço, perceberá diárias de alimentação e de pousada, em moeda estrangeira, nos valores fixados na tabela referida no artigo anterior.

Parágrafo único. Perceberá as diárias d'este artigo o policial militar no exterior, quando em missão especial, que não acarrete mudança de sede do território nacional ou quando, em missão transitória, desde que não tenha alojamento e alimentação por conta do Distrito Federal e que não esteja na situação do artigo 82.

SEÇÃO II

Da Ajuda de Custo

Art. 88. O policial militar designado para missão especial com mudança de sede para o exterior faz jus à ajuda de custo em conformidade com o estabelecido nos artigos 38 e 44 desta Lei, paga em moeda estrangeira, nos

valôres fixados na tabela de que trata o artigo 86.

Parágrafo único. E' facultado ao policial militar receber, em moeda nacional no Brasil, a metade da ajuda de custo a que tenha direito.

Art. 89. E' concedida ajuda de custo idêntica à da ida, paga em moeda estrangeira, ao policial militar que regressar ao País por término de missão oficial de duração superior a 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Igual direito é assegurado ao policial militar que regressar ao País antes do prazo mencionado, de missão prevista para mais de 6 (seis) meses, por motivo alheio à sua vontade.

Art. 90. No caso do falecimento do policial militar, em missão no exterior, a ajuda de custo do regresso se transfere aos dependentes, a quem será paga ao regressarem ao País.

Parágrafo único. Permanecendo os dependentes no exterior, decorridos 6 (seis) meses do falecimento do policial militar, extingue-se o direito de que trata este artigo.

Art. 91. O policial militar em missão especial com sede no exterior, que receba ordem para mudar de sede no estrangeiro, receberá a ajuda de custo de que trata o artigo 88.

SEÇÃO III

Outras Disposições

Art. 92. São assegurados aos policiais militares em missão no exterior os direitos estabelecidos nos artigos 45 e 48 desta Lei, quando aplicáveis.

Parágrafo único. O salário-família é integralmente pago em moeda estrangeira, quer no mês da partida, quer no de regresso do policial militar.

TÍTULO VI

Do Policial Militar na Inatividade

CAPÍTULO I

Da Remuneração

Art. 93. O policial militar na inatividade remunerada, satisfeitas as condições estabelecidas neste Título, faz jus:

- 1) aos proventos;
- 2) ao auxílio-invalidez;
- 3) ao adicional de inatividade.

Parágrafo único. São extensivos ao policial militar na inatividade remunerada, no que lhe fôr aplicável, os

direito constantes dos artigos 52 a 66 e 78 desta Lei.

CAPÍTULO II

Dos Proventos

Art. 94. Proventos são o quantitativo em dinheiro que o policial militar percebe na inatividade, quer na reserva remunerada, quer na situação de reformado, constituídos pelas seguintes parcelas:

- 1) sôldo ou cotas do sôldo;
- 2) gratificações incorporáveis.

Art. 95. Os proventos serão revisados sempre que forem modificados os vencimentos do policial militar em serviço ativo.

SEÇÃO I

Do Direito à Percepção

Art. 96. Os proventos são devidos ao policial militar na inatividade remunerada, quando deixar efetivamente o exercício do serviço ativo em virtude de:

- 1) transferência para a reserva remunerada;
- 2) reforma;
- 3) dispersa de cargo, comissão ou função para que tenha sido convocado ou designado quando já se encontrava na reserva remunerada.

§ 1º O policial militar de que trata este artigo continuará a perceber seus vencimentos, até a publicação de seu desligamento no boletim interno de sua organização policial militar, o que não poderá exceder de 45 (quarenta e cinco) dias à data da publicação no Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal do ato oficial de transferência para a reserva remunerada, reforma ou dispensa.

§ 2º Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação na Ajudância Geral, quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo como convocado ou fôr designado para o desempenho de cargo, comissão ou função na Polícia Militar.

Art. 97. Cessa o direito à percepção dos proventos na data:

- 1) do óbito;
- 2) da sentença passada em julgado, para o oficial PM por crime que o prive do posto e patente; e, para a praça PM por crime que implique

na sua exclusão ou expulsão da Polícia Militar do Distrito Federal.

SEÇÃO II

Do Sólido e das Cotas de Sólido

Art. 98. O sólido constitui a parte básica dos proventos a que faz jus o policial militar na inatividade, sendo o seu valor igual ao estabelecido para o sólido do policial militar da ativa do mesmo posto ou graduação.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo, o sólido dividir-se-á em cotas de sólido, correspondendo cada uma a um trigésimo do seu valor.

Art. 99 — Por ocasião de sua passagem para a inatividade, o policial militar tem direito a tantas cotas do sólido quantos forem os anos de serviços, computáveis para a inatividade, até o máximo de 30 (trinta) anos.

Parágrafo único. Para efeito de contagem destas cotas, a fração de tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias será considerada como um ano.

Art. 100. O oficial PM que contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, quando transferido para a inatividade, terá o cálculo de seus proventos referido ao sólido do posto imediatamente superior, de acordo com os arts. 99 e 103 deste Título, se em seu Quadro ou Corpo existir posto superior ao seu.

Parágrafo único. O oficial PM nas condições deste artigo, se ocupante do último posto da hierarquia militar de seu Quadro ou Corpo na ativa, terá o cálculo dos proventos referido ao sólido do seu próprio posto aumentado de 20 % (vinte por cento).

Art. 101. O subtenente PM quando transferido para a reserva terá o cálculo de seus proventos referido ao sólido de Segundo-Tenente PM desde que conte mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço.

Art. 102. As demais praças PM que contem mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço, ao serem transferidas para a reserva, terão o cálculo dos seus proventos referido ao sólido da graduação imediatamente superior à que possuíam no serviço ativo.

SEÇÃO III

Das Gratificações Incorporáveis

Art. 103. São consideradas gratificações incorporáveis:

1) Gratificação de Tempo de Serviço;

2) Gratificação de Função Policial Militar — Categoria I.

Parágrafo único. A “base de cálculo” para o pagamento das gratificações previstas neste artigo dos auxílios e de outros direitos dos policiais militares na inatividade remunerada será o valor do sólido ou das cotas de sólido.

SEÇÃO IV

Dos Incapacitados

Art. 104. O policial militar incapacitado terá seus proventos referidos ao sólido integral, do posto ou graduação em que foi reformado na forma da legislação em vigor, e as gratificações incorporáveis a que fizer jus, quando reformado pelos seguintes motivos:

1) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública ou por enfermidade contraída nessas situações ou que nelas tenha sua causa eficiente;

2) acidente em serviço;

3) doença adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com o serviço;

4) por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o policial militar total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

Parágrafo único. Não se aplicam as disposições do presente artigo ao policial militar que, já na situação de inatividade adquira uma das doenças referidas no item 4, a não ser que fique comprovada, por Junta Médica da Polícia Militar do Distrito Federal, relação de causa e efeito entre a moléstia e o exercício de suas funções, enquanto esteve no serviço ativo.

Art. 105. O policial militar, reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, ressaltados os casos do item 4 do artigo anterior, perceberá os proventos nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade, observadas as condições estabelecidas nos arts. 99 e 103 desta Lei.

Parágrafo único. O policial militar de que trata este artigo não pode

receber, como proventos, quantia inferior ao sôlido do pósto ou graduação da ativa, atingido na inatividade para fins de remuneração.

CAPÍTULO III

Do Auxílio-Invalidez

Art. 106. O policial militar em atividade, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do art. 104, terá direito ao Auxílio-Invalidez no valor de 20% (vinte por cento) da "base de cálculo" de que trata o art. 103, ao passar para a inatividade, desde que considerado total e permanentemente inválido para qualquer trabalho e satisfaça ainda a uma das condições abaixo especificadas, devidamente declaradas pela Junta Médica da Polícia Militar do Distrito Federal:

- 1) necessitar de hospitalização permanente;
- 2) necessitar de assistência ou de cuidados permanentes de enfermagem.

§ 1º Para continuidade do direito ao recebimento do Auxílio-Invalidez, o policial militar ficará sujeito a apresentar anualmente declaração de que não exerce nenhuma atividade remunerada pública ou privada e, a critério da administração, a submeter-se, periodicamente, à inspeção de saúde de controle. No caso de oficial PM, mentalmente enfermo ou de praça PM, aquela declaração deverá ser firmada por dois oficiais da ativa da Polícia Militar do Distrito Federal.

§ 2º O Auxílio-Invalidez será suspenso automaticamente, pela autoridade competente, se for verificado que o policial militar beneficiado exerce ou tenha exercido, após recebimento do auxílio, qualquer atividade remunerada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, bem como se, em inspeção de saúde, for constatado não se encontrar nas condições citadas neste artigo.

§ 3º O Auxílio-Invalidez não poderá ser inferior ao valor do sôlido de cabo PM.

CAPÍTULO IV

Do Adicional de Inatividade

Art. 107. O adicional de que trata o item 3 do art. 93 é calculado mensalmente sobre o respectivo pro-

vento e em função do tempo de serviço efetivamente prestado nas seguintes condições:

- 1) de 20% (vinte por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 40 (quarenta) anos;
- 2) de 15% (quinze por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 35 (trinta e cinco) anos;
- 3) de 10% (dez por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 30 (trinta) anos.

CAPÍTULO V

Das Situações Especiais

Art. 108. Não estão compreendidos nas disposições do art. 99 os policiais militares amparados por legislação especial que lhes assegura, por ocasião da passagem para a inatividade, sôlido, gratificações ou vencimentos integrais do pósto ou graduação a que eles fazem jus, efetivamente, na inatividade.

Art. 109. O policial militar que reverter ao serviço ativo e for reincluído ou reabilitado, faz jus aos vencimentos, na forma estipulada nesta Lei para as situações equivalentes, na conformidade do que for estabelecido no ato de reversão, reinclusão ou reabilitação.

Parágrafo único. Se o policial militar fizer jus a pagamentos relativos a períodos anteriores à data da reversão, reinclusão ou reabilitação, receberá a diferença entre a importância apurada no ato de ajuste de contas e a recebida dos cofres públicos a título de vencimentos, proventos, pensão, remuneração, salário ou vantagem, nos mesmos períodos.

Art. 110. No caso de reversão ou reinclusão com ressarcimento, pecuniário, o policial militar indenizará os cofres públicos, mediante encontro de contas, das quantias que tenham sido pagas à sua família, a título de pensão militar.

TÍTULO VII

Descontos em Fôlha de Pagamento

CAPÍTULO I

Descontos

Art. 111. Desconto em fôlha é o abatimento que, na forma deste Título, pode o policial militar sofrer em

uma fração de vencimentos ou proventos para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposições de lei ou regulamento.

Art. 112. Para os efeitos de descontos em folha de pagamento do policial militar, são consideradas as seguintes importâncias mensais, denominadas "bases para desconto":

1) o sôlido do pòsto ou graduação efetiva acrescido das gratificações de tempo de serviço e de função policial militar Categoria I, para o policial militar da ativa;

2) os proventos para o policial militar na inatividade remunerada.

Art. 113. Os descontos em folha são classificados em:

1 — Contribuições para:

a) a pensão militar;
b) a Fazenda Nacional e a do Distrito Federal, quando fixado em lei.

2 — Indenização para:

a) a Fazenda Nacional e a do Distrito Federal, decorrente de dívida;
b) pagamento de bem imóvel público;

3 — Consignações para:

a) pagamento por transações comerciais feitas através dos reembolsáveis da Polícia Militar, conforme o regulamento da Corporação;

b) pagamento de mensalidade social, pecuno, empréstimo, seguro ou pensão, a favor das Entidades consideradas consignatárias, na forma a ser estabelecida, na conformidade do artigo 121;

c) cumprimento de sentença Judicial para manutenção da família;

d) os Serviços de Assistência Social da Corporação;

e) pagamento das indenizações previstas nos artigos 50 e 51;

f) pagamento de aluguel de casa para residência do consignante;

g) outros fins, do interesse da Corporação e determinados por ato do Comandante Geral.

Art. 114. Os descontos em folha descritos no artigo anterior são ainda:

1) Obrigatórios:

os constantes dos itens 1 e 2, letras c e e do item 3 do artigo precedente.

2) Autorizados:

os demais descontos mencionados no item 3 do artigo anterior.

Parágrafo único. O Comandante Geral regulamentará os descontos previstos no item 2 dêste artigo.

CAPÍTULO II

Dos Consignantes

Art. 115. Podem ser consignantes todos os policiais militares da ativa ou da inatividade remunerada.

CAPÍTULO III

Dos Limites

Art. 116. Para os descontos em folha, a que se refere o capítulo I dêste Título, são estabelecidos os seguintes limites relativos às "bases para desconto" definidas no artigo 112:

1) quando determinados por lei ou regulamento: quantia estipulada nesses atos;

2) 70 % (setenta por cento): para os descontos previstos nas letras c e e do item 3 do artigo 113;

3) até 30 % (trinta por cento): para os demais não enquadrados nos itens anteriores.

Art. 117. Em nenhuma hipótese o consignante poderá receber em folhas de pagamento a quantia líquida inferior a 30 % (trinta por cento) das bases estabelecidas no artigo 112, mesmo nos casos de privação das gratificações.

Art. 118. Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 1º A importância devida à Fazenda Nacional ou à do Distrito Federal ou à Pensão Judicial, superveniente a averbações já existentes será obrigatoriamente descontada dentro dos limites estabelecidos nos artigos 116 e 117.

§ 2º Nas reduções dos descontos autoriza os que se fizerem necessárias para garantir a dedução integral dos descontos referidos neste artigo, serão assegurados aos consignatários os juros de mora, as taxas legais vigentes, decorrentes da dilatação dos prazos estipulados nos respectivos contratos.

§ 3º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, só será permitido

nôvo desconto autorizado quando este estiver dentro dos limites fixados neste Capítulo.

Art. 119. O desconto originado de crime previsto no Código Penal Militar não impede que, por decisão judicial, a autoridade competente proceda a buscas, apreensões legais, confisco de bens e seqüestros no sentido de abreviar o prazo de indenização à Fazenda Nacional ou à do Distrito Federal.

Art. 120. A dívida para com a Fazenda do Distrito Federal, no caso do policial militar que é desincorporado, será obrigatoriamente cobrada, de preferência por meios amigáveis, e na impossibilidade desses, pelo recurso ao processo de cobrança executiva, na forma da legislação fiscal referente à Dívida Ativa do Distrito Federal.

CAPÍTULO IV

Dos Consignatários

Art. 121. O Governo do Distrito Federal especificará as entidades que devam ser consideradas consignatárias para efeito desta Lei.

TÍTULO VIII

Disposições Diversas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 122. O valor do soldo será fixado, para cada posto ou graduação, com base no soldo do posto de Coronel PM, observados os índices estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical, anexa a esta Lei.

Parágrafo único. A tabela de soldo, resultante da aplicação do Escalonamento Vertical, deverá ser constituída por valores arredondados de múltiplos de 30 (trinta).

Art. 123. O valor do soldo do posto de Coronel PM, para aplicação da Tabela de Escalonamento Vertical, de que trata o artigo anterior, é o constante da Tabela de Soldos anexa a esta Lei.

Art. 124. Qualquer que seja o mês considerado, o cálculo parcelado de vencimentos e indenização terá o divisor igual a 30 (trinta).

Parágrafo único. O Salário-Família é sempre pago integralmente.

Art. 125. São considerados dependentes do policial militar, para todos os efeitos desta Lei:

- 1) espôsa;
- 2) filhos menores de 21 anos ou inválidos;
- 3) filha solteira, desde que não receba remuneração;
- 4) filho estudante, menor de 24 anos, desde que não receba remuneração;
- 5) mãe viúva, desde que não receba remuneração;
- 6) enteados, adotivos e tutelados, nas mesmas condições dos itens 2, 3 e 4.

Parágrafo único. Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo a viúva do policial militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados neste artigo desde que vivam sob a responsabilidade da viúva.

Art. 126. São ainda consideradas dependentes do policial militar, para fins do artigo anterior, desde que vivam à suas expensas, sob o mesmo teto e quando expressamente declarados na organização policial militar competente:

- 1) filha, enteada e tutelada, viúvas, desquitadas ou separadas, desde que não recebam remuneração;
- 2) mãe, solteira, madrastra, viúva; sogra, viúva ou solteira; bem como separadas ou desquitadas, desde que, em qualquer dessas situações, não recebam remuneração;
- 3) avós e pais, quando inválidos;
- 4) pai maior de 55 anos, desde que não receba remuneração;
- 5) irmãos, cunhados e sobrinhos, quando menores ou inválidos, sem outro arrimo;
- 6) irmã, cunhada e sobrinha, solteiras, viúvas, separadas ou desquitadas, desde que não recebam remuneração;
- 7) netos órfãos, menores ou inválidos;
- 8) pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica no mínimo há cinco anos, comprovados mediante justificação judicial.

Art. 127. Os vencimentos ou os proventos devidos ao policial militar falecido serão calculados até o dia do óbito, inclusive, e pagos àqueles constantes da declaração de herdeiros habilitados.

Parágrafo único. Para fins de cálculo do valor do Auxílio-Funeral para os inativos será considerado como posto ou graduação do policial militar, na inatividade, o correspondente ao soldo que serviu de referência para o cálculo de seus proventos.

CAPÍTULO II

Disposições Especiais

Art. 128. Aplicam-se ao policial militar da ativa que opera com Raio X e substâncias radioativas as disposições da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950.

Art. 129. É assegurado ao policial militar, que faz jus à gratificação prevista no artigo anterior, o pagamento definitivo dessa gratificação, por cotas correspondentes aos anos de efetivo desempenho em Raio X e substâncias radioativas, observadas as disposições seguintes:

1) O direito à percepção de cada cota é adquirido ao fim de um ano de desempenho na função considerada.

2) O valor de cada cota é igual a 1/10 da gratificação integral correspondente ao último posto ou graduação em que o policial militar exerceu a referida atividade.

3, Para fins deste artigo, o número de cotas abonadas a um mesmo policial militar não poderá exceder de 10 (dez).

4) O policial militar reformado por moléstia contraída no exercício da referida função terá assegurado na inatividade o pagamento definitivo da gratificação de que trata este artigo, pelo seu valor integral, dispensadas outras considerações.

Art. 130. Ao policial militar poderá ser concedida indenização de representação, de acordo com regulamentação a ser baixada pelo Governador do Distrito Federal, para atender às despesas extraordinárias decorrentes de compromissos de ordem social exigidos pelo cargo ou função que exercer.

CAPÍTULO III

Das Disposições Transitórias

Art. 131. O policial militar, que já tenha completado os quinquênios de que trata o artigo 20, faz jus, a contar da data da vigência desta Lei, à gratificação de tempo de serviço cor-

respondente aos quinquênios efetivamente cumpridos, sem direito à retroatividade.

Art. 132. Ao policial militar que já se encontrar na inatividade remunerada na data da vigência desta Lei, é devida a gratificação a que se refere o artigo 22, sem direito entretanto, à percepção de atrasados, desde que tenha realizado com aproveitamento, quando em atividade, um dos cursos previstos.

Art. 133. Os proventos do policial militar, que se encontrava na inatividade a 31 de dezembro de 1968, serão reajustados tendo por "base de cálculo" os valores do soldo, resultante da aplicação dos artigos 1º e 2º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968, correspondente ao respectivo posto ou graduação a contar da data da vigência desta Lei, sem direito a retroatividade.

§ 1º No reajustamento desses proventos, observar-se-á o disposto nos artigos 98 a 103, inclusive, desta Lei, ficando abolida a parcela correspondente à Gratificação de Função Militar Categoria "A", de acordo com o artigo 2º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

§ 2º Com a execução do disposto neste artigo, fica sem aplicação à Polícia Militar do Distrito Federal o que estabelece o artigo 4º e seu parágrafo único, da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

§ 3º Os policiais militares que estiverem em gozo de gratificações não previstas nesta Lei, resultantes de sentenças judiciais, deverão optar entre a situação definida nesta Lei e a anterior. Os que não o fizerem dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, terão sua remuneração regulada pelos dispositivos da presente Lei.

Art. 134. O policial militar que se encontrar reformado na data da vigência desta Lei e que vinha percebendo a "diária de asilado" de que trata o artigo 148 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, passará a perceber o Auxílio-Invalidez previsto na presente Lei, na forma do artigo 106 e seus parágrafos.

Art. 135. Em qualquer hipótese, o policial militar que, em virtude da aplicação desta Lei, venha a fazer jus mensalmente a um total de venci-

mentos ou proventos inferior ao que vinha recebendo, terá direito a um complemento igual ao valor da diferença encontrada.

Parágrafo único. O complemento de que trata este artigo decrescerá, progressivamente, até a sua completa extinção em face dos futuros reajustamentos de sôlido, promoções ou novas condições alcançadas.

Art. 136. Fica assegurado ao policial militar, à época de sua passagem para a inatividade, o direito ao pagamento definitivo na inatividade das cotas totalizadas até o ano de 1966, inclusive, de acordo com a letra b do artigo 17 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, e nos termos deste artigo, a partir de 1º de janeiro de 1967.

Art. 137. O policial militar beneficiado por uma ou mais das seguintes Leis: 288, de 8 de junho de 1948; 616, de 2 de fevereiro de 1949; 1.156, de 12 de julho de 1950, e 1.267, de 9 de dezembro de 1950, não mais usufruirá as promoções previstas nessas Leis, por ocasião de sua transferência para a reserva ou reforma, ficando-lhe, no entanto, assegurados os proventos relativos ao posto, ou graduação a que seria promovido em decorrência da aplicação das referidas leis.

§ 1º Na aplicação do disposto no artigo 100 e seu parágrafo único, para o policial militar de que trata este artigo, será considerado como base para o cálculo dos proventos o sôlido do posto ou graduação a que seria previamente promovido.

§ 2º O oficial PM se ocupante do último posto da hierarquia militar de seu Quadro ou Corpo, na ativa, beneficiado por uma ou mais das leis a que se refere este artigo, terá, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 100, o cálculo dos proventos referido ao sôlido do seu próprio posto aumentado de 20% (vinte por cento).

§ 3º Os proventos assegurados neste artigo não poderão exceder, em nenhum caso, os que caberiam ao policial militar, se fosse ele promovido até dois postos acima do que tinha por ocasião do processamento de sua transferência para a reserva ou reforma incluindo-se nesta limitação a aplicação de disposições que assegurem reforma com proventos calcula-

dos na base do sôlido correspondente ao posto ou graduação imediato ao que possuía na ativa e o disposto no parágrafo anterior.

Art. 138. Fica assegurado o pagamento das diárias previstas na Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, observada a legislação própria.

Art. 139. O Governo do Distrito Federal baixará as Normas de Equivalência de Cursos previstas no artigo 22 desta Lei, que vigorarão até serem reguladas pelo Estado-Maior do Exército através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares.

Art. 140. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Governo do Distrito Federal.

Art. 141. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 1970.

Art. 142. Revogam-se o Decreto-lei nº 792, de 27 de agosto de 1969, e todas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL Artigo nº 122

Oficiais e Praças	Índices
<hr/>	
1. OFICIAIS PM	
SUPERIORES	
Coronel PM.	100
Tenente-Coronel PM. . . .	92
Major PM.	85
2. CAPITÃES PM	
Capitão PM.	77
3. OFICIAIS PM	
SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente PM. . . .	69
Segundo-Tenente PM. . . .	61
4. PRAÇAS ESPECIAIS-PM	
Aspirante-a-Oficial PM. . .	56
Aluno da Escola de Formação de Oficiais PM (último ano).	16
Aluno da Escola de Formação de Oficiais PM (demais anos).	11

5. PRAÇAS PM

Subtenente PM.	56
Primeiro-Sargento PM. . .	51
Segundo-Sargento PM. . .	46
Terceiro-Sargento PM. . .	41
Cabo PM.	31
Soldado PM com curso po- licial (1ª Classe).	22
Soldado PM recruta sem curso policial (2ª Classe)	10

ANEXO II

TABELA DE SOLDOS

Artigo nº 123

	Valor
Oficiais e Praças	Cr\$
1. OFICIAIS PM	
SUPERIORES	
Coronel PM.	1.289,79
Tenente-Coronel PM. . . .	1.190,25
Major PM.	1.091,76
2. CAPITÃES PM	
Capitão PM.	992,22
3. OFICIAIS PM	
SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente PM. . .	893,73
Segundo-Tenente PM. . .	793,17
4. PRAÇAS ESPECIAIS PM	
Aspirante-a-Oficial PM. .	727,83
Aluno da Escola de Forma- ção de Oficiais PM (úl- timo ano).	210,00
Aluno da Escola de Forma- ção de Oficiais (PM) (de- mais anos).	144,00
5. PRAÇAS PM	
Subtenente PM.	727,83
Primeiro-Sargento PM. . .	661,47
Segundo-Sargento PM. . .	595,14
Terceiro-Sargento PM. . .	528,78
Cabo PM.	397,11
Soldado PM com curso po- licial (1ª Classe).	290,31
Soldado PM recruta sem curso policial (2ª Classe)	132,21

Brasília, 13 de novembro de 1970;
149º da Independência e 82º da
República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid
Orlando Geisel

LEI Nº 5.620 — DE 4 DE NOVEMBRO
DE 1970

*Fixa novo valor para a tarifa adicio-
nal criada pela Lei nº 909, de 8 de
novembro de 1949, em favor da Fe-
deração das Sociedades de Defesa
contra a Lepra.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º O valor do selo da tarifa adic-
cional de que trata a Lei nº 909, de 8
de novembro de 1949, é elevado para
Cr\$ 0,10 (dez centavos).

Parágrafo único As despesas com a
emissão do selo de que trata este ar-
tigo serão atendidas com recursos for-
necidos pela Federação das Sociedades
de Defesa Contra a Lepra.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Brasília 4 de novembro de 1970;
149º da Independência e 82º da
República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Antônio Delfim Netto
Hygino C. Corsetti
F. Rocha Lagôa

LEI Nº 5.621 — DE 4 DE NOVEMBRO
DE 1970

*Regulamenta o artigo 144. § 5º, da
Constituição e dá outras providên-
cias.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º Caberá aos Tribunais de Jus-
tiça dos Estados dispor, em resolução
aprovada pela maioria absoluta de seus
membros sobre a divisão e organiza-
ção judiciárias.

Art. 2º As alterações na divisão e
organização judiciárias dos Estados so-
mente poderão ser feitas de cinco em
cinco anos, contados da vigência da
primeira modificação posterior a esta
Lei.

Art. 3º As alterações a que alude o
artigo antecedente entrarão em vigor

a 1.º de janeiro do ano inicial de cada quinquênio.

§ 1º A alteração imediatamente subsequente a esta Lei vigorará a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua promulgação.

§ 2º Se no quinquênio posterior ao da última alteração não for adotada modificação na divisão e organização judiciárias do Estado, esta poderá ser realizada a qualquer tempo, vindo a 1º de janeiro do ano seguinte, quando se iniciará a contagem do novo quinquênio.

Art. 4º Ressalvado o disposto na Constituição (art. 115, II e 144 § 6º), deverão ser enviadas ao Governador do Estado, para a iniciativa do processo legislativo, as resoluções dos Tribunais de Justiça que implicarem em:

I — Criação de cargos, funções ou empregos públicos;

II — Aumento de vencimentos ou da despesa pública;

III — Disciplina do regime jurídico dos servidores;

IV — Forma e condições de provimento de cargos;

V — Condições para aquisição de estabilidade.

Art. 5º A divisão judiciária compreende a criação, a alteração e a extinção das seções, circunscrições, comarcas, termos e distritos judiciários, bem como a sua classificação.

Parágrafo único. Para a criação a alteração, a extinção ou a classificação das comarcas e outras divisões judiciárias os Estados observarão critérios uniformes com base em:

I — Extensão territorial;

II — Número de habitantes;

III — Número de eleitores;

IV — Receita tributária;

V — Movimento forense.

Art. 6º Respeitada a legislação federal, a organização judiciária compreende:

I — Constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, bem como de seus órgãos de direção e fiscalização.

II — Constituição, classificação, atribuições e competência dos Juizes e Varas;

III — Organização e disciplina da carreira dos magistrados;

IV — Organização, classificação, disciplina e atribuições dos serviços au-

xiliaries da justiça, inclusive Tabelionatos e ofícios de registros públicos.

§ 1º Não se incluem na organização judiciária:

I — A organização e disciplina da carreira do Ministério Público;

II — A elaboração dos regimentos internos dos Tribunais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.622 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1970

Fixa os efetivos da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Senado Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os efetivos de Oficiais do Quadro da Polícia Militar do Distrito Federal, de que trata o item I do artigo 4º do Decreto-lei nº 9, de 25 de junho de 1966, alterado pelo Decreto-lei nº 495, de 11 de março de 1969, por postos, são fixados, de acordo com o artigo 6º do Decreto-lei número 315, de 13 de março de 1967, em:

Coronéis PM	2
Tenentes-Coronéis PM	6
Majores PM	13
Capitães PM	44
1ºs Tenentes PM	51
2ºs Tenentes PM	52

Art. 2º Os efetivos de praças do Quadro de que trata o artigo anterior são fixados em:

Subtenentes PM	23
1ºs Sargentos PM	51
2ºs Sargentos PM	137
3ºs Sargentos PM	314
Cabos PM	388
Soldados PM	1.994

Parágrafo Único. Os Aspirantes-a-Oficial PM serão em número variável,

de acôrdo com a necessidade do re-completamento de oficiais do Quadro a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Ficam organizados os Quadros de Oficiais Médicos, de Administração, Especialistas e Músicos da Polícia Militar do Distrito Federal, com os seguintes efetivos:

Quadro de Oficiais Médicos

Major PM	1
Capitães PM	2
1ºs Tenentes PM	4

Quadro de Oficiais de Administração

1ºs Tenentes PM	5
2ºs Tenentes PM	13

Quadro de Oficiais Especialistas

1º Tenente PM	1
2ºs Tenentes PM	2

Quadro de Oficiais Músicos

1º Tenente PM	1
2ºs Tenentes PM	2

Art. 4º O preenchimento dos claros decorrentes da aplicação do disposto nesta lei será regulado pelo Governador do Distrito Federal, devendo efetuar-se em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 5º O efetivo global da Polícia Militar do Distrito Federal será distribuído da forma constante dos Quadros de organização a serem aprovados pelo Governador do Distrito Federal, a quem competirá a criação, transformação, extinção, denominação, localização e estruturação dos órgãos de Comando, Unidades e Subunidades.

Art. 6º O Governador do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, estabelecerá as qualificações policiais militares de praças, dentro do efetivo previsto no artigo 2º.

Parágrafo Único. As condições de formação, habilitação e movimentação de praças dentro das respectivas qualificações, obedecerão às prescrições que forem estabelecidas no Regulamento Geral da Corporação.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Governo do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1971, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Orlando Geisel

LEI Nº 5.623 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1970

Reajusta os vencimentos dos funcionários dos serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Senado Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos funcionários do Tribunal de Contas do Distrito Federal, titulares de cargos e de denominação idêntica aos dos cargos do Poder Executivo, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, um reajustamento de vencimentos em montante igual ao atribuído aos ocupantes destes últimos, pelo Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970.

Art. 2º Aos ocupantes de cargos peculiares, sem similares nos Quadros do Poder Executivo, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, um reajustamento de 10% (dez por cento) sobre os seus vencimentos básicos atuais.

Art. 3º O reajustamento a que se refere o artigo anterior será elevado a 20% (vinte por cento) do valor, em janeiro de 1970, do Padrão ou nível em que o cargo vier a ser enquadrado, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 108, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplicará o disposto neste artigo aos cargos que vierem a ser enquadrados em níveis ou importâncias superiores aos seus vencimentos atuais, acrescidos do reajustamento de 10% (dez por cento) a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Aos inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Distrito Federal, criado pelo Decreto-lei nº 378, de 23 de dezembro de 1968, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, reajustamento de va-

lor idêntico ao deferido por esta Lei aos funcionários em atividade, da mesma denominação e nível, nos termos da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários, inclusive na forma prevista no inciso II, do artigo 6º do Decreto-lei nº 752, de 8 de agosto de 1969.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.624 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1970

Concede aumento de vencimentos aos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados titulares de cargos de denominação idêntica às dos cargos do Poder Executivo é concedido, a partir de 1 de fevereiro de 1970, um aumento de vencimentos em montante igual ao atribuído aos ocupantes destes últimos, pelo Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970.

Art. 2º Aos ocupantes de cargos peculiares, sem similares nos Quadros do Poder Executivo, é concedido, a partir de 1 de fevereiro de 1970, um aumento de 10% (dez por cento) sobre os seus vencimentos básicos atuais.

Art. 3º O Aumento a que se refere o artigo anterior será elevado a 20% (vinte por cento) do valor, em janeiro de 1970, do Padrão ou Nível em que o cargo vier a ser enquadrado, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 108, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplicará o disposto neste artigo aos cargos que vierem a ser enquadrados em níveis ou importâncias superiores aos seus vencimentos atuais acrescidos do

reajustamento de 10% (dez por cento) a que se refere o artigo 2º.

Art. 4º Aos inativos da Secretaria da Câmara dos Deputados é concedido, a partir de 1 de fevereiro de 1970, aumento de valor idêntico ao deferido por esta lei aos funcionários em atividade, da mesma denominação e nível, nos termos da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955, independentemente de apostila aos respectivos títulos.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de recursos orçamentários consignados no vigente orçamento à Câmara dos Deputados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.625 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1970

Concede aumento de vencimentos aos servidores da Secretaria do Senado Federal e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos servidores da Secretaria do Senado Federal, ocupantes de cargos de denominação idêntica à de cargo do Poder Executivo, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, aumento de vencimentos em montante igual ao atribuído aos ocupantes destes últimos, pelo Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970.

Art. 2º Aos ocupantes de cargos peculiares, sem similar nos Quadros do Poder Executivo, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, aumento de 10% (dez por cento) sobre seus vencimentos básicos atuais.

Art. 3º O aumento a que se refere o art. 2º será elevado a 20% (vinte por cento) do valor, em janeiro de 1970, do padrão ou nível em que o cargo vier a ser enquadrado, em cum-

primento ao disposto no § 1º do artigo 108 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplicará o disposto neste artigo aos cargos que vierem a ser enquadrados em níveis, padrões ou importâncias superiores aos seus vencimentos atuais, acrescidos do aumento de 10% (dez por cento) a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Aos inativos da Secretaria do Senado Federal, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, aumento do valor idêntico ao deferido por esta lei aos servidores em atividade, da mesma denominação e nível, nos termos da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955, independentemente de apostila nos respectivos títulos.

Art. 5º Esta Lei se aplica igualmente, aos servidores dos Quadros Especial e Anexo da Secretaria do Senado Federal.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários consignados no vigente orçamento do Senado Federal.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.626 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1970

Concede aumento de vencimentos aos funcionários das Secretarias e Serviços Auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos funcionários das Secretarias e Serviços Auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário da União, titulares de cargo de denominação idêntica aos dos cargos do Poder Executivo, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, um aumento de vencimentos em montante igual ao atribuído aos ocupantes destes últimos, pelo Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970.

Art. 2º Aos ocupantes de cargos peculiares, sem similares nos Quadros

do Poder Executivo, é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, um aumento de 10% (dez por cento) sobre os seus vencimentos básicos atuais.

Art. 3º O aumento a que se refere o artigo anterior será elevado a 20% (vinte por cento) do valor, em janeiro de 1970, do Padrão ou Nível em que o cargo vier a ser enquadrado, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 108, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplicará o disposto neste artigo aos cargos que vierem a ser enquadrados em níveis ou importâncias superiores aos seus vencimentos atuais, acrescidos do reajustamento de 10% (dez por cento) a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Aos inativos das Secretarias e Serviços Auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário da União é concedido, a partir de 1º de fevereiro de 1970, aumento de valor idêntico ao deferido por esta Lei, aos funcionários em atividade, da mesma denominação e nível, nos termos da Lei número 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 5º O disposto nesta Lei se aplica no que couber aos funcionários da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários, inclusive na forma prevista no inciso I, do artigo 6º, Decreto-lei nº 727, de 1º de agosto de 1969.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.627 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1970

Dispõe sobre capitais mínimos para as Sociedades Seguradoras e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os capitais mínimos a que se refere o art. 32, nº VI, do Decreto-

lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, variarão, para cada ramo, em função das regiões em que fôr dividido o País, para efeito das operações de seguro.

§ 1º O Conselho Nacional de Seguros Privados fixará, dentro de 1 (um) ano, os capitais mínimos das Sociedades Seguradoras, os quais deverão ser realizados no prazo de 12 (doze) meses da data da vigência da Resolução a respeito.

§ 2º A não integralização dos capitais mínimos e seus aumentos, nos prazos e condições fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, sujeitará a sociedade à penalidade prevista no art. 96 do Decreto-lei número 73, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Os administradores e conselheiros fiscais das Sociedades de Seguros ou de capitalização, que entrem em regime de liquidação extrajudicial compulsória, ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo os referidos bens ser vendidos, cedidos ou prometidos vender, vedada a constituição de ônus reais sobre eles.

Parágrafo único. A indisponibilidade de que trata o presente artigo decorrerá do ato que declarar o regime da liquidação extrajudicial compulsória e atingirá todos aqueles que tenham exercido as funções nos 12 (doze) meses anteriores ao mesmo ato.

Art. 3º Os administradores e conselheiros, cujos bens sejam declarados indisponíveis, somente poderão ausentar-se do lugar da liquidação mediante prévia autorização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atendido, no que couber, o disposto no item III, do art. 34, do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 4º Nas ações judiciais em que as Sociedades de Seguros ou de Capitalização, em regime de liquidação extrajudicial compulsória, sejam autoras, rés, assistentes ou oponentes, a União será sempre citada como assistente (art. 125 da Constituição Federal).

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se às ações em curso, devendo os respectivos processos ser remetidos *ex officio* à Justiça Federal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que fôr apresentado em juízo o pedido de citação da União.

Art. 5º É vedada a constituição de arrestos, sequestros e penhoras sobre os bens das Sociedades de Seguros e Capitalização, em regime de liquidação extrajudicial compulsória.

Art. 6º As medidas referidas no artigo 5º, já autorizadas ou em Curso à data da entrada em vigor desta lei, serão levantadas, a requerimento da SUSEP.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se aos efeitos de qualquer natureza.

§ 2º São competentes para determinar o levantamento:

a) os Juizes e os Presidentes de Junta de Conciliação e Julgamento, em relação às ações ou execuções em andamento na primeira instância;

b) os Presidentes dos Tribunais, em relação às ações ou execuções em trânsito nas instâncias superiores.

§ 3º Recebido o requerimento da SUSEP, a autoridade judicial competente, no prazo de 5 (cinco) dias, ordenará o levantamento da garantia, fazendo, quando se tratar de imóvel, a necessária comunicação, por ofício, ao respectivo Cartório do Registro Geral de Imóveis.

Art. 7º As condições para a posse e o exercício de qualquer cargo de administração das Sociedades de Seguros e de Capitalização, assim como para o exercício de qualquer função em órgãos consultivos, fiscais ou semelhantes, serão estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados, segundo critérios fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

Parágrafo único. As normas a serem baixadas pela SUSEP serão aplicadas às atuais administrações das Sociedades Seguradoras e de Capitalização.

Art. 8º A cobrança de prêmios de seguros será feita, obrigatoriamente, através de instituição bancária, de conformidade com as disposições da SUSEP em consonância com o Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A SUSEP poderá dispersar da cobrança bancária os prêmios de valor igual ou inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, bem como os prêmios de seguro de vida individual.

Art. 9º Não serão concedidas autorizações para funcionar às Sociedades de Seguros de cujo capital parti-

cipem pessoa jurídica de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações vinculadas ao Poder Público Federal, estadual ou municipal.

Parágrafo único. Não será igualmente autorizada a transferência do controle acionário das sociedades de seguros às pessoas jurídicas indicadas neste artigo.

Art. 10. O art. 21 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 4º O não recolhimento dos prêmios recebidos de segurados, nos prazos devidos, sujeita o es-

tipulante à multa, imposta pela SUSEP, de importância igual ao dobro do valor dos prêmios por ele retidos, sem prejuízo da ação penal que couber.”

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Marcus Vinícius

Pratine de Moraes

(*) LEI Nº 5.628 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1970

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1971

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral da União, para o Exercício Financeiro de 1971, composto pelas receita e despesa do Tesouro Nacional e pelas receita e despesa de Órgãos da Administração Indireta, estima a Receita Geral em Cr\$ 26.738.768.000,00 (vinte e seis bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil cruzeiros), inclusive Cr\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de cruzeiros) relativos a operações de crédito a realizar, e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, relacionada no Anexo I, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DO TESOURO

1.1 RECEITAS CORRENTES	22.309.079.900,00
Receita Tributária	21.076.601.000,00
Receita Patrimonial	19.125.200,00
Receita Industrial	49.457.700,00
Transferências Correntes	730.400.300,00
Receitas Diversas	433.495.700,00
1.2 RECEITAS DE CAPITAL	790.620.100,00
Operações de Crédito	790.000.000,00
Outras Receitas de Capital ..	620.100,00
TOTAL	23.099.700.000,00

2. RECEITA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (exclusive transferências do Tesouro)

2.1 RECEITAS CORRENTES	2.154.421.300,00
2.2 RECEITAS DE CAPITAL	1.484.646.700,00
TOTAL	3.639.068.000,00
TOTAL GERAL	26.738.768.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a discriminação do Anexo II, que apresenta a sua composição por Programas e por Órgãos, conforme o seguinte desdobramento sintético:

A — DESPESAS POR PROGRAMAS

1.	Programação à conta de Recursos Ordinários	16.318.834.000,00
1.1	Distribuída por setores	14.095.988.700,00
1.2	Reserva de Contingência	1.131.785.300,00
1.3	Dívida Pública e outros encargos	1.091.060.000,00
2.	Programação à conta de Recursos Vinculados ..	6.780.866.000,00
2.1	Execução a cargo do Governo Federal	3.345.101.200,00
2.2	Execução a cargo dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios	3.435.764.800,00
3.	Programação à conta de Recursos Próprios dos Órgãos da Administração Indireta	3.639.068.000,00
TOTAL DAS DESPESAS POR PROGRAMAS ..		26.738.768.000,00

B — DESPESA POR ÓRGÃOS

1.	A conta de Recursos Ordinários	16.318.834.000,00
1.1	Poder Legislativo	223.574.000,00
	Câmara dos Deputados	118.424.000,00
	Senado Federal	81.950.000,00
	Tribunal de Contas da União	23.200.000,00
1.2	Poder Judiciário	258.270.400,00
	Supremo Tribunal Federal	12.895.000,00
	Tribunal Federal de Recursos	48.936.900,00
	Justiça Militar	19.828.200,00
	Justiça Eleitoral	58.219.000,00
	Justiça do Trabalho ..	90.400.600,00
	Justiça Federal de 1ª Instância	16.426.100,00
	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	11.564.600,00
1.3	Poder Executivo	15.836.989.600,00
1.3.1	Discriminada por Órgãos (exclusive inativos e pensionistas da Administração Direta)	
	Presidência da República (inclusive Conselho Nacional de Pesquisas) ...	125.670.400,00
	Ministério da Aeronáutica	948.851.900,00
	Ministério da Agricultura	368.934.800,00
	Ministério das Comunicações	337.684.800,00

Ministério da Educação e Cultura — (inclusive Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação e Salário-Educação)	1.670.154.300,00	
Ministério do Exército ..	1.974.977.900,00	
Ministério da Fazenda	453.228.000,00	
Ministério da Indústria e do Comércio	34.909.000,00	
Ministério do Interior ..	610.316.600,00	
Ministério da Justiça ..	137.300.000,00	
Ministério da Marinha	1.003.500.000,00	
Ministério das Minas e Energia	159.441.400,00	
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (inclusive Fundação IBGE)	123.999.900,00	
Ministério das Relações Exteriores	209.900.000,00	
Ministério da Saúde ...	354.451.200,00	
Ministério do Trabalho e Previdência Social ..	202.467.000,00	
Ministério dos Transportes	1.154.995.300,00	
1.3.2 Sob Coordenação Central:		
Reserva de Contingência	1.131.785.300,00	
Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas	228.800.000,00	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	90.000.000,00	
Consolidação da Capital Federal	90.000.000,00	
VIII Recenseamento Geral do Brasil	90.000.000,00	
1.3.3 Inativos e Pensionistas da Administração Direta, civis e militares	2.418.214.400,00	
1.3.4 Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	400.000.000,00	
1.3.5 Dívida Pública e outros encargos ..	1.091.060.000,00	
1.3.6 Transferências para o Distrito Federal, Estados da Guanabara e Acre	426.347.400,00	
2. A Conta de Recursos Vinculados	6.700.866.000,00	
2.1 Poder Executivo:		
Ministério da Aeronáutica	195.602.400,00	
Ministério da Agricultura	43.000.000,00	
Ministério das Comunicações	3.800.000,00	
Ministério da Marinha	3.000.000,00	

Ministério das Minas e Energia	558.820.000,00	
Ministério do Trabalho e Previdência Social ..	30.400.000,00	
Ministério dos Transportes	2.060.478.800,00	
Programa de Integração Nacional	450.000.000,00	
Transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios (participação em impostos da União)	3.435.764.800,00	
TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS DO TESOUREO		23.099.700.000,00
3. Despesas à conta de Recursos Próprios dos Órgãos da Administração Indireta		3.639.068.000,00
TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃOS		26.738.768.000,00

Parágrafo Único. A despesa dos órgãos da Administração Indireta, realizada com recursos por eles diretamente arrecadados, será discriminada em seus orçamentos próprios, aprovados em conformidade com a legislação vigente, os quais deverão apresentar a mesma forma do Orçamento Geral da União e conter as discriminações por programas, subprogramas, projetos e atividades constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 4º O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita.

Parágrafo Único. Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, por antecipação da Receita, até o limite previsto na Constituição.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, mediante utilização dos recursos adiante indicados, até um limite correspondente a 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada nesta lei, com as seguintes finalidades:

- I — atender insuficiência nas dotações, especialmente as relativas a encargos com pessoal, utilizando como recurso a Reserva de Contingência;
- II — atender programas financiados por receitas com destinação específica, utilizando como recurso o definido no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- III — atender insuficiência nas dotações atribuídas a órgãos que exerçam atividades econômicas, usando como recurso a diferença entre as receitas por eles auferidas e recolhidas ao Tesouro Nacional e as estimadas nesta lei;
- IV — atender insuficiência nas dotações destinadas a programas prioritários, utilizando como recurso as disponibilidades caracterizadas no item III, do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito e colocar letras e outros títulos de sua responsabilidade até o limite de Cr\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de cruzeiros).

Parágrafo Único. Inclui-se no montante autorizado neste artigo a colocação dos referidos títulos junto ao Banco Central do Brasil, de acôrdo com o que preceituam os §§ 1º e 2º do art. 49, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como o § 2º do art. 7º do Decreto-lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

(*) Nota do S. Pb. — Os anexos integrantes desta Lei estão publicados em Suplemento ao D. O. de 2-12-1970.

LEI Nº 5.629 — DE 2 DE DEZEMBRO
DE 1970

Prorroga, até 31 de dezembro de 1972, o prazo previsto no artigo 6º, da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965, alterado pelo Decreto-lei número 447, de 3 de fevereiro de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É prorrogado, até 31 de dezembro de 1972, o prazo previsto no artigo 6º da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965, alterado pelo Decreto-lei nº 447, de 3 de fevereiro de 1969.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.630 — DE 2 DE DEZEMBRO
DE 1970

Estabelece normas para a criação de órgãos de primeira instância na Justiça do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A criação de Junta de Conciliação e Julgamento está condicionada à existência, na base territorial prevista para sua jurisdição, de mais de 12 mil empregados e o ajuizamento, durante três anos consecutivos, de pelo menos, duzentas e quarenta reclamações anuais.

§ 1º Nas áreas de jurisdição onde já existam Juntas, só serão criados novos órgãos quando a frequência de reclamações, no período previsto neste artigo, exceder, seguidamente, a mil e quinhentos processos anuais.

§ 2º A jurisdição das Juntas só poderá ser estendida aos municípios ou

distritos situados num raio máximo de sessenta quilômetros, desde que os meios de condução para a respectiva sede sejam diários e regulares.

§ 3º Para efeito do que dispõe este artigo, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juizes de Direito investidos da administração da Justiça do Trabalho encaminharão, mensalmente, ao Tribunal Superior do Trabalho, na forma das instruções por este expedidas, boletins estatísticos do movimento Judiciário-trabalhista.

Art. 2º As propostas de criação de novas Juntas serão encaminhadas à Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, que se pronunciará sobre a sua necessidade, de acordo com os critérios adotados nesta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pelos serviços estatísticos fornecerão ao Tribunal Superior do Trabalho, sempre que solicitados, os dados necessários à instrução das propostas de criação de Juntas de Conciliação e Julgamento.

Art. 3º O disposto no § 2º do artigo 1º não se aplica às Juntas de Conciliação e Julgamento já criadas na data de início da vigência desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI N.º 5.631 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar utilizando como recurso o excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento da União aprovado pelo Decreto-lei nº 727, de 1º de agosto de 1969, no montante de Cr\$ 1.580.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta milhões de cruzeiros), conforme a especificação seguinte:

	Cr\$
28.00.00 — ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO	
28.01.00 — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	
Ci.07.2.001 — Comissões por Arrecadação	
3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros	18.000.000
18.00.2.003 — Encargos da Dívida Pública Fundada Interna	
3.2.4.0 — Juros	317.000.000
18.00.2.004 — Encargos da Dívida Pública Fundada Externa	
3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros	10.000.000
3.2.4.0 — Juros	99.000.000
4.3.1.1 — Amortização da Dívida Pública	
02.00 — Fundada Externa	130.000.000
28.02.00 — Recursos sob supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	
18.00.1.013 — Financiamento de Atividades e Projetos Prioritários	
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial	136.000.000
18.00.2.006 — Fundo de Reserva Orçamentária	
3.2.6.0 — Fundo de Reserva Orçamentária	870.000.000
Total geral	1.580.000.000

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a distribuir a importância de Cr\$ 870.000.000,00 (oitocentos e setenta milhões de cruzeiros) destinada ao Fundo de Reserva Orçamentária, através de créditos suplementares às unidades orçamentárias, sem prejuízo da autorização contida no artigo 6º do Decreto-lei n.º 721, de 1 de agosto de 1969.

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito autorizado no artigo 1º desta Lei provirão do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MEDICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.632 — DE 2 DE DEZEMBRO
DE 1970

Estabelece gratificação para os Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos receberão, pelo desempenho das atribuições que lhes foram conferidas pelo artigo 110 da Constituição Federal, uma gratificação no valor de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) e Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) respectivamente.

Parágrafo único. A gratificação incorporar-se-á aos proventos da aposentadoria.

Art. 2º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar necessário a atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, no exercício de 1970.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MEDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.633 — DE 2 DE DEZEMBRO
DE 1970

Cria na Justiça do Trabalho de 1ª e 3ª Regiões 19 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas na 1ª e 3ª Regiões da Justiça do Trabalho dezoito (19) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas:

a) cinco no Rio de Janeiro (21ª a 25ª), no Estado da Guanabara, uma em Duque de Caxias (2ª), uma em Nova Iguaçu (2ª), uma em Itaperuna, uma em Três Rios e uma em São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro e uma em Colatina, no Estado do Espírito Santo.

b) seis (6) em Belo Horizonte (7ª a 12ª), no Estado de Minas Gerais e duas em Brasília (4ª e 5ª), no Distrito Federal.

§ 1º A jurisdição da Junta sediada em São Gonçalo é extensiva ao Município de Itaboraí.

§ 2º A jurisdição da Junta sediada em Itaperuna é extensiva aos Municípios de Lages, Natividade, Porciúncula e Bom Jesus de Itabapoana.

§ 3º A jurisdição da Junta sediada em Três Rios é extensiva aos Municípios de Paraíba do Sul e Sapucaia.

Art. 2º Fica estendida, na forma desta Lei, a jurisdição das seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento do Espírito Santo:

a) a de Vitória, aos Municípios de Vila Velha, Guarapari, Engano, Cariacica e Serra.

b) a de Cachoeiro do Itapemirim, aos Municípios de Itapemirim, Presidente Kennedy, Muqui, Alegre, Castelo e Jerônimo Monteiro.

Art. 3º São criados os seguintes cargos, a serem providos na forma da legislação em vigor.

a) de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento — oito (8) na 3ª Região e onze (11) na 1ª Região.

b) de Juiz do Trabalho Substituto seis (6) na 3ª Região.

Art. 4º Ficam criadas trinta e oito (38) funções de vogal, sendo dezoito (19) representantes de empregadores e dezoito (19) representantes de empregados para atender às Juntas criadas no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Haverá um Suplente para cada Vogal.

Art. 5º Os mandatos titulares de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os das Juntas das respectivas Regiões, atualmente em exercício.

Art. 6º São criados, provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho das 1ª e 3ª Regiões 19 (dezenove), cargos em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, bem como 1 (uma) função gratificada de Distribuidor, símbolo 4-F, para a Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília.

Art. 7º As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas por esta Lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitarem os Tribunais competentes, mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo, que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes às necessidades da lotação dos órgãos a que pertencem.

§ 1º A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada da indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores com as correspondentes

categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2º Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta Lei, observado o disposto nos artigos 98 e 108, §1º, da Constituição.

Art. 8º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 1ª e 3ª Regiões providenciarão a instalação das Juntas criadas na respectiva Região.

Art. 9º A despesa com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1970; 149ª da Independência e 82ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.634 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1970

Altera os artigos 27 e 35 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária"

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 27 e 35 da Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. As firmas, associações, companhias, cooperativas, empresas de economia mista e outras que exercem atividades peculiares à medicina veterinária previstas pelos artigos 5º e 6º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, estão obrigadas a registro nos Conselhos de Medicina Veterinária das regiões onde funcionarem.

§ 1º As entidades indicadas neste artigo pagarão aos Conselhos de Medicina Veterinária onde se registrarem, taxa de inscrição e anuidade.

§ 2º O valor das referidas obrigações será estabelecido através de ato do Poder Executivo."

"Art. 35. A apresentação da carteira profissional prevista nesta Lei será obrigatoriamente exigida pelas autoridades civis ou militares, federais, estaduais ou municipais, pelas respectivas autarquias, empresas paraestatais ou sociedades de economia mista, bem como pelas associações cooperativas, estabelecimentos de crédito em geral, para inscrição em concurso, assinatura de termo de posse ou de qualquer documento, sempre que se tratar de

prestação de serviço ou desempenho de função privativa da profissão de médico-veterinário.

Parágrafo único. A carteira de identidade profissional expedida pelos Conselhos de Medicina Veterinária servirá como documento de identidade e terá fé pública."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Jorge de Carvalho e Silva

L. F. Cirne Lima

Júlio Barata

LEI Nº 5.635 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.073, de 9 de janeiro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos membros do Ministério Público Federal que percebem vencimentos previstos no Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968."

Art. 2º Os efeitos financeiros desta Lei retroagem a 1º de fevereiro de 1970.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.636 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Altera disposições do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, que "Dispõe sobre a reorganização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo", autoriza a subscrição de ações do referido estabelecimento e dá outras providências".

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 10 do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelo Decreto-lei nº 668, de 3 de julho de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10. Desde que totalmente integralizada a parcela do capital social atribuída à União, poderá o Poder Executivo promo-

ver, quando julgar conveniente, o aumento da sua participação acionária no Banco Nacional de Crédito Cooperativo Sociedade Anônima (BNCC)."

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever ações do aumento de capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo Sociedade Anônima (BNCC), até o limite de Cr\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de cruzeiros).

Art. 3º Para atender o disposto no artigo anterior, fica também o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), cujos recursos decorrerão de anulação de dotação consignada no vigente orçamento ao Subanexo 28.00.00, a saber:

Cr\$

28.00.00	— Encargos gerais da União	
28.02.00	— Recursos sob supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	
18.00.2.006		
3.2.6.0	— Fundo de Reserva Orçamentária	14.000.000,00

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

L. F. Cirne Lima

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.637 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região, o crédito especial de Cr\$ 64.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região o crédito especial de Cr\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil cruzeiros) para atender despesas de exercícios anteriores, não incluídas no orçamento vigente.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao subanexo 08.00.00, a saber:

Cr\$ 1,00

08.00.00	— JUSTIÇA DO TRABALHO	
08.04.00	— Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região	
01.06.1.005	— Reequipamento do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas da 3ª Região	
4.1.3.0	— Equipamentos e Instalações	20.000
4.1.4.0	— Material Permanente	24.000
01.06.2.009	— Processamento de Causas Trabalhistas em Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás	
3.1.3.2	— Outros Serviços de Terceiros	20.000
Total		64.000

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.638 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre o processo e julgamento das ações trabalhistas de competência da Justiça Federal, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As ações trabalhistas em que sejam partes a União, suas autarquias e as empresas públicas federais serão processadas e julgadas pelos Juízes da Justiça Federal, nos termos do art. 110, da Constituição, observado, no que couber, o disposto no Título X da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e no Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969.

Parágrafo único. O recurso ordinário cabível da decisão de primeira instância processar-se-á consoante o Capítulo VI do Título X da Consolidação das Leis do Trabalho, competindo-lhe o julgamento ao Tribunal Federal de Recursos, conforme dispuser o respectivo Regimento Interno.

Art. 2º Os processos de dissídios individuais em que forem partes a União, autarquia e empresas públicas federais, em tramitação na Justiça do Trabalho a 30 de outubro de 1969, serão remetidos ao Juiz Federal competente salvo os que já tiverem a instrução iniciada.

§ 1º Serão processadas e julgadas pela Justiça do Trabalho as ações trabalhistas em que forem partes a União, autarquias e empresas públicas federais cuja instrução teve início antes de 30 de outubro de 1969, assim como as execuções das sentenças que, nelas, haja proferido ou venha a proferir, e as ações rescisórias de seus julgados.

§ 2º Julgar-se-ão pelos Tribunais Regionais do Trabalho os recursos, interpostos ou que se interpuserem, cabíveis em ações ou execuções de sentenças de que trata o § 1º

§ 3º Serão julgados pelo Tribunal Superior do Trabalho:

I — os recursos de revista interpostos de acórdãos dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como os agravos de Instrumento correspondentes;

II — os embargos às decisões de suas turmas.

§ 4º O recurso interposto, sob o fundamento de inobservância da Constituição, para o Supremo Tribunal Federal, de acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, processar-se-á por este.

Art. 3º As ações trabalhistas em que forem partes as sociedades de economia mista ou as fundações criadas por lei federal somente passarão à competência da Justiça Federal se a União nelas intervier como assistente ou oponente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.639 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre a ampliação da carreira de Procurador da República do Quadro de Pessoal do Ministério Público Federal e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A carreira de Procurador da República do Quadro de Pessoal do Ministério Público Federal passa a ter a seguinte estrutura:

1ª Categoria — 58 cargos

2ª Categoria — 46 cargos

3ª Categoria — 41 cargos

Parágrafo único. Os cargos de Procurador da República serão lotados, por decreto do Poder Executivo, na Procuradoria-Geral da República, na Subprocuradoria-Geral da República e nas Procuradorias da República no Distrito Federal e nos Estados.

Art. 2º A lotação numérica e nominal dos funcionários das Secretarias dos órgãos do Ministério Público Federal será aprovada pelo Procurador-Geral, de acordo com as necessidades e conveniências do serviço.

Art. 3º As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços das Secretarias dos órgãos do Ministério Público Federal serão atendidas com a redistribuição, na forma da legislação em vigor, de funcionários de outros órgãos da Administração Federal, considerados desnecessários aos respectivos serviços.

Parágrafo único. Para os fins indicados neste artigo, a Procuradoria-Geral da República deverá solicitar ao órgão central do Sistema de Pessoal os servidores de que necessitar, com indicação precisa do quantitativo indispensável, da localização geográfica e da respectiva categoria funcional.

Art. 4º A partir da vigência desta lei, a gratificação adicional por tempo de serviço dos funcionários das Secretarias dos órgãos do Ministério Público Federal passará a ser concedida na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de efetivo exercício, até 7 (sete) quinquênios, calculada sobre o respectivo vencimento-base.

§ 1º O tempo de serviço público prestado anteriormente à vigência desta lei será computado para efeito da aplicação do disposto neste artigo.

§ 2º A diferença verificada, em cada caso entre a importância que o funcionário venha percebendo a título de gratificação adicional e o valor da mesma vantagem a que fará jus em decorrência do disposto neste artigo constituirá diferença individual, nominalmente identificável, insuscetível de qualquer acréscimo ou reajustamento.

Art. 5º As despesas com a execução desta lei serão atendidas com recursos concedidos ao Ministério Público Federal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.640 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Altera a redação do artigo 23 e seus parágrafos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que "Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal".

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 23 e seus parágrafos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. O policial fará jus à gratificação de função policial por ficar, compulsoriamente, incompatibilizado para o desempenho de qualquer outra atividade, pública ou privada, e em razão dos riscos à que está sujeito.

§ 1º A gratificação a que se refere este artigo será calculada, percentualmente, sobre o vencimento do cargo efetivo do policial, na forma a ser fixada pelo Presidente da República.

§ 2º Quando se tratar de ocupante de cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento com atribuições e responsabilidades de natureza policial, a gratificação será calculada sobre o valor do símbolo do cargo em comissão ou da função gratificada.

§ 3º Ressalvado o magistério na Academia Nacional de Polícia e a prática profissional em estabelecimento hospitalar, para os ocupantes de cargos da série de classes de Médicos Legista, ao funcionário policial é vedado exercer outra atividade, qualquer que seja a forma de admissão, remunerada ou não, em entidade pública ou empresa privada".

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

(*) LEI Nº 5.641 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1971

O Presidente da República

Faço saber que o Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 17 da Constituição da República Federativa do Brasil, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1971, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em Cr\$ 509.834.000,00 (quinhentos e nove milhões, oitocentos e trinta e quatro mil cruzeiros), e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, e de acordo com o seguinte desdobramento:

<i>Receitas Correntes</i>	Cr\$
Receita Tributária	230.497.000,00
Receita Patrimonial	865.000,00
Receita Industrial	61.000,00
Transferências Correntes	185.356.000,00
Receitas Diversas	3.857.000,00
Total das Receitas Correntes	420.636.000,00
Receitas de Capital	89.198.000,00
Total da Receita Orçamentária	509.834.000,00

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuída pelas Unidades Orçamentárias conforme o seguinte desdobramento:

<i>Despesas por Programas</i>	<i>Cr\$</i>
Administração	122.340.200,00
Agropecuária	20.500.000,00
Assistência e Previdência	8.818.000,00
Defesa e Segurança	64.000.000,00
Educação	92.492.300,00
Energia	2.000.000,00
Habitação e Planejamento urbano	72.220.000,00
Saúde e Saneamento	104.065.500,00
Transporte	12.500.000,00
Total	498.936.000,00
Fundo de Reservas Orçamentária	10.898.000,00
Total Geral da Despesa	509.834.000,00

Despesa por Unidade Orçamentária

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Governador	8.350.000,00
Departamento de Turismo	2.900.000,00
Procuradoria-Geral	2.400.000,00
Secretaria de Administração	12.534.000,00
Secretaria de Agricultura e Produção	20.500.000,00
Secretaria de Educação e Cultura	88.400.000,00
Secretaria de Finanças	55.915.000,00
Secretaria do Governo	3.537.000,00
Região Administrativa I — Brasília	1.375.000,00
Região Administrativa II — Gama	1.228.000,00
Região Administrativa III — Taguatinga	2.105.000,00
Região Administrativa IV — Braslândia	880.000,00
Região Administrativa V — Sobradinho	1.370.000,00
Região Administrativa VI — Planaltina	1.105.000,00
Região Administrativa VIII — Jardim	400.000,00
Secretaria de Saúde	70.000.000,00
Secretaria de Segurança Pública	20.000.000,00
Polícia Militar do Distrito Federal	25.000.000,00
Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	19.000.000,00
Secretaria de Serviços Públicos	23.000.000,00
Secretaria de Serviços Sociais	14.600.000,00
Secretaria de Viação e Obras	118.000.000,00

ÓRGÃO AUXILIAR DO PODER LEGISLATIVO

Tribunal de Contas do Distrito Federal	6.337.000,00
Total	498.936.000,00
Fundo de Reserva Orçamentária	10.898.000,00
Total Geral da Despesa	509.834.000,00

Art. 4º A aplicação dos recursos discriminados no art. 3º far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as Unidades Orçamentárias.

Parágrafo único. O Governador do Distrito Federal, mediante decreto, poderá criar novos projetos pela transferência total ou parcial de recursos consignados a projetos e atividades discriminados nos quadros anexos, ou pela suplementação com recursos resultantes de excesso de arrecadação.

Art. 5º O Governador do Distrito Federal aprovará, até 31 de dezembro do ano em curso, quadros de detalhamento dos projetos e atividades.

Art. 6º Fica o Governador do Distrito Federal autorizado a:

I — Realizar operações de crédito por antecipação da receita, obedecido o limite previsto na Constituição;

II — Abrir, mediante decreto os créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Tributária orçada, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, incluindo-se ao disposto neste inciso a aplicação do Fundo de Reserva Orçamentária;

III — Firmar convênio com a União para administração e cobrança dos tributos previstos na presente Lei.

Art. 7º A Receita a que se refere esta Lei será arrecadada de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 — Código Tributário do Distrito Federal.

Art. 8º O Governador do Distrito Federal, mediante decreto, indicará as dotações, cuja movimentação ficará centralizada, e os respectivos órgãos centralizadores, segundo o disposto no art. 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º Trimestralmente o Governador do Distrito Federal, nos termos do parágrafo único do art. 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fará a redistribuição das parcelas das dotações de pessoal:

I — De uma para outra Unidade Orçamentária, em consequência da movimentação de pessoal entre estas;

II — Do elemento "3.1.1.0 — Pessoal" para o elemento "3.2.3.0 — Transferências de Assistência e Previdência Social", em decorrência da inatividade de servidores;

III — Reciprocamente do elemento "3.1.1.0 — Pessoal" para o elemento "3.2.1.0 — Subvenção Social" ou "3.2.2.0 — Subvenção Econômica", em virtude da movimentação de pessoal entre órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Os anexos mencionados no art. 1º foram publicados no D.O. de 7-12-70 (Suplemento).

LEI Nº 5.642 — DE 3 DE DEZEMBRO
DE 1970

Complementa o Decreto-lei nº 232, de 28 de fevereiro de 1967, que "Faz doação à Academia Brasileira de Letras do imóvel situado na Avenida Presidente Wilson, nº 231, no Estado da Guanabara"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Academia Brasileira de Letras, donatária do domínio pleno do imóvel situado à Avenida Presidente Wilson nº 231, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, conforme dispõe o Decreto-lei número 232, de 28 de fevereiro de 1967 fica autorizada a:

I — alienar ou hipotecar frações ideais do imóvel doado para a construção de edificações que pertencerão, no todo ou em parte, à donatária, com a finalidade de obter recursos para a execução dos objetivos da doação.

II — locar partes das áreas a serem construídas que a donatária considere desnecessárias ao seu uso próprio imediato, com a mesma finalidade referida no item precedente.

Art. 2º. A alienação a que se refere o artigo anterior não poderá ser feita sem que fique assegurada à Academia, no plano de incorporação arquivado no Registro de Imóveis, área construída correspondente, no mínimo, ao valor de mercado do imóvel doado, estimado com base nos preços vigentes na data da incorpo-

ração por entidade avaliadora idônea.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Neto

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.643 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1970

Cria na Justiça do Trabalho das 2ª e 5ª Regiões 16 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas nas 2ª e 5ª Regiões da Justiça do Trabalho 16 (dezesseis) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas:

a) na 2ª Região — 9 (nove) na cidade de São Paulo (24ª a 32ª), 1 (uma) em Osasco, 1 (uma) em Santos (3ª), todas no Estado de São Paulo, e 1 (uma) em Curitiba (3ª), no Estado do Paraná;

b) na 5ª Região — 3 (três) em Salvador (8ª a 10ª) e 1 (uma) em Itabuna (2ª), no Estado da Bahia

Parágrafo único. A jurisdição da Junta sediada em Itabuna é extensiva aos Municípios de Itajupe, Coaraci, Itapitanga, Almadina, Barro Preto, Cauracau, Paulo Brasil e Mascote.

Art. 2º São criados os seguintes cargos a serem providos na forma da Legislação vigente:

a) de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento — 12 (doze) na 2ª Região e 4 (quatro) na 5ª Região;

b) de Juiz do Trabalho Substituto — 8 (oito) na 5ª Região.

Art. 3º Ficam criadas 32 (trinta e duas) funções de Vogal, sendo 16 (dezesseis) representantes de empregadores e 16 (dezesseis) representantes de empregados para atender às Juntas criadas no artigo 1º desta Lei.

Parágrafo único. Haverá um Suplente para cada Vogal.

Art. 4º Os mandatos dos Vogais de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os das demais Juntas das respectivas Regiões, atualmente em exercício.

Art. 5º São criados, provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho das 2ª e 5ª Regiões, para lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, 16 (dezesseis) cargos em Comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, e 2 (duas) funções gratificadas de Distribuidor, símbolo 4-F.

Art. 6º As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento, criados por esta Lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitarem os Tribunais competentes, mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes às necessidades da lotação dos órgãos a que pertencem.

§ 1º A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo acompanhada da indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, das correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2º Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, observado o disposto nos artigos 98 e 108, § 1º da Constituição.

Art. 7º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 2ª e 5ª Regiões providenciarão a instalação das Juntas criadas na respectiva Região.

Art. 8º A despesa com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.644 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

Cria na Justiça do Trabalho das 4ª e 8ª Regiões 19 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criadas na 4ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho, dezoito (18) Juntas de Conciliação e Julgamento assim distribuídas:

a) na 4ª Região — Três (3) em Porto Alegre (11ª a 13ª), uma em Pelotas (2ª), uma em São Leopoldo (2ª), uma em Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, uma em Brusque e uma em Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina;

b) na 8ª Região — três (3) em Belém (4ª a 6ª), uma em Castanhal, uma em Breves, uma em Abaetetuba, no Estado do Pará, uma em Manaus (3ª) e uma em Itacoatira, no Estado do Amazonas, uma em Rio Branco, no Estado do Acre, uma em Macapá, no Território do Amapá e uma em Porto Velho no Território de Rondônia.

§ 1º. As Juntas de Porto Alegre (11ª a 13ª), em Pelotas (2ª) em São Leopoldo (2ª) terão a mesma jurisdição das Juntas já existentes.

§ 2º. A jurisdição da Junta sediada em Rio do Sul, é extensiva aos municípios de Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, D. Ema, Ibirama, Ituporanga, Imbuia, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio d'Oeste, Salete, Taió, Trombudo Central e Wittmarsum.

§ 3º. A jurisdição da Junta sediada em Brusque é extensiva aos mu-

nicipios de Botuverá, Guabiruba, Vidual Ramos, Nova Trento e São João Batista.

§ 4º. A jurisdição da Junta sediada em Castanhal é extensiva aos municípios de Vigia, Marapanim, Igarapé-Açu, S. Isabel do Pará, Curuçá, Maracanã e Benevides.

§ 5º. A jurisdição da Junta sediada em Breves é extensiva aos municípios de Afuá, Gurupá, Chaves e Muané.

§ 6º. A jurisdição da Junta sediada em Abaetetuba é extensiva aos municípios de Igarapé-Mirim, Camedá, Baião e Tucuruí.

§ 7º. A jurisdição da Junta sediada em Itacoatira é extensiva aos municípios de Nova Olinda, Borba, Autazes e Silves.

§ 8º. A jurisdição da Junta sediada em Macapá é extensiva aos municípios de Mazagão e Amapá.

Art. 2º. São criados os seguintes cargos a serem providos na forma da legislação vigente:

a) de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento — oito (8) na 4ª Região e onze (11) na 8ª Região.

b) de Juiz do Trabalho Substituto — oito (8) na 4ª Região e oito (8) na 8ª Região.

Art. 3º. Ficam criadas trinta e oito (38) funções de Vogal, sendo dezoito (18) representantes de empregadores e dezoito (18) representantes de empregados, para atender às Juntas criadas no artigo 1º desta Lei.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 4º. Os mandatos dos Vogais de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas das respectivas Regiões atualmente em exercício.

Art. 5º. São criados provisoriamente, nos Quadros do Pessoal da Justiça do Trabalho das 4ª e 8ª Regiões, 19 (dezoito) cargos em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C para lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, bem como 3 (três) funções gratificadas de Distribuidor, símbolo 4-F, para as Juntas de Conciliação e Julgamento em Manaus, Pelotas e São Leopoldo.

Art. 6º. As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas por esta Lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitarem os Tribunais competentes mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes às necessidades da lotação dos órgãos a que pertencem.

§ 1º. A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada da indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, das correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2º. Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, observado o disposto nos artigos 98 e 108, § 1º da Constituição.

Art. 7º. Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 4ª e 8ª Regiões providenciarão a instalação das Juntas criadas na respectiva Região.

Art. 8º. A despesa com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.645 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A classificação de cargos do Serviço Civil da União e das au-

tarquias federais obedecerá às diretrizes estabelecidas na presente lei.

Art. 2º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes Grupos:

De Provimento em Comissão

I — Direção e Assessoramento Superiores.

De Provimento Efetivo

- II — Pesquisa Científica e Tecnológica
- III — Diplomacia
- IV — Magistério
- V — Polícia Federal
- VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização
- VII — Artesanato
- VIII — Serviços Auxiliares
- IX — Outras atividades de nível superior
- X — Outras atividades de nível médio.

Art. 3º Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, cada Grupo, abrangendo várias atividades, compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento superiores da administração cujo provimento deva ser regido pelo critério da confiança, segundo fôr estabelecido em regulamento.

II — Pesquisa Científica e Tecnológica: os cargos com atribuições, exclusivas ou comprovadamente principais, de pesquisa científica, pura ou aplicada, para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente e não estejam abrangidos pela legislação do Magistério Superior.

III — Diplomacia: os cargos que se destinam a representação diplomática.

IV — Magistério: os cargos com atividades de magistério de todos os níveis de ensino.

V — Polícia Federal: os cargos com atribuições de natureza policial.

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais.

VII — Artesanato: os cargos de atividades de natureza permanente, principais ou auxiliares, relacionadas com os serviços de artefice em suas várias modalidades.

VIII — Serviços Auxiliares: os cargos de atividades administrativas em geral, quando não de nível superior.

IX — Outras atividades de nível superior: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente.

X — Outras atividades de nível médio: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma ou certificado de conclusão de curso de grau médio ou habilitação equivalente.

Parágrafo único. As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras semelhantes serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o artigo 10, § 7º, do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º Outros Grupos, com características próprias, diferenciadas dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles, se o justificarem as necessidades da Administração, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5º Cada Grupo terá sua própria escala de nível a ser aprovada pelo Poder Executivo, atendendo, primordialmente, aos seguintes fatores:

I — importância da atividade para o desenvolvimento nacional.

II — Complexidade e responsabilidade das atribuições exercidas; e

III — Qualificações requeridas para o desempenho das atribuições.

Parágrafo único. Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos Grupos, para nenhum efeito.

Art. 6º A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

Art. 7º O Poder Executivo elaborará e expedirá o novo Plano de

Classificação de Cargos, total ou parcialmente, mediante decreto, observadas as disposições desta lei.

Art. 8º A implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma escala de prioridade na qual se levará em conta preponderantemente:

I — a implantação prévia da reforma administrativa, com base no Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II — o estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e

III — a existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Art. 9º A transposição ou transformação dos cargos, em decorrência da sistemática prevista nesta lei, processar-se-á gradativamente considerando-se as necessidades e conveniências da Administração e, quando ocupados, segundo critérios seletivos a serem estabelecidos para os cargos integrantes de cada Grupo, inclusive através de treinamento intensivo e obrigatório.

Art. 10. O órgão central do Sistema de Pessoal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, a ser proposta pelos Ministérios, órgãos integrantes da Presidência da República e autarquias, dentro das respectivas jurisdições, para aprovação mediante decreto.

§ 1º O órgão central do Sistema de Pessoal promoverá as medidas necessárias para que o plano seja mantido permanentemente atualizado.

§ 2º Para a correta e uniforme implantação do Plano, o órgão central do Sistema de Pessoal promoverá gradativa e obrigatoriamente o treinamento de todos os servidores que participarem da tarefa, segundo programas a serem estabelecidos com esse objetivo.

Art. 11. Para assegurar a uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos, haverá, em cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, uma Equipe Técnica de alto nível, sob a presidência do dirigente

do órgão de pessoal respectivo, com a incumbência de:

I — determinar quais os Grupos ou respectivos cargos a serem abrangidos pela escala de prioridade a que se refere o artigo 8º desta lei;

II — orientar e supervisionar os levantamentos, bem como realizar os estudos e análises indispensáveis à inclusão dos cargos no novo Plano;

III — manter com o órgão central do Sistema de Pessoal os contactos necessários para correta elaboração e implantação do Plano.

Parágrafo único. Os membros das Equipes de que trata este artigo serão designados pelos Ministros de Estado, dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República ou de autarquia, devendo a escolha recair em servidores que, pela sua autoridade administrativa e capacidade técnica, estejam em condições de exprimir os objetivos do Ministério, do órgão integrante da Presidência da República ou da autarquia.

Art. 12. O novo Plano de Classificação de Cargos a ser instituído em aberto de acordo com as diretrizes expressas nesta lei, estabelecerá, para cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, um número de cargos inferior, em relação a cada grupo, aos atualmente existentes.

Parágrafo único. A não observância da norma contida neste artigo somente será permitida.

a) mediante redução equivalente em outro grupo, de modo a não haver aumento de despesas; ou

b) em casos excepcionais, devidamente justificados perante o órgão central do Sistema de Pessoal, se inviável a providência indicada na alínea anterior.

Art. 13. Observado o disposto na Seção VIII da Constituição e em particular, no seu artigo 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas, não se lhes aplicando as disposições, a respeito, contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 14. O atual Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil

do Poder Executivo, a que se refere a Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960 e legislação posterior, é considerado extinto, observadas as disposições desta lei.

Parágrafo único. A medida que fôr sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada categoria, classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar Quadros Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acesso que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

Art. 15. Para efeito do disposto no Artigo 108, § 1º, da Constituição, as diretrizes estabelecidas nesta lei, inclusive o disposto no artigo 14 e seu parágrafo único, se aplicarão à classificação dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

LEI Nº 5.646 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Militar — em favor da 3ª Auditoria de Guerra da 3ª Região Militar e Auditoria de Guerra da 10ª Região Militar o crédito especial de Cr\$ 21.180,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Militar — em favor da 3ª Auditoria de Guerra da 3ª Região Militar e Auditoria de Guerra da 10ª Região Militar o crédito especial de Cr\$ 21.180,00 (vinte e um mil, cento e oitenta cruzeiros) para atender encargos de Salário-Família e de Despesas de Exercícios Anteriores.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento aos subanexos 06.00.00 e 28.00.00, a saber:

06.00.00 — JUSTIÇA MILITAR	Cr\$ 1,00
06.12.00 — 3ª Auditoria de Guerra da 3ª Região Militar e Auditoria de Guerra da 10ª Região Militar	
01.06.2.023 — Processamento de Causa da 3ª Auditoria de Guerra da 3ª Região Militar	
3.1.2.0 — Material de Consumo	721
3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros	6.956
4.1.4.0 — Material Permanente	7.503
28.00.00 — Encargos Gerais da União	
28.02.00 — Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	
18.00.2.006 — Fundo de Reserva Orçamentária (artigo 91 do Decreto-lei nº 200-67)	
3.2.6.0 — Fundo de Reserva Orçamentária	6.000
Total	21.180

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.647 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Uni-

versidade Federal de Mato Grosso, que se regerá por Estatuto aprovado por Decreto do Presidente da República.

§ 1º O Presidente da República designará por Decreto o representante da União nos atos de instituição da Fundação.

§ 2º Aos doadores, entidades públicas ou particulares, é permitido se fazerem representar nos atos constitutivos da Fundação.

§ 3º Serão compreendidos nesses atos os que se fizerem necessários à

integração no patrimônio da Fundação dos bens e direitos referidos no artigo 4º desta lei e a respectiva avaliação.

Art. 2º A Fundação, com sede e fóro na cidade de Cuiabá, será entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição de seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, da qual serão partes integrantes o Estatuto e o Decreto que os aprovar.

Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Federal de Mato Grosso, instituição de ensino superior, de pesquisas e estudo nos diferentes ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º O patrimônio da Fundação será constituído:

I — Pelas doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, Estados, Municípios e por quaisquer entidades públicas ou particulares;

II — Pela dotação consignada anualmente no Orçamento da União;

III — Pela doação dos bens móveis e imóveis de domínio do Estado de Mato Grosso autorizada por Lei;

IV — Pelos bens e direitos que, no ato constitutivo da Fundação, forem doados por outras entidades interessadas nos seus objetivos;

V — Pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários;

VI — Pelas taxas e anuidades que forem fixadas pelo Conselho Diretor, com observância da legislação específica sobre a matéria.

§ 1º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos não podendo ser alienados os imóveis e os bens que forem gravados de inalienabilidade no ato constitutivo sem prévia autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de extinguir-se a Fundação, os bens e direitos gravados de inalienabilidade reverterão aos doadores e os demais serão incorporados ao patrimônio da União.

§ 3º No ato constitutivo, os instituidores poderão também relacionar bens e direitos cedidos temporariamente à Fundação sem quaisquer ônus para esta e pelo prazo que for estabelecido no mesmo ato.

Art. 5º A manutenção da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso será assegurada por recursos orçamentários da União.

Art. 6º A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso será administrada por um Conselho Diretor constituído de 6 (seis) membros e 6 (seis) respectivos suplentes escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, assim especificados: 3 (três) membros de livre escolha do Presidente da República, 1 (um) membro indicado pelo Ministério da Educação e Cultura, 1 (um) membro indicado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, 1 (um) membro indicado pelas classes empresariais do Estado, devendo todos serem nomeados pelo Presidente da República.

§ 1º Os membros do Conselho Diretor não serão remunerados, podendo, entretanto, receber *jetons* de presença.

§ 2º O Conselho Diretor elegerá, entre seus membros, o Presidente da Fundação, que a representará em Juízo e fora dele.

§ 3º Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por 6 (seis) anos, podendo ser reconduzidos uma só vez.

§ 4º Ao ser constituído o Conselho Diretor, 1/3 (um terço) de seus membros terá mandato apenas de 2 (dois) anos e 1/3 (um terço) de 4 (quatro) anos.

Art. 7º O Conselho Diretor terá função precípua de gerir o patrimônio da Fundação, de modo a assegurar à Universidade seu pleno desenvolvimento em consonância com os objetivos previstos na legislação de ensino.

Art. 8º O Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso será o Presidente do Conselho Diretor, coincidindo o seu mandato com o de membro do Conselho podendo ser reconduzido uma vez.

Art. 9º A Universidade Federal de Mato Grosso gozará de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, nos termos do artigo 3º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 10. Integração inicialmente a Universidade Federal de Mato Grosso:

I — A Faculdade Federal de Direito de Cuiabá;

II — A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mato Grosso;

III — O Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá.

§ 1º Os estabelecimentos referidos neste artigo, e outros que venham a ser incorporados, serão reestruturados na organização da Universidade de forma a atender às exigências da legislação universitária vigente.

§ 2º Em qualquer tempo a juízo do Conselho Diretor, mediante prévia autorização do Conselho Federal de Educação, poderão incorporar-se à Universidade outras instituições de ensino, oficiais ou particulares, vedada a duplicação de meio para fins idênticos ou equivalentes.

Art. 11. O regime jurídico dos servidores da Fundação Universidade de Mato Grosso, no que couber, é o da legislação do trabalho, assegurando-se aos atuais professores e aos funcionários estáveis ou efetivos das unidades incorporadas à Fundação as garantias estabelecidas na Constituição Federal ou Estadual vigente.

Art. 12. O pessoal do serviço público federal ora lotado na Faculdade Federal de Direito de Cuiabá, incorporada à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, passará automaticamente à disposição da mesma, assegurados os direitos e vantagens dos seus cargos.

Art. 13. Será transferido para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso o patrimônio do estabelecimento federal da Faculdade de Direito de Cuiabá.

Art. 14. Os recursos consignados no Orçamento da União do corrente exercício em favor das instituições incorporadas à Universidade serão entregues à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

Art. 15. O Esatantao da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso disporá sobre outros encargos e atribuições da mesma Fundação, inclusive sobre recursos e meios necessários ao perfeito cumprimento de seus objetivos.

Parágrafo único. O Estatuto da Universidade disporá, igualmente, sobre sua estrutura, organização e funcionamento, com integral observância do que dispõe a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 16. O Ministério da Educação e Cultura procederá a estudos, visando à criação da Universidade Federal de Campo Grande, Mato Grosso, encaminhando-se, dentro de 90 (noventa) dias, ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.648 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970

Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com sede e fóro no Distrito Federal.

Parágrafo único. O Instituto gozará dos privilégios da União no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2º O Instituto tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas, o Instituto adotará, com vistas ao desenvolvimento econômico do País, medidas capazes de acelerar e regular a transferência de tecnologia e de estabelecer melhores condições de negociação e utilização de patentes, cabendo-lhe ainda pronunciar-se quanto à conveniência da assinatura ratificação ou denúncia de convenções, tratados, convênio e acordos sobre propriedade industrial.

Art. 8º O patrimônio do Instituto será constituído dos bens, direitos e valores pertencentes à União e atualmente vinculados ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, ou sob sua responsabilidade, e transferidos àquele Instituto por esta lei, bem como da receita resultante da execução dos seus serviços e dos recursos orçamentários da União que lhe forem proporcionados.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial em favor do Instituto, utilizando, como recursos, os saldos das dotações orçamentárias do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 5º O Presidente do Instituto, indicado pelo Ministro da Indústria e do Comércio, será de livre nomeação e exoneração do Presidente da República.

Art. 6º O Poder Executivo disporá sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos diversos órgãos do Instituto, bem como sobre regime de pessoal e contratação de serviços.

Art. 7º A extinção do Departamento Nacional da Propriedade Industrial será promovida pelo Poder Executivo, ficando extintos os cargos e funções medida que forem aprovados os quadros ou tabelas próprios da autarquia criada por esta lei.

Parágrafo único. Extinto o Departamento Nacional da Propriedade Industrial as atribuições que lhe competiam passarão para o INPI.

Art. 8º O Poder Executivo promoverá as medidas para redistribuição do pessoal lotado no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, podendo o Instituto permitir o ingresso, nos seus quadros, de servidores do extinto Departamento, desde que possuam as qualificações exigidas para ocupar cargo ou exercer funções constantes de seus quadros ou tabelas.

Art. 9º O Instituto manterá publicação própria, destinada a divulgar seus atos, despachos e decisões, bem como matéria relacionada com seus serviços.

Parágrafo único. O Regulamento desta Lei disporá quanto à transferência, para o periódico previsto neste artigo, das publicações atualmente feitas, nos termos e para os efeitos do Decreto-lei nº 2.131, de 12

de abril de 1940, no *Diário Oficial da União*, Seção III.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

João Paulo dos Reis Velloso

LEI N.º 5.649 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Comunicações em favor do Gabinete do Ministro o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Comunicações em favor do Gabinete do Ministro o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas de contribuição de previdência social.

Art. 2.º Os recursos necessários à execução desta Lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao subanexo 14.00.00 a saber:

14.00.00 — *Ministério das Comunicações*

14.01.00 — *Gabinete do Ministro — Atividade.*

01.04.2.00 — *Assessoria Ministerial*

3.1.1.1 — *Pessoal Civil*

02.00 — *Despesas variáveis — ...*
Cr\$ 150.000,00

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 32º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

Hugino C. Corsetti

LEI Nº 5.650 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970

Cria na Justiça do Trabalho das 6ª e 7ª Regiões 20 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas nas 6ª e 7ª Regiões da Justiça do Trabalho 20 (vinte) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas:

a) na Sexta Região — quatro em Recife (6ª a 9ª), uma em cada um dos Municípios de Cabo, Catende, Pesqueira, Limoeiro, todas no Estado de Pernambuco; uma em Penedo, no Estado de Alagoas; uma em João Pessoa (2ª), no Estado da Paraíba, uma em Macau e uma em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte;

b) na Sétima Região — quatro em Fortaleza (2ª a 5ª), uma em cada um dos Municípios de Crato, Sobral, Iguatu e Quixadá, no Estado do Ceará.

Art. 2º Integram a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas pelo artigo 1º, os seguintes Municípios:

a) 6ª e 9ª Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife, com jurisdição sobre os Municípios de Olinda e São Lourenço da Mata;

b) Junta de Conciliação e Julgamento do Cabo (PE), com jurisdição sobre os Municípios de Ipojuca, Sirinhaem, Rio Formoso, São José da Coroa Grande e Barreiro;

c) Junta de Conciliação e Julgamento de Catende (PE), com jurisdição sobre os Municípios de Maraiá, Canhotinho, Lagoa dos Gatos, Belém de Maria, Panelas, São Benedito do Sul, Quipapá, Jurema e Cupira;

d) Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira (PE) com jurisdição sobre os Municípios de Belo Jardim, Serra do Vento, Xucuru, Sannharó, Alagoinha, Venturosa Poção, Arcoverde, Pedra, São Bento do Una, Buique e Sertânia;

e) Junta de Conciliação e Julgamento de Limoeiro (PE) com jurisdição sobre os Municípios de Paudalho, Carpina, Bom Jardim Joac Alfredo, Orobó, Surubim, Salgadinho, Passira, Bengala e Cumaru;

f) Junta de Conciliação e Julgamento de Mossoró (RN) com jurisdição sobre os Municípios de Areia Branca, Apodi, Baraúna, Grossos, Caraúbas e Upanema;

g) Junta de Conciliação e Julgamento de Macau (RN) com jurisdição sobre os Municípios de São Bento do Norte, Pendências, Açú, Ipan-guaçu, Pedro Avelino e Afonso Bezerra;

h) Junta de Conciliação e Julgamento de Penedo (AL), com jurisdição sobre os Municípios de São Braz, Pôrto Real do Colégio, Piaçabugú, Coruripe, Junqueiro, Arapiraca, São Sebastião, Igreja Nova, Feira Grande, Limoeiro de Anadia, Campo Alegre e Feliz Deserto.

i) Junta de Conciliação e Julgamento de Sobral (CE), com jurisdição sobre os Municípios de Meruoca e Massapê;

j) Junta de Conciliação e Julgamento de Crato (CE), com jurisdição sobre os Municípios de Juazeiro e Barbalha;

1) Junta de Conciliação e Julgamento de Quixadá, com jurisdição sobre o Município de Quixeramobim.

Art. 3º São criados os seguintes cargos a serem providos na forma da legislação em vigor:

a) de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento — 12 (doze) na 6ª Região e 8 (oito) na 7ª Região;

b) de Juiz do Trabalho Substituto — 6 (seis) na 6ª Região e 6 (seis) na 7ª Região.

Art. 4º Ficam criadas 40 (quarenta) funções de Vogal, sendo 20 (vinte) representantes de empregadores e 20 (vinte) representantes de empregados para atender às Juntas criadas pelo artigo 1º desta Lei.

Parágrafo único. Haverá um Suplente para cada Vogal.

Art. 5º Os mandatos dos Vogais de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas das respectivas regiões, atualmente em funcionamento.

Art. 6º São criados, provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho das 6ª e 7ª Regiões 12 (doze) cargos em comissão de Chefe de Secretaria símbolo 5-C, para lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, bem como 2 (duas) funções gratificadas de Distribuidor símbolo 4-F, para as Juntas de Conciliação e Julgamento em Fortaleza.

Art. 7º As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento, criados por esta Lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitarem os Tribunais competentes, mediante redistribuição, com os respectivos cargos de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes às necessidades da lotação dos órgãos a que pertencem.

§ 1º A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada da indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, bem como das correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2º Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta lei, observado o disposto nos artigos 98 e 108, § 1º, da Constituição.

Art. 8º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 6ª e 7ª Regiões providenciarão a instalação das Juntas criadas na respectiva Região, bem como outras medidas determinadas por esta Lei.

Art. 9º A despesa com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.651 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizado o Ministério do Exército a proceder a venda ou

permuta de bens imóveis da União, de qualquer natureza, sob sua jurisdição, cujo utilização ou exploração não atenda mais às necessidades do Exército.

§ 1º Para cada caso deverá haver aprovação expressa do Ministro do Exército.

§ 2º No processo da aprovação serão observadas as normas estabelecidas no Título XII do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 2º O produto das operações realizadas de conformidade com o disposto no artigo 1º, será incorporado ao Fundo do Exército e contabilizado em separado.

Parágrafo único. Esse produto somente será empregado na construção e aquisição de bens imóveis, bem como na compra de equipamentos, de acordo com os planos de aplicação, previamente aprovados pelo Presidente da República.

Art. 3º Ao órgão próprio responsável pelo patrimônio da União serão obrigatoriamente comunicadas as alienações e aquisições de bens imóveis feitas na conformidade da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Orlando Geisel

LEI Nº 5.652 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970

Dá nova redação aos artigos 817 e 830 do Código Civil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 817 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 817. Mediante simples averbação requerida por ambas as partes, poderá prorrogar-se a hipoteca, até perfazer trinta anos, da data do contrato. Desde que perfaça trinta anos, só poderá

subsistir o contrato de hipoteca, reconstituindo-se por nova inscrição; e, neste caso lhe será mantida a procedência, que então lhe competir.

Parágrafo único ... — VETADO ...

Art. 2.º O artigo 830 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 830. Vale a inscrição da hipoteca, enquanto a obrigação

perdurar; mas a especialização, em completando trinta anos, deve ser renovada.”

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1970;
149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

VOLUME VII

A

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — Doação de imóvel — Guanabara. (Lei nº 5.642, de 3-12-70).

ACORDO — Espanha — Previdência Social. — Decreto Legislativo número 68, de 2-10-70.

— Alemanha — Cultural. Aprovação do Decreto-lei nº — Decreto Legislativo nº 69, de 22-10-70.

— Equador — Energia atômica. — Decreto Legislativo nº 70, de 22 de outubro de 1970.

AÇÕES TRABALHISTAS — Processo e julgamento — Justiça Federal. (Lei nº 5.538, de 3-12-70).

AGRÍCOLAS — Isenção de impostos. (Lei nº 5.618, de 3-11-70).

ALFABETIZAÇÃO — Imposto de Renda — Dedução — Aprovação do Decreto-lei nº 1.124, de 8-10-70 — Decreto Legislativo nº 65, de 2 de outubro de 1970.

AUDITOR — Justiça Militar — Convocação de substitutos. (Decreto-lei nº 1.144, de 31-12-70).

B

BAGAGEM DE PASSAGEIROS — Imposto de Importação — Isenção — Aprovação do Decreto-lei número 1.123, de 3-10-70 — Decreto Legislativo nº 64, de 2-10-70.

BANCO DA AMAZÔNIA — Subscrição popular de ações. (Decreto-lei nº 1.138, de 11-12-70).

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO — Alteração do Decreto-lei nº 60, de 21-11-66 — Artigo 10 (Lei nº 5.636, de 3-12-70).

C

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES — Normas. (Lei número 5.614, de 5-10-70).

CÂMARA DOS DEPUTADOS — Vencimentos. (Lei nº 5.624, de 1 de dezembro de 1970).

CÓDIGO CIVIL — Hipoteca — Alteração dos arts. 817 e 830. (Lei nº 5.652, de 11-12-70).

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL — Organização. (Decreto-lei nº 1.135, de 3-13-70).

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL — Reorganização. (Lei nº 5.617, de 15-10-70).

CONSTRUÇÃO NAVAL — Programa 1971-1975 — Prorrogação de prazo — Alteração do Decreto-lei nº 498, de 13-3-69. (Decreto-lei nº 1.141, de 30-12-70).

— Regulamentação. (Decreto-lei número 1.143, de 30-12-70).

D

DEFESA CONTRA A LEPRA — Tarifa adicional. (Lei nº 5.620, de 4 de novembro de 1970).

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — Incentivos. (Decreto-lei nº 1.137, de 7-12-70).

E

EMPREENHIMENTOS FLORESTAIS — Incentivos fiscais. (Decreto-lei nº 1.134, de 16-11-70).

— Imposto de Renda — Alteração do Decreto-lei nº 1.134, de 16-11-70 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 1.140, de 30-12-70).

ENSINO — Universidades Federais — Estabelecimentos de Ensino isolados — Vencimentos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.121, de 21-8-70) — Decreto Legislativo nº 60, de 1 de outubro de 1970.

ENSINO MÉDIO — Professor — Vencimentos básicos. (Decreto-lei número 1.126, de 2-10-70) — Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 71, de 27-11-70.

F

FLORESTAMENTO — Incentivos fiscais. (Decreto-lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970).

FUNCIONÁRIO — Programa da Formação do Patrimônio. (Lei Complementar nº 8, de 3-12-70).

— Classificação de cargos — Diretrizes. (Lei nº 5.645, de 10-12-70).

— Programa de integração — Regime especial. (Decreto-lei nº 1.127, de 12-10-70). — Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 72, de 27-11-70).

FUNDO DA MARINHA MERCANTE — Adicional ao Frete para Renovação — Consolidação. (Decreto-lei nº 1.142, de 30-12-70).

H

HIPOTECA — Redação dos arts. 817 e 830 do Código Civil. (Lei nº 5.652, de 11-12-70).

HOSPITAL DE QUIXERABIM — Doação de imóvel. (Lei nº 5.611, de 5-10-70).

HOSPITAL HENRIQUE LAGE — Doação Lauro Müller. (Lei número 5.613, de 5-10-70).

I

INDÚSTRIA — Desenvolvimento — Incentivos. (Decreto-lei nº 1.137, de 7-12-70).

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO — IPI — Pacemaker — Isenção — Aprovação do Decreto-lei nº 1.119, de 11 de agosto de 1970. — Decreto Legislativo nº 63, de 1-10-70.

— Bagagem de passageiros — Isenção — Aprovação do Decreto-lei número 1.123, de 3-10-70 — Decreto Legislativo nº 64, de 2-10-70.

— IPI — Indústrias — Incentivos. (Decreto-lei nº 1.132, de 13-11-70).

IMPOSTO DE RENDA — Empreendimentos florestais — Desconto. (Decreto-lei nº 1.134, de 16-11-70).

— Exportação — Isenção — Alteração do Decreto-lei nº 815, de 4-9-69 — Art. 8º — (Decreto-lei nº 1.139, de 21-12-70).

— Empreendimentos Florestais — Alteração do Decreto-lei nº 1.134, de 16-11-70 — Art. 8º — (Decreto-lei nº 1.140, de 30-12-70).

— Letras Imobiliárias — Alteração da Lei nº 4.862, de 29-11-65 — Art. 28. (Decreto-lei nº 1.145, de 31-12-70).

— Alfabetização — Dedução — Aprovação do Decreto-lei nº 1.124, de 8-10-70. — Decreto Legislativo número 65, de 2-10-70.

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Imposto de importação — Pacemaker — Isenção — Aprovação do Decreto-lei nº 1.119, de 11-8-70. — Decreto Legislativo nº 1.119, de 1-10-70.

— Imposto de importação — Incentivos. (Decreto-lei nº 1.132, de 13 de novembro de 1970).

— Alteração da Legislação. (Decreto-lei nº 1.133, de 16-11-70).

— Alteração da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 — Art. 25. (Decreto-lei nº 1.136, de 7-12-70).

— Dedução — Cálculo — Alteração. (Decreto-lei nº 1.136, de 7-12-70).

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL — Parcelamento de débitos. (Decreto-lei nº 1.128, de 13-10-70). — Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 73, de 28-11-70.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL — Criação. (Lei nº 5.648, de 11-12-70).

J

JUNTA COMERCIAL DA GUANABARA — Opção de servidores federais. (Lei nº 5.612, de 5-10-70).

JUSTIÇA — Organização judiciária — Regulamentação do art. 144, § 5º, da Constituição Federal. (Lei número 5.621, de 4-11-70).

JUSTIÇA DO TRABALHO — Criação de órgãos. (Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970).

— Criação de Juntas — 1ª e 3ª R. (Lei nº 5.633, de 2-12-70).

— Processo e Julgamento — Competência da Justiça Federal. (Lei número 5.638, de 3-12-70).

— 2ª e 5ª R. — Criação de Juntas. (Lei nº 5.643, de 10-12-70).

— 4ª e 8ª R. — Criação de Juntas. (Lei nº 5.644, de 10-12-70).

— 6ª e 7ª R. — Criação de Juntas. (Lei nº 5.650, de 11-12-70).

JUSTIÇA FEDERAL — Vencimentos. (Lei nº 5.626, de 1-12-70).

— Juizes — Gratificação. (Lei número 5.632, de 2-12-70).

JUSTIÇA MILITAR — Substitutos de Auditor. (Decreto-lei nº 1.144, de 31-12-70).

— 3ª RM — Crédito especial. (Lei nº 5.646, de 10-12-70).

L

LETRAS IMOBILIÁRIAS — Imposto de Renda — Alteração da Lei número 4.862, de 29-11-65 — Art. 28. (Decreto-lei nº 1.145, de 31-12-70).

LLOYD BRASILEIRO — Débitos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.120, de 14-8-70 — Decreto-legislativo nº 62, de 1-10-70.

M

MAGISTÉRIO — Ensino Médio — Vencimentos básicos. (Decreto-lei nº 1.126, de 2-10-70).

— Aprovado pelo Decreto-legislativo nº 71, de 27-11-70.

MARINHA MERCANTE — Adicional ao Frete para Renovação — Consolidação. (Decreto-lei nº 1.142, de 30-12-70).

— Construção naval — Regulamentação. (Decreto-lei nº 1.143, de 30 de dezembro de 1970).

MÉDICO-VETERINÁRIO — Alteração da Lei nº 5.517, de 23-10-68 — Arts. 27 e 35. (Lei nº 5.634, de 2-12-70).

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Aviação Civil — Quadro do Pessoal — Reestruturação. (Decreto-lei número 1.130, de 19-10-70).

— Aprovado pelo Decreto-legislativo nº 75, de 28-11-70.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES — Gabinete — Crédito Especial. (Lei nº 5.649, de 11-12-70).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — Venda de bens. (Lei nº 5.651, de 11-12-70).

MINISTÉRIO PÚBLICO — Vencimentos — Alteração do Decreto-lei nº 1.073, de 9-1-70 — Art. 1º, parágrafo único. (Lei nº 5.635, de 3-12-70).

— Procurador da República — Ampliação da carreira. (Lei nº 5.639 de 3-12-70).

MUNICÍPIOS — Segurança Nacional — Marabá, Altamira e Itaituba. (Decreto-lei nº 1.131, de 30-10-70).

O

ORÇAMENTO — Distrito Federal. (Lei nº 5.641, de 3-12-70).

ORÇAMENTO DA UNIÃO — Crédito Suplementar. (Lei nº 5.631, de 2 de dezembro de 1970).

ORÇAMENTO PLURIANUAL — Alteração do Ato Complementar número 43, de 29-1-69 — Art. 10. (Lei Complementar nº 9, de 11-12-70).

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — Regulamentação do art. 144, § 5º da Constituição Federal. (Lei número 5.621, de 4-11-70).

P

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO — Alteração do Ato Complementar nº 43, de 29-1-69 — Art. 10. (Lei Complementar nº 9, de 11-12-70).

POLÍCIA FEDERAL — Funcionários — Alteração da Lei nº 4.878, de 3-12-65. (Lei nº 5.640, de 3-12-70).

POLÍCIA MILITAR — Distrito Federal — Vencimentos, indenizações, proventos. (Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970).

— Efetivos — Fixação. (Lei nº 5.622, de 1-12-70).

PROCESSAMENTO DE DADOS — Regulamentação. (Lei nº 5.615, de 13-10-70).

PROCURADOR DA REPÚBLICA — Ampliação de carreira. (Lei número 5.639, de 3-12-70).

PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO NAVAL — 1970-1975 — Prorrogação de prazo — Alteração do Decreto-lei nº 498, de 13-3-69. (Decreto-lei número 1.141, de 30-12-70).

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO — Servidor Público. (Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970).

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL — Instituição — Aprovação do Decreto-lei nº 1.125, de 17-10-70.

— Decreto-legislativo nº 66, de 2 de outubro de 1970.

— Servidor Civil — Regime especial. (Decreto-lei nº 1.127, de 12-10-70).

— Aprovado pelo Decreto-legislativo nº 72, de 27-11-70).

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Subsídio — Alteração do Decreto-legislativo nº 41, de 14-7-70.

— Decreto-legislativo nº 76, de 28 de novembro de 1970.

PREVIDÊNCIA SOCIAL — Turfe — Alteração do Decreto-lei nº 717, de 1969 — art. 74 § 1º. (Decreto-lei nº 1.129, de 13-10-70).
Aprovado pelo Decreto-legislativo nº 74, de 28-11-70.

R

REFORMA AGRÁRIA — Imposto Territorial Rural — Parcelamento. (Decreto-lei nº 1.128, de 13-10-70).

— Aprovado pelo Decreto-legislativo nº 73, de 28-11-70).

— Contribuições — Consolidação. (Decreto-lei nº 1.146, de 31-12-70).

RODOVIA MANOEL DA COSTA LIMA — Denominação. (Lei nº 5.616, de 14-10-70).

S

SEGURANÇA NACIONAL — Município de Marabá, Altamira e Itaituba. (Decreto-lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970).

— Conselho Nacional — Organização. (Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970).

SENADO FEDERAL — Vencimentos. (Lei nº 5.625, de 1-12-70).

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS — Regulamentação. (Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970).

SOCIEDADES SEGURADORAS — Capitais mínimos. (Lei nº 5.627, de 1-12-70).

T

TRATADO DE MONTEVIDÉU — Protocolo modificativo.

— Decreto-legislativo nº 67, de 5 de outubro de 1970.

TRIBUNAL DE CONTAS — Distrito Federal — Reajustamento. (Lei número 5.623, de 1-12-70).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — 3º R — Crédito Especial. (Lei nº 5.637, de 3-12-70).

TURFE — Previdência Social — Alteração do Decreto-lei nº 717, de 1969 — Art. 74 § 1º. (Decreto-lei nº 1.129, de 12-10-70).

— Aprovado pelo Decreto-legislativo nº 74, de 28-11-70.

U

UNIVERSIDADES — Estabelecimentos de Ensino Isolados — Vencimentos — Aprovação do Decreto-lei nº 1.121, de 31-9-70.

— Decreto-legislativo nº 60, de 1 de outubro de 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO — Instituição. (Lei nº 5.647, de 10-12-70).

V

VALE DO RIO DOCE — Isenção — Aprovação do Decreto-lei nº 1.122, de 1-9-70.

— Decreto-legislativo nº 61, de 1 de outubro de 1970.

ANOTAÇÕES